HISTÓRIA
DAS
CRUZADAS
POR
J. F. MICHAUD
EDITORA DAS AMÉRICAS

MATÉRIA CONTIDA NESTA VOLUME:

JOSEPH-FRANÇOIS MICHAUD

HISTÓRIA DAS CRUZADAS

TRADUÇÃO BRASILEIRA DO
Pe. VICENTE PEDROSO
ILUSTRAÇÕES DE GUSTAVO DORÉ

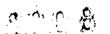
VOLUME SEXTO

EDITÔRA DAS AMÉRICAS
Rua General Osório, 62/90 — Tels. 34-6701 e 37-6342
Caixa Postal, 4468
SÃO PAULO

LIVRO DÉCIMO NONO

Continuação

TENTATIVAS DE NOVAS CRUZADAS CONTRA OS TURCOS

1291-1453

1389. No entretanto, ao ardor dos cruzados havia sucedido no espírito dos guerreiros, uma paixão de se distinguir e de se enriquecer por meio de feitos cavaleirescos e de expedições aventureiras, às quais uniam sempre alguma recordação das guerras santas. Os genoveses tiveram a idéia de fazer uma expedição às costas da Barbaria, cujos habitantes perturbavam a navegação do Mediterrâneo e vinham trazer a devastação até nas costas de Gênova; pediram então um chefe e tropas ao rei da França, Carlos VI. Sòmente à notícia dêsse empreendimento longínquo, acorreu de tôdas as províncias do reino e mesmo da Inglaterra, uma multidão de guerreiros ávidos de mostrar sua bravura. O delfim de Auvérnia, o senhor de Goucy de Trimouille, o senhor João de Viena, pediram a honra de ir combater contra os sarracenos, na África; mil e quatrocentos cavaleiros e senhores, sob as ordens do Duque de Bourbon tio do rei, dirigiram-se a Gênova e embarcaram na frota da república. A expedição passou pelas ilhas de Elba, da Córsega, da Sardenha. Depois de ter vencido uma tempestade no gôlfo de Lião, chegou à vista da cidade de — *África.*

Essa cidade de *África,* de que o historiador Froissard nos dá uma descrição e que, por sua situação e seu pôrto, se parecia com a cidade de Calais, na França, era então tida como a capital das províncias e dos Estados da Barbaria e não estava longe daquela praia de Cartago, onde cento e dez anos antes Luís IX tinha sido coroado com o martírio sob os estandartes da cruz. Os cavaleiros franceses e os genoveses detiveram-se durante alguns dias numa ilha vizinha e resolveram cercar a cidade, que êles viam na costa. Quando soaram *as trombetas da partida,* — diz Froissard, — havia grande alegria e grande beleza no espetáculo dos remadores, vogando pelo mar, à fôrça de remos, pois o oceano, que então estava calmo e livre de tormentas, fendia-se e fervilhava ao encontro dêles e mostrava dêsse modo que tinha grande desejo de que os cristãos chegassem às costas da *África.* O mesmo historiador diz, que os habitantes da cidade, vendo assim chegar a frota cristã, *ficaram atemorizados,* e que tocaram logo, no alto das tôrres, *grande quantidade de tímbalos e de tambores, de tal modo que a notícia da chegada dos cristãos se espalhou por todo o país.* No entretanto, os muçulmanos nada fizeram para impedir o desembarque dos guerreiros cristãos, que, desde o dia seguinte, dia de Madalena, *depois de terem tomado um gole e de terem comido sopa em vinho grego, Malvoise e Grenache,* desceram à praia e ergueram suas tendas. Os sarracenos atiraram alguns dardos do alto das tôrres

e ficaram escondidos por trás de suas muralhas. No dia seguinte chegaram multidões de guerreiros vindos de Túnis e dos países vizinhos; êsse exército que contava uns trinta mil archeiros e dez mil cavaleiros, acampou à vista dos cristãos. A história contemporânea descreve as fôrças e a disposição do exército dos francos, composto de quatorze mil guerreiros, quase todos *gentis-homens,* acampados numa planície árida, com suas tendas feitas de um pano leve, vindo de Gênova. Nem do lado dos muçulmanos, nem do lado dos cristãos, se pensou em travar um combate. Os dois exércitos eram um para o outro, um espetáculo completamente novo. Observavam-se com uma curiosidade inquieta, e estavam ambos em guarda. De vez em quando, tropas de cavaleiros sarracenos davam voltas na planície, como para desafiar os inimigos; mas não se aproximavam do acampamento. Entre êsses cavaleiros sarracenos, notava-se um jovem guerreiro, montado num corcel rapidíssimo, armado de dardos, que lançava com perícia, vestido de um pano negro, que atraía os olhares. Os cavaleiros franceses o consideravam o mais valente dos guerreiros mouros e diziam que *as demonstrações de habilidade de armas,* que êle fazia, eram por amor *à filha do Rei de Túnis, uma jovem de rara beleza.*

No entretanto, os habitantes da cidade da *África,* encarregaram um genovês estabelecido entre êles, de ir ter com os inimigos e de lhes perguntar,

principalmente aos franceses e aos inglêses, porque tinham vindo de tão longe, trazer a guerra a um povo que não lhes havia feito mal algum. Os barões e os senhores reuniram-se na tenda do Duque de Bourbon e o príncipe respondeu ao enviado genovês que tinham vindo fazer guerra aos sarracenos da África, *porque o Filho de Deus, chamado Jesus Cristo e verdadeiro profeta, êles haviam crucificado e morto.* Os cavaleiros cristãos queriam *reparar a êsse mal e ao falso juízo que os de sua lei tinham feito. Em segundo lugar, os sarracenos não acreditavam no santo batismo, bem como na Virgem Maria; não tinham crença nem razão. Pelo que, tôdas aquelas coisas consideradas,* os guerreiros do Ocidente, *consideravam os muçulmanos e tôda a sua seita como inimigos.* Quando o enviado genovês, *voltou à cidade, com aquela resposta,* os sarracenos apenas se puseram a rir, *e disseram que a acusação, não era razoável nem bem provada, pois os judeus tinham crucificado a Jesus Cristo e não êles.*

O que acabamos de ler é narrado por Froissard, do qual conservamos as palavras; Paulo Emílio narra o mesmo fato com algumas variantes. Êste último historiador nos diz que os cavaleiros inglêses e os cavaleiros franceses acusaram aos sarracenos da *África* de ter insultado o pavilhão genovês, de ter maltrado os genoveses, por ódio da religião cristã, *coisa com a qual êles mesmos se consideravam ofendidos como se tivessem atacado Paris ou Londres.*

Quer porque os muçulmanos esperassem uma resposta mais pacífica, quer porque êles não queriam ser os primeiros a dar o sinal da guerra, não saíram da cidade, nem do acampamento, durante vários dias. Por fim, não vendo vir ninguém e não esperando mais a paz, resolveram atacar os inimigos; ajudados por uma noite escura, caminharam em silêncio, com precaução, contra os postos avançados dos cristãos. A história contemporânea não descreve aqui os feitos de armas dos combatentes, mas narra-nos os prodígios com que Deus defendeu, êle mesmo, seus verdadeiros servidores. "Quando os sarracenos se aproximaram, (são palavras de Froissard), viram diante de si uma multidão de senhoras tôdas de branco, uma principalmente, sem comparação, muito mais bela do que as outras, que trazia diante de si um estandarte branco com uma cruz vermelha no meio; os sarracenos, então, ficaram tão assustados, que perderam o ânimo, a fôrça e o poder, conservando-se *imóveis* diante das senhoras." Outra circunstância não menos interessante foi a aparição no acampamento dos cristãos de um cão, que não pertencia a ninguém, e ao qual chamavam de *cão de Nossa Senhora:* tôdas as vêzes que o inimigo se aproximava do acampamento durante a noite, êsse cão despertava os que estavam adormecidos. Nessa ocasião, êle avisava aos cristãos do perigo que corriam e os sarracenos fugiam. Narramos êstes fatos milagrosos para mostrar qual era então o espírito dos cavaleiros

cristãos, que viam senhoras de branco numa circunstância em que os primeiros cristãos teriam visto santos e anjos. A história do cão milagroso nos faz ver que os guerreiros franceses não vigiavam em tôrno do acampamento e que não se observavam mais no exército, as leis de uma severa disciplina.

O cêrco, se aqui nos podemos servir dessa palavra, durava já mais de um mês, sem que se tivesse travado um combate sequer ou tentado um assalto, sem que se tivesse feito de ambos os lados nem um prisioneiro. Por fim, alguns guerreiros muçulmanos, entre os quais estava o *cavaleiro da princesa de Túnis*, aproximaram-se do acampamento dos cristãos, e, por meio de um genovês, propuseram a alguns cavaleiros franceses um combate de dez contra dez. A luta e o desafio foram aceitos e todos os cavaleiros do exército queriam partilhar da glória. Os dez primeiros que se apresentaram, depois de escolhidos, ficaram de prontidão durante todo o dia seguinte, mas, como tinham desconfianças, os chefes fizeram preparar todo o exército em ordem de batalha, diante da cidade da *África*. Os dez campeões de honra dos cristãos, cobertos de suas armaduras, esperavam na planície seus adversários; *mas ninguém vinha e não se obtiveram notícias de nenhum dêles*. Ora, decidiram então dar um assalto. Os cristãos passaram a primeira muralha da cidade; os sarracenos, sem opor nenhuma resistência, retiraram-se para trás da segunda muralha. O sol lançava raios ardentes; a

terra e o ar eram abrasadores. Os cavaleiros ficaram todo o dia na presença do inimigo; ao pêso de suas armaduras de ferro, vários morreram, de calor e de sêde; o exército cristão à noite voltou para o acampamento, trazendo os que tinham morrido perto das muralhas da cidade, e dispostos a *estar mais vigilantes que nunca* ante o temor de um ataque repentino dos sarracenos. Froissard nos dá o nome de sessenta cavaleiros e escudeiros que morreram naquele dia; *todos os do exército,* diz êle, *ficaram muito irados e tristes e com razão;* e o que há de mais estranho nesta narração, é que os habitantes da cidade da *África,* não souberam dessas perdas dos cristãos, a não ser depois que se levantou o cêrco.

Já se podia então imaginar qual seria o fim daquela guerra. Os cristãos ficavam encerrados em seu acampamento e não ousavam correr o país, para procurar forragem e víveres. Mandavam-lhes algumas provisões, da Sicília, das ilhas da Sardenha e de Cândia. Nada, porém, era regulado nessas remessas e a carestia seguiu-se à abundância. O exército cristão não tinha abrigo contra os ardores do sol e da canícula. Haviam cavado poços na areia, dos quais se tirava muitas vêzes uma água suja e malsã. O vinho que chegava da Apulha, de Chipre e de outras cidades queimava-lhes o sangue e os enfraquecia mais. Algumas vêzes todo o acampamento era alvo de uma avalanche de môscas e de mosquitos que corrompiam o ar, atormentavam os homens e os cavalos.

O desânimo se apoderava dos cavaleiros que não tinham notícias da França, nem mesmo de Gênova, de onde a expedição tinha partido. Para cúmulo de desgraça, o chefe da expedição, o Duque de Bourbon, não podia manter o exército nem com suas palavras, nem com seu exemplo: cheio de altivez, de um caráter indolente, sem cessar viam-no à porta de sua tenda, *de pernas cruzadas,* não permitindo que os cavaleiros e os soldados se dirigissem diretamente a êle para fazer suas queixas ou para receber conselhos ou ordens.

O futuro, e principalmente a estação das chuvas apresentava-se aos soldados sob um aspecto o mais sinistro. "O inverno, dizia-se no acampamento, tem noites frias e longas. Teremos uma situação muito mais dura, por vários motivos: primeiro, no inverno, os mares são impróprios para navegação; ninguém ousa se expor à crueldade dos ventos e das tempestades; se temos alimento só para oito dias e o mar nos ficar fechado, morreremos, irremediàvelmente. Se tivermos víveres, em pequena quantidade, como poderemos vigiar, suportar o trabalho e as vigílias da noite? Se a morte vier se fixar em nosso acampamento, todos morreremos um depois do outro, pois nada teremos com que enfrentá-la e remediá-la."

A todos êstes temores uniam-se as desconfianças e as suspeitas sôbre o proceder dos genoveses, que eram *duros e traiçoeiros;* temia-se principalmente que

êles, uma noite, voltassem para suas embarcações e abandonassem os franceses e os inglêses numa região amaldiçoada por Deus. Por seu lado, os genoveses não tinham mais a mesma confiança do comêço, no valor de seus auxiliares: "Que soldados sois vós? diziam aos guerreiros da França. Quando partimos de Gênova esperávamos combater e a conquista da África seria obra de oito ou quinze dias: são já dois meses que estamos diante da cidade e nada fizestes até agora. Não há razão para que a cidade não seja tomada neste ano ou no outro." Estas palavras eram ouvidas no exército entre os soldados e o povo. Quando os senhores e os barões foram informados disso, reuniram-se em conselho; como estavam cansados de uma guerra sem combates e não esperavam mais tomar a cidade sitiada, e também porque compartilhavam das desconfianças que geralmente se tinham dos genoveses, resolveram voltar ao seu país e mandaram chamar os pilotos dos navios de Gênova, para lhes dizer da sua intenção. Os pilotos vieram e juraram pela sua fé e pela sua honra, que, apesar das ofertas dos sarracenos, êles jamais tinham deixado de *manter sua lealdade à cavalaria francesa e inglêsa.* O senhor de Coucy, que tinha merecido a estima e o amor de todo o exército respondeu-lhes que os barões e os senhores consideravam os genoveses como *bons, leais e valentes,* mas que sua intenção era voltar à França para induzir o rei a vir êle mesmo às terras da Barbaria; *pois o rei era jovem e de grande vontade, e não*

sabia, no momento, em que fazer uso de suas armas. Essa resposta não devia satisfazer completamente aos genoveses, que tinham vindo para se apoderar da cidade da *África,* mas, nada conseguiu modificar a resolução dos barões e dos cavaleiros. Arautos de armas anunciaram por todo o acampamento que se ia partir; convidaram ao mesmo tempo os soldados e os cavaleiros a transportar as bagagens para os navios. Todos puseram mãos à obra; de tal modo se desconfiava dos genoveses e o temor de ficar nas costas da Barbaria dava tanta atividade aos soldados e ao povo, que as bagagens, as tendas, as armas, tudo foi levado num só dia para os navios. No momento em que a frota se pôs ao mar, os sarracenos da *África,* não puderam deixar de *fazer grande alarido e de tocar seus tambores, para que todo o país tivesse notícia disso.*

Há vários meses não se tinha na Europa notícia dessa expedição; não se sabia o que acontecera aos cavaleiros e nem mesmo *se êles haviam desembarcado.* Em várias regiões da França e no Hainaut, faziam-se orações e procissões para que o céu os reconduzisse de volta, com *saúde e com alegria.* Nós lemos na crônica de Froissard: "A senhora de Coucy, a senhora de Sully, a delfina da Auvérnia e tôdas as senhoras da França que tinham seus senhores e maridos naquela viagem, estavam muito apreensivas por êles, pelo tempo que a viagem durava; e, quando as notícias lhes chegaram de que êles já tinham passado o mar, elas muito se alegraram."

Essa expedição que os genoveses haviam provocado com a intenção de defender o comércio europeu contra os ataques dos piratas, só aumentou o mal que êles queriam diminuir ou a que desejavam remediar. A vingança, a indignação, o temor, armaram de tôdas as partes os infiéis contra os cristãos. De todos os lados das costas da África, saíram navios que cobriram o Mediterrâneo e interceptaram as comunicações com a Europa. Não se receberam mais as mercadorias que se costumavam obter de Damasco, do Cairo, de Alexandria; e os historiadores do tempo deploram como uma calamidade a impossibilidade em que se encontravam na França e na Alemanha, de obter especiarias. A história acrescenta que, naqueles dias de perturbação e de perigos, todos os caminhos do Oriente se fecharam e os peregrinos do Ocidente não puderam visitar a Terra Santa.

Nós nos temos estendido assaz sôbre esta expedição, não sòmente porque ela nos oferece circunstâncias interessantes, mas também porque a maneira como foi conduzida nos dá a conhecer as mudanças que se haviam operado nos espíritos. Para apreciarmos mais essas mudanças, será suficiente compararmos os fatos que acabamos de descrever com a última Cruzada de Luís IX, que, pelo caráter e pelos costumes dos cavaleiros da cruz, diferia já muito das primeiras guerras santas. Não vemos mais, aqui, nem aquela exaltação religiosa, nem aquela caridade heróica que levava os cruzados a sacrificar sua fortuna,

sua tranqüilidade e sua vida, para a libertação dos santos lugares e para socorrer seus irmãos do Oriente. Não é mais o soberano pontífice, não é mais o clero, não são mais as imagens da religião, nem as cerimônias da Igreja, nem a voz dos oradores sagrados, que animam o zêlo dos cavaleiros cristãos. Sem desenvolver mais nosso pensamento, ser-nos-á suficiente dizer que, mais o entusiasmo das Cruzadas se enfraquecia entre os povos, mais tornava-se fácil reconhecer as verdadeiras causas dêsse entusiasmo. Na época a que chegamos, quando se examinam com cuidado as sociedades cristãs, nelas procuramos inùtilmente os sentimentos e as paixões que tinham animado os séculos precedentes; devemos então naturalmente concluir que foram essas paixões e êsses sentimentos que haviam feito as guerras santas. Assim, o que havia desaparecido dos costumes e do espírito das novas gerações, nos ajuda a explicar as grandes coisas dos tempos, que não existiam mais.

Restavam às guerras contra os muçulmanos dois móveis: o espírito da cavalaria e o sentimento dos perigos que ameaçavam a cristandade. A Europa tinha então afastado suas vistas das regiões que mereceram por tanto tempo sua veneração e seu entusiasmo, para levá-los às regiões invadidas ou ameaçadas pelos turcos. Vimos, pelo fim do século décimo primeiro, hordas dessa nação espalharem-se por tôda a Ásia e dominarem, em tôda a Ásia ocidental. Lembramos que foi sua invasão na Palestina, seu domínio violento

na Cidade Santa, que movimentou a cristandade e provocou a primeira Cruzada. Seu poder, que se estendia até Nicéia e que já despertava as apreensões dos gregos, foi destruído pelos exércitos vitoriosos do Ocidente. Os turcos, de que aqui falamos e que a cristandade começava a temer, pelo fim do século décimo quarto, tinham sua origem dos tártaros, como os que os tinham precedido. Suas tribos guerreiras, estabelecidas no Karisma, tinham de lá sido expulsas pelos sucessores de Gengis-Cã. Os restos dessa nação conquistadora, depois de ter devastado a Síria e a Mesopotâmia, tinham vindo, alguns anos antes da primeira Cruzada de S. Luís, procurar um asilo na Ásia Menor.

A fraqueza dos gregos e a divisão dos príncipes muçulmanos permitiu-lhes conquistar várias províncias e fundar um Estado novo no meio das ruínas de vários impérios. O terror que inspirava seu valor feroz e brutal facilitou seu progresso e lhes abriu o caminho para a Grécia. As regiões que tinham sido o berço da civilização, das artes e das luzes, receberam as leis do despotismo otomano.

Sem dúvida o despotismo, como era conhecido então na Ásia e como o vemos ainda nos nossos dias, é a mais frágil das instituições humanas. As medidas violentas que êle tomava para se conservar, mostravam bastante que êle tinha consciência de sua fragilidade. Quando o vemos imolar tôdas as leis

da natureza, às suas próprias leis, conservar a espada sempre suspensa sôbre tudo o que dêle se aproxima, sentir êle mesmo mais temor do que inspira, somos tentados a crer que êle não tem verdadeira base. Lendo a história oriental da Idade Média, admiramo-nos de ver todos êsses impérios que o gênio do despotismo tinha elevado na Ásia, desaparecerem de repente, da cena do mundo, e caírem ao menor embate. Mas, devemos dizê-lo, quando êsse govêrno monstruoso se apóia em idéias religiosas, em preconceitos e as paixões de um grande povo, têm também um ascendente popular, nada pode resistir à sua ação nem lhe deter o desenvolvimento do poder.

Assim elevou-se o império otomano, que tinha por móvel a ira dos cristãos, a conquista do império grego e que se sustentava por um duplo fanatismo; o da religião e o da vitória. Os turcos só tinham duas idéias, ou melhor, duas paixões sempre ativas que lhes ocupavam o lugar de patriotismo: estender seu domínio e propagar a fé muçulmana. A ambição, que levava o soberano a conquistar as províncias cristãs, estava em harmonia com o espírito da nação, acostumada a se enriquecer com tôdas as violências da guerra, julgando obedecer ao preceito mais sagrado do Alcorão, exterminando a raça dos infiéis. Se o príncipe devia sem cessar animar o entusiasmo religioso, e o ardor belicoso de seus súditos, os súditos, por sua vez mantinham sem cessar o príncipe em atividade. O chefe absoluto dos otomanos podia co-

meter impunemente todos os crimes; mas êle não podia viver por muito tempo em estado de paz, com seus vizinhos, sem arriscar sua autoridade e sua vida. Os turcos não toleravam nem um príncipe pacífico, nem um príncipe infeliz na guerra; tanto êles estavam persuadidos de que deviam combater sem cessar e de que sempre tinham que vencer.

A dinastia otomana que começou com a nação turca e lhe deu o nome, sempre objeto da veneração e respeitada pela mesma revolução, apresentava pela sua estabilidade, um espetáculo novo, ao Oriente. Tinha mostrado ao mundo uma sucessão de grandes príncipes, quase todos, na história, da mesma fisionomia e que se asemelham por seu orgulho, sua ambição, seu gênio militar: o que prova que todos êsses heróis bárbaros eram formados pelos costumes nacionais e que havia entre os turcos uma única maneira de ser grande. Podemos julgar que vantagem, esta harmonia, êste acôrdo entre os súditos e o soberano deviam dar à nação otomana nas guerras contra os cristãos e mesmo contra os povos muçulmanos.

Enquanto a Europa tinha sòmente tropas feudais, que se reuniam em certas circunstâncias e que não podiam ser mantidas por muito tempo em armas, os otomanos eram o único povo que tinha um exército regular e permanente. Seus guerreiros, animados pelo mesmo espírito, tinham, além disso, a vantagem da disciplina, sôbre a cavalaria insubordinada dos fran-

cos, que a discórdia agitava sem cessar e que mil paixões diferentes faziam se rebelar.

Como a população dos turcos não era suficiente para seus exércitos, êles obrigavam tôda família do país conquistado a entregar o quinto de seus filhos do sexo masculino para o serviço militar. Recolhiam assim os dízimos sôbre a juventude cristã. Essa juventude educada na religião de Cristo, adotava a crença e as leis do vencedor e os filhos dos gregos efeminados tornaram-se aquêles invencíveis janízaros, que deviam um dia sitiar Bizâncio e destruir até às ruínas, o império dos Césares. Tal era o novo povo que ia se colocar entre o Oriente e o Ocidente e fixar todos os olhares da cristandade, até então ocupada em libertar os santos lugares.

Conhecendo o poder e o caráter dos otomanos, admiramo-nos de ver, o que restava do império grego subsistir por muito tempo à sua vizinhança. Aqui, devemos lembrar a antiga história dos fracos sucessores de Constantino, ora fazendo alianças com os turcos, prestes a despojá-los, ora implorando o socorro dos latinos, que êles odiavam e procurando despertar o espírito das Cruzadas, de que êles temiam as conseqüências.

Desde as primeiras invasões dos turcos na Grécia, o Imperador Andrônico tinha mandado uma embaixada ao papa, para lhe prometer obediência à Igreja Romana e pedir-lhe legados apostólicos com

um exército capaz de expulsar os infiéis e de lhes abrir a estrada do Santo Sepulcro. Cantacuzéme, que tinha seguido o exemplo de Andrônico, dizia aos enviados do soberano pontífice: "Eu encontrarei a glória servindo à cristandade; meus territórios oferecerão aos cruzados uma passagem segura e livre; minhas tropas, meus navios, meus tesouros, serão consagrados à defesa comum e minha sorte será digna de inveja se eu obtiver a coroa do martírio." Clemente VI, a quem Cantacuzéme se havia dirigido, morreu sem ter podido despertar o interêsse dos guerreiros cristãos, na sorte de Constantinopla. Pouco tempo depois, o imperador sepultou-se num claustro e o irmão *Josafá Cristódulo,* confundido com os monges do Monte Athos, não mais se ocupou de aproximar os latinos, nem de defender o império contra as invasões dos bárbaros.

Sob o reinado de João Paleólogo, os progressos dos turcos se tornaram alarmantes. O imperador veio em pessoa falar com o sumo pontífice. Depois de ter numa cerimônia pública beijado a mão e os pés do papa, êle reconheceu a dupla *procedência* do Espírito Santo e a supremacia da Igreja de Roma. Comovido com essa humilde submissão o papa afirmou que iria em socorro dos gregos; mas, quando se dirigiu aos soberanos da Europa só conseguiu vãs promessas. No momento em que Paleólogo ia embarcar para Veneza, a fim de regressar ao Oriente, foi detido por credores e ficou vários meses sem que

o soberano pontífice e os príncipes que êle tinha vindo visitar e aos quais pedira auxílio e que haviam prometido ajudá-lo a libertar seu império, tivessem feito o menor gesto para libertar a êle mesmo. Paleólogo, de volta a Constantinopla, no meio de sua família dividida e dos gregos que o desprezavam, esperava em vão o efeito das promessas do papa. Em seu desespêro, tomou por fim a deliberação de implorar a clemência do sultão Amurat e de comprar por meio de um tributo a permissão de reinar sôbre os restos do seu império. Êle queixou-se dessa dura necessidade ao pontífice de Roma, o qual mandou pregar uma nova Cruzada; mas os monarcas cristãos viram com indiferença um príncipe que acabava de voltar ao grêmio da Igreja Católica, condenado a se declarar vassalo dos infiéis. O Imperador de Bizâncio e o soberano pontífice, prometendo, um, armar o Ocidente, para a causa dos gregos, o outro, submeter os gregos à Igreja católica romana, tinham assumido compromissos que eram cada dia mais difíceis de cumprir. Enquanto êles se censuravam recìprocamente por faltar à palavra, Amurat, que cumpria melhor suas ameaças do que o papa e os príncipes cristãos, seus compromissos, acrescentava novos rigores à sorte de Paleólogo, e lhe impedia até mesmo a liberdade de reparar as muralhas da sua capital. Então renovaram-se as súplicas dirigidas ao soberano pontífice; o papa mandou-os de novo aos monarcas

cristãos, que não responderam ou se contentaram de lastimar o imperador e o povo de Bizâncio.

Sem dúvida, os imperadores gregos tinham necessidade, para se defender, do socorro dos latinos; mas essa política pusilânime que invocava sem cessar as nações estrangeiras, só proclamava a fraqueza do império e devia tirar aos gregos, nos dias de perigo, tôda confiança em suas próprias fôrças. Por outro lado, êsses gritos de alarma que não deixavam de ressoar na Europa, só encontravam espíritos incrédulos ou corações indiferentes. Em vão repetia-se aos guerreiros do Ocidente que Constantinopla era a barreira da cristandade: êles não podiam considerar como barreira capaz de deter o inimigo, uma cidade que não era suficiente para sua própria defesa e que tinha sem cessar necessidade de ser socorrida. Quando Gregório XI rogou ao Imperador da Alemanha que socorresse Constantinopla, o príncipe respondeu com rudeza que os gregos tinham aberto aos turcos as portas da Europa e *pôsto o lôbo no aprisco*.

Então os tristes restos da herança dos Césares não tinham vinte léguas de extensão e nesse espaço estreito havia um império de Bizâncio, um império de Rhodosto ou de Selivréia. Os príncipes que os liames do sangue e o sentimento das desgraças deviam reunir, disputavam com furor os farrapos da púrpura imperial; via-se o irmão, armado contra o irmão; pai e filhos declarando-se guerra. Todos os crimes que a

ambição tinha inspirado outrora para se obter o cetro do mundo romano, cometiam-se ainda para reinar sôbre algumas miseráveis cidades. Tal o império do Oriente, que oprimia de todos os lados a dominação otomana.

Na época de que falamos, todos os príncipes da família de Paleólogo, haviam sido mandados à côrte de Bajazet e obedeciam, trêmulos, à ordem suprema. Se êles saíram sãos e salvos do palácio do sultão, que era para êles como o antro do leão, é que a piedade desarmava os carrascos e o desprêzo que êles inspiravam aos muçulmanos foi sua salvaguarda. O imperador otomano contentou-se em ordenar a Manuel, filho e sucessor de João Paleólogo, não entregar-lhe Constantinopla, mas lá ficar encerrado como numa prisão, sob pena de perder a coroa e a vida.

Enquanto os gregos tremiam assim diante dos turcos, os janízaros passavam, sem obstáculo, o estreito das Termópilas e avançavam para o Peloponeso. Por outro lado, Bajazet, que a rapidez de suas conquistas tinha feito cognominar de *Ilderim ou Relâmpago,* invadia o país dos sérvios, o dos búlgaros, e se dispunha a levar a guerra à Hungria.

Um cisma deplorável dividia então a cristandade: dois papas disputavam o govêrno da Igreja e a república européia não tinha mais chefe que pudesse avisá-la dos perigos, um órgão que exprimisse seus votos e seus temores, liames que reunissem suas

fôrças. As opiniões religiosas não tinham mais influência bastante para fazer empreender uma Cruzada. Restava à cristandade para sua defesa, o caráter belicoso de algumas nações da Europa.

Os embaixadores que Manuel mandou ao Ocidente, repetindo as eternas lamentações dos gregos sôbre a barbárie dos turcos, solicitaram em vão a compaixão dos fiéis. Os enviados de Segismundo, Rei da Hungria, foram mais felizes; quando chegaram à côrte da França, êles imploraram a bravura dos cavaleiros e dos barões. Carlos VI não tinha renunciado, se acreditarmos nos historiadores do tempo, a tentar alguma grande emprêsa contra os inimigos da fé, "a fim de obter, diz Froissard, as almas de seus predecessores o Rei Filipe, de boa memória, e o Rei João, seu avô." Os enviados húngaros tinham tido o cuidado de insinuar em seus discursos que o sultão dos turcos desprezava a cavalaria cristã: não era necessário mais para inflamar o ardor dos guerreiros franceses; e, quando o rei declarou que êle entraria na liga contra os infiéis, tudo o que o reino tinha de mais valente entre os cavaleiros correu a êle, de armas na mão. A maior parte dos barões e dos senhores que haviam tomado parte na infeliz expedição contra *África,* não quis perder a ocasião de mostrar seu valor. Essa brava milícia tinha à sua frente o Duque do Nevers, filho do Duque da Borgonha, jovem príncipe, ao qual a temeridade fêz tomar em seguida o nome de *João sem Mêdo.* Entre

os outros chefes notavam-se o Conde da Marca, Henrique e Filipe de Bar, parentes do Rei da França; Filipe de Artois, condestável do reino, João de Viena, almirante; o senhor de Coucy, Guy de la Trimouille e o Marechal de Boucicaut, cujo nome está unido à história de tôdas as guerras do seu tempo.

Tôdas as idéias da glória, todos os sentimentos da religião e da cavalaria, uniam-se a essa expedição. Os chefes se tinham reunido para fazer os preparativos da viagem e para encher o Oriente de admiração, pela sua magnificência; o povo pedia a proteção do céu para o feliz resultado de suas armas. Comparava-se já a emprêsa dos novos cruzados à de Godofredo de Bouillon e os poetas do tempo celebravam a libertação próxima de Bizâncio e de Jerusalém.

O exército francês, no qual havia mil e quatrocentos cavaleiros e outros tantos escudeiros, atravessou a Alemanha e aumentando pelo caminho, com uma multidão de guerreiros vindos da Áustria e da Baviera. Quando chegaram às margens do Danúbio, êles encontraram a nobreza da Hungria e da Boêmia em armas. Passando em revista os numerosos soldados que tinham vindo para combater contra os turcos, Segismundo exclamou cheio de alegria: "Se o céu vier a cair, as lanças do exército cristão o deterão em sua queda."

Jamais uma guerra começou sob os mais felizes auspícios. Não sòmente o espírito da cavalaria tinha

feito acorrer um grande número de guerreiros às bandeiras da cruz, mas ainda, vários povos marítimos da Itália se tinham armado para a defesa de seu comércio, no Oriente. Uma frota veneziana, comandada pelo nobre Mocenigo, acabava de se reunir aos navios do imperador grego e cavaleiros de Rodes, na embocadura do Danúbio, e devia fazer triunfar o pavilhão dos francos no Helesponto, enquanto o exército cristão marcharia para Constantinopla.

Depois que se deu o sinal para a guerra, nada pôde resistir ao valor impetuoso dos cruzados; por tôda a parte êles bateram os turcos, apoderaram-se de várias cidades da Bulgária e da Sérvia e vieram cercar Nicópolis. Felizes dêles se essas primeiras vantagens não lhes tivessem dado uma confiança cega na vitória!

Os cavaleiros franceses, que eram vistos sempre à frente do exército cristão, não podiam crer que Bajazet ousasse atacá-los. E, quando lhes vieram anunciar que o sultão chegava com o exército, castigaram o temerário que lhes dava semelhante notícia. No entretanto, o exército otomano tinha atravessado o Monte Hemus e avançava para Nicópolis. Quando os dois exércitos chegaram à presença, um do outro, Segismundo rogou aos seus aliados que moderassem seu ardor bélico e esperassem a ocasião favorável para atacar um inimigo que êles não conheciam. O Duque de Nevers e os jovens senhores que o acompanhavam

escutaram com impaciência as advertências dos húngaros e julgaram que lhes queriam disputar a honra de começar o combate. Mal o estandarte da meia-lua apareceu diante dêles, precipitaram-se para fora do acampamento e atiraram-se contra o inimigo. Os turcos retiraram-se e fingiram fugir; os franceses perseguiram-nos em desordem e bem depressa se viram distanciados do exército húngaro. De repente nuvens de spahis e de janízaros saíram das florestas da vizinhança, onde estavam colocados de emboscada. Em todos os campos haviam-se fincado pequenos postes, que detinham a marcha da cavalaria cristã. Os guerreiros francos não podiam nem avançar, nem recuar, envolvidos por um exército enorme; agora combatem não mais para vencer, mas para morrer com glória e vender caro a vida. Depois de ter causado grande mortandade durante várias horas, nas fileiras inimigas, tudo o que havia de franceses na luta, morreu sob as armas dos muçulmanos ou foi feito prisioneiro.

1397. Bajazet, depois desta primeira vitória, voltou suas fôrças contra o exército húngaro, que o terror tinha já desmantelado e que foi dispersado ao primeiro embate. Segismundo, que na manhã daquele dia contava cem mil homens sob suas bandeiras, lançou-se quase sòzinho à barca de um pescador, e, costeando as margens do Euxino, refugiou-se em

Constantinopla, onde sua presença anunciou a derrota e espalhou grande consternação.

Êstes os frutos da presunção e da indisciplina dos guerreiros franceses. A história lamenta seus reveses mais que censura seu proceder; ela se contentou de dizer que, para vencer aos turcos, os húngaros teriam devido mostrar o valor dos franceses, ou os franceses imitar a prudência dos húngaros.

Bajazet que tinha sido ferido na batalha, mostrou-se bárbaro depois da vitória. Alguns historiadores dizem que o sultão quis vingar a morte de vários prisioneiros muçulmanos, massacrados pelo exército cristão. Mandou trazer à sua presença todos os prisioneiros, despojados de suas vestes, a maior parte cobertos de ferimentos e deu ordem aos seus janízaros de que os degolassem diante dêle. Três mil guerreiros franceses foram imolados à sua vingança. Pouparam sòmente o Duque de Nevers, o Conde da Marca, o senhor de Coucy, Filipe de Artois, o Conde de Bar, o Marechal de Boucicaut, e alguns outros chefes, pelos quais o imperador otomano esperava receber grandes somas, como resgate.

A notícia de tão grande desastre foi logo levada a Paris. Ameaçaram atirar ao Sena os primeiros que disso falaram; vários foram encerrados no Châtelet, por ordem do rei. Por fim, boatos os mais sinistros foram confirmados pelas narrações do senhor de Hely, que Bajazet tinha mandado à França para

anunciar a derrota dos cristãos e o cativeiro de seus chefes. Essa notícia trouxe a desolação à côrte de Carlos VI e a todo o reino. Froissard, em seu estilo singelo acrescenta que "as altas senhoras da França ficaram bem aborrecidas e havia motivo para tanto, pois aquilo lhes tocava de muito perto o coração."

Para acalmar as iras do imperador turco, Carlos VI mandou-lhe magníficos presentes. Mensageiros, atravessando a Hungria e o território de Constantinopla, levavam ao sultão, falcões brancos vindos da Noruega, *finos panos de escarlate, de sêda branca, e vermelha de Reims, panos de alto valor, ou tapeçarias, trabalhadas em Arras, na Picardia,* que representavam a história de Alexandre, *o que,* acrescentam as crônicas contemporâneas, *era muito agradável de ver, a tôdas as pessoas de bem e honradas.* Na côrte da França não se sabia como mandar à Turquia o dinheiro necessário para se resgatar a liberdade dos senhores retidos nas prisões de Bajazet. Um banqueiro de Paris fêz então o que não teria podido fazer nenhum soberano da Europa: de acôrdo com alguns comerciantes de Gênova, negociou o resgate dos prisioneiros e se encarregou de pagar por êsse resgate a soma combinada de duzentos mil ducados.

1400. Os nobres cativos que o sultão tinha levado em seu seguimento para Broussé, tiveram por fim a liberdade de voltar à Europa. Dois sòmente, não voltaram à pátria. Guy de Trimouille morreu

na ilha de Rodes. A senhora de Coucy, que não se podia consolar, tinha mandado aos turcos um fiel cavaleiro para saber notícias de seu espôso e o cavaleiro veio com a triste notícia de que o senhor de Coucy tinha morrido na prisão.

Quando o Duque de Nevers, com seus companheiros de infortúnio, deixou o acampamento de Bajazet, o sultão dirigiu-lhe estas palavras, referidas por Froissard: "Conde de Nevers, eu sei bem e estou informado de que tu és, em teu país, um grande senhor e filho de um grande senhor. Tu és jovem e no futuro poderás e podes, receber como vergonha e confusão o que te aconteceu, em tua primeira expedição e, de boa vontade, reconquistar tua honra; tu reunirás outras fôrças para vir contra mim e dar-me batalha; se eu duvidasse e se eu quisesse, eu te faria jurar sôbre tua fé e sôbre a lei que jamais te armarias contra mim, nem todos os que estão em tua companhia; mas, de nenhum modo, êsse juramento farei fazer, nem a ti, nem aos teus, mas eu quero que quando tiveres regressado, que, se muito bem te aprouver, reúnas tuas fôrças e venhas contra mim; tu me encontrarás sempre pronto e preparado contra ti e contra os teus."

Estas palavras, em que se nota todo o orgulho otomano, foi sem dúvida uma lição para os jovens guerreiros, cuja louca presunção tinha causado tantos reveses da guerra ao exército francês. Êles tinham

desprezado Bajazet antes da derrota; os soberbos gestos de Bajazet não podiam, depois da vitória, passar aos seus olhos como vãs bravatas, *pois*, diz Froissard, *bem se lembravam dêles enquanto viveram.*

Ao seu regresso à França, os nobres cavaleiros foram recebidos com o interêsse que a bravura infeliz inspira. Não se cansavam, na côrte de Carlos VI e na côrte de Borgonha, de ouvi-los narrar seus feitos, suas trágicas aventuras, as misérias do seu cativeiro; êles diziam maravilhas da magnificência de Bajazet; e, quando repetiam as palavras do sultão, que tinha o costume de dizer *que seria o senhor de todo o mundo, que ainda êle iria ver Roma e faria seu cavalo comer aveia sôbre o altar de S. Pedro,* quando falavam dos exércitos que o imperador turco recrutava para cumprir suas ameaças, grande temor, sem dúvida, devia se unir na alma dos ouvintes, ao sentimento da curiosidade e da surprêsa.

No entretanto, as narrações do Duque de Nevers e de seus companheiros despertavam a emulação dos guerreiros, e suas desgraças na Ásia inspiravam menos compaixão, do que o desejo de vingar sua derrota. Anunciou-se em seguida no reino uma nova expedição contra os turcos. Uma multidão de jovens senhores e de cavaleiros acorreu às armas. O Duque de Orleans, irmão do rei, não podia se consolar por não ter obtido a permissão de se pôr à sua frente e de ir com êles combater os infiéis. Foi o Marechal de

Boucicaut que, apenas de regresso do cativeiro, comandou os jovens cruzados ao Oriente. Sua chegada às margens do Bósforo libertou Bizâncio, sitiada por Bajazet. Seus feitos ergueram a coragem dos gregos e restituíram a honra, perante os turcos, às milícias do Ocidente. Quando, depois de um ano de fadigas e de combates gloriosos, êles voltaram à pátria, o imperador grego Manuel pensou de novo nas desgraças que cairiam sôbre êle e resolveu seguir o Marechal de Boucicaut para pedir auxílio e outros socorros a Carlos VI, pondo assim tôda a esperança do seu império nos guerreiros da França. Foi recebido com grandes honras à sua passagem pela Itália. Quando atravessou os Alpes, festas brilhantes o esperavam em tôdas as grandes cidades. A duas léguas de Paris encontrou Carlos VI e todos os grandes do reino que vinham ao seu encontro. Fêz sua entrada na capital revestido de um hábito de sêda branca, montado num cavalo branco, sinais distintivos da mais alta linhagem entre os francos. Sentia-se prazer em ver um sucessor dos Césares implorando as armas da cavalaria e a confiança que êle depositava na bravura dos franceses inflava o orgulho da nação; mas, no estado em que se encontrava a França então, era mais fácil oferecer a Manuel o espetáculo de torneios e cerimônias brilhantes das côrtes, do que dar-lhe tesouros e exércitos, de que êle tinha necessidade. Carlos VI começava a sentir aquela funesta enfermidade que deixou campo livre aos partidos e

causou ao reino grandes desgraças. A Inglaterra, da qual o Imperador de Constantinopla solicitou também o socorro, estava perturbada pela usurpação de Henrique de Lancastre e, se o monarca inglês então tomou a cruz, foi menos com intenção de socorrer os gregos, do que para fazer esquecer suas injustiças e para ter um pretexto de cobrar impostos sôbre seu povo. Ao mesmo tempo, a deposição de Venceslau punha tudo em movimento no império germânico, e a heresia nascente, de João Huss, dava já o sinal das desordens que deviam perturbar a Boêmia durante o século XV. No meio dessas desordens da cristandade, a única potência que teria podido restabelecer a harmonia estava dividida; a Igreja católica sempre vacilante entre as pretensões rivais dos dois pontífices, não podia ocupar-se nem da paz entre os cristãos, nem da guerra contra os turcos.

Êsse estado da França e da Europa acabou de destruir tôdas as esperanças do imperador grego. Depois de ter passado dois anos em Paris sem obter coisa alguma, êle tomou a deliberação de deixar o Ocidente e, tendo embarcado em Veneza, parou no Peloponeso onde esperou pacientemente que a sorte se encarregasse, ela mesma, da ruína completa ou da libertação de seu império.

Essa libertação, que não podia mais vir das potências cristãs, chegou de repente, por meio de um povo mais bárbaro que os tártaros e cujas conquistas

faziam tremer todo o Oriente. Tamerlão ou Timur do meio das guerras civis tinha sido elevado ao trono dos mongóis e acabava de erguer, no Norte da Ásia, o império formidável de Gengis-Cã. A história mal pode seguir êste novo conquistador em suas expedições gigantescas. A imaginação se espanta, pela rapidez com a qual, para nos servirmos de uma expressão do mesmo Timur, êle levou o *vento destruidor da desolação desde o Zagathai até o Indo, e desde o Indo até os desertos gelados da Sibéria.* Tal o flagelo, que o céu mandava para abater o orgulho ameaçador de Bajazet. Os historiadores do tempo não estão de acôrdo sôbre os motivos que armaram os chefes dos mongóis contra o império otomano: uns atribuem a resolução de Tamerlão às queixas dos príncipes muçulmanos da Ásia Menor, que o sultão dos turcos tinha expulsado de seus Estados; outros, fiéis ao espírito de seu século e procurando as causas dos grandes acontecimentos nos fenômenos celestes, explicam a invasão dos tártaros, pela aparição de um cometa que se manifestou durante dois meses à Ásia atônita. Desprezando as explicações maravilhosas, limitar-nos-emos a dizer que a paz não podia permanecer entre dois homens, levados pela mesma ambição e que não deviam perdoar um ao outro, o ter tido ao mesmo tempo o pensamento de conquistar o mundo. Seu caráter, como sua política, mostra-se assaz nas ameaças violentas que êles se fizeram recìprocamente, antes das hostilidades, e

que foram como o sinal das mais sangrentas catástrofes.

Tamerlão, partindo de Samarcanda, submeteu, a princípio, a cidade de Sebaste, cuja população aniquilou, e, como se tivesse querido dar a Bajazet, antecipadamente, antes de atacá-lo, uma visão das devastações, que acompanhavam por tôda a parte suas armas, dirigiu seus exércitos, hordas tártaras, para a Síria e para as províncias governadas pelos mamelucos do Egito. O valor dos soldados, as discórdias dos inimigos, a traição e a perfídia, que jamais êle deixava de chamar em socorro de seu poder, abriram-lhe as portas de Alepo, de Damasco, de Trípoli. Torrentes de sangue e pirâmides de cabeças humanas marcavam a passagem do conquistador mongol. Por tôda parte sua aproximação espalhava o espanto entre os cristãos, como entre os muçulmanos. Embora, êle se vangloriasse com palavras, de vingar a causa dos oprimidos, Jerusalém, nessa ocasião, teve que se alegrar, de que êle não tivesse pensado em sua libertação.

Enfim, os tártaros avançaram para a Ásia Menor. Timur atravessou a Anatólia, com um exército de oitocentos mil homens. Bajazet, que tinha levantado o cêrco de Constantinopla, para enfrentar seu temível adversário, encontrou-o nas planícies de Ancira. Depois de uma batalha que durou três dias, o imperador otomano perdeu ao mesmo tempo, seu

império e sua liberdade. Os gregos, aos quais o vento levou a notícia desta vitória, agradeceram, trêmulos, ao seu feroz libertador; a indiferença com que êle recebeu a embaixada, prova que êle não tivera a intenção de merecer sua gratidão. Chegando ao Bósforo, o vencedor de Bajazet dirigiu suas vistas e seus projetos para o Ocidente; mas o senhor dos mais vastos domínios da Ásia não tinha uma barca que o pudesse levar além do canal. Assim Constantinopla, depois de ter escapado ao jugo dos otomanos, teve a felicidade de escapar também à presença dos tártaros e a Europa viu dissipar-se longe dela, aquela violenta tempestade.

O vencedor fêz cair sua cólera sôbre a cidade de Esmirna, defendida pelos cavaleiros de Rodes. Essa cidade foi tomada de assalto, entregue ao saque e reduzida a cinzas. O imperador mongol voltou em triunfo a Samarcanda, levando em seu seguimento o sultão Bajazet e meditando por sua vez, na conquista da África e na invasão do Ocidente e em uma guerra contra a China.

Depois da batalha de Ancira, vários príncipes da família de Bajazet, disputaram as províncias devastadas, do império otomano. Se os francos tivessem aparecido então no estreito de Galípoli e na Trácia, teriam podido aproveitar-se das derrotas e da discórdia dos turcos e repeli-los para além do Tauro; mas a indiferença dos Estados cristãos, a perfídia e a

ambição de alguns povos marítimos da Europa, deixaram à dinastia otomana o tempo e os meios de reerguer seu poder abatido.

Os gregos também não se aproveitaram mais das vitórias de Tamerlão, do que os latinos. Vinte anos depois da batalha de Ancira os otomanos tinham retomado tôdas as províncias; seus exércitos rodeavam de novo Constantinopla e é aqui que podemos aplicar ao poder dos turcos a comparação oriental daquela serpente do deserto, que um elefante esmagou sob suas patas, e que reúne em seguida seus anéis dispersos, levanta pouco a pouco a cabeça ameaçadora, alcança a prêsa, que já havia abandonado e a envolve em sua espiral fatídica.

Enquanto os imperadores gregos não temeram por sua capital, não tiveram também relação alguma com os príncipes cristãos da Europa; mas, no momento do perigo, a côrte de Bizâncio renovou seus rogos e promessas de obediência à Igreja Romana. Uma entrevista de Manuel, referida por Frantza, nos mostra a situação dos gregos e a política tímida dos sucessores de Constantino: "Resta-nos, dizia êsse príncipe a seu filho João Paleólogo, como único recurso contra os turcos, o temor de nossa união com os latinos, e o terror que lhes inspiram as nações belicosas do Ocidente. Quando fordes oprimidos pelos infiéis, mandai à côrte de Roma embaixadores e prolongai as negociações sem jamais tomar uma

deliberação definitiva." Manuel acrescentava que a vaidade dos latinos e a obstinação dos gregos opor-se-iam sempre a um verdadeiro acôrdo e uma união qualquer com o papa, despertando as paixões dos dois partidos, deixaria Bizâncio à mercê dos bárbaros.

Êstes conselhos que mostravam pouca franqueza na política dos gregos, não podiam ser seguidos com êxito por muito tempo. Os perigos tornaram-se mais graves, as circunstâncias mais imperiosas; como a cristandade respondia a vãs negociações com vãs promessas, o sucessor de Manuel viu-se forçado a dar provas de sua fé e de sua sinceridade. Adotaram por fim a idéia de um concílio onde as duas igrejas se deviam pôr de acôrdo e se aproximar. O Imperador João Paleólogo e os doutôres da Igreja Grega dirigiram-se a Ferrara e depois a Florença. Depois de longos debates, os gregos reconheceram a dupla procedência do Espírito Santo e a supremacia do papa; por seu lado, o soberano pontífice comprometeu-se em manter para a defesa de Constantinopla, duas galeras e trezentos soldados nos tempos ordinários e dez galeras, durante seis meses ou vinte durante um ano, nos dias de perigo; prometeu, além disso, e principalmente, pedir o socorro da Europa. Para que as relações entre os latinos e os gregos fôssem mais freqüentes, a Santa Sé ordenou a todos os comandantes de navio que levaram peregrinos a Jeru-

salém, que entrassem no Bósforo da Trácia e que parassem no pôrto de Bizâncio. Quando a reunião das duas igrejas foi proclamada, todo o Ocidente considerou-a como uma vitória da Igreja Católica. Em Constantinopla, os prelados e os doutôres que a Grécia tinha mandado ao concílio de Ferrara, foram cobertos de maldições; o povo e a maior parte do clero, deploravam a ruína e a vergonha da Igreja Grega. Assim se realizou a predição de Manuel; todos os esforços tentados para reunir as duas idéias, só serviram para elevar nova barreira entre gregos e latinos.

No concílio de Ferrara e de Florença os enviados dos armênios e dos maronitas, dos jacobitas do Egito e da Síria, dos nestorianos e dos etíopes, submeteram-se, como os gregos, à autoridade pontifícia, e, sem dúvida, também na esperança de serem auxiliados pelos latinos e libertados da tirania dos muçulmanos. Essa negociação solene era menos uma submissão à Santa Sé do que uma homenagem prestada à bravura dos francos, nos quais todos os cristãos da Ásia e da África viam libertadores.

O Papa Eugênio, fiel às suas promessas, esperava que a reunião das duas igrejas e a pregação de uma Cruzada fixaria sôbre êle as vistas do mundo cristão e restituiria à autoridade pontifícia a confiança e a fôrça que o cisma do Ocidente lhe havia feito perder, bem como os decretos sediciosos do concílio

de Basiléia. Êle escreveu a todos os príncipes da cristandade, exortando-os a se reunirem para deter a invasão dos muçulmanos. Eugênio lembrava na sua carta todos os males que sofriam os fiéis nos países sujeitos à dominação dos bárbaros: os turcos, dizia êle, ligavam com cordas, grupos de homens e de mulheres e os arrastavam em seu seguimento. Todos os cristãos que êles condenavam à escravidão eram confundidos com os mais vis despojos e vendidos como animais de carga. Sua barbárie separava o filho do pai, o irmão, da irmã, o espôso, da espôsa. Aquêles que a idade ou as doenças impediam de caminhar, êles os matavam na estrada ou no meio das cidades. A infância mesma não lhes inspirava piedade. Êles matavam vítimas inocentes que começavam apenas a desabrochar para a vida, que ainda não conheciam o perigo e que sorriam para seus algozes, ao receberem o golpe mortal. Cada família cristã era condenada a entregar seus próprios filhos ao imperador otomano, como outrora o povo de Atenas mandara como tributo a fina flor de sua juventude ao monstro de Creta. Por tôda a parte, onde os turcos haviam penetrado, os campos ficavam estéreis, as cidades perdiam suas leis e sua indústria, a religião cristã não tinha mais sacerdotes nem altares; a humanidade, não tinha mais apoio, nem asilo. Enfim, o pai dos fiéis não esquecia nenhuma das barbaridades cometidas pelos inimigos do Cristo; êle não podia conter a tristeza que lhe causavam tantas

imagens dolorosas e rogava aos príncipes e ao povo que socorressem o reino de Chipre, a ilha de Rodes e principalmente Constantinopla, últimos baluartes do Ocidente.

As exortações do soberano pontífice encontraram apenas corações indiferentes entre os povos da Inglaterra, da França e da Espanha. O sentimento da humanidade, o do patriotismo, não puderam reanimar o entusiasmo que precedentemente haviam feito nascer o espírito de religião e o da cavalaria. As Cruzadas longínquas, qualquer que fôsse o seu objetivo, eram mais consideradas como obra de uma política invejosa, de que se faziam valer os recursos para afastar os príncipes e os grandes, que se queriam privar do poder. No estado em que se encontrava a Europa, os que animavam a guerra tinham poucas ocasiões de exercer sua bravura sem deixar o lar. Os alemães, que tinham recrutado quarenta mil homens para combater contra os hereges da Boêmia, ficaram imóveis quando lhes falaram dos turcos, prestes a levar o estandarte do islamismo até os extremos do Ocidente.

No entretanto o papa não se contentou de exortar os fiéis a tomar as armas, e, querendo dar o exemplo, recrutou soldados, equipou navios, para fazer guerra aos turcos. As cidades marítimas de Flandres, as repúblicas de Gênova e de Veneza, que tinham grandes interêsses no Oriente, fizeram

alguns preparativos; suas frotas reuniram-se aos estandartes de S. Pedro e se dirigiram para o Helesponto. O temor de uma próxima invasão despertou o zêlo dos povos que habitam nas margens do Dniester e do Danúbio; pregou-se a Cruzada nas dietas da Polônia e da Hungria. Nas fronteiras ameaçadas pelos bárbaros, o povo, o clero e a nobreza obedeceram à voz da religião e da pátria.

O soberano pontífice nomeou como Legado junto dos cruzados o Cardeal Júlio Cesarini, prelado de um caráter intrépido, de gênio ardente, armando-se ao mesmo tempo da espada da palavra e da do combate, temível no campo de batalha, como nas lutas sábias da escola. Depois de ter obtido a confiança do concílio de Basiléia o Cardeal Júlio se havia distinguido no concílio de Florença defendendo os dogmas da Igreja Latina. Sua eloqüência tinha levantado a Alemanha contra os hussitas; agora êle ardentemente desejava levantar a cristandade contra os turcos. O exército reunido sob as bandeiras da cruz tinha por chefes Huniada e Ladislau. O primeiro, Vaivoda da Transilvânia, tinha adquirido em sua juventude uma brilhante fama na Itália, sob o nome de *Cavaleiro Branco;* êle era célebre entre os guerreiros cristãos e o epíteto de *salteador* que os turcos acrescentavam ao seu nome, mostra o ódio e o terror que êle inspirava aos infiéis. Ladislau reunia sôbre sua cabeça as duas coroas da Polônia e da Hungria, e merecia pelas qualidades brilhantes de

sua juventude o amor dos poloneses e dos húngaros. Os cruzados se reuniram no Danúbio e receberam logo o sinal da guerra. As frotas do soberano pontífice, de Veneza, de Gênova, da Flandres cresciam no Helesponto. Os habitantes da Moldávia, da Sérvia e da Grécia prometiam reunir-se ao exército cristão: o sultão da Caramânia, implacável inimigo dos otomanos, devia atacar a Ásia. O imperador grego, João Paleólogo, anunciava grandes preparativos e se dispunha a marchar à frente de um exército diante de seus libertadores.

Huniada e Ladislau avançaram até Sofia, capital dos búlgaros. Duas batalhas lhes abriram a passagem do monte Hemus e o caminho de Bizâncio. Os rigores do inverno detiveram a marcha vitoriosa dos guerreiros cristãos; o exército dos cruzados voltou à Hungria para esperar a estação favorável e recomeçar a guerra. Voltou em triunfo a Buda, no meio das aclamações de um povo imenso. O clero celebrou com cânticos e ações de graças as primeiras vitórias dos cristãos e Ladislau dirigiu-se, descalço, à igreja de Nossa Senhora, onde pendurou nas arcadas do santuário as bandeiras, tomadas aos infiéis.

Antes de começar a guerra, haviam persuadido aos guerreiros muçulmanos de que a destruição dos cristãos estava escrita no livro dos destinos. "Quando todos os inimigos do profeta, diziam entre êles, forem destruídos, cada um de nós só terá que guiar a charrua e contemplar o cavalo de batalha na cocheira."

Essa opinião gerada pelo orgulho da vitória, tinha sido suficiente para arrefecer o zêlo dos guerreiros otomanos. A maior parte dêles tinha ficado em casa, enquanto os cristãos marchavam para Andrinopla.

Quando as notícias lhes chegaram, das vitórias dos francos no Danúbio, aquela segurança cega deu logo em seguida lugar ao temor. O sultão Amurat mandou embaixadores para pedir a paz. A história não diz de que meios de sedução os otomanos usaram para propor a paz aos cruzados vitoriosos; mas, sabemos que êles chegaram a fazer ouvir suas propostas. A paz foi resolvida no conselho dos chefes do exército cristão. Juraram, de um lado, sôbre o Alcorão, do outro, sôbre o Evangelho, uma trégua de dez anos. Essa deliberação inesperada irritou o orgulho e o zêlo do Cardeal Júlio, cuja missão era animar os cruzados à guerra. Quando êle viu os chefes da Cruzada reunirem-se para a paz, quedou-se em silêncio rancoroso e recusou-se assinar o tratado que desaprovava. O inflexível legado esperou uma ocasião em que pudesse manifestar o seu descontentamento e forçar os cruzados a retomar as armas. Essa ocasião não tardou a se apresentar.

Amurat ou Mourad II, satisfeito por ter restaurado a paz em seus Estados e cansado das grandezas da terra, tinha renunciado ao império e se recolhera ao retiro de Magnésia de Hermus, chamado pelos turcos — *Magnissa*. "Por muito tempo, dissera êle a um dos

seus ministros, Chalil-pachá, eu tive meu pé no estribo e a espada na mão; jamais deixei de lutar pelo bem da religião; é tempo que eu deixe o império e me retire para me entreter com o Todo-Poderoso. Sim, estou resolvido a consagrar ao arrependimento os instantes que me restam e de colocar meus pés sôbre a almofada do repouso. . .. Eu não quero mais pensar em outra coisa do que em lavar minhas faltas nas lágrimas da compunção. . ." Pode-se ver, a uma meia hora ao norte de Magnésia, uma grande tôrre em ruínas que, segundo a tradição muçulmana do país, foi a morada do augusto solitário. A recordação de Mourad II, dêsse sultão que os escritores do século passado chamaram de — *filósofo,* ficou entre os osmanlis de Magnissa: entre as belas mesquitas da cidade, nota-se a que traz o seu nome, a — *Mourad-djamissi* — tem rendas consideráveis e essas rendas servem para a manutenção de dois hospitais, de duas cozinhas públicas e de uma escola aberta para tôdas as crianças muçulmanas da cidade.

O sultão da Caramânia anunciou aos cristãos a resolução de Mourad; êle disse-lhes que seu inimigo mais temível tinha *perdido a razão* e acabava de trocar a coroa imperial por um capuz de cenobita. Acrescentava que Amurat tinha deixado a autoridade suprema a uma criança; e em sua mensagem comparava o império otomano, essa criança, — *uma plantinha que o menor vento pode desenraigar.* O mesmo sultão estava tão persuadido de que o império

otomano caminhava para a decadência, que ia entrar com um exército na Anatólia. Ao mesmo tempo, a notícia se espalhou de que o imperador de Constantinopla tinha tomado as armas, as frotas dos confederados esperavam no Helesponto o novo sinal da guerra. Uma outra circunstância não menos importante parecia própria a despertar o ardor bélico dos cruzados: a vitória conquistada perto de Sofia lhes havia dado, na Grécia, um aliado poderoso. Nessa batalha, o terceiro filho de João Castriot, que comandava a vanguarda do exército, otomano, abandonou de repente a religião e os estandartes dos turcos, para defender na Albânia o culto e a herança de seus antepassados. Os mensageiros de Jorge Castriot Scandenberg anunciaram aos chefes do exército cristão que êle estava prestes a se unir a êles, à frente de vinte mil albaneses, fiéis aos estandartes da cruz.

Tôdas estas notícias chegaram ao mesmo tempo e mudaram completamente a face dos acontecimentos e a disposição dos espíritos. Então, um novo conselho se reuniu; o cardeal Júlio tomou a palavra no meio dos chefes e acusou-os de ter traído a fortuna e a glória; censurou-os, sem rebuços, por terem assinado um paz vergonhosa, sacrílega e funesta para a Europa, funesta também para a Igreja. "Vós, disse êle, tínheis jurado combater os eternos inimigos da cristandade e acabais de jurar sôbre o Evangelho, depor as armas. A qual dêstes dois juramentos sereis fiéis? Acabais de concluir um tratado com os muçulma-

nos, mas, não tendes também tratados com nossos aliados? Abandonareis êsses aliados generosos, quando êles correm de todos os lados, em vosso auxílio e vêm partilhar convosco dos perigos de uma guerra, na qual Deus protegeu tão visìvelmente vossos primeiros esforços? Mas, que digo? Não abandonais sòmente vossos aliados; deixais sem apoio e sem esperança aquela multidão de cristãos que prometestes libertar de um jugo insuportável e que continuarão sujeitos a todos os furores dos muçulmanos, que vossas vitórias irritaram. Os gemidos de tantas vítimas vos hão de perseguir em vosso descanso e vos acusarão diante de Deus e diante dos homens. Fechais para sempre às falanges cristãs as portas da Ásia e dais aos muçulmanos a esperança que êles tinham perdido, de invadir os países da cristandade. A que interêsses, respondei-me, sacrificastes vossa própria glória e a salvação do mundo cristão? O que o sultão Amurat vos promete, a mesma guerra não vo-lo teria dado? Não vos teria ela dado ainda muito mais? E as garantias obtidas pela vitória não inspiram mais confiança do que as promessas dos infiéis? Que direi ao soberano Pontífice que me mandou para a vossa companhia, não para tratar com os muçulmanos, mas para repeli-los para além dos mares? Que direi a todos os pastôres da igreja cristã, a todos os fiéis do Ocidente, que agora rezam para pedir ao céu o feliz êxito de vossas armas? Sem dúvida, os bárbaros que acabamos de vencer duas vêzes, jamais

consentiriam na paz, se tivessem tido os meios de continuar a guerra. Crêdes que êles observarão as condições do tratado quando a fortuna lhes fôr favorável? Não! Os guerreiros cristãos não podem ficar ligados por um pacto ímpio, que entrega a igreja e a Europa aos discípulos de Maomé. Sabei que não pode haver paz entre Deus e seu inimigos, entre a verdade e a mentira, entre o céu e o inferno. Não tenho necessidade de vos desligar de um juramento evidentemente contrário à religião e à moral e a tudo o que faz entre os homens a santidade e a fé das promessas. Eu vos exorto então, em nome de Deus, em nome do Evangelho, a retomar as armas e a seguir-me no caminho da salvação e da glória."

A violência dêste discurso tinha certamente como desculpa a defesa da cristandade; mas a história imparcial, sejam quais forem as razões que se possam alegar, não poderia aprovar êste esquecimento manifesto da palavra dada nos juramentos. Os chefes da cruzada mereciam censuras do legado apostólico, que os acusava de ter feito uma paz vergonhosa e funesta para a Europa cristã; mas êles mereceram também as censuras da posteridade, violando os tratados que acabavam de concluir. Quando o cardeal Júlio havia começado a falar os espíritos já estavam abalados! Depois que êle terminou seu discurso, o ardor guerreiro que o animava apoderou-se de todos os seus ouvintes e manifestou-se por meio de sinais ardentes de uma aprovação geral. No mesmo lugar onde

se acabava de jurar a paz, juraram com uma voz unânime, recomeçar a guerra.

O entusiasmo da maior parte dos chefes chegara ao auge e não lhes permitiu ver que tinham perdido a metade de seu exército. Um grande número de cruzados acabava de deixar as bandeiras da cruz; uns impacientes por voltar aos seus lares, a maior parte, descontente com um tratado que tornava sua bravura e seus feitos, completamente inúteis. O príncipe da Sérvia, vizinho dos turcos, temendo sua vingança, não ousou correr também os perigos de uma nova guerra, e não enviou tropas ao exército de Huniada e de Ladislau. Em vão esperaram reforços prometidos por Scandenberg, obrigado a defender a Albânia. Restavam sòmente vinte mil homens sob as bandeiras da cruz. Um chefe dos Valacos, reunindo-se aos cruzados com sua cavalaria, não deixou de manifestar sua surprêsa ao rei da Hungria e disse-lhe que o sultão que êle ia combater ia freqüentemente à caça, levando mais escravos do que os soldados de que então dispunha o exército cristão, como combatentes.

Aconselharam aos principais chefes da cruzada que esperassem, para recomeçar a guerra, depois da chegada de novos cruzados ou da volta dos que tinham partido; mas, Ladislau, Huniada, e principalmente o cardeal Júlio, estavam persuadidos de que Deus protegeria os defensores da cruz e de que nada lhes poderia resistir. Puseram-se em marcha atra-

vessando os desertos da Bulgária e chegaram a Varna, onde acamparam, nas costas do mar Negro.

Foi aí que os cruzados, em vez de encontrar a frota que os devia ajudar, souberam que Amurat, saindo do seu retiro, em Magnésia, vinha com um exército de sessenta mil homens. A essa nova, dissipou-se a louca confiança que lhes havia dado o cardeal Júlio e no desespêro em que estavam, censuraram os gregos por os terem traído e abandonado, acusaram os genoveses e o sobrinho do papa, que comandava a frota cristã, de ter entregue aos turcos a passagem de Calípoli. Essa acusação está repetida em tôdas as crônicas do Ocidente; mas os historiadores turcos disso não fazem menção alguma; êles dizem, ao contrário, que Amurat atravessou o Helesponto, longe dos lugares em que a frota cristã se encontrava e que o grão-vizir que o esperava nas margens da Europa protegeu, com uma bateria de canhões, a passagem do exército otomano. Logo que as tropas de Amurat, diz o historiador turco Coggia-effendi, tocaram em terra, puseram-se todos em oração, para agradecer ao deus de Maomé, e o — *zéfiro da vitória agitou as bandeiras muçulmanas*.

O sultão prosseguiu sua marcha, jurando pelos profetas do islamismo, castigar os inimigos, pela violação do tratado. Se dermos crédito a alguns autores, o imperador dos turcos suplicou a Jesus Cristo mesmo, que vingasse o ultraje feito ao seu nome

pelos guerreiros perjuros. À aproximação dos otomanos, Huniada e o legado propuseram a retirada; mas, essa, já era impossível; Ladislau resolveu morrer ou vencer. Travou-se o combate: então, diz o historiador otomano, houve grande matança e — *uma infinidade de homens valentes correram ao vale do nada por torrentes de sangue.* Desde o comêço do combate, a ala direita e a ala esquerda turca foram desbaratadas. Alguns autores dizem que Amurat teve então o pensamento de fugir e que êle foi detido por um janízaro que o segurou, pela rédea de seu cavalo; outros louvam a coragem inquebrantável do sultão e o comparam a um rochedo capaz de resistir a todos os golpes da tempestade. Coggia-effendi, que já citamos, acrescenta que o imperador otomano dirigiu no campo de batalha uma prece ao deus de Maomé, que êle o rogou, com lágrimas, que afastasse dos muçulmanos a taça do desprêzo e da aflição.

A fortuna parecia favorecer as armas dos cruzados. Uma grande parte do exército otomano tinha fugido diante de vinte e quatro mil soldados cristãos; nada resistia à coragem impetuosa do rei da Hungria. Uma multidão de prelados e de bispos, armados de couraças e de espadas, acompanhava Ladislau, rogando-lhe que dirigisse o ataque para o lugar onde ainda Amurat combatia, defendido pela elite de seus janízaros. Êle escutou êstes conselhos imprudentes e, tendo se lançado ao meio dos batalhões

inimigos, foi atravessado ao mesmo tempo, por mil lanças e caiu com todos os que tinham podido segui-lo. Sua cabeça, levada na ponta de uma lança e mostrada aos húngaros, espalhou a consternação em suas fileiras. Em vão Huniada e os bispos procuraram reanimar a coragem dos cruzados, dizendo-lhes que não combatiam por um rei da terra, mas por Jesus Cristo, todo o exército cristão debandou e fugiu em desordem; Huniada foi também levado. Dez mil soldados da cruz perderam a vida, os turcos fizeram um grande número de prisioneiros. O cardeal Júlio pereceu no combate ou na fuga.

Depois desta vitória, Amurat percorreu o campo de batalha; e como entre os mortos não visse nenhum cristão de barba grisalha, seu vizir disse-lhe que os homens na idade da razão, não teriam tentado um empreendimento tão temerário. Estas palavras eram um elogio dirigido ao sultão, mas podem no entretanto servir para caracterizar uma guerra onde os chefes dos exércitos cristãos obedeceram mais às paixões imprudentes da juventude, do que à experiência da idade madura.

As expedições dos cristãos contra os turcos começavam quase sempre, como esta, com resultados brilhantes, e acabavam com grandes desastres. O mais das vêzes uma cruzada terminava na primeira ou na segunda batalha, porque os cruzados só tinham valor, nada porém do que pode fixar a vitória ou reparar os reveses. Vencedores, êles disputavam a

glória dos combates e os despojos do inimigo; vencidos, desanimavam de uma vez e voltavam para seus lares, acusando-se recìprocamente de suas derrotas.

A batalha de Varna assegurou aos turcos a posse das províncias que êles tinham invadido na Europa e permitiu-lhes realizar novas conquistas. Amurat, depois de ter triunfado de seus inimigos, novamente renunciou à coroa imperial e a solidão de Magnésia reviu o vencedor dos húngaros, revestido do humilde burel dos cenobitas. Mas os janízaros, que tantas vêzes êle tinha comandado para a vitória, não lhe permitiram renunciar ao mundo e gozar do descanso que êle procurava. Forçado a retomar o comando dos exércitos e as rédeas do império, êle dirigiu suas fôrças para a Albânia e voltou depois, para combater Huniadas, nas margens do Danúbio. Passou o resto de seus dias fazendo guerra aos cristãos; e seu último pensamento foi recomendar a seu sucessor que dirigisse suas armas contra a cidade de Constantinopla.

Maomé II, a quem Amurat tinha legado a conquista de Bizâncio, sucedeu a seu pai, sòmente seis anos depois da batalha de Varna. Foi então que começaram para os gregos os dias de luto e de calamidades. Aqui a história nos oferece um triste espetáculo, numa última e terrível luta, de um lado, um velho império cuja glória tinha enchido o universo e que agora tinha por defesa, e por limites as muralhas de sua capital. De outro, um império novo, cujo no-

me mal se conhecia e que já ameaçava invadir o mundo.

Constantino e Maomé, subindo ao trono quase ao mesmo tempo, um, ao dos Césares, o outro, ao de Otoman, não ofereciam menos diferença em seu caráter do que em seus destinos. Admiramos a moderação e a piedade de Constantino; os historiadores celebraram seu valor calmo e prudente, no campo de batalha e sua paciência heróica nos reveses. Maomé levou ao trono um espírito vivo e empreendedor, uma política ardente e apaixonada e um indomável orgulho. Afirmam que êle amou as artes e as letras, mas êsses estudos pacíficos não puderam mitigar sua ferocidade selvagem. Na guerra, nunca poupou nem a vida de seus inimigos, nem a de seus soldados e a violência de seu caráter, muitas vêzes ensanguentou a mesma paz. Encontramos em Constantino um monarca educado à escola do Cristianismo; reconhecemos fàcilmente em Maomé um príncipe formado pelas máximas guerreiras e intolerantes do Alcorão. O último dos Césares tinha tôdas as virtudes que podem honrar e fazer suportar um grande infortúnio. O filho de Amurat mostrava as funestas qualidades de um conquistador e tôdas as paixões que, no dia da vitória, deviam ser o desespêro dos vencidos.

Quando Maomé subiu ao trono do império, seu primeiro pensamento foi a conquista de Bizâncio. Nas negociações que precederam à quebra da paz, Constantino não escondeu a fraqueza do império

grego, e mostrou tôda a resignação de um cristão. "Minha confiança está em Deus, dizia ao príncipe otomano; se lhe aprouver amansar vosso coração, eu me regozijarei com êsse feliz acontecimento; se êle vos entregar Constantinopla, eu me submeterei sem murmurar à sua santa vontade."

O cêrco de Bizâncio devia começar na primavera de 1453. Os gregos e os turcos passaram o inverno em preparativos de ataque e de defesa. Maomé ocupava-se com ardor de um empreendimento para o qual se dirigiam há muito tempo os votos da nação turca e todos os esforços da política otomana. No meio da noite, mandou chamar seu vizir: "Tu vês, disse-lhe Maomé, a desordem de meu sono. Eu mesmo causei a perturbação que me agita e me devora. De ora em diante não haverá mais descanso para mim, nem sono tranqüilo, a não ser na capital dos gregos."

Enquanto Maomé reunia tôdas as suas fôrças para começar a guerra, Constantino Paleólogo implorava o socorro das nações da Europa. Gritos de temor e de apreensões tantas vêzes partiam de Constantinopla, que uns consideravam os perigos do império grego como imaginários, outros, sua ruína, como inevitável. Em vão Constantino prometia, bem como todos seus predecessores, reunir a Igreja Grega à Romana; a lembrança de tantas promessas feitas durante os perigos, esquecida nos dias de tranqüilidade, aumentava a antipatia dos latinos pelos povos da

Grécia. O Papa exortou sem entusiasmo os guerreiros do Ocidente a tomar as armas e se contentou de mandar ao imperador um legado e eclesiásticos versados na arte da argumentação e nos estudos da teologia. Embora o cardeal Isidoro levasse um tesouro considerável e também alguns soldados italianos, sua chegada a Constantinopla trouxe o desânimo aos gregos, que esperavam outros subsídios e pareciam ter dado grande valor à sua submissão à Igreja Romana e tê-la pago a um alto preço.

Os príncipes da Moréia e do Arquipélago, os da Hungria e da Bulgária, uns, temendo serem atacados, outros levados pela indiferença ou pelo espírito de inveja, recusaram-se a tomar parte numa guerra em que a vitória iria decidir sôbre sua sorte. Como Gênova e Veneza tinham escritórios e estabelecimentos de comércio em Constantinopla, dois mil guerreiros genoveses, quinhentos ou seiscentos venezianos se apresentaram, sob as ordens de Justiniano, para defender a cidade. Chegaram também tropas de catalães, milícia intrépida, ora, flagelo, ora esperança da Grécia e aos quais sòmente o amor da guerra e do perigo levava à cidade imperial. Eis tudo o que devia representar a belicosa Europa no cêrco de Bizâncio.

Nessa época, várias potências cristãs guerreavam-se entre si; o continuador de Baronius, nota a êsse respeito que os soldados que então pereceram nos combates travados no seio do Cristianismo, teriam

sido suficientes para dispersar os turcos e repeli-los até os confins da Ásia. De resto, se a história, nessa ocasião, acusa a indiferença dos povos do Ocidente, que não se deve dizer da dos gregos pela sua própria defesa? Os esforços de Constantino para reunir as duas Igrejas tinham enfraquecido a confiança e o zêlo de seus súditos, que se diziam e se julgavam ortodoxos. Entre os gregos uns, para nada dever aos latinos, anunciavam que Deus se tinha encarregado, êle mesmo, de salvar seu povo e, ante a palavra de algumas profecias que êles tinham feito, esperavam na inatividade, uma libertação milagrosa. Outros, mais sombrios em seus sonhos escolásticos, não queriam que Constantinopla fôsse salva, porque êles tinham predito que o império devia perecer, para expiar o crime da reunião: tôda a esperança de uma vitória tinha a seus olhos algo de ímpio e de contrário à vontade do céu. Quando o imperador falava dos meios de salvação que ainda restavam e da necessidade de se tomarem as armas, êsses doutôres atrabiliários respondiam com uma espécie de horror, e a multidão, que êles tinham dispersado, corria para junto do monge Grenádio, que do fundo de sua cela, clamava sem cessar ao povo, que nada mais havia a se fazer e que tudo estava perdido.

Uma das grandes calamidades do espírito de partido ou do espírito sectário, é tornar àqueles que êle afasta, indiferentes à sorte da sociedade em que vivem e romper os liames que os unem à família e à

pátria. Que de mais aflitivo do que ver homens que se exaltam com palavras, que um orgulho obstinado prende a vãs sutilezas e pelas quais a queda do mundo seria um espetáculo menos doloroso do que o triunfo de uma opinião que êles repelem ou que um adversário que êles combatem? Na véspera dos maiores perigos Constantinopla estava cheia de gente, a quem o ódio dos latinos fazia esquecer a aproximação e as ameaças dos turcos. O grão-duque Notaras chegou a dizer que êle preferia ver em Bizâncio o turbante de Maomé do que a tiara do Pontífice de Roma.

Não é inútil lembrarmos que em todos êsses debates não se tratava das verdades do Cristianismo, mas sòmente de alguns pontos da disciplina eclesiástica: celebrar a missa em língua latina, consagrar pão sem fermento, misturar água fria no cálice, comunicar-se com os azimitas, eis o que era preciso odiar, o que era de mister temer, mais que o islamismo. Tais os motivos pelos quais os gregos repeliam os francos, seus aliados naturais, oprimiam-nos com anátemas, e invocavam a maldição do céu sôbre sua cidade.

No meio dessas deploráveis discussões não se ouvia a voz do patriotismo e da humanidade, e a indiferença, o egoísmo, os temores pusilânimes podiam se esconder sob a aparência respeitável da religião e da ortodoxia. Uma grande parte da população de Constantinopla tinha abandonado a cidade; entre os que

haviam ficado, os mais ricos tinham enterrado seus tesouros, que teriam podido empregar na defesa da cidade e que êles perderam com a liberdade e a vida. A cidade imperial contava em seu seio só quatro mil novecentos e setenta defensores e o imperador foi obrigado a despojar as igrejas para fornecer o necessário à manutenção das tropas. Assim, oito a nove mil combatentes formavam a guarnição de Bizâncio e a última esperança do império do Oriente.

Maomé tinha terminado seus imensos preparativos. Como a conquista de Bizâncio e o saque dessa capital eram a mais rica recompensa que se poderia oferecer ao valor dos otomanos, todos os soldados estavam de algum modo interessados na ambição de seu chefe. Renovou-se então entre os muçulmanos o ardor e o fanatismo belicoso dos companheiros de Omar e das primeiras campanhas do islamismo. De tôdas as regiões que se estendem desde a cadeia do Tauro até às margens do Ebro e do Danúbio, acorreram multidões de guerreiros atraídos ao exército do sultão pela esperança de despojos abundantes e pelo desejo de se distinguir numa guerra religiosa e nacional. Para dar a conhecer ao mesmo tempo a decadência e a fraqueza dos gregos, a fôrça e a potência dos otomanos, será suficiente dizer-se que Constantinopla, de tudo o que restava do território do império, possuia então, menos habitantes, do que Maomé tinha de soldados sob suas bandeiras.

O exército otomano partiu de Andrinopla no começo de março. À aproximação dessa terrível guerra, os turcos não puderam conter a alegria e seu historiador, para descrever a embriaguez que êle mesmo sentia, descreve os belos dias de primavera. "A rosa, diz êle, semelhante à beleza provocante, fazia entrever seus encantos; o amoroso rouxinol começava a fazer ouvir seus cantos melancólicos: os prados e as colinas cobertas de flôres e de verde relva, pareciam esperar as legiões do eqüitativo sultão." A 6 de abril, Maomé havia plantado seu pavilhão diante da porta de S. Romano, chamada hoje *Top Capossi.* De ambos os lados deu-se o sinal do combate. Desde os primeiros dias do cêrco, os gregos e os turcos empregaram todos os recursos que a arte da guerra lhes havia ensinado, inventado ou aperfeiçoado entre os antigos e os modernos. Entre seus formidáveis preparativos, Maomé não tinha se esquecido da artilharia, cujo uso se espalhava no Ocidente. Uma das peças de canhão fundida sob seus olhos em Andrinopla por um operário da Dinamarca ou da Hungria, tinha proporções tão gigantescas que trezentos bois a arrastavam com dificuldade e ela lançava uma bala de seis ou sete quintais a uma distância de mais de seiscentas toezas. Todos os historiadores do tempo falam dêsse formidável aparelho de guerra mas não dizem quase nada do efeito que êle produziu no campo de batalha. Examinando com cuidado a narração dos contemporâneos e principalmente a descrição que

êles nos deixaram dessas enormes máquinas de bronze, que eram tão difíceis de transportar, ficamos persuadidos de que no cêrco de Bizâncio a artilharia otomana causou mais espanto e surprêsa do que prejuízos. Os turcos empregaram pouca habilidade ou zêlo em secundar os engenheiros e os artilheiros francos que Maomé tinha tomado a seu serviço; foi uma grande felicidade para a cristandade, que uma descoberta tão funesta, não se aperfeiçoou, então, nas mãos dos bárbaros; a Europa não lhes teria podido resistir se êles tivessem reunido essa fôrça nova às vantagens que já tinham na guerra.

Os turcos empregaram com mais êxito outras armas e outros meios de ataque, como as minas, cavadas sob as muralhas, as tôrres rolantes que se aproximavam das muralhas, os aríetes que derrubavam os muros, as balistas que lançavam pedaços de madeira e pedras, enfim, flechas, dardos, e mesmo o fogo grego, que rivalizava ainda com a pólvora e que esta bem depressa teria feito olvidar.

Todos êstes meios de destruição eram empregados ao mesmo tempo e os ataques se renovavam sem cessar. Os sitiados não tinham homens para trabalhar nas máquinas de guerra; e, quando pensamos no pequeno número de defensores de Constantinopla, nos admiramos de que êles tenham podido resistir, durante mais de cinqüenta dias, à multidão inumerável dos otomanos. Essa generosa milícia ocupava uma linha de mais de uma légua, repelindo dia e noite assal-

tos do inimigo, reparando as brechas das muralhas, fazendo pequenas incursões. Apresentava-se ao mesmo tempo, em tôda parte e era suficiente para tudo, animada pela presença dos chefes e principalmente pelo exemplo de Constantino. Várias vêzes a fortuna favoreceu os esforços dessa tropa heróica, e deu alguns vislumbres de esperanças ao sentimento de tristeza e de espanto que reinava em Constantinopla.

Os da cidade conservavam, porém, uma vantagem: ela era inacessível do lado do Propontida e do lado do pôrto. Maomé tinha reunido no canal do mar Negro um frota numerosa que porém, só servia para o transporte de víveres e de munições de guerra. A marinha otomana não podia disputar a primazia à marinha dos gregos, principalmente à dos francos; os turcos estavam mesmo convencidos de que tinham que ceder o império do mar aos povos cristãos.

Pela metade do cêrco, viram entrar no canal cinco navios vindos das costas da Itália e da Grécia. Logo tôda a frota otomana se movimenta e navega ao seu encontro; mas esta os rodeia, ataca-os várias vêzes para dela se apoderar ou para lhe deter a marcha. Maomé, na praia, animava os combatentes com o gesto e com a voz. Quando viu os otomanos prestes a sucumbir, êle não pôde conter a cólera; incitando o cavalo para dentro do mar, êle parece ameaçar os elementos, e como um rei bárbaro da antiguidade, acusa as ondas de desobedecerem à sua vontade suprema.

Maomé II diante de Constantinopla.

Por outro lado, os gregos, reunidos nas muralhas da cidade, esperavam com temor o fim da luta. Depois de um combate obstinado de parte a parte, depois de muito sangue derramado, os navios turcos foram dispersados, atirados para a praia e a frota cristã, carregada de víveres e de soldados, chegou em triunfo ao pôrto de Constantinopla.

Essa vitória obtida pelos francos, mostra-nos quanto era fácil aos povos marítimos da Europa, socorrer e salvar Bizâncio. Os muçulmanos, assustados com a derrota, perderam por um momento a esperança de vencer os cristãos; para lhes reanimar a coragem abatida, o corpo de ulemas teve necessidade de lhes lembrar as promessas do Alcorão. "Os cristãos, disse Coggia-effendi, semelhantes à tartaruga que sai de sua casca, puseram a cabeça para fora das muralhas e começaram a vomitar ameaças contra os muçulmanos. Êstes ficaram de tal modo desanimados, que se falou de paz. Mas os ulemas e os xeques determinaram que Maomé continuasse a guerra." O sultão tentou um último esfôrço para se apoderar do pôrto de Constantinopla. Como a entrada era defendida por vários navios grandes e fechada por uma cadeia de ferro, que não se podia nem quebrar nem saltar por cima, o monarca otomano empregou um meio extraordinário que os cristãos não haviam previsto e cujo êxito devia mostrar a fôrça de sua vontade e o alcance do seu poder. Numa só noite, setenta ou oitenta navios que estavam ancora-

dos no Bósforo, foram levados por terra até as águas do pôrto. Haviam coberto o caminho com pranchas untadas de sêbo por sôbre as quais uma multidão de operários e de soldados fazia deslizarem os navios. A frota turca sob a direção de pilotos, com as velas desfraldadas equipada como para uma expedição marítima avançou por um terreno montanhoso e percorreu um espaço de duas milhas à luz de tochas e de fachos ao som de clarins e de trombetas, sem que os genoveses, que moravam em Gálata se ousassem apresentar à sua passagem. Eu pude seguir pelo caminho que tomou a frota otomana, partindo do vale de — *Dolmak-Bachi* —, avançando por trás do Campo dos Mortos, subindo a colina de Pera e tornando a descer pelo vale profundo de São Dimitri, até o quarteirão chamado — *Kassan-pachá.* — Os gregos, ocupados em defender suas muralhas, de nada haviam desconfiado, nem imaginado os projetos do inimigo. Êles só perceberam a causa e o objeto daquele rumor que se ouvia durante a noite nas margens do Oceano, quando viram, ao despontar do dia, desfraldado em seu pôrto o pavilhão otomano.

Perguntamos aqui que resistência deveriam opor os navios que defendiam a cadeia de ferro e os que tinham entrado no pôrto depois de ter dispersado a frota otomana. Devemos crer que tudo o que havia de guerreiros nos navios dos cristãos, combatia então nas muralhas da cidade. É provável também que a parte do gôlfo onde os navios do turcos tinham anco-

rado não tivesse bastante profundidade para ser acessível a grandes navios. Como quer que seja, os muçulmanos se apressaram em aproveitar da vantagem. Mal os navios turcos acabavam de ser lançados, uma multidão de operários ocupou-se de construir baterias flutuantes, no mesmo lugar, onde os venezianos tinham dado o último assalto, na quinta cruzada.

Essa emprêsa ousada, continuada com tanta coragem, com tanto resultado, suscitou a perturbação e a consternação entre os cristãos. Êles fizeram várias tentativas para queimar a frota e destruir os trabalhos começados pelos inimigos; mas em vão recorreram ao fogo grego, que tantas vêzes tinha salvo Constantinopla contra os ataques dos bárbaros. Quarenta guerreiros dos mais corajosos, traídos por seu valor imprudente, talvez também pelos genoveses, caíram nas mãos dos turcos e a morte dos mártires foi o prêmio de seu generoso devotamento.

Constantino usou de represálias e mandou expor nas muralhas da cidade as cabeças de setenta escravos. Essa maneira de fazer a guerra prenunciava já que os combatentes só escutariam as inspirações do desespêro e o furor da vingança. Os muçulmanos, que recebiam todos os dias novos reforços, continuaram o cêrco. A certeza da vitória dobrava-lhes o ardor; Constantinopla era atacada de vários lados, ao mesmo tempo; e a guarnição, já enfraquecida pelos combates e pelas fadigas de um longo cêrco,

era obrigada a dividir as fôrças, para defender todos os pontos ameaçados.

Haviam-se descuidado da restauração das fortificações da cidade do lado do pôrto. Do lado do ocidente várias tôrres, principalmente a de S. Romano, estavam em ruínas. Nessa situação quase desesperada, era ainda mais deplorável, verem-se os defensores de Bizâncio, entregues ainda à discórdia. Violentos debates surgiram então, entre o grão-duque Notarás e Justiniano, que comandava os guerreiros de Gênova. Os venezianos e os genoveses estiveram várias vêzes a ponto de entrar em luta. Mal pode a história indicar o motivo dessas infelizes questões. Tal era a cegueira produzida pelo espírito de inveja ou melhor, pelo desespêro, que nessa elite de guerreiros, que sacrificavam todos os dias a vida pela causa nobre que tinham abraçado, êles se acusavam recìprocamente de covardia e de traição.

Constantino esforçava-se por apaziguar os partidos irritados e parecia não ter outro desejo que o amor da pátria e da glória. O caráter que êle demonstrou no meio dos perigos, teria devido obter-lhe a confiança e o afeto do povo: mas o espírito turbulento e sedicioso dos gregos e a vaidade de suas disputas não lhes permitia apreciar a verdadeira grandeza. Êles atribuiam a Paleólogo as desgraças de que êle não era culpado e que sòmente sua virtude podia reparar. Acusavam-no de acabar de arruinar o império, que todos abandonavam e que êle sòmente

queria defender. Não só não se respeitavam mais nem a autoridade, nem as intenções do príncipe, mas também tudo o que se elevava pela linhagem ou pelo caráter, era objeto de reprovação ou de desconfiança. Como conseqüência dêsse espírito inquieto, que nas desordens públicas, leva a multidão a procurar socorros desconhecidos, certas predições que corriam entre o povo, diziam que a cidade dos Césares só podia ser salva, por um miserável mendigo, ao qual Deus devia entregar a espada de sua cólera.

À medida que o dia das grandes calamidades se aproximava o povo e o clero precipitavam-se para as Igrejas. Expuseram solenemente a imagem da Virgem Patrona de Constantinopla; levaram-na em procissão, pelas ruas. Essas piedosas cerimônias ofereciam, sem dúvida algo de edificante, mas não inspiravam a bravura necessária para a defesa da pátria e da religião ameaçadas, e o céu, nos grandes perigos da guerra, não escutava as orações de um povo desarmado e trêmulo.

Durante o cêrco havia-se muitas vêzes falado de uma capitulação. Maomé exigia que lhe entregassem a capital de um império do qual êle já possuía tôdas as províncias e permitia aos gregos retirarem-se com suas riquezas. Paleólogo consentiu em pagar um tributo, mas queria continuar senhor de Constantinopla. Finalmente, numa última mensagem, o sultão ameaçou o imperador de matá-lo, com tôda sua família e

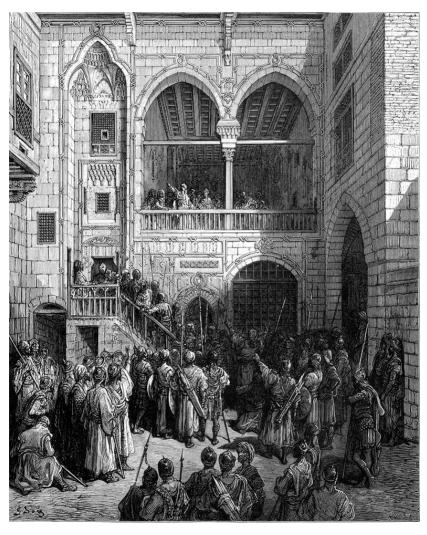
dispersar o povo, escravizando tôda a terra, se êle persistisse em defender a cidade. Maomé oferecia ao seu inimigo um principado no Peloponeso; Constantino rejeitou a proposta e preferiu uma morte gloriosa.

O sultão mandou anunciar em seu exército o ataque geral. Os ricos de Constantinopla, os escravos, as mulheres gregas, deviam recompensar o valor dos soldados; êle se reservava a cidade e seus edifícios. Arautos de armas repetiram em voz alta, em todo o acampamento: "Felizes aquêles que vão conquistar a palma da vitória! Ai! dos que quiserem fugir, pois não poderão escapar à justiça de Maomé, quando mesmo tivessem as asas dos pássaros." Para aumentar o entusiasmo religioso, unindo-o ao guerreiro, os derviches percorreram as fileiras do exército otomano, exortando os soldados a purificarem o corpo por meio de abluções e a alma, pela oração, prometendo as delícias do paraíso aos defensores da lei muçulmana. Quando a noite começou a cobrir a terra, a ordem foi dada a todos os guerreiros muçulmanos que fixassem na ponta de suas lanças um facho luminoso. Assim êles estariam sempre prontos a dar o assalto e os cristãos não poderiam ter um só momento de segurança. Aquela multidão de fachos iluminava ao longe o horizonte e as praias do oceano, (são palavras de um historiador turco) pareciam um campo coberto de rosas e tulipas. O imperador otomano compareceu então à presença do exército, prometeu de

novo aos soldados o saque de Bizâncio e para tornar solene a sua palavra, jurou pela — *alma de Amurat e por quatro mil profetas, por seus filhos, e por fim, por sua cimitarra.* — Todo o exército manifestou sua alegria e repetiu várias vêzes esta aclamação: *Deus é Deus e Maomé é seu profeta, o enviado de Deus.* — Terminada a cerimônia guerreira o sultão ordenou sob pena de morte, que se observasse o mais rigoroso silêncio no acampamento. Ouvia-se então sòmente em redor de Constantinopla o rumor confuso de um exército em movimento, para os preparativos de um combate terrível e decisivo.

Na cidade, a guarnição vigiava as muralhas e seguia com inquietação os movimentos do exército otomano. Haviam escutado com terror as aclamações ardorosas dos turcos; o silêncio que de repente se seguiu, redobrou-lhes o terror. Os clarões dos fachos inimigos refletiam-se no altar das tôrres, nas cúpulas das Igrejas e tornavam espantosa a escuridão, que cobria a cidade. Constantinopla, onde os trabalhos da indústria e todos os cuidados ordinários para a vida tinham sido interrompidos, estava imersa em profunda calma, sem que ninguém pudesse dormir ou descansar. Apresentava o aspecto lúgubre de uma cidade que um flagelo tornou deserta. Sòmente se ouvia em redor dos templos a voz aflita e lamuriosa dos que choravam, as orações que imploravam a misericórdia do céu.

Constantino reuniu os principais chefes das guarnições para deliberar sôbre os perigos que ameaçavam o império. Num discurso patético êle procurou reanimar a coragem e a esperança de seus companheiros de armas; falando aos gregos da pátria, aos auxiliares latinos, da religião e da humanidade, êle os exortou à paciência e principalmente à concórdia. Os guerreiros que estavam presentes a êste último conselho escutaram as palavras do imperador num triste silêncio; não ousavam interrogar-se, uns aos outros, sôbre os meios de defesa que todos julgavam inúteis. Abraçaram-se chorando e voltaram às muralhas tomados pelos mais tristes pensamentos.

O imperador entrou na Igreja de Santa Sofia onde recebeu a Santa Comunhão; a tristeza que se notava em seu rosto, a piedosa humildade com a qual êle pedia se esquecessem os seus erros e o perdão de suas faltas, as palavras tocantes que êle dirigiu ao povo e que pareciam seu eterno adeus, aumentaram a consternação geral. Finalmente surgiu o último dia do império romano: era o dia 29 de maio. As trombetas e os tambores se fizeram ouvir no acampamento dos turcos. A multidão dos soldados muçulmanos precipitou-se para as muralhas da cidade; deu-se o assalto ao mesmo tempo, do lado do pôrto e da porta de S. Romano. No primeiro choque, os atacantes encontraram por tôda a parte uma viva resistência; os catalães, os genoveses mostra-

Constantino Paleólogo arengando aos defensores de Constantinopla.

ram tudo o que podia a coragem dos francos. Paleólogo combatia à frente dos gregos e sòmente a vista da bandeira imperial enchia de terror os guerreiros muçulmanos. Trezentos archeiros vindos da ilha de Creta sustentaram gloriosamente a fama dos cretenses, por seu valor e por sua habilidade em lançar flechas. Nessa valente milícia é justo distinguirmos o cardeal Isidoro, que tinha feito restaurar às suas custas as fortificações que êle estava encarregado de defender e que combateu até o fim do cêrco à frente dos soldados vindos com êle da Itália. A história deve também elogios aos monges de S. Basílio; êles tinham sem dúvida adotado o partido da união e o valor e a morte gloriosa expiaram a cega e fatal obstinação do clero de Bizâncio.

O historiador Frantza compara essas fileiras unidas dos muçulmanos a uma corda, prêsa e estendida, que rodeava a cidade. As tôrres que defendiam a porta de S. Romano tinham ruído sob os golpes dos aríetes e das descargas da artilharia otomana. Os muros exteriores tinham sido retirados; os mortos e os feridos, confundidos com as ruínas, tinham enchido os fossos. Nesse horrível campo de batalha, os defensores de Bizâncio combatiam contìnuamente. Nada cansava sua constância, nem abalava sua coragem.

Depois de duas horas de uma luta espantosa, Maomé avançou com a elite de suas tropas e dez

mil janízaros. No meio dêles, com uma maça na mão, êle era semelhante ao anjo da destruição; seu olhar ameaçador animava o ardor dos soldados; êle lhes mostrava, com o gesto, os lugares que deviam atacar. Por trás dos batalhões que êle comandava, uma tropa de homens que o despotismo encarrega de executar as vinganças, punia ou detinha os que queriam fugir e os obrigava a correr à matança. A poeira que se elevava de sob os pés dos combatentes, a fumaça da artilharia, cobriam o exército e a cidade. O barulho dos tambores e dos clarins, o rumor das ruínas, o ribombar do canhão, o choque das armas, não permitiam mais ouvir-se a voz dos chefes. Os janízaros combatiam em desordem e Constantino, que o tinha notado, exortava os soldados a fazer um último esfôrço, quando a marcha do combate modificou-se, de repente. Justiniano fôra atingido por uma flecha; a dor que lhe causou o ferimento obrigou-o a abandonar o campo de batalha. Os genoveses e a maior parte dos auxiliares latinos seguiram-lhe o exemplo. Os gregos ficaram sòzinhos e logo foram esmagados pelo número dos muçulmanos; os turcos conseguiram passar pelas muralhas e se apoderaram das tôrres. Constantino combatia ainda, mas foi varado de golpes e caiu na multidão dos mortos; Constantinopla ficou sem defensores e sem chefe. Foi perto da porta de Carsia, chamada hoje *Egri-Capou*, que procuramos o lugar onde morreu o último dos

imperadores gregos. Por aí os turcos vitoriosos penetraram na praça de Bizâncio e Constantino pereceu sem dúvida na horrível desordem da invasão.

Terrível espetáculo o de um império que tem apenas um momento de existência e termina no furor e sob a espada dos bárbaros! A sociedade não tem liames que não se rompam; a religião, a pátria, a natureza, não têm mais leis que possam invocar. A sabedoria e a experiência só dão conselhos inúteis. Tudo o que a virtude, o gênio, o valor mesmo, podem ter de ascendente e de brilho, não serve mais para distinguir, nem para proteger os cidadãos. Aquêles magníficos palácios que eram o orgulho dos príncipes, ninguém mais os possui. A cidade não tem mais guerreiros nem magistrados, nem nobres, nem plebeus, nem pobres nem ricos e tôda a população é apenas um rebanho de escravos que esperam com terror a presença do senhor irritado. Tal era Constantinopla, no momento em que os vencedores se preparavam para lá entrar.

Quando alguns dos que tinham defendido as muralhas voltaram à cidade, anunciando a chegada dos turcos, não quiseram acreditar. Quando, porém, viram os batalhões muçulmanos chegar, o povo, diz o historiador grego Ducas, *estava meio morto de temor e de mêdo e nem podia respirar*. A multidão fugia para as ruas, sem saber onde estava, soltando gritos lancinantes. Mulheres, crianças, velhos, cor-

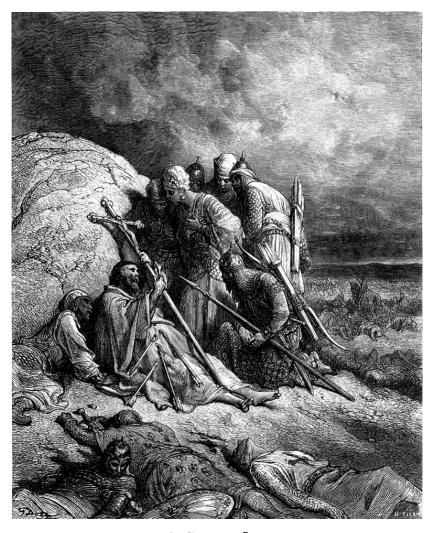
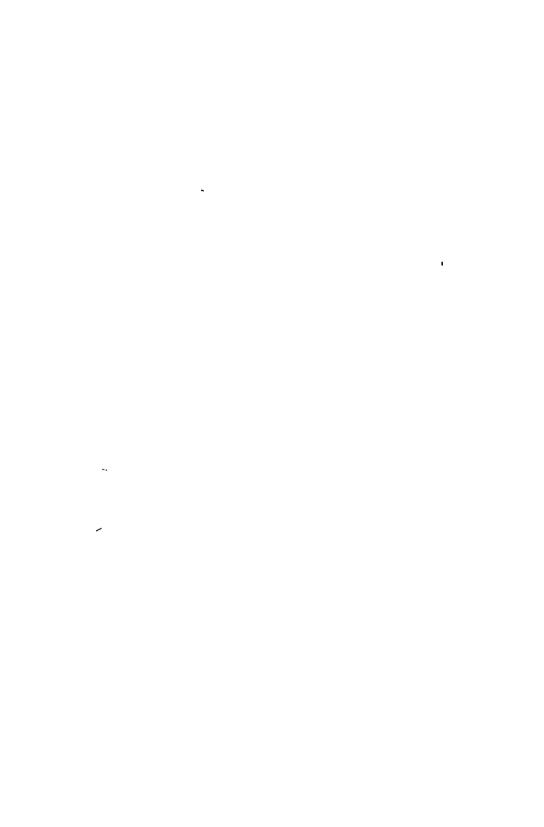
riam para as igrejas, como se os altares de Cristo fôssem para êles um asilo contra os ferozes discípulos de Maomé. Não queremos descrever os desastres que se seguiram à queda de Constantinopla. O massacre dos habitantes desarmados, a cidade entregue ao saque, os lugares santos profanados, as virgens e as senhoras cumuladas de ultrajes, uma população inteira carregada de cadeias, êstes os fatos lamentáveis que encontramos ao mesmo tempo nos anais dos turcos, dos gregos e dos latinos. Assim caiu aquela cidade, que freqüentes revoluções tinham coberto de ruínas e que se tornou finalmente o joguête e a prêsa de um povo que ela tinha por muito tempo desprezado. Se alguma coisa pode consolar, no meio de tantas cenas dolorosas, será a virtude de Constantino, que não quis sobreviver à sua pátria e cuja morte foi a última glória do império do Oriente. Vêem-se perto da porta de Egri-Capou, os restos ainda bem conservados de um palácio a que a tradição chamou até aqui de palácio de Constantino: para os que querem honrar a memória do herói do patriotismo, que mausoléu mais belo, que mais nobre monumento, do que essas ruínas que ainda trazem seu nome?

Quando vemos a fraqueza do império grego e o poder de seus inimigos, ficamos admirados de que tenha resistido por tanto tempo. Os otomanos tinham tôdas as paixões que favorecem uma conquista; os gregos não tinham qualidade alguma que servisse

para a defesa. Para nos convencermos disso, temos que ver agirem os dois povos. Quando Maomé anunciou a sua emprêsa, os otomanos correram com armas na mão de todos os lados do império, enquanto, à primeira notícia do cêrco, uma grande parte da população de Constantinopla abandonou a cidade. Vimos, que os derviches, encorajavam os soldados muçulmanos e lhes apresentavam a guerra contra os gregos, como uma guerra santa; os padres gregos, ao contrário desanimavam os defensores de Bizâncio e pouco faltou que êles não considerassem a defesa de Bizâncio como um ato sacrílego. No meio dos assaltos à capital do império, os soldados turcos, para encher os fossos, atiravam para lá suas tendas e bagagens, preferindo a vitória a tudo o que possuíam; sabemos, que ao mesmo tempo os mais ricos entre os gregos, estavam enterrando seus tesouros, preferindo suas riquezas à pátria. Poderíamos acrescentar outros fatos notáveis; mas êstes nos mostram assaz de que lado estava a fôrça. O que porém, nos devia assim antever a ruína de Bizâncio, era a pouca confiança que os gregos tinham na firmeza do seu império. Jamais os antigos romanos mostraram melhor o poder e o ascendente de seu patriotismo do que chamando Roma de *cidade eterna*. Constantinopla viu diminuir o número e enfraquecer-se a coragem de seus defensores, em proporção à facilidade com a qual se acreditava, no seio do povo, nas predições sinistras de sua próxima ruína.

Quando Bizâncio, no começo do século treze, caiu sob os golpes dos latinos, o império ainda tinha grandes meios de defesa e no entretanto, vinte mil cruzados conquistaram-no o que põe o valor dos francos muito acima do dos turcos. Seria aqui talvez o momento de examinarmos qual a influência das Cruzadas nos destinos do império do Oriente. Na primeira expedição dos latinos, a Ásia Menor ficou livre dos turcos, que já eram senhores de Nicéia e que ameaçavam Constantinopla; mas os cruzados venderam muito caro seus serviços; de um lado a violência, do outro a perfídia, perturbaram a harmonia, que teria devido subsistir entre os gregos e os latinos. Finalmente a tomada de Constantinopla pelos francos deu um golpe mortal no império de Bizâncio. No meio da guerra, o cisma aumentou o ódio e o cisma por sua vez manteve e aumentou um ódio recíproco. Essa divisão favoreceu o progresso dos turcos e abriu-lhes as portas de Constantinopla.

Os bárbaros que derrubaram o império do Ocidente tinham adotado a religião e os costumes dos povos vencidos, o que fêz desaparecer pouco a pouco os traços da invasão e da conquista. Os turcos, ao contrário, queriam fazer triunfar o Alcorão; êles queriam estabelecer suas leis e seus usos em todos os lugares para onde levavam suas armas. Tornando-se senhores de Bizâncio, a religião, os costumes, a língua, as recordações da Grécia, o mesmo nome da

cidade conquistada, tudo foi destruído, tudo foi mudado. Como a capital que êles acabavam de conquistar era para os infiéis, a porta do Ocidente, a Europa cristã, que durante dois séculos tinha enviado suas tropas e seus exércitos à Ásia, por fim, veio ela mesma a temer e a recear por si mesma. Então as Cruzadas tomaram um novo caráter e foram apenas guerras defensivas.

A Conversão.

LIVRO VIGÉSIMO

CRUZADA CONTRA OS TURCOS

1453-1590.

Sensação causada na Europa pela tomada de Constantinopla; o voto do faisão; os turcos são expulsos de Belgrado; Pio II entende-se com Maomé II; juramento de Maomé II; o reino de Chipre escapa aos Lusignan; cêrco de Rodes; tomada de Otranto; o Príncipe Zizim; Carlos VIII na Itália; papel dos venezianos no Oriente; o Papa Leão X; quinto concílio de Latrão; cartas do Rei Francisco I; Lutero e Erasmo; os cavaleiros de Rodes estabelecem-se em Malta; tomada e saque de Roma pelos imperiais; vitória de Lepanto; João Sobieski, vencedor dos turcos; o império da meia-lua enfraquece-se.

O Ocidente tinha visto com indiferença os perigos que ameaçavam o império grego. Sabendo do primeiro triunfo de Maomé todos os povos cristãos foram tomados de horror; já se julgava ver os janízaros destruir os altares do Evangelho na Hungria e na Alemanha; estremecia-se ao pensamento de que a Itália não escaparia à dominação dos turcos e de que um dia o Alcorão seria pregado nas Igrejas de Roma, transformadas em mesquitas. De todos os lados elevavam-se queixas contra o Papa Nicolau V, ao qual se culpava de não ter pregado uma Cruzada, para prevenir à desgraça que tôda a cristandade deplorava. Alguns socorros mandados antes do cêrco teriam, com efeito, salvo Constantinopla; mas a cidade uma vez em poder dos bárbaros, estava irremediàvelmente perdida. A reunião de tôdas as fôrças cristãs sòmente, podia tirar aos turcos o fruto de suas conquistas e essa reunião encontrava todos os dias novos obstáculos.

Em vão, para excitar ainda uma vez o Ocidente, a eloqüência dos oradores cristãos dirigia-se ora à dor, ora à piedade dos fiéis; em vão empregaram o ascendente das idéias religiosas e o da cavalaria: todos deploravam os progressos dos turcos, mas uma cega

resignação, ou melhor, uma cruel indiferença, tomou bem depressa o lugar da consternação universal.

Poucos meses depois da tomada de Constantinopla, Filipe, o Bom, Duque da Borgonha, reuniu em Lille, na Flandres, tôda a nobreza de seus Estados; e numa festa da qual a história nos conservou uma narração fiel, êle procurou despertar o zêlo e o valor dos valentes, com o espetáculo de tudo o que poderia impressionar-lhes a imaginação cavalheiresca. Apresentou por primeiro à assembléia um grande número de quadros e de cenas interessantes, entre as quais notavam-se os feitos de Hércules, as aventuras de Jasão e de Medéia, os encantos de Melusina. Os espectadores viram depois chegar à sala do banquete, um elefante guiado por um gigante sarraceno, trazendo uma tôrre, de onde saiu uma matrona vestida de luto, que representava a Igreja de Cristo. O elefante chegou diante da mesa do Duque da Borgonha e a senhora cativa, proferiu uma longa queixa em versos sôbre os males de que a acabrunhavam e, dirigindo-se aos príncipes, aos duques e aos cavaleiros, ela se queixava da sua lentidão e indiferença em socorrê-la. Apareceu então um arauto de armas que trazia nas mãos um faisão, ave que a cavalaria tinha adotado como símbolo e prêmio da bravura e da coragem. Duas nobres senhoritas e vários cavaleiros do Toison D'Or, aproximaram-se do duque e lhe apresentaram o pássaro dos bravos, rogando-lhe que *os tivesse na lembrança*. Filipe o Bom, que sabia,

diz Olivério de la Marche, com que intenção se dava *aquêle banquete,* lançou um olhar de compaixão sôbre a *Senhora Santa Igreja* e tirou do seio um escrito que um arauto de armas leu em voz alta. Nesse escrito, o duque fazia votos *primeiramente a Deus, seu Criador, à SS. Virgem, e depois às senhoras e ao faisão,* de que, "se aprouvesse ao rei da França expor seu corpo para a defesa da fé cristã e resistir à condenável emprêsa do Grande Turco, êle o serviria com sua pessoa e com seu poder para a mencionada santa Viagem, se Deus lhe concedesse essa graça; se o rei entregasse essa santa expedição a príncipes de seu sangue ou a outros senhores, êle se comprometia a lhes prestar obediência; e, se por seus grandes negócios êle não pudesse ir, nem mandar alguém, e outros poderosos príncipes tomassem a cruz, êle se oferecia para acompanhá-los o mais longe possível. Se, durante a santa viagem, êle pudesse de algum modo ou maneira, saber que o mencionado Grande Turco queria combater com êle, corpo a corpo, êle, Filipe, pela fé cristã, de boa vontade lhe daria combate, com o auxílio de Deus Todo-Poderoso e da muito Afável Virgem Maria, aos quais sempre chamava em seu socorro."

A Senhora Santa Igreja agradeceu ao duque o zêlo que êle mostrava por sua defesa. Todos os senhores e cavaleiros que estavam presentes invocaram, por sua vez, o nome de Deus e o da Virgem Maria, sem esquecer as senhoras e o faisão, juraram

consagrar seus bens e sua vida para o serviço de Jesus Cristo e de *seu muito temido senhor o duque da Borgonha.* Todos mostravam o mais ardente entusiasmo. Alguns se distinguiram pelo entusiasmo e pela singularidade de suas promessas. O conde de Etampes, sobrinho de Filipe, o Bom, comprometia-se em propor um desafio *a alguns príncipes e grandes senhores do séquito do Grande Turco,* e prometia combatê-los *corpo-a-corpo, dois a dois, três a três, quatro a quatro, cinco a cinco, etc.* O bastardo da Borgonha jurava combater com um turco de qualquer maneira que *êle quisesse propor,* e comprometia-se a mandar fazer o desafio no *exército do Turco.* O senhor de Pons fazia o juramento de não se deter em cidade nenhuma "até que tivesse encontrado um sarraceno, com o qual pudesse combater corpo-a-corpo e com o auxílio de Nossa Senhora, pelo amor da qual jamais êle não se deitaria num leito aos sábados, antes de ter cumprido inteiramente o seu voto."

Um outro cavaleiro comprometia-se, "desde o dia da partida — *a não comer nas sextas-feiras coisa alguma que fôsse morta* — até que os príncipes se tivessem encontrado com um ou vários inimigos da fé. Se a bandeira do seu senhor e a dos sarracenos estivessem desfraldadas para o combate, êle fazia voto de ir direito à bandeira do Grande Turco — *e de espezinhá-la por terra ou de morrer.*" O senhor de Toulongeon, chegando ao país dos infiéis devia

desafiar um dos homens de armas do Grande Turco e combater com êle na presença de seu senhor, o duque da Borgonha, ou, se o sarraceno não quisesse vir, êle propunha ir combater na presença do mesmo Grande Turco, — *contanto que tivesse garantia e segurança.*

Tôdas estas promessas, que não foram cumpridas, servem pelo menos para nos dar a conhecer o espírito e os costumes da cavalaria. A singela confiança que os cavaleiros tinham em suas armas, mostra-nos como êles conheciam pouco os inimigos, aos quais tinham declarado guerra.

Depois que todos expressaram seus votos, uma senhora vestida de branco e trazendo nas costas esta inscrição em letras de ouro, — *graças a Deus,* — veio saudar a assembléia e apresentou doze damas com doze cavaleiros. Essas damas representavam doze virtudes ou qualidades de que traziam o nome nas costas: *Fé, caridade, justiça, razão, prudência, temperança, fôrça, verdade, generosidade, esperança, diligência, valor;* estas, as virtudes da cavalaria, que deviam presidir às cruzadas.

Lendo a descrição dessa festa cavaleiresca podemos ver o que restava então dos sentimentos belicosos e da heróica piedade que tinham animado os companheiros de Godofredo, de Luís VII, de Filipe-Augusto e do rei Ricardo. Quando nos lembramos do concílio de Clermont, das pregações de

Pedro o Eremita e de S. Bernardo, o entusiasmo grave, a devoção austera, que presidiam aos juramentos dos primeiros cruzados, quando vemos em seguida as solenidades brilhantes da cavalaria, as promessas meio profanas, meio religiosas da cavalaria, enfim, todos os espetáculos mundanos no meio dos quais era proclamada a guerra santa, sentimo-nos transportados a outro século e a uma sociedade nova. A religião, que tinha precipitado a Europa contra a Ásia, não terá mais império, se as damas não forem suas intérpretes e as pregações da Igreja não se misturarem com as festas e usos da cavalaria.

Sabemos, ademais, que êsse gênero de pregação não deixou uma impressão profunda e duradoura no coração dos cavaleiros. Não teve sobretudo, nenhuma influência sôbre a massa, que não assistiu a êsse espetáculo e que nada teria compreendido se tivesse assistido. Não era assim, nas assembléias dos fiéis, convocados pelo chefe da Igreja, às quais todos eram convidados e todo o povo, bem como os grandes, inflamavam-se para a defesa da causa comum e das opiniões dominantes. Também não podemos deixar aqui de reconhecer que o espírito religioso foi sempre o motivo mais ativo e o mais poderoso entre os homens e nos séculos de que traçamos a história, nenhum outro móvel, tomado nas paixões humanas, teria podido abalar o mundo, como o que tinha produzido e mantido o entusiasmo das cruzadas.

No entretanto, alguns homens piedosos fizeram incríveis esforços para que revivessem os primeiros tempos das guerras santas. João de Capistrano, monge de S. Francisco e Enéias Sílvio, bispo de Siena, tudo fizeram para inflamar os espíritos e reanimar o ardor belicoso dos cruzados. O primeiro, que era tido como santo, percorria as cidades da Alemanha e da Hungria, falando ao povo reunido dos perigos da fé e das ameaças dos incrédulos. O segundo, um dos bispos mais ilustres do seu tempo, versado nas letras gregas e latinas, orador e poeta, exortava os príncipes a tomar as armas para impedir a invasão de seus próprios Estados e salvar a república cristã de uma próxima destruição.

Enéias Sílvio escreveu ao soberano Pontífice e se esforçou por despertar-lhe o zêlo, dizendo-lhe que a perda de Constantinopla martirizaria eternamente seu nome, se êle não fizesse todos os esforços possíveis para abater o poder dos turcos. O piedoso orador foi a Roma e pregou a cruzada num consistório. Para mostrar a necessidade de uma guerra santa, citou diante do Papa e dos cardeais a autoridade dos filósofos gregos e a dos Padres da Igreja. Lamentou a escravidão de Jerusalém, berço do cristianismo, a escravidão da Grécia, mãe das ciências e das artes. Enéias Sílvio celebrou a coragem heróica dos alemães, o nobre devotamento dos franceses, o generoso orgulho dos espanhóis, o amor da glória que animava os povos da Itália. O rei da Hungria,

cujos Estados estavam ameaçados por Maomé II, estava presente a essa assembléia. O orador da cruzada, mostrando êsse príncipe, ao soberano Pontífice e aos prelados, pediu-lhes que tivessem piedade de suas lágrimas.

Frederico III, imperador da Alemanha, tinha ao mesmo tempo escrito a Nicolau V, para lhe rogar que salvasse a cristandade. "As palavras saídas da bôca do homem não podiam dar uma idéia da infelicidade que acabava de ferir a Igreja católica, nem dar a conhecer tôda ferocidade dêsse povo, que desolava a Grécia e ameaçava o Ocidente." O imperador convidava o Papa a reunir contra êsse inimigo formidável tôdas as potências cristãs, anunciando que êle mesmo ia convocar os príncipes e os Estados da Alemanha. O Papa aplaudiu as intenções do imperador e seus legados foram mandados às dietas de Ratisbona e de Francfort. Enéias Sílvio pregou de novo a cruzada contra os turcos nessas duas assembléias. O duque de Borgonha, que se havia dirigido para lá, renovou na presença dos príncipes e dos Estados do Império o voto que êle tinha feito a *Deus, à Virgem, às damas e ao faisão*.

Deputados húngaros vieram anunciar que as margens do Danúbio e as fronteiras da Alemanha iam ser invadidas pelos turcos, se de todos os lados não se apressassem em tomar as armas. A dieta

determinou que se mandariam contra os turcos dez mil homens de cavalaria e trinta e dois mil de infantaria. Mas, como nada decidiu sôbre a maneira de reunir êsse exército, e sôbre os meios de mantê-lo, o entusiasmo da cruzada se arrefeceu logo, e ninguém se apresentou para se opor aos progressos dos otomanos. Enéias Sílvio nos explica numa de suas cartas, as causas dessa indiferença e dessa inação da cristandade:

"A Europa cristã era um corpo sem cabeça, uma república sem magistrados e sem leis; o Papa e o Imperador, autoridades imponentes no nome, inspiravam respeito e não obediência. Quanto aos outros príncipes, todos se ocupavam com seus próprios interêsses e êsses interêsses eram muitas vêzes um motivo de guerra. Que seria de um exército recrutado entre várias nações, animado por mil paixões diversas, falando línguas diversas, sempre prestes a ser vencido se em pequeno número, sucumbindo, por sua própria massa, se numeroso? Quem teria tido a coragem de lhes dar armas, víveres, disciplina? Que chefe conservaria sob as mesmas bandeiras franceses, inglêses, soldados de Gênova e de Aragão, guerreiros da Alemanha e milícias da Hungria e da Boêmia?"

Enéias Sílvio demonstrava assim a impossibilidade da cruzada, e, sempre levado pelo zêlo, passou sua vida a pregar. Enquanto êle falava inù-

tilmente aos príncipes da Alemanha, o Papa procurava restabelecer a concórdia entre os Estados da Itália. O ascendente da autoridade Pontifícia não pôde acalmar os espíritos e a paz foi obra de um pobre eremita, cujas palavras eram poderosas, sôbre os corações dos fiéis. O irmão Simonet, saindo do seu retiro, percorria as cidades, e, dirigindo-se aos povos e aos príncipes, exortava a se reunir contra os inimigos de Jesus Cristo. À voz do santo orador, Veneza, Florença, o duque de Milão, depuseram as armas. Uma liga se formou, na qual entraram a maior parte das repúblicas e dos principados da Itália; mas essa liga nada produziu, porque o zêlo dos confederados não foi dirigido nem pelo Papa, que devia dar o sinal e o exemplo, nem pelo imperador da Alemanha, que prometia sem cessar por-se à frente de uma cruzada, e ficava em seus Estados. Frederico III era detido por sua avareza e principalmente por um *excessivo amor ao repouso*, que lhe atribuem as crônicas contemporâneas. Nicolau V, apaixonado pela antiguidade sábia, sempre rodeado de eruditos, ocupava-se muito mais de recolher tesouros literários de Roma e de Atenas, que de libertar a cidade de Constantino. Enquanto os turcos tomavam Bizâncio, fazia êle traduzir com grandes despesas os mais célebres autores gregos e podemos crer que os dízimos cobrados para a cruzada, foram, às vêzes empregados, para a aquisição

das obras-primas de Platão, de Heródoto ou de Tucídides.

Nicolau se limitou a algumas exortações dirigidas aos fiéis e morreu sem ter eliminado nenhuma das dificuldades que se opunham à realização de uma guerra santa. Calixto III, que o substituiu, mostrou mais zêlo e, desde o comêço do seu Pontificado, mandou legados e pregadores a tôda a Europa, para proclamar a cruzada e cobrar os dízimos. Uma embaixada do Pontífice foi solicitar aos reis da Pérsia e da Armênia e ao cã dos tártaros que se reunissem aos cristãos do Ocidente para fazer guerra aos turcos. Dezesseis galeras, construídas com o produto dos dízimos, se puseram ao mar sob o comando do patriarca de Aquiléia, e desfraldaram o pavilhão de S. Pedro, no arquipélago e nas costas da Jônia e na Ásia Menor. Santo Antonino falou ao Papa em nome da cidade de Florença e prometeu-lhe o concurso de tôdas as potências da cristandade, se Sua Santidade abrisse os *tesouros da Igreja* e se com suas exortações evangélicas chamasse a todos os *operários para a vinha.* Calixto III dirigiu-se ao chefe do Império que não lhe poupou conselhos para os assuntos da guerra santa e convidou-o a dar o exemplo; mas o indolente Frederico contentou-se em renovar as promessas. Enquanto o imperador exortava assim o Pontífice, a proclamar a cruzada, o Pontífice, por seu lado, exortava o

imperador a tomar as armas, os otomanos penetraram na Hungria e avançaram contra Belgrado.

Essa cidade, um dos baluartes do Ocidente, não recebia socorro algum da cristandade. Não lhe restava outra esperança que o valor de Huniada, e o zêlo apostólico de João de Capistrano. Um comandava as tropas dos húngaros e os impelia com seu exemplo; o outro, que, com suas pregações tinha reunido um grande número de cruzados alemães, animava ao combate os soldados cristãos e lhes inspirava um ardor invencível.

As crônicas contemporâneas nos dizem que nessa época, dois cometas apareceram no céu; um, antes da aurora, e o outro depois do pôr do sol. Os povos da cristandade julgavam ver nêles o sinal profético das maiores desgraças; e como a maior das desgraças que então se temia era a invasão dos turcos, Calixto quis aproveitar essa disposição geral dos espíritos para reconduzi-los à idéia de uma cruzada. Exortou os cristãos à penitência; apresentou-lhes a guerra santa como um meio de expiar suas faltas e de aplacar a cólera celeste.

No entretanto, tomaram as armas, sòmente nos países ameaçados pelos turcos. O soberano Pontífice então, ordenou que todos os dias, ao meio-dia, se tocassem os sinos em tôdas as paróquias, a fim de avisar os fiéis que rezassem pelos húngaros e por todos os que combatiam contra os turcos. Calixto

concedia indulgências a todos os cristãos que, a êsse sinal repetissem três vêzes a oração dominical e a saudação angélica. Tal a origem do *Angelus* que os costumes da Igreja consagraram e conservaram até os tempos modernos.

O céu comoveu-se, sem dúvida, com essas fervorosas orações que se elevavam juntamente e na mesma hora de todos os pontos da Europa cristã. Maomé tinha levado seu exército a Belgrado; depois de terem erguido seu acampamento, diz o historiador Goggia-effendi, os turcos atiraram-se contra a cidade *como abelhas à colmeia,* mas encontraram invencível resistência. O cêrco durou quarenta dias, quando Huniada e o monge Capistrano vieram em socorro dos cristãos, um trazendo numerosos batalhões e o outro, tendo para triunfar contra os inimigos, apenas sua piedosa eloqüência e suas ardentes preces. Num único combate, os soldados cristãos puseram em fuga o exército de Maomé e destruíram a frota otomana, que sulcava o Danúbio e o Save. Huniada fêz prodígios de valor; no momento do maior perigo, viram Capistrano percorrer as fileiras do exército cristão, levando uma cruz na mão e repetindo estas palavras: *Vitória, Jesus, Vitória!* Mais de vinte mil muçulmanos perderam a vida na batalha ou na fuga; o sultão ficou ferido, no meio dos seus janízaros e afastou-se precipitadamente de Belgrado com o exército vencido. Tôda a Europa agradeceu ao céu esta vitória, para

Feitos de valor de Huniada e do monge Capistrano.

a qual tinha concorrido apenas com as orações e que devia considerar como um milagre. A tenda e as armas de Maomé foram mandadas ao Papa como um troféu da guerra santa e como uma homenagem prestada ao pai dos fiéis. A religião celebrou com suas cerimônias uma jornada, em que seus mais cruéis inimigos tinham sido vencidos. A antiga festa da Transfiguração, colocada entre as festas duplas solenes, devia lembrar todos os anos à Igreja universal a derrota dos turcos em Belgrado.

1458. Huniada e Capistrano viveram pouco tempo, depois dêste triunfo, e ambos morreram enquanto a cristandade envolvia ainda seus nomes em cânticos e hinos de reconhecimento e gratidão. O sentimento da inveja envenenou seus últimos instantes e o ardor pouco evangélico com o qual ambos reclamavam a honra de ter salvo Belgrado, deixou uma mácula em sua fama. Enéias Sílvio, recomendando-lhes a memória, à estima da posteridade, cantou as virtudes de Capistrano, e, admira-se de que um humilde cenobita que tinha calcado aos pés todos os bens dêste mundo, não tenha tido fôrça bastante para resistir aos encantos da glória.

De resto, a história não pode admitir as asserções soberbas dos discípulos de João de Capistrano: não é à exortação de um monge sem armas, mas à indomável coragem de Huniada, que ela atribui a honra da vitória sôbre Maomé II. O herói da

Hungria tinha sido proclamado salvador da cristandade, quando morreu em Semlim, vitimado por uma epidemia. A Europa considerou a morte do *Cavaleiro branco da Valáquia,* como uma calamidade pública. Maomé mesmo, sabendo do fim de seu temível inimigo, exclamou: — *Não havia ninguém sob o sol comparável a êsse grande homem!* Agora, ainda o nome de Huniada ou Hunyad é pronunciado pelos húngaros com um sentimento de orgulho: êsse nome é para êles uma nobre lembrança, uma bela glória. O túmulo do ilustre defensor da Europa cristã ainda pode ser visto na catedral de Carlsbourgo, na Transilvânia. Visita-se em Temesvar a fortaleza que serviu de retiro a Huniada em várias épocas de sua vida guerreira. O castelo de *Vayda-Hunyad,* que domina com sua imponente arquitetura feudal a risonha bacia do Maross e que foi a residência do vencedor de Maomé II, também atrai a atenção do viajante. A indústria moderna invadiu o heróico castelo; mas, por uma última consideração a uma grande memória, foi uma indústria guerreira que tomou posse do velho castelo e o ferro das usinas de Hunyad, ainda pôde de algum modo reprimir e castigar as repentinas agressões dos otomanos.

Enquanto os húngaros venciam os turcos em Belgrado, a frota do Papa obtinha algumas vitórias no arquipélago. Calixto não deixou de lembrar a todos os fiéis os feitos e os triunfos do Patriarca de

Aquiléia, persuadido de que a notícia das vitórias conquistadas contra os muçulmanos restituiria a esperança e a coragem a todos os que os reveses dos cristãos tinham abatido e consternado. Pregou-se uma nova guerra santa na França, na Inglaterra, na Alemanha e até no reino de Castela, de Aragão e de Portugal. Por tôda a parte o povo escutava com piedoso recolhimento as pregações da cruzada, mas, murmurações se erguiam, geralmente, contra a cobrança dos dízimos.

O clero de Ruão, a universidade e o parlamento de Paris, vários bispos, opuseram-se abertamente a êsse impôsto. Na Alemanha as queixas foram mais violentas que em qualquer outra parte. À medida que o espírito das guerras santas se arrefecia, julgavam-se com mais severidade os meios empregados pelos Papas para renovar essas expedições longínquas. Devemos, ademais, confessar que havia então grandes abusos na arrecadação e no emprêgo dos dízimos. Fazia-se um comércio de indulgências da côrte de Roma para a cruzada e o tribunal da penitência não parecia mais em certas ocasiões que um meio de arrecadar impostos sôbre os fiéis. Era sòmente à custa de dinheiro que se obtinham as graças da Igreja e as misericórdias do céu; os pecados dos cristãos tinham de algum modo uma tarifa e encontramos na história de Aragão, que a desobediência aos decretos do Papa tinha se tornado uma fonte de novo tributo. Lembramos de

que várias vêzes os soberanos Pontífices tinham proibido aos cristãos mandar munições e armas para os infiéis. O comércio das cidades marítimas enfrentava muitas vêzes as ameaças da Santa Sé e a avareza e ambição levava os negociantes a transgredir nesse ponto as ordens mais severas: exigia-se então, em nome do Papa uma soma de dinheiro de todos os que se acusavam dêsse pecado; ordenavam-lhes que pagassem a quarta ou quinta parte dos benefícios provenientes de um comércio ilícito. Havia comissários encarregados de cobrar êsse impôsto e decretos regulavam-lhes a percepção, como a de tôdas as outras rendas públicas.

O que nos mostra, finalmente, o espírito dessa época e principalmente o espírito da côrte de Roma, é que, nas pregações das cruzadas, exortava-se menos os fiéis a pegar em armas do que a pagar um tributo em dinheiro. Chamavam ao dinheiro recolhido em nome da Santa Sé *auxílios para os húngaros;* e, como os húngaros sempre tinham necessidade de serem socorridos, a cobrança dos dízimos tornava-se como um estado de coisa permanente, que o povo e o clero suportavam cada vez com menos paciência e resignação.

Devemos acrescentar também, que a Santa Sé não recebia sempre o produto dos dízimos que tinha impôsto aos cristãos. Os príncipes, sob pretexto de fazer guerra aos turcos, apoderavam-se às vêzes, e

muito freqüentemente, do dinheiro para a guerra santa, o qual era empregado para sustentar as questões da ambição.

No entretanto, as reclamações dos alemães contra os comissários e os agentes da côrte de Roma se tornaram tão vivas e tão numerosas que o Papa se julgou obrigado a responder-lhes. Em sua apologia, redigida por Enéias Sílvio, êle declarava que Scandenberg e o rei da Hungria tinham recebido numerosos auxílios; que se tinham equipado frotas contra os muçulmanos; que se tinham mandado navios e munições de guerra a Rodes, a Chipre, a Mitilene; que, numa palavra, o dinheiro recebido dos fiéis tinha sido empregado ùnicamente para a defesa da fé e da cristandade.

Essa apologia, na qual Calixto se felicitava por ter salvo a Europa, assemelha-se muito pouco à daquele antigo romano, que, acusado de ter mal empregado o dinheiro público propôs como resposta subir ao Capitólio a fim de agradecer aos deuses as vitórias que tinha conquistado. Precisamos confessar, no entretanto, que, o que dizia o apologista da côrte Pontifícia, não era destituído de verdade e a história deve louvar o zêlo que o pai dos cristãos empregou a fim de deter o progresso de Maomé e de livrar uma multidão de vítimas da tirania dos otomanos.

Calixto não cessava de solicitar aos príncipes cristãos que se reunissem a êle; êle procurava principalmente excitar contra os turcos o entusiasmo belicoso da França. "Se eu fôr secundado pelos franceses, dizia muitas vêzes, destruiremos a raça dos infiéis." Não poupou nem orações, nem promessas, para induzir Carlos VII a socorrer a Hungria e a defender as fronteiras da Europa. Êle mandou a rosa-de-ouro que os Papas benziam no quarto domingo da quaresma e de que faziam presente aos príncipes cristãos como testemunho de sua estima e de seu afeto. Vemos por essas atenções do Pontífice quão longe estava o tempo em que os chefes da Igreja falavam aos monarcas sòmente em nome do céu irritado e os exortavam a tomar a cruz, recriminando-lhes as faltas, recomendando-lhes expiá-las por meio da guerra santa. Os Papas, pregando a cruzada, não eram mais os intérpretes das opiniões dominantes; seus convites não eram mais leis e os príncipes usavam amplamente da faculdade que tinham de não obedecer. Carlos VII, que sempre tinha a temer os empreendimentos dos inglêses, resistiu às instâncias reiteradas de Calixto. Em vão o delfim, que reinou em seguida sob o nome de Luís XI, retirado, então, na côrte de Borgonha, declarou-se abertamente pela cruzada e quis formar um partido no reino, tomando a cruz; a França ficou alheia à guerra pregada contra os infiéis e Carlos contentou-se de permitir a cobrança dos dízimos em

seus territórios, com a condição expressa de que êle lhes vigiaria o uso.

Enquanto o Papa implorava o auxílio da cristandade para os húngaros, a Hungria estava cheia de perturbações ocasionadas pela sucessão de Ladislau, que morrera na batalha de Varna. Calixto empregou a autoridade paterna da Santa Sé para acalmar o furor da discórdia e para proteger Matias Corvin, por muito tempo retido numa prisão, algemado, e finalmente, proclamado rei de um país que a bravura de seu pai tinha salvo. O procedimento do Pontífice pareceu menos digno de elogio e principalmente, menos desinteressado, quando a sucessão de Afonso, rei de Nápoles, trouxe novas guerras à Itália. A história narra que o soberano Pontífice esqueceu nessa circunstância os perigos da cristandade e que êle empregou os tesouros ajuntados para a guerra santa, na defesa de uma causa que não era a da religião.

No entretanto, o infatigável orador da cruzada, Enéias Sílvio sucedeu a Calixto III, na cátedra de S. Pedro. A tiara parecia ser a recompensa de seu zêlo pela guerra contra os turcos e tudo fazia esperar que êle empregaria todos os meios para executar êle mesmo, os projetos que tinha concebido, para despertar entre os povos da cristandade aquêle entusiasmo guerreiro, aquêle patriotismo religioso, que transpiravam de todos os seus discursos.

Maomé II continuava o curso de suas vitórias e seu poder tornava-se sempre mais temível. Êle se ocupava então de submeter todos os príncipes gregos, que tinham escapado às primeiras invasões e cuja fraqueza se escondia sob os títulos pomposos de imperador da Trebisonda, de rei da Ibéria, de déspota da Moréia. Todos êsses príncipes, aos quais os atos de submissão nada custavam para reinar alguns dias a mais, ou sòmente para conservar a vida, se tinham apressado, algum tempo antes da tomada de Constantinopla, a mandar embaixadores ao sultão vitorioso para felicitá-lo por seus triunfos. Satisfeito com sua humilde submissão, Maomé viu nêles apenas prêsas fáceis de devorar e inimigos que êle podia vencer com facilidade. A maior parte dêsses príncipes desonraram os últimos instantes de um govêrno que lhes fugia, com tudo o que a ambição, a inveja e o espírito da discórdia podem inspirar de perfídia, de crueldade e de traição. Quando os muçulmanos penetraram nas províncias gregas, manchados com todos os crimes da guerra civil e que êles reduziram à escravidão, teríamos podido crer, que Deus mesmo os mandava para vingar suas leis ultrajadas e para cumprir as ameaças de sua justiça. Maomé empregou mesmo tôdas as suas fôrças contra os tiranos pusilânimes que se disputavam alguns restos do império grego. Êle só teve que dizer uma palavra para fazer caírem do trono, a Demétrio, déspota da Moréia, e a Davi, impera-

dor de Trebisonda. Se tudo o que restava da família dos Comenos, foi massacrado por suas ordens, êsse feroz conquistador, então, obedeceu menos aos temores de uma política suspeitosa, do que à sua ferocidade natural. Sete anos depois da tomada de Bizâncio, êle levou seus janízaros ao Peloponeso. À sua aproximação, os príncipes da Acaia fugiram ou se tornaram seus escravos. Não encontrando quase resistência, êle recolheu com desdém os frutos de uma conquista fácil. Êle meditava em mais vastos projetos, e, quando desfraldou o estandarte da meia-lua, no meio das ruínas de Esparta e de Atenas, êle tinha seus olhos fixos no mar da Sicília e procurava uma rota que pudesse levá-lo às praias da Itália.

O primeiro cuidado de Pio II foi denunciar os novos perigos da Europa. Êle escreveu a tôdas as potências da cristandade, e convocou uma assembléia geral em Mântua para deliberar sôbre os meios de conter o progresso dos otomanos. A bula do Pontífice lembrava aos fiéis que a Igreja de Jesus Cristo tinha sido muitas vêzes batida pela tempestade, mas que Aquêle que dirige os ventos velava sempre pela sua salvação. "Meus predecessores, acrescentava êle, declararam guerra aos turcos por terra e por mar; a nós, agora compete continuá-la; não pouparemos esforços, nem despesas para uma guerra tão útil, tão justa e tão santa."

Todos os Estados da cristandade prometeram mandar a Mântua seus embaixadores. Pio II para lá foi em pessoa. Em seu discurso de abertura êle falou com veemência contra a indiferença dos príncipes e dos soberanos; mostrou os turcos devastando a Bósnia e a Grécia, prestes a se dirigir como um rápido incêndio, para a Itália e para a Alemanha, para todos os países da Europa. O Pontífice declarou que êle não deixaria Mântua, antes que os príncipes e os Estados cristãos lhe tivessem dado a palavra de sua dedicação à causa da cristandade; protestou finalmente, que se fôsse abandonado pelas potências cristãs, êle se apresentaria sòzinho àquela luta gloriosa e morreria defendendo a independência da Europa e da Igreja.

As palavras de Pio II eram cheias de religião e sua religião cheia de patriotismo. Quando Demóstenes e os oradores gregos subiam à tribuna para discursar e excitar seus concidadãos a defender a liberdade da Grécia, contra as guerras de Filipe ou as invasões do grande rei, falavam, sem dúvida, com mais eloqüência, mas nunca foram inspirados por maiores interêsses e mais nobres motivos.

O cardeal Bessarion, que a Grécia tinha visto nascer e que a Igreja de Roma tinha adotado, falou depois de Pio II, e declarou que todo o Colégio dos Cardeais achava-se animado pelo mesmo zêlo, que o pai dos fiéis. Os enviados de Rodes, de Chipre,

do Épiro, os da Ilíria, do Peloponeso e de várias regiões que os turcos tinham invadido, fizeram diante do concílio uma descrição comovente dos males que suportavam os cristãos, sob a dominação dos muçulmanos. Mas os embaixadores das grandes potências da Europa ainda não tinham chegado e êsse atraso mostrava a grande indiferença dos monarcas cristãos pela cruzada. Os debates que se ergueram em seguida, sôbre as pretensões das famílias de Anjou e de Aragão ao reino de Nápoles, por fim, as discussões sôbre etiquêta e precedência, que ocuparam o concílio durante vários dias, acabaram por provar que os espíritos não estavam ainda compenetrados dos perigos da Europa cristã e que não se tomaria, para evitá-los, nenhuma resolução generosa.

O Papa propôs cobrar, para a cruzada, um impôsto sôbre as rendas do clero, um vigésimo sôbre os judeus, uma trigésima parte sôbre os príncipes e os seculares. Êle propôs ao mesmo tempo recrutar um exército de cem mil homens nos diferentes Estados da Europa e confiar-lhe o comando ao imperador da Alemanha. Essas propostas, para serem executadas, tinham necessidade da aprovação dos soberanos e a maior parte dos embaixadores fizeram vagas promessas, apenas. Houve um grande número de conferências; o concílio durou vários meses e o Papa deixou Mântua sem ter feito algo de definitivo para a emprêsa que ideara. Voltou a Roma, de onde escreveu de novo aos príncipes cristãos,

rogando-lhes que mandassem embaixadores para deliberar ainda sôbre a guerra contra os turcos.

Sempre perseguido pelo pensamento de libertar o mundo cristão e perdendo todos os dias a esperança de mover o Ocidente, concebeu a estranha idéia de se dirigir a Maomé II mesmo, e de empregar tôdas as fôrças da dialética para converter o príncipe muçulmano ao cristianismo. Sua carta, que nos foi conservada, é um tratado completo de teologia e de filosofia do tempo. O Pontífice opõe aos apóstolos do islamismo a autoridade dos profetas e dos padres da Igreja, a autoridade profana de Licurgo e de Sólon. Procurando principalmente aliciar a ambição do príncipe otomano, êle lhe propunha o exemplo do grande Constantino, que obteve o cetro do mundo, recebendo o batismo e revestindo-se do sinal sagrado, com o qual lhe fôra dado vencer. O sultão só tinha que reconhecer a Deus, de onde vem tôda a autoridade, para que os abissínios, os árabes, os mamelucos, os persas, todos os povos da Ásia, se submetessem à sua dominação e se a intervenção da côrte de Roma lhe fôsse necessária, para reinar no Oriente, o chefe da Igreja lhe prometia o socorro de suas orações e o apoio da sua soberania pontifícia.

Nessa singular negociação com Maomé II, o Papa não foi mais feliz do que com os príncipes cristãos. Êstes, que êle induzia a defender seus

próprios Estados, responderam-lhe com vãos protestos; Maomé, ao qual êle oferecia a conquista do mundo em nome do cristianismo, contentou-se de responder que êle *era inocente da morte de Jesus Cristo e que pensava com horror nos que o tinham pregado na cruz.*

O imperador otomano acabava de se apoderar da Bósnia; êle tinha feito morrer, supliciado, o rei dêsse infeliz país, que se havia submetido às suas armas. Por outro lado, os turcos devastavam as fronteiras da Ilíria e ameaçavam Ragusa. O estandarte da meia-lua esvoaçava sôbre tôdas as ilhas do arquipélago e do mar da Jônia. Os perigos que ameaçavam a Itália e a Europa tornavam-se sempre mais ameaçadores. O Papa reuniu seu consistório e disse-lhes que era chegado o tempo de se deter o progresso dos turcos e de se começar a guerra santa que êle tinha pregado. "O duque de Borgonha, a república veneziana estavam prontas a secundar o seu empreendimento. Enquanto os húngaros e os poloneses preparavam-se para dar combate aos otomanos no Dniester e no Danúbio, os epirotas e os albaneses foram levar para o meio dos gregos, o estandarte da liberdade; na Ásia, o sultão da Caramânia e o rei da Pérsia deviam atacar os turcos e secundar os esforços e as armas dos cristãos." O Pontífice declarou que êle estava resolvido a marchar em pessoa contra os infiéis. "Quando os príncipes cristãos vissem o Vigário de Jesus Cristo partir para

a guerra santa, não teriam êles vergonha de ficar na inatividade? Carregado de anos e de enfermidades, êle tinha pouco tempo de vida e corria para uma morte quase certa, mas, que importavam o lugar e a hora de sua morte, contanto que êle morresse pela causa de Jesus Cristo e para a salvação da cristandade?"

Os cardeais deram um assentimento unânime à resolução de Pio II. O Papa começou então os preparativos para a partida. Dirigiu ainda uma exortação a todos os fiéis para induzi-los a secundá-lo em seus desígnios. Depois de ter, naquela exortação apostólica, apontado com viva eloqüência as desgraças e os perigos para a Igreja Cristã, o Pontífice exprimia-se assim:

"Nossos antepassados perderam Jerusalém e tôda a Ásia; nós perdemos a Grécia e uma grande parte da Europa; a cristandade está agora apenas num canto do mundo. Nesse perigo extremo, o pai comum dos fiéis vai êle mesmo contra o inimigo. Sem dúvida a guerra não convém nem à fraqueza dos velhos, nem ao caráter dos pontífices mas, quando a religião está em perigo de sucumbir, quem nos poderia conter? Poder-nos-ão ver, durante os combates à proa de um navio, ou numa colina elevada, abençoando os soldados de Jesus Cristo, invocando por êles o Deus dos exércitos. Assim o patriarca Moisés rezava na montanha e erguia seus

braços ao céu, enquanto Israel combatia os povos, que Deus tinha reprovado. Seremos seguidos por nossos cardeais, por um grande número de bispos; marcharemos com o estandarte da cruz, desfraldado, com as relíquias dos santos, com o mesmo Jesus Cristo na Eucaristia. Que cristão recusar-se-á a seguir o Vigário de Deus que parte com seu senado sagrado e todo o cortejo da Igreja para defender a religião e a humanidade?"

"Que guerra foi jamais tão justa e tão necessária? Os turcos atacam o que tendes de mais caro, o que a sociedade cristã tem de mais santo. Se sois homens, não deveis porventura sentir compaixão de vossos semelhantes? Se sois cristãos, a religião vos ordena levar auxílio aos vossos irmãos. Se a desgraça dos outros, não vos comove, pensai na vossa própria salvação, tende piedade de vós mesmos. Vós vos julgais em segurança, porque estais longe do perigo: amanhã a espada estará sôbre vossas cabeças. Se não mandardes auxílio aos que estão na vossa frente, os que estão atrás, vos abandonarão também, no perigo.

"Sentis talvez fôrça para suportar o opróbrio e a humilhação de um domínio bárbaro? Ficai em vossas casas, esperai aí os vossos inimigos; esperai aí êsses vis asiáticos que não são homens e que têm a insolente pretensão de governar todos os povos da Europa. Mas, se tendes um coração nobre, um espí-

rito elevado, um caráter generoso, uma alma cristã, vós seguireis os estandartes da Igreja, mandar-nos-eis socorros, auxiliareis os exércitos do Senhor.

"Os que nos ajudarem, serão abençoados por Deus; mas os que ficarem indiferentes, não terão parte nos tesouros da misericórdia divina. Que os maus e os ímpios, que perturbarem a paz pública sejam amaldiçoados por Deus! Que o céu faça cair sôbre êles todos os flagelos de sua cólera! Que êles vivam sem cessar no mêdo e no temor e que sua vida esteja suspensa por um fio! Nem o poder, nem a riqueza os hão de defender; as flechas do remorso os hão de ferir por tôda a parte; as chamas do abismo consumir-lhes-ão o coração."

O Pontífice dirigia esta exortação aos príncipes, à nobreza, e ao povo de todos os países. Indicava a cidade e o pôrto de Ancona como o lugar onde se deveriam reunir os cruzados. Prometia a remissão dos pecados a todos os que o servissem seis meses à própria custa ou mantivessem um ou dois soldados da cruz durante o mesmo espaço de tempo. Êle não tinha nada a dar neste mundo aos fiéis, que tomassem parte na cruzada; mas rogava ao céu que lhes dirigisse os passos, lhes multiplicasse os dias, os conservasse, lhes aumentasse o reino, os principados, as propriedades. Terminando êsse discurso apostólico, êle se dirigia a Deus Todo-Poderoso: "Vós, que sondais os rins e os corações, dizia

êle, vós sabeis se temos outro pensamento, que não, combater por vossa glória e pela salvação do próximo e do rebanho que nos foi confiado. Vingai o sangue cristão que corre sob a espada dos turcos e que de tôdas as partes se eleva até vós! Lançai um olhar favorável sôbre o vosso povo, conduzi-nos à guerra empreendida para o triunfo da lei! Fazei que a Grécia seja devolvida ao vosso culto e que tôda a Europa possa bendizer o vosso nome."

Esta bula do Papa foi mandada a todo o Ocidente e lida pùblicamente nas Igrejas. Os fiéis reunidos derramaram lágrimas ao saberem das desgraças da cristandade. Nos países, mais afastados, das invasões dos turcos e até nas regiões do Norte, muitos tomaram a cruz e as armas. Uns se dirigiram a Ancona; outros foram para a Hungria reunir-se ao exército de Matias Corvin, prestes a partir contra os turcos.

O Papa escreveu ao doge de Veneza para lhe rogar que tomasse parte em pessoa na guerra que se ia empreender contra os infiéis. Êle dizia-lhe que a presença dos príncipes no exército inspirava confiança aos soldados e terror aos inimigos. Como o doge era de idade avançada, Pio II lembrava-lhe, que êle mesmo, tinha os cabelos encanecidos pela idade; que o duque da Borgonha, que prometia seguir os cruzados ao Oriente, tinha também chegado à velhice. — *Seremos*, dizia êle, — *três*

velhos à frente de um exército cristão. Deus tem preferência pelo número três, e a Trindade que está no céu não deixará de proteger esta trindade de terra.

O doge de Veneza hesitava em embarcar, mas como o Estado veneziano estava em guerra com Maomé II, o que o levava a confundir seus interêsses com os da cruzada, o chefe da república foi obrigado a seguir o Pontífice de Roma. O duque da Borgonha não estava disposto a se unir ao exército dos cruzados. O Papa em suas cartas lembrou-lhe as solenes promessas. Censurava-lhe ter enganado aos homens, e ter enganado ao mesmo Deus; êle acrescentava que sua falta de palavra ia lançar tôda a cristandade no luto e podia fazer falhar a sua emprêsa. Filipe, a quem Pio II tinha prometido o reino de Jerusalém, não se decidiu a partir, com mêdo de perder seus Estados. Êle se contentou de mandar dois mil homens de armas ao exército cristão. Êle temia então a política de Luís XI, que sendo delfim, queria combater os turcos, e que, subindo ao trono, só tinha como inimigos seus mesmos vizinhos.

Pio II, depois de ter implorado a proteção de Deus, na Basílica dos Santos Apóstolos, partiu de Roma, no mês de junho de 1464. Tomado por uma febre lenta, temendo que à vista de sua enfermidade causasse desânimo aos soldados da cruz, êle dissi-

mulou seu sofrimento e recomendou ao seu médico que guardasse silêncio, a respeito do seu estado. Enquanto êle viajava, o povo dirigia ao céu orações pelo bom êxito da cruzada. A cidade de Ancona recebeu-o em triunfo e o saudou como libertador do mundo cristão.

Um grande número de cruzados havia chegado àquela cidade mas, a maior parte sem armas, sem munições, quase nus. As vivas exortações do Papa haviam comovido a todos, menos aos barões e aos senhores da cristandade. Os pobres e os homens da última classe do povo pareciam ter ficado mais impressionados com o perigo da Europa, do que os ricos e os grandes da terra. A multidão de cruzados reunidos em Ancona parecia-se menos a um exército do que a uma tropa de mendigos e vagabundos. Todos os dias, a miséria e as doenças, faziam novos mártires. Pio II ficou comovido com suas misérias, mas como nada podia fazer para mantê-los, conservou sòmente os que estavam em condições de partir para a guerra, dando-lhes o necessário e mandou os outros, de volta, com as indulgências da cruzada.

O exército cristão devia dirigir-se para as costas da Grécia e unir-se a Scandenberg, que acabava de vencer os otomanos, nas planícies de Ocrida. Haviam mandado embaixadores aos húngaros, ao rei de Chipre e a todos os inimigos dos turcos, na Ásia, sem deixar esquecido o rei da Pérsia, para

avisá-los que estivessem preparados para começar a guerra contra Maomé.

A pequena cidade de Ancona atraía os olhares de tôda a Europa. Que espetáculo, na verdade, mais interessante para a cristandade do que o do pai comum dos fiéis, arrostar os perigos da guerra e do mar, para ir a regiões longínquas vingar a humanidade ultrajada, quebrar os ferros dos cristãos, visitar seus filhos em sua aflição? Infelizmente as fôrças de Pio II não correspondiam ao seu zêlo, e não lhe permitiram terminar seu sacrifício. A frota estava para sair do pôrto, quando a febre, que havia começado em Roma, agravou-lhe o sofrimento pela fadiga da viagem e se transformou em doença mortal. Percebendo que seu fim se aproximava êle convocou os cardeais: "Minha última hora chegou, disse-lhes êle, Deus me chama para junto de si, eu morro na fé católica na qual vivi. Eu fiz até agora tudo o que pude fazer pelas ovelhas que me foram confiadas. Não me poupei, a mim mesmo, nem a trabalhos, nem a perigos. Ofereci minha vida pela salvação comum. Não posso terminar o que comecei. Deveis vós continuar a obra de Deus. Não deixeis perecer por vossa negligência a causa da fé; pois fostes chamados à Igreja para lhe trazer socorros quando ela disso tiver necessidade. . ." O soberano Pontífice terminou sua exortação, que nós abreviamos, pedindo perdão aos cardeais pelos pecados que tinha cometido para com Deus e pelos erros de que

poderia estar culpado perante êles. Depois, levantando um pouco a mão, abençoou-os a todos, chorando. Os cardeais, com lágrimas nos olhos, ajoelharam-se junto do seu leito, e pediram-lhe perdão de suas faltas. Pio II morreu recomendando-lhes os cristãos do Oriente e os últimos olhares que lançou sôbre a terra, dirigiram-se para a Grécia oprimida pelos inimigos de Jesus Cristo.

Paulo II, que foi eleito Papa, comprometeu-se durante o conclave a seguir o exemplo do seu predecessor. Mas já os cruzados reunidos por Pio II haviam regressado aos seus lares. Os venezianos, sòzinhos, levaram a guerra ao Peloponeso, sem obter grandes vantagens contra os turcos. Devastaram o país que iam libertar e o mais notável de seus troféus, foi o saque de Atenas. Os gregos do cantão da Lacedemônia e de algumas outras cidades, que, na esperança de serem socorridos, tinham erguido o estandarte da liberdade, não puderam resistir aos janízaros e caíram vítimas de sua dedicação à causa da religião e da pátria. Scandenberg, cuja capital os turcos sitiavam, veio então, êle mesmo, pedir socorro ao Papa. Recebido por Paulo II, na presença dos cardeais, declarou diante do Sagrado Colégio, que, no Oriente só havia o Épiro e no Épiro, seu pequeno exército que combatia ainda pela causa dos cristãos. Acrescentou ainda que, se êle sucumbisse, ninguém sobraria para defender as estradas da Itália. O Papa fêz os maiores elogios

da bravura de Scandenberg e deu-lhe de presente uma espada que tinha benzido. Escreveu ao mesmo tempo aos príncipes da cristandade para induzi-los a socorrer a Albânia. Numa carta endereçada ao duque da Borgonha, Paulo II lamentava a sorte dos povos da Grécia, expulsos de sua pátria, pelos bárbaros; deplorava o exílio, a miséria das famílias gregas, que vinham procurar um refúgio na Itália, morrendo de fome e sem vestes, amontoados confusamente nas praias do mar, erguendo as mãos para o céu e suplicando aos seus irmãos, os cristãos, que os socorressem ou vingassem. O chefe da Igreja lembrava tudo o que seus predecessores tinham feito, e tudo o que êle mesmo fizera para evitar tão grandes desgraças.

Dava a culpa à indiferença dos príncipes e dos povos; ameaçava tôda a Europa com as mesmas calamidades, se ela não se apressasse em tomar as armas contra os turcos. As exortações do Papa ficaram sem efeito. Scandenberg tinha apenas pequenas somas de dinheiro que obtivera da Santa Sé, e voltou ao seu país, devastado pelos otomanos; pouco tempo depois do seu regresso, morreu em Lissa, coberto de glória, mas perdendo a esperança de ver vitoriosa a nobre causa pela qual tinha combatido durante tôda a sua vida.

Era tal, então o prestígio do grande homem, que sob suas bandeiras, os gregos, há tanto tempo

degenerados, lembraram os mais belos dias da glória militar da Grécia: a pequena província da Albânia tinha resistido durante vinte anos a tôdas as fôrças do império otomano. A morte de Scandenberg lançou o desespêro entre seus companheiros de armas. — *Correi, bravos albaneses!* — exclamaram êles nas praças públicas, — *duplicai vossa coragem, pois as muralhas do Épiro e da Macedônia acabam de se transformar em pó.* Estas palavras eram ao mesmo tempo o elogio fúnebre de um herói e o de todo seu povo. Haviam-se apenas passado dois anos, e a maior parte das cidades do Épiro já haviam caído em poder dos turcos; e, como Scandenberg tinha predito ao Pontífice de Roma, não restaram mais atletas de Jesus Cristo, ao oriente do mar Adriático.

Tôdas as emprêsas contra os infiéis limitaram-se então a algumas expedições marítimas dos venezianos e dos cavaleiros de Rodes. Essas expedições não eram suficientes para deter o progresso dos otomanos. Maomé II ocupava-se sempre da invasão da Alemanha e da Itália. Resolvido a dar um último golpe em seus inimigos, êle quis, a exemplo dos pontífices romanos, empregar o ascendente da religião para excitar o entusiasmo e a bravura dos muçulmanos. No meio de uma cerimônia solene, na presença do divan e do mufti êle jurou *renunciar a todos os prazeres e jamais afastar suas vistas desde o Ocidente até o Oriente, enquanto não tivesse pôsto sob as patas de seus cavalos os deuses das nações,*

aquêles deuses de madeira, de bronze, de prata, de ouro e de pinturas, que os discípulos do Cristo faziam com suas próprias mãos. Êle jurou *extermi-nar da face da terra a iniqüidade dos cristãos e pro-clamar do levante ao poente a glória do Deus de Sabaoth e de Maomé.* Depois desta declaração ameaçadora, o imperador turco convidava a todos os povos circuncidados que seguiam suas leis a se dirigir a êle, para obedecer ao preceito de Deus e de seu profeta.

O juramento de Maomé II foi lido nas mesqui-tas do império na hora da oração. De tôdas as partes, os guerreiros otomanos acorriam a Constanti-nopla. Já um exército do sultão devastava a Croácia e a Carníola; depois, uma frota formidável saiu do canal e veio atacar a ilha da Eubéia ou Negro-ponto, separada pelo Euripe da cidade de Atenas, que os historiadores turcos chamam de cidade, ou pátria dos filósofos. À primeira notícia do perigo, o Papa ordenou orações e preces públicas na cidade de Roma. Foi êle mesmo de pés descalços, em pro-cissão a uma imagem da Virgem; mas o céu, diz o analista da Igreja, não quis ouvir as orações dos cristãos. Negroponto caiu em poder dos turcos; tôda a população da ilha foi exterminada ou levada como escrava. Um grande número dos que tinham defen-dido a pátria com coragem, morreu no meio dos maiores suplícios. Esta notícia chegou à Europa, causando terror, pelos excessos da barbárie otomana

e tôdas as nações cristãs foram tomadas de mêdo e de espanto.

Depois das últimas vitórias dos turcos, a Alemanha devia temer uma próxima invasão e as costas da Itália estavam também ameaçadas. O cardeal Bessarion dirigiu uma exortação eloqüente aos italianos e lhes pediu que se reunissem contra o inimigo comum. O Papa fêz todos os esforços possíveis para apaziguar as discórdias e chegou a formar uma liga entre Ferdinando, rei da Sicília, Galéas duque de Milão e a república de Florença. Seus legados foram pedir o auxílio dos reis da França e da Inglaterra. Ante a iminente invasão, o imperador Frederico III convocou uma dieta em Ratisbona e depois em Nurenberg, à qual compareceram embaixadores de Veneza, Siena, Nápoles, Hungria e da Carníola, os quais narraram as crueldades dos otomanos, pintando com côres as mais tristes e fôscas as desgraças que ameaçavam a Europa. Nessas duas assembléias, tomaram-se várias deliberações para a guerra contra os muçulmanos. Mas nenhuma foi levada a têrmo. Era tal a cegueira geral, que nem as exortações do Papa, nem os progressos assustadores dos turcos, puderam despertar o zêlo dos príncipes e dos povos. As crônicas do tempo falam de vários milagres pelos quais Deus manifestou seu poder naqueles dias infelizes; mas, sem dúvida, o maior dos milagres da Providência foi que a Itália e a Alemanha, não

caíram em poder dos otomanos, quando ninguém mais se apresentara para sua defesa.

Depois da morte de Paulo II, que não viu o resultado de suas pregações e de seus empreendimentos, seu sucessor, Sixto IV, tudo fêz pela defesa da cristandade. Apenas subiu ao trono Pontifício, mandou vários cardeais a Estados da Europa para pregar a paz entre os cristãos e a guerra contra os turcos. Os legados tinham como instrução especial apressar a cobrança dos dízimos para a cruzada. Estavam autorizados a lançar as penas da excomunhão contra os que se opusessem a êsse impôsto ou lhe desviassem o produto. Essa severidade, que causou muitas perturbações na Inglaterra e principalmente na Alemanha, deu resultado em outros países e forneceu ao Sumo Pontífice os meios de preparar a guerra. Mas nenhum dos príncipes do Ocidente tomou as armas; a cristandade estava sempre exposta aos maiores perigos, quando a sorte lhe mandou do fundo da Ásia, o socorro, com o qual ela não contava de nenhum modo.

De tôdas as potências que tinham prometido combater os otomanos, a única que manteve a promessa foi a Pérsia, a cujo soberano, Calixto III tinha mandado um missionário e que se tinha declarado fiel aliado dos cristãos. Em sua resposta, o rei da Pérsia fazia ao Papa os maiores elogios, encorajando-o em sua resolução de atacar Maomé II

e dizendo-lhe que êle mesmo ia romper as hostilidades. Quando receberam sua carta em Roma, suas tropas já avançavam pela Armênia e já várias cidades otomanas tinham caído em poder dos persas. Maomé foi obrigado a abandonar ou adiar seus projetos de conquista nas costas da Europa, para marchar contra seus novos inimigos com a maior parte das fôrças do seu império.

Ter-se-ia podido aproveitar dessa poderosa ação dos persas, mas os venezianos, o rei de Nápoles e o Papa apresentaram-se sòzinhos para a guerra contra os otomanos. O soberano Pontífice tinha mandado construir vinte e quatro galeras com o produto dos dízimos cobrados para a cruzada. Essa frota, comandada pelo cardeal Carafa e reunida no Tibre, depois de abençoada por Sixto IV, foi se reunir à de Veneza e à de Nápoles e percorreu as costas da Jônia e da Panfília, levando o terror a tôdas as cidades marítimas dos otomanos. Os venezianos dirigiram a frota cristã para as cidades cujas riquezas e comércio lhes faziam sombra. Satália e Esmirna foram entregues a todos os excessos da guerra: a primeira, situada nas costas da Panfília, era o entreposto dos produtos e das mercadorias que vinham da Índia e da Arábia. A segunda, situada no mar da Jônia, tinha ricas indústrias, um comércio florescente. Os soldados cristãos cometeram nessas duas cidades, todo o gênero de crimes, que êles tinham então recriminado aos turcos. Depois dessa expedição de piratas, a frota

voltou aos portos da Itália e o cardeal Carafa regressou a Roma, em triunfo, seguido por vinte e cinco prisioneiros, montados em soberbos cavalos e doze camelos carregados de despojos do inimigo. As bandeiras tomadas aos muçulmanos e a corrente do pôrto de Satália foram solenemente suspensas à porta e às arcadas do Vaticano.

Enquanto se celebravam em Roma estas pequenas vantagens obtidas sôbre os infiéis, Maomé dava golpes terríveis, muito mais terríveis em seus inimigos; e, quando êle voltou a Constantinopla, tinha destruído os exércitos do rei da Pérsia. O que dava ao imperador turco uma vantagem imensa, sôbre as potências que se armavam contra êle, é que estas, não estavam quase nunca de acôrdo entre si, nem para a defesa, nem para o ataque. A discórdia não tardou a renascer entre os príncipes cristãos e principalmente nos Estados da Itália. O Papa mesmo esqueceu o espírito da paz e da união que tinha pregado; esqueceu a guerra santa, e Veneza ficou sòzinha na luta contra os otomanos, e por isso foi obrigada a pedir a paz a Maomé.

Os otomanos aproveitavam-se tanto da paz como da guerra para aumentar seu poder. Nada mais restava dos tristes restos do império grego. Veneza tinha perdido a maior parte de suas possessões no arquipélago e na Grécia; Gênova perdeu finalmente a rica colônia de Caifa na Criméia. De

tôdas as conquistas das cruzadas, os cristãos tinham conservado apenas o reino de Chipre e a ilha de Rodes.

Durante mais de um século, os reis de Chipre tinham implorado os socorros do Ocidente e combatido com algum êxito os muçulmanos e principalmente os mamelucos do Egito. As cidades marítimas da Itália protegiam um reino do qual o comércio e a navegação tiravam algum proveito. Todos os dias, guerreiros, vindos da Europa davam-lhe o auxílio de suas armas. Poucos anos depois da tomada de Constantinopla, vemos Tiago Coeur, que tinha conseguido a restituição de seus bens, estabelecer-se na ilha de Chipre e consagrar sua fortuna e sua vida na defesa dos cristãos do Oriente. Depois de sua morte, viam-se numa igreja de Bourges, que êle tinha edificado, esta inscrição: *"O senhor Tiago Coeur, comandante geral da Igreja contra os infiéis."*

O reino de Chipre, depois de ter por muito tempo resistido aos muçulmanos, tornou-se por fim teatro e prêsa de revoluções. Abandonado de algum modo pelas potências cristãs, obrigadas a se defenderem por si mesmas, contra os turcos, havia-se pôsto sob a proteção dos mamelucos do Egito. No tempo das agitações, os descontentes retiravam-se do Cairo e buscavam proteção numa potência que tinha grande interêsse em manter a discórdia. A família de Lu-

signan estava prestes a se extinguir; uma filha, único rebento de vários reis, tinha a princípio desposado um príncipe português, depois Luís, conde da Sabóia. Mas o sultão do Cairo e Maomé II não quiseram permitir que um príncipe latino usasse a coroa de Chipre, e fizeram eleger um filho natural do último rei. Tiago, cujo nascimento ilegítimo privava do trono e que tinha perturbado o reino com suas pretensões ambiciosas, foi coroado rei de Chipre, na cidade do Cairo, sob os auspícios e na presença dos mamelucos. O que aumentou o escândalo dessa coroação, foi que o novo rei prometeu ser fiel ao sultão do Egito e pagar cinco mil escudos de ouro pela manutenção de tôdas as mesquitas da Meca e de Jerusalém. Êle jurava sôbre o Evangelho, manter essa promessa e, para nada omitir de tudo o que dêle exigiam os mamelucos: "Se eu faltar à minha palavra, acrescentava êle, serei tido como apóstata e falsário, negarei a existência de Jesus Cristo e a virgindade de sua Mãe e matarei um camelo nas fontes do Batismo e amaldiçoarei o sacerdócio." Estas, as palavras que a ambição de reinar pôs na bôca de um príncipe, que ia governar um reino fundado pelos soldados de Jesus Cristo. Êle morreu pouco depois de ter tomado posse da autoridade suprema. Seu povo pensou que os últimos dias do seu reinado e sua vida tinham sido abreviadas pela justiça divina.

Catarina Cornaro, viúva de Tiago, de família veneziana, era a herdeira da coroa de Chipre. Como a república de Veneza aproveitava tôdas as ocasiões para aumentar suas propriedades no Oriente, mandou vir à Itália a nova rainha e as solicitações do senado e do doge obtiveram dela a cessão de todos os seus direitos à ilha de Chipre. Assim, Veneza viu sob suas leis um reino fundado pela família de Lusignan e o defendeu durante perto de um século, contra as armas dos otomanos e dos mamelucos.

A ilha de Rodes, muito mais que o reino de Chipre, tinha então todos os olhares do mundo cristão. Defendida pelos cavaleiros de São João, lembrava ela aos fiéis a terra santa e os mantinha sempre na esperança de rever um dia o estandarte de Jesus Cristo, desfraldado sôbre os muros de Jerusalém. Uma juventude guerreira vinha sem cessar de tôdas as regiões do Ocidente e fazia reviver de algum modo o ardor, o zêlo e os feitos dos primeiros cruzados. A ordem dos Hospitalários, fiel à sua antiga instituição, protegia sempre os peregrinos que se dirigiam à Palestina e defendia os navios cristãos contra os ataques dos turcos, dos mamelucos e dos piratas. Desde o comêço de seu reinado, Maomé II tentara obrigar o grão-mestre João de Lastic a lhe pagar um tributo, como a seu soberano; mas êste contentou-se de responder: — *Nós devemos a soberania de Rodes sòmente a Deus e às nossas espadas.*

Nosso dever é ser inimigos e não tributários dos otomanos.

Maomé, depois de ter vencido os persas, tinha voltado a Constantinopla, com novos projetos de conquista na Europa e com nova animosidade contra os cristãos; todo seu império preparava-se para servir à sua ambição e à sua cólera. Os turcos não tinham até então levado suas invasões ao Ocidente, porque a diferença de religião e de costumes lhes tirava tôda comunicação com as nações cristãs e êles ignoravam completamente o estado e as disposições da cristandade, as fôrças que se lhes poderiam opor e mesmo o caminho que deviam seguir. Procuravam conhecer as fronteiras da Europa, estudavam as costas marítimas, observavam os momentos propícios, e, semelhantes ao leão da Escritura, rondavam incessantemente, procurando a sua prêsa. Apoderavam-se dos postos avançados e marchavam com precaução para o país que queriam conquistar, como um exército inimigo quando se aproxima da praça que quer sitiar. Nas excursões muitas vêzes repetidas, êles espalhavam o terror entre os povos, que tencionavam atacar; e, pelas devastações que faziam, enfraqueciam os meios de resistência dos inimigos. Maomé, se havia, a princípio, apoderado de Negroponto e de Escutari, para dominar os mares do arquipélago e o mar da Sicília e de Nápoles. Por outro lado, vários de seus exércitos se haviam dirigido para o Danúbio a fim de se encaminharem

para a Alemanha, e, tropas otomanas, tinham penetrado, a ferro e fogo, até Friul, para atemorizar a república de Veneza e explorar os baluartes da Itália.

Quando tudo estava pronto para a execução de seus terríveis planos, o chefe do império otomano, resolveu atacar a cristandade em vários pontos, ao mesmo tempo. Um numeroso exército se pôs em marcha para invadir a Hungria e tôdas as regiões vizinhas do Danúbio. Duas frotas, levando uma tropa numerosa deviam dirigir-se, uma contra os cavaleiros de Rodes, de quem Maomé temia a bravura, e a outra, contra as costas de Nápoles, cuja conquista abria a estrada para Roma e para a Itália meridional. Em tão grave perigo, as esperanças dos alemães, e mesmo de uma parte dos Estados italianos, estava depositada nos húngaros. O rei da Hungria era então visto como o anjo da guarda das fronteiras da Europa, e, para estar sempre pronto para combater os turcos, recebia todos os anos socorros em dinheiro da república de Veneza e do imperador da Alemanha. O Papa acrescentava a êsses auxílios uma parte dos dízimos cobrados para a cruzada; legados da Santa Sé tinham a missão de distribuir indulgências aos guerreiros da Hungria e de exortar sem cessar os povos dessa região a se armarem contra os inimigos dos cristãos.

Matias Corvin, filho de Huniada, governava então a Hungria. Por seu valor assemelhava-se ao

pai e sobrepujava-o pela cultura de seu espírito. No meio de um povo quase bárbaro, êle falava várias línguas. Êsse rei guerreiro, diplomata e legislador, não se apagou da memória dos húngaros; êles falam principalmente de sua eqüidade que se tornou proverbial e muitas vêzes repetem: "Perdendo nosso rei, Matias Corvin, perdemos a justiça."

À aproximação do exército otomano, tôda a Hungria pegou em armas. O exército cristão enfrentou os turcos da Transilvânia e lhes deu combate; a vitória decidiu-se pelos cristãos, que, numa só luta, destruíram o exército inimigo. As crônicas contemporâneas descrevem menos êsse terrível combate do que a alegria dos vencedores após o triunfo. O exército vitorioso assistiu todo a um banquete preparado no campo de batalha, coberto de mortos e ainda fumegante pela matança. Os chefes e os soldados misturavam seus cantos de alegria aos gritos dos feridos e dos moribundos, e, na embriaguez do banquete e da vitória, fizeram-se danças bárbaras, sôbre os cadáveres mutilados dos inimigos.

A guerra dos cristãos e dos turcos tornava-se sempre mais cruel, e só apresentava cenas de barbárie e de destruição. As ameaças de Maomé, o direito das gentes e a fé dos juramentos eram contìnuamente violados pelos turcos, tanto na paz como na guerra; milhares de cristãos eram condenados a morrer nos suplícios por terem defendido sua pátria e sua reli-

gião; vinte anos de combates, de perigos e de infortúnios, tinham acendido o ódio dos soldados da cruz, a sêde de vingança tornava-os por vêzes tão ferozes como seus inimigos e em seu triunfo, êles esqueceram-se, muitas vêzes, de que combatiam pela causa do Evangelho.

Enquanto os turcos sofriam tremenda derrota no Danúbio, a frota de Maomé, que avançava para a ilha de Rodes, devia encontrar, nos cavaleiros de S. João, inimigos não menos intrépidos e não menos temíveis do que os húngaros. O paxá que comandava essa expedição, pertencia àquela família imperial dos Paleólogos, cujos humildes rogos tinham tantas vêzes pedido o auxílio da Europa cristã. Depois da tomada de Bizâncio, êle abraçou a religião muçulmana e só procurou então ajudar Maomé II em seu projeto de exterminar a raça dos cristãos no Oriente.

Vários historiadores narram com muita clareza os fatos ocorridos no cêrco de Rodes, e talvez aqui está a ocasião de se reparar a uma grande injustiça cometida contra um dos escritores que nos precederam. Uma palavra escapada ao abade de Verlot e de que a crítica se armou contra êle, foi suficiente para lhe arrebatar o nobre apanágio da obra de um historiador: a reputação da veracidade. Depois de ter examinado com muito cuidado os monumentos históricos que nos restam e segundo os quais o autor

da *História dos cavaleiros de Malta,* descreveu o cêrco de Rodes, nós nos sentimos felizes por prestar homenagem à exatidão das suas narrações e não tememos indicá-las aos nossos leitores. Nesse historiador elegante devemos ver a constância heróica de d'Aubusson, grão-mestre da ordem de S. João, a infatigável intrepidez dos seus cavaleiros, defendendo-se no meio das ruínas, contra cem mil otomanos, armados com tudo o que a arte dos cercos e o gênio da guerra tinham inventado. À aproximação dos turcos, o grão-mestre de Rodes havia implorado o auxílio dos exércitos cristãos; mas tudo o que êle conseguiu, limitava-se a quatro navios napolitanos e genoveses que só chegaram depois de terminado o cêrco e algumas quantias em dinheiro, produto de um jubileu ordenado pelo Papa a convite de Luís XI. Segundo as velhas tradições, a defesa de Rodes foi marcada por prodígios que podiam lembrar os tempos das primeiras cruzadas: os turcos viram no céu uma virgem vestida de branco e as falanges da milícia celeste chegarem em socorro da cidade cercada; os prisioneiros otomanos atribuíram sua derrota a essa aparição, e, em sua missiva endereçada a Frederico, Pedro D'Aubusson digna-se relatar os milagres de que os infiéis faziam menção.

A terceira expedição de Maomé e a mais importante para seus projetos de conquista, era a que se devia dirigir contra o reino de Nápoles. A frota otomana deteve-se em Otranto. Depois de alguns

dias de cêrco, a cidade foi tomada, entregue ao saque e sua população massacrada ou escravizada. O arcebispo de Otranto, segundo diz um historiador, foi serrado em duas partes com uma serra de madeira e oitocentos cidadãos sofreram o martírio, para não renunciar à religião cristã. Essa execução teve lugar num pequeno vale que depois foi chamado de *Vale dos Mártires*. Essa invasão dos turcos, que não era esperada, espalhou o terror por tôda a Itália. Bonfini nos diz, que o Papa pensou até em deixar a cidade dos apóstolos e passar para além dos Alpes procurando um refúgio no reino da França.

É provável que, se Maomé II tivesse reunido suas fôrças contra o reino de Nápoles, teria podido levar suas conquistas até Roma. Mas a perda de seus exércitos na Hungria e as lutas de suas melhores tropas na cidade de Rodes, tiveram que suspender a execução de seus projetos. Sixto IV, refazendo-se do primeiro terror, pediu o auxílio da cristandade. O soberano Pontífice dirigia-se a tôdas as potências eclesiásticas e seculares, aos cristãos de tôdas as classes; rogava-lhes pela misericórdia e pelos sofrimentos de Jesus Cristo, pelo juízo universal, que todos estivessem dispostos, segundo suas obras, pelas promessas do batismo, pela obediência à Santa Igreja, que conservassem entre si, pelo menos durante três anos, a caridade, a paz e a concórdia. Mandou legados por tôda a parte, encarregados de acalmar as dissensões e as guerras que dividiam então o

mundo cristão. Êsses legados tinham como ordem, agir com moderação e prudência, usar os caminhos da persuasão para os povos e para os reis, segundo o verdadeiro espírito do Evangelho e de se assemelharem em suas palavras e ações piedosas, à pomba que voltou à arca trazendo um ramo de oliveira, símbolo da paz. A fim de encorajar os príncipes com seu exemplo, o Pontífice mandou para as costas de Nápoles, as galeras que tinha destinado ao pôrto de Rodes. Ordenou ao mesmo tempo orações públicas; e, para atrair as bênçãos do céu sôbre as armas dos cristãos, para excitar a piedade dos fiéis, ordenou que a oitava de Todos os Santos fôsse celebrada na Igreja universal, a começar do ano de 1480, que êle em sua bula chamava de, a *oitava do século.*

Antes da tomada de Otranto, a Itália estava dividida mais que nunca. O ardor dos partidos, as animosidades que a inveja gerava, tinham de tal modo obcecado os espíritos, que vários Estados, muitos cidadãos, viam numa invasão dos turcos, a ruína de um Estado vizinho ou de uma facção rival. Veneza foi então acusada de ter atraído as tropas otomanas ao reino de Nápoles. Devemos, no entretanto, dizer que a presença do perigo e principalmente a narração das crueldades dos vencedores de Otranto despertaram em todos os corações generosos sentimentos.

Sixto IV quis se aproveitar dessa disposição dos espíritos e convocou uma assembléia a se reunir em Roma, à qual solenemente deveriam assistir os embaixadores dos reis e dos principais estados da cristandade. Fêz-se um tratado pelo qual o rei da França se comprometia a mandar tropas contra os turcos, o Papa, em equipar três navios, o rei de Nápoles, quarenta; o rei da Hungria prometia cinqüenta mil escudos de ouro, o duque de Milão, trinta mil ducados, Gênova, cinco navios, Florença, vinte mil ducados, o duque de Ferrara, quatro navios; Sena, outros tantos, Luca, um; o marquês de Mântua, um; Bolonha, dois. Na mesma assembléia fizeram-se outros tratados, aos quais deram o seu assentimento a maior parte dos Estados da Europa; estabeleceu-se, além disso, uma multa de mil marcos de prata, para aquêles que faltassem à promessa.

Essa disposição penal, que se invocava como garantia do tratado, dizia que a maior parte dos Estados cristãos não tinha zêlo e principalmente, perseverança, em seus empreendimentos contra os muçulmanos, e que êles não tardariam em se esquecer de tudo o que tinham prometido. Outros interêsses, outros cuidados, ocupavam a Inglaterra, a França, a Alemanha. Os legados foram recebidos por tôda a parte com respeito, mas êles não puderam dar um fim à guerra entre os inglêses e os escoceses, nem sufocar os germes de uma dissensão, sempre mais pronta a rebentar, entre Luís XI e o imperador

Maximiliano. Numa dieta germânica que foi convocada, fizeram-se, como de costume, discursos patéticos sôbre as calamidades que ameaçavam a Europa cristã; mas não se tomaram as armas.

Os otomanos, encerrados em Otranto, não tinham, é verdade, muitas fôrças e suficientes, para avançar contra a Itália, mas êles podiam receber todos os dias novos reforços. Depois de ter recrutado três exércitos, o imperador turco reuniu um quarto, na Bitínia, para encaminhá-lo, segundo as circunstâncias, contra os mamelucos do Egito ou contra os cristãos do Ocidente. Embora a cristandade conhecesse êsses preparativos, o povo e os príncipes, que não se julgavam ameaçados, voltaram às suas dissensões e querelas. Tinham finalmente abandonado a salvação do mundo cristão aos cuidados da Providência, quando se soube da morte de Maomé II. Essa notícia espalhou-se ao mesmo tempo por tôda a parte, e foi recebida como a nova de uma grande vitória, principalmente nos países que temiam os primeiros ataques dos otomanos. Em Roma, onde o temor tinha sido mais vivo, o Papa ordenou orações, festas, procissões, que duraram três dias. Durante êsses três dias, a pacífica artilharia do castelo de Santo Ângelo não deixou de se fazer ouvir e de anunciar a libertação da Itália.

Essa alegria, que foi seguida de um terror universal, pinta melhor que longas narrações da história,

a ambição, a sorte e a política do bárbaro herói do islamismo. Durante o curso de seu reinado, cinco Pontífices haviam ocupado sucessivamente o trono de São Pedro; todos tinham usado do ascendente do poder temporal e do espiritual, para deter o progresso de suas armas e todos morreram com o pesar de ver aumentar e estender-se o império diante do qual todo o Oriente tremia e que ameaçava o Ocidente, sem cessar, com o terrível espantalho de suas invasões.

Os turcos abandonaram Otranto e a divisão que surgiu entre os filhos de Maomé fêz suspender-se por alguns dias o projeto ou as ameaças da política otomana. Assim, poderemos contemplar com comodidade, os azares da fortuna e, nessa família de conquistadores, tôdas as contingências das coisas humanas nos serão dadas, como espetáculo. O filho mais velho de Maomé, havia sido proclamado sultão sob o nome de Bajazet II; seu irmão Gem, chamado pelos historiadores de Zezim ou Zizim, que reinava em Icônio ou Caramânia, quis se associar ao império; reuniu um exército para manter suas pretensões, mas, vencido por Bajazet e traído pelos seus, foi obrigado a fugir e refugiou-se na ilha de Rodes. O grão-mestre Pedro de Aubusson, vendo o partido que se poderia tirar de semelhante hóspede, esqueceu os deveres da hospitalidade e não teve escrúpulos em conservar prêso um príncipe que se tinha entregue, sob palavra. Como êle temia que

a vizinhança dos turcos, não lhe permitisse conservar por mais tempo seu prisioneiro, resolveu afastá-lo, e, por diversos pretextos, fê-lo partir para o Ocidente.

O príncipe muçulmano, acompanhado por seus oficiais e domésticos, chegou primeiro a Nice, onde, segundo a narração de uma crônica turca, *havia muitas mulheres bonitas e muitos jardins deliciosos.* Pouco tempo depois de sua chegada a Nice foi levado à aldeia de Éxiles, no Piemonte; de lá a Chambery e a S. João de Maurienne e, por fim, ao castelo de Rumilly, pertencente aos cavaleiros de Rodes. A presença do príncipe Gem excitava por tôda a parte viva curiosidade; os senhores do país, o mesmo duque de Sabóia, foram logo visitar *o filho do sultão que tinha tomado Constantinopla.* Essa pressa despertou a desconfiança dos guardas de Gem, que procuraram fazê-lo mudar de residência.

Os cavaleiros de Rodes tomaram então, tantas precauções para ocultar o prisioneiro, que mal pode a história seguir suas pegadas através das montanhas do Delfinado, da Auvérnia, de Limoges, e citar as fortalezas, indicar os castelos onde êle foi sucessivamente encerrado; sabemos sòmente que êle navegou no Iser e no Ródano, que atravessou um grande número de cidades, que durante vários meses morou em um castelo construído num rochedo, e que ficou dois anos numa fortaleza no meio de um lago. Em vão o rei da Hungria e o rei de Nápoles se dirigi-

ram ao grão-mestre de Rodes e pediram que mandasse o príncipe Gem para a Itália ou para as margens do Danúbio: mais se insistia para que o irmão de Bajazet saísse das mãos dos cavaleiros, mais êstes redobravam a vigilância. O grão-mestre tinha feito construir em Borgonovo, no condado da Marca, uma tôrre, onde o príncipe muçulmano devia morar. Para lá levara o infeliz Gem; foi lá que êle perdeu tôda a esperança de reconquistar a liberdade e que se resignou sem murmurações, à sua sorte, amenizando as penas do seu exílio e de sua prisão com a poesia que êle cultivava com êxito.

Os cavaleiros de Rodes tinham conseguido esconder o príncipe Gem, a todos os olhares, mas seu cativeiro causava ainda uma viva sensação. Algumas tradições populares, de velhas baladas, conservadas até agora, mostram principalmente o vivo interêsse que as damas da França tinham pelo ilustre prisioneiro. Dois dos oficiais de Gem tinham fugido para a côrte do duque de Bourbon, que então residia em Moulins; se acreditarmos na crônica turca, de onde tiramos a nossa narração, o duque aprovou o projeto que êsses fiéis servidores tinham imaginado de libertar seu senhor e deu vinte e quatro mil peças de prata para a realização da emprêsa.

Falava-se muitas vêzes do príncipe muçulmano na côrte da França; sentia-se prazer em lembrar a imensa herança que êle tinha disputado ao sultão

Bajazet que reunia *dois impérios e onze reinos.* O rei mostrava o desejo de ver o príncipe muçulmano: mas os ministros, diz a crônica turca, conquistados pelo grão-mestre de Rodes, diziam que o príncipe infiel não queria aparecer diante de um monarca cristão e, que por nada no mundo deixaria a companhia dos cavaleiros que o tinham trazido ao Ocidente. Quando Gem, por sua vez, pediu para ver o monarca dos francos, respondeu-se-lhe que o rei da França não podia permitir muçulmanos na sua côrte, nem na sua capital.

No entretanto, o nome de *Gem,* não havia sido esquecido pelos soldados otomanos e as inquietações de Bajazet diziam bastante que seu irmão ainda não tinha deixado êste mundo. No temor de que se lhe opusesse um rival temível, escreveu ao grão-mestre de Rodes para dizer-lhe que tinha feito suspender os preparativos de uma guerra contra os cristãos. Como reconhecimento, pelo serviço que lhe haviam prestado os cavaleiros de Rodes, mandou-lhes presentes, entre os quais estava um braço do seu patrono, S. João Batista, encontrado na Basílica de Constantinopla. Embaixadores do sultão dirigiram-se ao rei de Nápoles e ao rei da França, oferecendo-lhes tôdas as relíquias que se encontravam nas cidades conquistadas aos cristãos. Diziam ainda, que seu senhor tinha intenção de conquistar o Egito e que lhes cederia de boa vontade o reino de Jerusalém, se êles retivessem Gem no Ocidente. Ao mesmo

tempo o sultão do Cairo mandou ao Papa um dos padres latinos do Santo Sepulcro e pedia-lhe que lhe entregassem o irmão do imperador otomano, que êle queria apresentar à frente de seu exército, numa guerra contra os turcos; oferecia ao soberano Pontífice cem mil ducados de ouro, a posse da cidade santa e mesmo a cidade de Constantinopla, se êle chegasse a se apoderar dela. Avisado de tão grandes promessas e da importância que se dava à pessoa de Gem, Inocêncio VIII pediu ao rei da França que o príncipe muçulmano fôsse mandado a Roma e confiado à sua guarda. A embaixada turca e o legado do Papa encontraram-se ao mesmo tempo em Paris. Aconselharam Carlos VIII a aceitar as valiosas ofertas de Bajazet: mas *êle,* diz seu historiador, *mostrou-se verdadeiro filho da Igreja e não quis preferir a ambição à liberalidade e à lealdade.* Gem foi libertado de sua prisão e levado a Roma; o Papa recebeu-o com grandes honras, deu-lhe uma audiência especial, na presença dos enviados da cristandade. A crônica turca refere que o soberano Pontífice deu ao infeliz príncipe muçulmano tôdas as demonstrações de uma sincera amizade e que, na audiência particular, o príncipe muçulmano e o pai dos cristãos choraram juntos as vicissitudes da sorte. A intenção de Inocêncio VIII era induzir o príncipe Gem a ir para a Hungria; seus legados já pregavam a guerra santa entre todos os povos do Reno, do Danúbio e do Vístula. Numa dieta convocada em

Nurenberg o imperador Frederico III tinha proposto uma expedição contra os turcos e o irmão de Bajazet era apresentado aos soldados da cruz, como o precursor do exército cristão, em território otomano.

O papa renovou seu pedido a Gem, mas, nas misérias do seu exílio, o príncipe tinha aprendido a desprezar as vaidades dêste mundo; o cetro, a coroa, as mesmas vitórias não tinham mais valor aos seus olhos; êle só mostrava sentimentos de moderação e de paz, de que não se poderia tirar partido algum. O pontífice perdia as esperanças de associá-lo aos empreendimentos dos cristãos, quando chegou a Roma o emir Mustafá-Aga, enviado de Bajazet. O imperador otomano solicitava a amizade do poderoso apóstolo da crença de Issa e rogava-lhe que pusesse tôda a sua solicitude em impedir que *seu irmão se aproximasse das fronteiras muçulmanas.* Não são conhecidas as condições do tratado que então foi concluído entre o papa e o sultão. É provável que Inocêncio VIII tenha recebido compensações proporcionadas à importância do serviço exigido e que o altivo Bajazet tenha consentido em se tornar tributário do chefe da igreja cristã.

A longa permanência de Gem no território da França, a embaixada e as promessas de Bajazet, tinham desviado o pensamento da côrte e do povo para o Oriente. Mais o chefe do império otomano tinha mostrado apreensões, mais se persuadiam de que

havia chegado o momento de derrubar o seu poder. Na côrte de Carlos VIII só se falava da conquista da Grécia e da libertação da Terra Santa e era o irmão do imperador turco que devia abrir aos soldados cristãos as portas de Bizâncio e de Jerusalém. Nessa mesma época, o duque de Milão e vários pequenos Estados de além dos Alpes, sem cessar ocupados em perturbar a Itália e em para lá chamar as armas estrangeiras para aumentar ou conservar sua dominação, persuadiram o rei Carlos a fazer valerem os direitos da casa de Anjou sôbre o reino de Nápoles. Suas solicitações e suas promessas despertaram a ambição do jovem rei, que resolveu conquistar a Apulha e a Sicília e manifestou sua intenção de estender suas conquistas aos reinos do Oriente.

A paixão das armas, o espírito da cavalaria e o que restava nos corações do antigo ardor das cruzadas, secundaram, a princípio, os empreendimentos do monarca francês; fizeram-se em todo o reino orações públicas e procissões para o feliz resultado de uma expedição contra os infiéis.

Quando Carlos VIII passou os Alpes com seu exército, todos os povos da Itália receberam-no com demonstrações de alegria. Ao mesmo tempo que se recebiam os cavaleiros franceses como *os campeões das honras das damas,* — dava-se a Carlos o título de — *enviado de Deus e libertador da Igreja Romana* — e — *de defensor da fé.* Todos os atos

do rei tendiam a fazer crer que sua expedição tinha por objeto a glória e a salvação da cristandade. Êle escreveu aos bispos da França para lhes pedir os dízimos da cruzada. "Nossa intenção, dizia-lhes em suas cartas, não é sòmente reconquistar o nosso reino de Nápoles, mas visamos o bem da Itália e a reconquista da terra santa."

Enquanto aquém e além dos Alpes os povos se entregavam à alegria, o terror reinava no Estado de Nápoles. Afonso dirigia-se a todos os seus aliados. Implorava principalmente o socorro da Santa Sé e por um singular contraste, enquanto êle punha suas maiores esperanças na côrte de Roma, mandava embaixadores a Constantinopla, para avisar Bajazet das intenções de Carlos VIII, sôbre a Grécia rogando ao imperador muçulmano, que o ajudasse a defender seu reino contra a invasão dos franceses. O sucessor de Inocêncio, Alexandre VI, cuja política o tinha ligado à causa dos príncipes de Aragão, não via, sem a mais viva inquietação, a marcha triunfal do rei da França, que avançava contra Roma sem obstáculo algum. Em vão chamou em seu auxílio os Estados da Itália e os muçulmanos, senhores da Grécia; em vão tentou o ascendente de seu poder espiritual, mas viu-se bem depressa obrigado a se submeter e a abrir as portas da sua capital a um príncipe que êle considerava como seu inimigo e que tinha ameaçado, ora com os castigos do céu, ora com os de Bajazet.

Assim, a guerra que o rei da França tinha jurado fazer aos infiéis começava com uma vitória contra o papa. Entrando em Roma, Carlos VIII pediu que entregassem em suas mãos o príncipe Gem. Alexandre VI a quem o cativeiro do príncipe muçulmano valia um tributo anual da Porta Otomana, encerrou-se com êle no castelo de Santo Ângelo e foi sòmente depois de um cêrco de vinte dias que êle consentiu no que lhe pedia o rei da França. O infeliz Gem que nada sabia da política de que era o objeto e da qual devia bem depressa ser também a vítima, regozijava-se de ser protegido pelo — *maior rei do Ocidente.* Carlos lamentou suas desgraças e os guerreiros franceses já se preparavam para segui-lo às ricas regiões do Oriente. Embora a presença de Gem parecesse sinal das conquistas que se iam fazer, Carlos não deixou de empregar outros meios, e entre êstes, o mais singular, sem dúvida, foi comprar a pêso de ouro o império de Constantinopla. Encontrou-se, no século passado, na chancelaria de Roma, um escrito, pelo qual André Paleólogo, déspota da Acaia e sobrinho do último imperador grego, tinha cedido ao rei da França todos seus direitos ao império do Oriente, pela soma de quatro mil e trezentos ducados de ouro. Um outro documento pelo qual se comprava perante um notário um império que era preciso conquistar, mostra-nos, de um lado, qual a política que presidia a essa espécie de cruzada, e,

de outro, qual o valor que os gregos mesmos davam então à herança de Constantino.

Enquanto Carlos VIII prolongava sua permanência em Roma e ocupava-se assim em reinar sôbre a Grécia, o rei de Nápoles, Afonso II, abandonado às suas próprias fôrças, prêso do temor e do remorso, perseguido pelas queixas dos napolitanos, descia do trono e corria a encerrar-se num mosteiro da Sicília. Seu filho Ferdinando, que o havia substituído, não pôde, embora tivesse expulso os turcos da cidade de Otranto e sido proclamado libertador da Itália, reanimar o entusiasmo e a coragem do exército, nem a fidelidade do povo. Depois que se anunciou a chegada dos franceses o jugo da casa de Aragão parecia todos os dias cada vez mais insuportável. Quando Carlos deixou o castelo romano, em vez de encontrar exércitos inimigos defrontou-se em seu caminho com legações que lhe vinham oferecer a coroa de Nápoles. Logo a capital o recebeu em triunfo e todo o reino lhe foi submetido.

As notícias não tardaram em chegar à Grécia, dizendo das conquistas milagrosas de Carlos VIII. Os turcos do Épiro, tomados de terror, julgavam a cada momento ver chegarem os franceses. Nicolau Viguier acrescenta mesmo que Bajazet — *ficou de tal modo assustado, que mandou vir tôda sua equipagem de mar ao estreito de S. Jorge, para fugir para a Ásia.*

A presença de Gem no exército cristão excitava principalmente o temor dos otomanos; mas a sorte tinha esgotado todos seus prodígios pela causa dos franceses. O príncipe muçulmano, que o rei da França considerava como um instrumento de suas vitórias futuras, só devia servir para lhe mostrar a instabilidade e o fim das coisas da terra. Êsse príncipe caiu enfêrmo, em Terracina e morreu, chegando à capital da Apulha; estas, as palavras dos orientais: — *depois de ter esvaziado a taça do martírio, foi-se desalterar no rio da vida eterna.* — Acusaram dessa morte ao Papa Alexandre VI, a quem o imperador otomano tinha prometido trezentos mil ducados de ouro, — *se êle ajudasse seu irmão a sair das misérias desta vida.* — Preferimos crer que o papa se contentou de deixar que a justiça de Bajazet prosseguisse; lembramos que o sultão tinha mandado embaixadores a Roma e tudo nos leva a pensar que êsses embaixadores não ficaram ociosos nessa ocasião.

As conquistas de Carlos VIII, que lançavam tantas apreensões entre os turcos, começavam a causar vivas inquietações a vários Estados cristãos. Formou-se contra os franceses uma liga na qual tòmaram parte o papa, o imperador Maximiliano, o rei da Espanha e os principais Estados da Itália. A exemplo de Carlos VIII, essa liga apresentou-se como devendo fazer guerra aos turcos. Mas seu verdadeiro objetivo não ficou oculto por muito tempo, pois ela solicitou a adesão e os auxílios de Bajazet.

A política, nessa ocasião, não teve receio de sacrificar vítimas cristãs para firmar uma aliança com os discípulos do Alcorão. Os gregos do Épiro e do Peloponeso procuravam aproveitar-se do empreendimento de Carlos VIII, para sacudir o jugo dos otomanos. Um navio que o arcebispo de Durazzo tinha equipado, mandado ao Épiro, pelo rei da França, e no qual, segundo a narração de Filipe de Comines, — *havia muitas espadas, escudos e dardos, para serem entregues aos que estavam de entendimento com êles, foi detido pelos venezianos, que mandaram avisar os turcos, nas praças vizinhas.* — O senado de Veneza mandou deter os enviados do Peloponeso e entregou tôda sua correspondência aos enviados do sultão. Cinqüenta mil habitantes da Grécia pereceram vítimas dessa política ambiciosa, que vendia assim a liberdade e o sangue dos cristãos.

Por outro lado, a inconstância dos povos, a princípio, favorável às armas do rei da França e o descontentamento que sempre inspira a presença de um exército vitorioso, mudaram de repente o estado das coisas no reino de Nápoles. Os franceses, que tinham sido recebidos com tanto entusiasmo, tornaram-se odiosos e tôdas as esperanças se voltaram para a família de Aragão, que havia sido abandonada. Carlos, em vez de dirigir suas vistas para a Grécia, voltou-as para a França. Êle fazia-se coroar imperador de Bizâncio e rei da Sicília e não pensava mais em continuar suas conquistas. Era um singular

contraste, o espetáculo que se oferecia, ao mesmo tempo, dos preparativos de uma retirada e de uma cerimônia triunfal. Enquanto a nobreza, o clero, todos os corpos do Estado, acabavam de felicitar o príncipe vitorioso, o povo invocava contra êle a cólera do céu e o exército francês esperava em silêncio a ordem e o sinal da partida. No dia seguinte à coroação e como se êle tivesse vindo a Nápoles apenas para essa vã cerimônia, Carlos VIII partiu acompanhado pela elite de seus cavaleiros e retomou tristemente o caminho de seu reino. À sua chegada à Itália, êle havia ouvido, em seu louvor sòmente hinos e bênçãos de triunfo; à sua volta, só ouviu maldições do povo e ameaças de seus inimigos. Êle tinha, a princípio, atravessado a Itália sem lutar; para dela sair, foi obrigado a dar combate e considerou como uma vitória a liberdade que lhe deram de levar os restos de seu exército para além dos Alpes.

Assim terminou essa emprêsa de Carlos VIII que a princípio se quis apresentar como uma guerra santa e cujas conseqüências se tornaram tão funestas para a França e para a Itália. Quando se ocuparam dos preparativos dessa guerra, apareceram como nós já dissemos antes, vários escritos em prosa e em verso, nos quais estavam preditas grandes vitórias. Essas predições não tinham sòmente por objeto excitar o entusiasmo do povo, mas também fortalecer em seus empreendimentos um monarca fraco e indeciso. Quando se liam os cantos e os hinos dos poetas,

julgava-se ver os franceses partirem para a conquista dos santos lugares; mas a cena muda quando se volta à história. E' evidente que nessa circunstância as opiniões religiosas, os sentimentos da cavalaria, só foram auxiliares de uma ambição imprudente e infeliz. De resto, essa expedição não foi decidida nem no conselho dos pontífices, nem mesmo no conselho dos reis. No meio das festas que Carlos dava em Lião, jovens cortesãos conceberam-lhe, de repente a idéia, — *ávidos de ver novidades e de fazer algo de que se pudesse falar dêles:* — o rei que não tinha experiência, deixou-se fàcilmente levar pelo entusiasmo e o espírito aventureiro que a guerra tinha provocado, foi o mesmo que dirigiu tôda a emprêsa e lhe trouxe os reveses.

A política ou melhor a traição de Veneza, não a tinham preservado da cólera de Bajazet, que lhe declarou guerra. Os venezianos perderam então Metona, Coron, várias outras cidades nas costas da Grécia; o socorro de uma frota enviada pela França e pela ilha de Rodes, não os pôde fazer triunfar contra os turcos, que tinham no mar, duzentos e setenta navios. Os Estados da Europa estavam ainda divididos entre si. Em vão Alexande VI tentou restabelecer a concórdia; a desconfiança que inspirava sua ambição pessoal devia enfraquecer a autoridade de seus conselhos; não quiseram receber seus legados na Alemanha; o clero francês e o clero da Hungria, não escutaram suas exortações e recusa-

ram pagar os dízimos da cruzada. Um fato que mostra a decadência do poder pontifício, pelo menos para as cruzadas, é que uma simples decisão da faculdade de Teologia de Paris, então foi suficiente para derrubar todo o aparato das ameaças e dos castigos da Igreja. Devemos dizer aqui, em louvor do pontífice que a resistência dos príncipes e dos bispos jamais lhe excitou a cólera, nem fêz esmorecer seu zêlo. Por fim, conseguiu formar-se uma liga entre a França, a Espanha, Veneza e Rodes; ela comprometia-se a pôr ao mar uma frota numerosa à qual o papa devia unir seus navios. Alexandre VI exortava ao mesmo tempo os húngaros a tomar as armas e êle mesmo prometia pôr-se à frente dos cruzados. Finalmente, numa dieta que se reuniu em Metz, o imperador Maximiliano, solicitado pelo papa, tomou a cruz e fêz o juramento de levar um exército contra os infiéis. O historiador Nauclero fala de vários prodígios que então foram vistos e que se apresentavam como sinal e presságio de uma guerra tremenda. "Viam-se, diz o cronista, nas igrejas, nas praças públicas, nas casas, cruzes vermelhas e pretas sôbre as quais se notavam manchas semelhantes a gôtas de sangue." O analista da Igreja fala de vários outros prodígios que manifestavam a vontade do céu. "O imperador Maximiliano, diz ainda êle, não ficou impressionado com isso. Pois êle só se ocupava em procurar inimigos da república de Veneza, sempre em guerra com os turcos." Durante êsse tempo os sol-

dados de Bajazet continuavam a devastar a Hungria e a Polônia; penetraram na Ilíria e avançaram até às fronteiras da Itália e da Alemanha. Todos os esforços do papa foram inúteis. Alexandre VI morreu sem ter podido dirigir nem uma frota, nem outro exército, contra o império otomano.

Nós mostramos como e por quais causas se havia enfraquecido o espírito das cruzadas. Pelos fins do século décimo quinto e comêço do décimo sexto, dois grandes acontecimentos acabaram de desviar a atenção do Ocidente. A América acabava de ser revelada ao mundo antigo e os portuguêses tinham dobrado o cabo da Boa Esperança. Sem dúvida os progressos da navegação durante as guerras santas tinham contribuído para as descobertas de Vasco da Gama e de Cristóvão Colombo. Mas essas descobertas, quando se tornaram conhecidas na Europa, ocuparam inteiramente aquêle espírito empreendedor e aventureiro que tinha por tanto tempo mantido o ardor das expedições contra os infiéis. A direção dos espíritos, as vistas da política, as especulações do comércio, tudo se mudou; e viu-se então a grande revolução das cruzadas no seu declínio, encontrando-se de algum modo com a revolução nova, que nascia da descoberta e da conquista de um novo mundo. A primeira dessas revoluções tinha enriquecido vários povos marítimos; a segunda os devia arruinar e enriquecer a outros.

Os venezianos, senhores das antigas rotas do comércio das Índias, foram os primeiros a perceber as mudanças que se operavam e cujas conseqüências lhes deviam ser funestas. Êles mandaram secretamente embaixadores ao sultão do Egito, interessado como êles em combater a influência dos portuguêses. A delegação de Veneza induziu o sultão do Cairo a se aliar com o rei de Calicut e algumas outras potências da Índia, para atacar as frotas e as tropas de Portugal. A república se encarregou de mandar ao Egito e às costas da Arábia carpinteiros para construírem navios de guerra. O monarca egípcio, que tinha os mesmos interêsses que Veneza, entrou fàcilmente no plano que lhe tinham proposto; e, para deter os progressos dos portuguêses nas Índias, êle quis, a princípio, lhes inspirar temores sôbre os santos lugares que tinham sido por muito tempo e que ainda eram objeto de veneração, para todos os fiéis do Ocidente. Êle ameaçou destruir completamente a igreja do Santo Sepulcro, lançar ao vento as cinzas e os ossos dos mártires, forçar a todos os cristãos de seus territórios e renegar a fé de Cristo.

Um sapateiro de Jerusalém veio a Roma manifestar as apreensões dos cavaleiros da Palestina e dos guardas do Santo Sepulcro. O papa ficou tomado de terror e mandou logo o sapateiro ao rei de Portugal ao qual rogava que fizesse a Deus e à cristandade o sacrifício de suas novas conquistas. O

monarca português recebeu o enviado do papa e dos cristãos do Oriente, deu-lhe grandes somas de dinheiro para a conservação dos santos lugares e respondeu ao soberano pontífice que êle não temia ver realizarem-se as ameaças do sultão, que êle esperava, ao contrário, incendiar Meca e Medina, e submeter à lei e à fé do evangelho as vastas regiões da Ásia, se os príncipes da cristandade se quisessem unir a êle.

O sultão do Egito, que recebia os tributos de todos os peregrinos, não destruiu as igrejas de Jerusalém, mas tentou uma expedição contra os portuguêses, de acôrdo com o rei de Cambaye e de Calicut. Equiparam em Suez uma frota composta de seis galeras, de um galeão e de quatro navios de carga, nos quais embarcaram oitocentos mamelucos. A frota egípcia desceu ao longo do Mar Vermelho, costeou a Arábia, dobrou o gôlfo da Pérsia e veio fundar no cais da ilha e no pôrto de Din, um dos pontos mais importantes para o comércio das Índias. E' dessa expedição que fala o autor dos Lusíadas, quando diz em seu nono livro: "Com o auxílio das frotas vindas do pôrto de Arsinoé, os calicutianos esperavam reduzir a cinzas as de Emanuel; mas o arbítrio do céu e da terra acham sempre os meios de executar os decretos de sua profunda sabedoria."

A expedição dos mamelucos, apesar dos resultados obtidos a princípio, não teve o êxito que

esperavam o sultão do Cairo e a república de Veneza. A notícia espalhou-se então pela Europa de que os portuguêses tinham induzido o rei da Etiópia a desviar o curso do Nilo. Não nos deteremos em demonstrar a inverossimilhança dessa notícia popular, renovada várias vêzes na Idade Média. Mas o projeto de fechar pela fôrça e pela violência os caminhos abertos ao comércio pelo cabo da Boa Esperança, não era nada razoável. Em vez de tentar o caminho das armas, os sultões dos mamelucos teriam servido melhor aos interêsses de Veneza e aos do próprio poder, se tivessem multiplicado os canais nas suas províncias, se tivessem aberto uma passagem cômoda, pronta e segura às mercadorias da Índia. De resto outras revoluções podem mudar o que fizeram as revoluções dos séculos passados. No momento em que escrevemos, uma nova orientação é dada por tôda a parte à atividade dos comerciantes e dos navegadores. Uma potência nova no mundo, a do vapor, pode mudar tudo. A Síria, pelo Eufrates e o Egito, por Suez, abrirão caminhos ao comércio das Índias e a navegação do Mediterrâneo encontrará então tôdas as vantagens que ela há tanto tempo perdeu.

Enquanto a república de Veneza via com espanto as causas de sua decadência futura, inspirava ainda inveja, pelo brilho de suas riquezas e de sua magnificência. Erguiam-se numerosas queixas contra os venezianos, que eram geralmente acusados de

tudo sacrificar ao interêsse de seu comércio e de trair ou de servir à causa dos cristãos, segundo a fidelidade ou a traição lhes eram favoráveis ou proveitosas. Numa dieta que Maximiliano tinha convocado em Augsburgo, o embaixador de Luís XII, Helian, pronunciou um veemente discurso contra a nação veneziana. Êle censurou-lhe a princípio, o ter obstaculado, com suas hostilidades e intrigas a uma liga formada contra os turcos pelo Papa, o imperador da Alemanha, o rei da França e o rei de Aragão. O orador censurava aos Venezianos ter recusado socorro a Constantinopla, sitiada por Maomé II. "Sua frota estava no Helesponto, durante o cêrco; êles podiam ouvir os gemidos de um povo cristão, que morria pela espada dos bárbaros. Nada lhes pôde mover à piedade. Êles permaneceram imóveis e quando a cidade foi tomada, compraram os despojos dos vencidos e venderam aos muçulmanos os infelizes habitantes da Grécia, refugiados sob suas bandeiras. Mais tarde, quando os otomanos sitiaram Otranto, não sòmente as cidades e os príncipes, mas também as ordens mendicantes, mandaram socorros aos sitiados; os venezianos, cuja frota estava então ancorada diante de Corfu, viram com indiferença, talvez até mesmo com alegria, os perigos e as desgraças de uma cidade cristã. Não! Deus não podia perdoar a uma nação que, por sua avareza, sua inveja, sua ambição, tinha traído a causa da cristandade e que parecia

entender-se com os turcos, para reinar com êles no Oriente e no Ocidente."

Helian, terminando seu discurso, convidava os Estados e os príncipes para reunirem seus esforços, a fim de executarem os decretos da justiça divina e consumarem a ruína da república de Veneza.

Êsse discurso, no qual se invocava o nome do cristianismo e que só respirava vingança e ódio causou viva impressão na assembléia. As paixões que se acenderam na dieta de Augsburgo e que não permitiam pensar-se na guerra contra os turcos, mostram bastante o estado de agitação e de discórdia em que se encontrava então a cristandade. Não falaremos da liga formada a princípio contra Veneza, da liga formada depois contra Luís II, nem dos fatos que trouxeram a perturbação à Itália e até ao seio da Igreja, ameaçada por um cisma.

No Concílio de Latrão, convocado pelo sucessor de Alexandre e de Pio III, deploraram-se as desordens da cristandade, sem lhes dar, porém, remédio: voltou-se à guerra contra os turcos, sem se ocupar dos meios de continuá-la. O Papa Júlio II que Voltaire nos apresenta como um mau padre e como um grande príncipe, tinha entrado de maneira ativa nas guerras entre os príncipes cristãos. Visto que êle fazia a guerra em seu nome, não podia mais desempenhar o papel honroso de conciliador e não tinha mais a consideração unida ao título de pai dos fiéis. Não

pôde restaurar a paz que êle mesmo havia perturbado e se encontrava na impossibilidade de dirigir um empreendimento contra os inimigos da fé.

De resto, as pregações da cruzada, tão freqüentemente repetidas, não impressionavam mais os espíritos. Haviam-se tantas vêzes anunciado ao povo, desgraças, que não se realizaram, e por isso não se lhes podia mais despertar as apreensões. Depois da morte de Maomé II os turcos pareciam ter renunciado à conquista da Europa. Bajazet tinha a princípio atacado sem resultado os mamelucos do Egito; êle se havia entregue depois à moleza e aos prazeres do serralho, o que dera aos cristãos alguns anos de descanso e de segurança. Mas, como um príncipe indolente e efeminado não cumpria a primeira condição do despotismo otomano, que era a guerra, êle irritou o exército contra si mesmo e seus gostos pacíficos fizeram-no cair do trono. Selim, que o substituiu, mais ambicioso e mais cruel que Maomé, acusado de ter envenenado seu pai, coberto do sangue de sua família, mal havia chegado ao supremo poder, prometeu aos janízaros a conquista do mundo e ameaçou ao mesmo tempo a Itália e a Alemanha, a Pérsia e o Egito.

Na décima segunda e última sessão do quinto Concílio de Latrão, Leão X, ocupou-se em pregar uma Cruzada contra o temível imperador dos otomanos. Mandou ler diante dos padres do Concílio

uma carta do imperador Maximiliano, que testemunhava a sua pena por ver a cristandade sempre como alvo das invasões de uma nação bárbara.

Ao mesmo tempo, o imperador da Alemanha, escrevendo ao seu conselheiro na dieta de Nurenberg, manifestava-lhe o desejo que sempre tivera de restaurar o império de Constantino e libertar a Grécia da dominação dos turcos. "Teríamos, de boa vontade, dizia êle, empregado nessa emprêsa nosso poder e mesmo nossa pessoa, se os outros chefes da cristandade nos tivessem ajudado." Lendo estas cartas de Maximiliano, poderíamos acreditar que êsse príncipe estava mais comovido que todos os outros com as desgraças dos gregos e com os perigos da cristandade. Mas a inconstância e a leviandade de seu caráter não lhe permitiram levar adiante com ardor um empreendimento, ao qual êle parecia dar tanta importância. Êle passou a vida fazendo projetos contra os turcos, fazendo guerra às potências cristãs e na velhice, consolava-se, pensando que a glória de salvar a Europa pertenceria talvez um dia a um príncipe de sua família.

Enquanto os príncipes cristãos exortavam-se assim, recìprocamente a tomar as armas, sem que algum dêles renunciasse aos interêsses de sua ambição e desse exemplo de um generoso devotamento, Selim, depois de ter vencido o rei da Pérsia, atacou o exército dos mamelucos, destronou o sultão do

Cairo e reuniu aos seus vastos Estados todos os países que os francos tinham possuído e habitado na Ásia. Jerusalém viu então desfraldada nas suas muralhas as bandeiras da meia lua, e o filho de Bajazet, a exemplo de Omar, profanou com sua presença a igreja do Santo Sepulcro. A Palestina mudava apenas de dominação e nada se alterava na sorte dos cristãos. Mas, como a Europa temia mais os turcos, que a ameaçavam sem cessar do que os mamelucos, aos quais haviam deixado de fazer guerra, a notícia que se recebeu no Ocidente da conquista de Selim, espalhou por tôda a parte a consternação e dor. Parecia à cristandade que a cidade santa passava pela primeira vez ao jugo dos infiéis e os sentimentos de luto e de espanto, que então os cristãos experimentaram, despertaram nos espíritos o pensamento de libertar o túmulo de Jesus Cristo.

Devemos acrescentar que as últimas vitórias de Selim acabavam de derribar tôdas as potências rivais dos turcos no Oriente, e que, aumentando de uma maneira espantosa as fôrças otomanas, elas não lhe deixavam outros inimigos a combater que os povos do Ocidente.

Leão X ocupou-se sèriamente com os perigos que ameaçavam a cristandade e resolveu armar as principais potências da Europa contra os turcos. O soberano pontífice anunciou seu projeto ao colégio dos cardeais. Os prelados mais ilustres pelo saber

O Santo Sepulcro.

e pela habilidade nas negociações, foram mandados à Inglaterra, à Espanha, à Alemanha, com a missão de apaziguar tôdas as divergências que ainda separavam os príncipes e de formar uma poderosa liga contra os inimigos da república cristã. Leão X, que se declarava de antemão chefe dessa liga santa, proclamou uma trégua de cinco anos entre todos os Estados da Europa e ameaçou de excomunhão os que perturbassem a paz.

Enquanto o Papa levava assim tôda sua atenção aos preparativos de uma cruzada, os poetas e os oradores, dos quais êle animava a atividade, já o apresentavam como o libertador do mundo cristão. O célebre Vida, numa ode sáfica dedicada a Leão X contava as futuras conquistas do pontífice. Já êle julgava ver a Itália e a Europa de armas nas mãos e os mares recobertos de navios dos cristãos; já êle ouvia o choque dos ferros, em lutas sangrentas, o clangor dos clarins, sinal dos combates; levado êle também pelo exemplo dos guerreiros e procurando outra glória que a das musas, o poeta jurava enfrentar os desertos ardentes da África, encher seu capacete com a água do Xanto ou do Indo, e fazer cair sob a sua espada os reis bárbaros do Oriente. Vida, na sua ode sôbre a cruzada que tem dezesseis estrofes, não fala nem de Jesus Cristo nem de Jerusalém mas dos jogos sangrentos de Bellona e dos loureiros de Apolo e de Marte. Seus versos pareciam bem menos uma inspiração do evangelho do que uma imitação de Horácio;

e os louvores que êle dirige ao chefe da Igreja cristã se parecem pelo tom e pela forma com os que o chantre de Tibur dirigia a Augusto. Enquanto Vida, em versos profanos assim felicitava Leão X, pela glória com que ia cobrir seu nome, um outro literato não menos célebre, numa epístola em prosa impressa no frontispício das Orações de Cícero, dirigia ao pontífice as mesmas felicitações e os mesmos elogios. Novageri tinha prazer em celebrar de antemão aquêles dias de glória que a Cruzada prometia ao mundo cristão e ao pai dos fiéis: "Nós veremos, dizia êle a Leão X, nós veremos brilhar aquêle lindo dia, em que, vencedor das nações infiéis, voltarás coberto dos louros da vitória; êsse dia memorável em que tôda a Itália, tôda a terra te felicitará como um deus libertador, em que inumeráveis cidadãos de tôdas as classes sairão das aldeias e das cidades e se precipitarão aos teus passos, dando-te graças por teres salvo seus lares, sua liberdade e sua vida."

A Itália então estava cheia de gregos refugiados, entre os quais havia ilustres sábios que exerciam grande influência nos espíritos e não deixavam de apresentar os turcos como um povo bárbaro e feroz. A língua grega ensinava-se com êxito nas mais célebres escolas e a nova direção dos estudos, a admiração que inspiravam as obras-primas da Grécia aumentavam ainda mais o ódio dos povos contra os ferozes dominadores de Bizâncio, de Atenas e de Jerusalém. Assim, todos os discípulos de Homero e

de Platão uniam-se de algum modo por seus votos e por suas palavras ao empreendimento do soberano pontífice. Notamos que a maneira de pregar as cruzadas e os motivos alegados para excitar o ardor dos cristãos diferia segundo as circunstâncias e combinava quase sempre com as idéias dominantes de cada época. No tempo de que falamos, tudo devia ter o caráter e a marca do belo século de Leão X; e, se as cruzadas tinham podido contribuir para a renascença das letras, era justo que as letras por sua vez participassem de algum modo, de uma guerra contra os inimigos da civilização e das luzes.

Os enviados da côrte de Roma tinham sido recebidos com distinção em todos os estados da Europa e não se tinham descuidado nem das exortações evangélicas, nem da persuasão, nem das promessas, nem de nenhum outro recurso da política profana, para dispor os príncipes cristãos à próxima cruzada proclamada pelo papa. O sagrado colégio rejubilou-se com o bom resultado de sua missão e o Papa, para agradecer ao céu, para atrair as bênçãos divinas sôbre o seu empreendimento, ordenou que se fizessem durante três dias, procissões e orações na capital do mundo cristão. Êle celebrou em pessoa o ofício divino, distribuiu esmolas, e foi descalço e de cabeça descoberta à igreja dos Santos Apóstolos.

Sadolet, secretário da Santa Sé, um dos favoritos mais ilustres das musas, e que segundo o juízo de

Erasmo, tinha em seus escritos a abundância e as maneiras de Cícero, pronunciou na presença do clero e do povo romano, um discurso no qual cantou o zêlo e a atividade do soberano pontífice, o interêsse dos príncipes cristãos para fazer a paz entre si, o desejo que êles demonstravam de reunir suas fôrças contra os turcos. O orador lembrava ao seu auditório o imperador da Alemanha, o rei da França, gloriosos apoios da cristandade, o arquiduque Carlos rei de Castela, cuja juventude apresentava tôdas as virtudes da idade madura; o rei da Inglaterra, invencível defensor da fé; Emanuel, rei de Portugal, sempre pronto a sacrificar seus próprios interêsses aos da Igreja; Luís II rei da Hungria e Segismundo, rei da Polônia, o primeiro, jovem príncipe, esperança dos cristãos; o segundo, digno de ser seu chefe; o rei da Dinamarca, do qual a Europa conhecia a dedicação à causa da religião, Tiago, rei da Escócia, ao qual os exemplos de sua família deveriam reter no caminho da virtude e da glória.

Entre os Estados cristãos sôbre os quais a humanidade e a religião deviam fundar suas esperanças, Sadolet não esquecia a nação helvética, poderosa e belicosa, que ardia em grande zêlo pela luta contra os turcos, e seus soldados estavam já prontos para partir, esperando apenas o sinal do chefe da Igreja. O orador sagrado terminava com uma apóstrofe veemente contra a Raça dos otomanos que êle ameaçava com as fôrças reunidas da

Europa e com uma invocação a Deus, ao qual êle rogava que abençoasse as armas de tantos príncipes e de tantos povos cristãos, a fim de que o império do mundo fôsse arrancado a Maomé e os louvores de Jesus Cristo pudessem, por fim, ser ouvidos de norte a sul e de leste a oeste.

Leão X ocupava-se contìnuamente com a cruzada que tinha mandado pregar: consultava hábeis generais, tomava informações sôbre o poder dos turcos, sôbre os meios de os atacar com vantagem. O que nos mostra, quanto então se estava longe do espírito e da devoção das primeiras cruzadas; o pontífice em suas cartas aos príncipes e aos fiéis, dizia que as orações não eram suficientes para se vencerem os bárbaros, e que não se podia esperar feliz resultado para a cruzada a não ser recrutando exércitos formidáveis, marchando contra o inimigo com fôrças reunidas, no mundo cristão. De acôrdo com os principais Estados do mundo cristão êle estabeleceu então o plano da guerra santa. O imperador da Alemanha comprometia-se a fornecer um exército ao qual se uniriam a cavalaria húngara e a polonesa, e, atravessando a Mésia e a Trácia, êle devia atacar os turcos, aquém e além do monte Hémus. O rei da França, com tôdas as suas fôrças, as dos venezianos e as de vários outros Estados da Itália, com dezesseis mil suíços, devia embarcar em Brindisi e descer às costas da Grécia, enquanto as frotas da Espanha, de Portugal e da Inglaterra partiriam de

Cartagena e dos portos vizinhos, a fim de transportar as tropas espanholas para as margens do Helesponto. O Papa propunha embarcar no pôrto de Ancona, para se dirigir aos muros de Constantinopla, ponto de encontro geral de tôdas as fôrças cristãs.

Era um plano gigantesco e jamais o império otomano havia corrido tão grande perigo, se tão soberbos desígnios tivessem sido postos em prática. Mas os monarcas cristãos apenas por alguns meses observaram a trégua proclamada pelo Papa e que êles tinham aceito: cada qual se tinha comprometido a fornecer para a cruzada, tropas que cada dia mais se tornavam necessárias a êles mesmos em seus próprios Estados, que êles queriam, ou aumentar ou defender. A velhice de Maximiliano, a próxima vacância do trono imperial, mantinham então tôdas as ambições na expectativa de grandes mudanças; logo a rivalidade de Carlos V e de Francisco I reacendeu a guerra na Europa e a cristandade, perturbada pelas questões dêsses príncipes não pensou mais, que podia ser atacada pelos turcos.

De resto, estas dissensões políticas não foram o único obstáculo à execução dos projetos de Leão X. Uma outra dificuldade nasceu da cobrança dos dízimos. Por tôda a parte o clero parecia ter a mesma indiferença que os príncipes, pelas guerras que o destruíam. Os povos temiam ver suas esmolas empregadas em empreendimentos que não tinham

por objetivo o triunfo da religião. O legado do Papa na Espanha dirigiu-se primeiro aos aragoneses, que responderam por uma recusa formal, expressa num sínodo nacional. O cardeal Ximenes declarou em nome do rei de Castela que os espanhóis não acreditavam nas ameaças dos turcos e que êles não dariam dinheiro antes que o Papa tivesse positivamente anunciado o uso que queria fazer dêle. As disposições e as vontades da côrte de Roma encontraram menos resistência e não ocasionaram perturbações na França e na Inglaterra, porque o cardeal Wolsey, ministro de Henrique VIII, associou-se à missão do legado apostólico e Leão X entregou a Francisco I a cobrança dos dízimos em seu reino.

Temos sob os olhos vários trechos históricos que jamais foram publicados e que nos servem para grandes esclarecimentos a respeito das circunstâncias de que falamos. A primeira é uma carta de Francisco I, datada de Amboise, a 16 de dezembro de 1516, pela qual *Mestre Josse de Lagarde, doutor em teologia, vigário-geral da Igreja Catedral de Tolosa,* é nomeado comissário, *com relação ao fato da cruzada, na diocese.* O rei da França expõe numa outra carta o fim do jubileu que se ia iniciar: era para *implorar que se fizesse a guerra aos infiéis, e se conquistasse a terra santa e o império da Grécia, conservados e retidos pelos mesmos infiéis.* A essas cartas estão unidas instruções dadas pelo rei de acôrdo com o legado papal, para a execução da

Bula que ordena a pregação da cruzada no reino da França, durante os dois anos de 1517 e 1518. Essas instruções recomendam, primeiro, escolher bons pregadores, encarregados de fazer *belos sermões ao povo* e de explicar *as faculdades e dispensas que estão na Bula* — bem como — *as justas e santas causas e razões pelas quais é mandado que durante dois anos tôdas as outras indulgências, todos os outros perdões gerais e particulares sejam suspensos e revogados.*

Depois de ter falado da escolha dos pregadores e da maneira de como deveriam pregar, as cartas do rei dão algumas instruções sôbre a escolha dos confessores. O comissário geral da cruzada podia escolhê-los como julgasse conveniente, para cada igreja onde haveria *tronos e cátedras do jubileu.* Era-lhes recomendado que nomeassem seis para cada catedral da diocese, *homens de boa consciência, isentos de suspeita.* Os eclesiásticos escolhidos pelo comissário tinham a missão de confessar os que quisessem ganhar as indulgências; e, para evitar tôda espécie de desordem que teria podido nascer do espírito de rivalidade, *êles tinham, com exclusão de outros, o poder de fazer composições e restituições, e de conceder a absolvição dessas, etc.*

Por fim, a determinação real nada omitia das circunstâncias que acompanhavam a pregação de uma cruzada, da forma na qual se devia proceder à dis-

tribuição das indulgências. Chega mesmo a regular a construção dos cofres, colocados nas igrejas para receberem as ofertas dos fiéis e as cerimônias religiosas que deveriam ser observadas durante o jubileu. Entre outras disposições, essa determinação dizia que seria feita *uma grande quantidade de confessionários,* ou bilhetes de absolvição e de indulgências; que, êsses bilhetes assinados pelo notário, seriam enviados ao comissário geral, *que os selaria com o SÊLO, mandado pelo rei,* e que seria deixado um lugar em branco, para se escrever o nome daquele ou daquela que os quisesse obter. A instrução real acrescentava que o comissário, *faria bem e honestamente colocar seu cofre no meio do qual haveria uma cruz bonita e grande na qual se escreveriam em letras visíveis e de tamanho regular IN HOC SIGNO VINCES.* Para que nada faltasse do que poderia *comover e levar o povo à devoção,* havia, além disso, determinado procissões solenes, nas quais se levaria *uma bela bandeira,* onde estariam, de um lado, o retrato do Papa e do rei da França e do outro *várias pinturas cheias de turcos e de outros infiéis.*

Uma circunstância que devia excitar o zêlo dos fiéis e de que falam as cartas do rei, é uma incursão de alguns muçulmanos da África, às ilhas de Hiéres e às costas vizinhas de Toulon e de Marselha. *Nós vos avisamos,* — diziam as cartas dirigidas aos comissários da cruzada, — *nós vos avisamos, para que saibais e pregueis que há pouco os mouros e os*

bárbaros, infiéis e inimigos de nossa fé, vieram em grande número e poder até às ilhas de nosso condado da Provença, de onde levaram prisioneiros vários cristãos, para os atormentar e martirizar.

Não se limitaram, sem dúvida, a pregar a guerra santa na diocese de Tolosa; não temos documento algum, nem tradição escrita, sôbre a pregação que se fêz ao mesmo tempo em tôdas as outras províncias do reino; mas, tudo nos leva a pensar que o temor de uma invasão, a eloqüência dos pregadores, o exemplo e as advertências do rei, a pompa das cerimônias religiosas excitaram muito mal a piedosa liberalidade dos povos. Se acreditarmos nisso, nos processos verbais e nas contas prestadas, que nos restam, as despesas ocasionadas pela pregação da guerra santa e a distribuição das indulgências pontifícias, não estava longe de alcançar à soma a que chegavam as ofertas dos fiéis. Nada nos prova melhor, que a devoção dos cruzados diminuia cada vez mais; e nos pode também fazer ver o exagêro de muitas queixas que então se erguiam sôbre o emprêgo do dinheiro arrecadado em nome do chefe da Igreja, para as despesas da guerra santa. Como se fazia sempre muita questão dessa espécie de pregação e os cofres das igrejas estavam sempre vazios, disso culpavam-se os pregadores; acusavam-nos de ter dissipado o dinheiro que não tinham recebido. De resto, mais os povos eram levados à desconfiança, mais se deviam aplaudir as precauções que tinham sido

tomadas: as despesas da pregação ou do jubileu podiam ser às vêzes aumentadas com essas mesmas precauções; havia-se, porém, acalmado os espíritos e isso já era bastante. Em tudo o que se referia à arrecadação e ao emprêgo do dinheiro da cruzada como a muitas outras coisas, a autoridade do rei tinha tanto mais necessidade de exercer uma vigilância severa, quanto os que recebiam as ofertas dos cristãos nem sempre haviam sido *gente de boa consciência e isentos de suspeita,* e entre os oradores da guerra santa havia sempre alguns que mostravam mais zêlo do que prudência e cuja pregação era um verdadeiro motivo de escândalo. Como a maior parte dêles recebia um salário proporcionado à quantidade de dinheiro reunida nos cofres das igrejas, muitos não deixavam de exagerar as promessas do soberano Pontífice e os privilégios concedidos aos dons da caridade. Assim, para resumirmos, diremos que essa pregação ordenada pelo Papa e pelo rei, não adiantou muito para os interêsses da cruzada, mas, pelo menos, a sabedoria previdente do govêrno e a prudência dos chefes da Igreja galicana previram grandes desordens no reino. Não se deu o mesmo na Alemanha, onde os espíritos eram levados ao mais alto grau de irritação e de descontentamento; onde, sementes de perturbação e de heresia começavam a germinar e a se desenvolver, até no meio do clero.

Pudemos ver até aqui, quanto a côrte de Roma se mostrava cada dia mais fácil a abrir os tesouros

das indulgências pontifícias. Nas primeiras expedições do Oriente, essas indulgências eram concedidas só aos peregrinos da terra santa; concederam-nas em seguida aos que proviam à manutenção da cruzada. Mais tarde concederam aos fiéis que escutavam os sermões dos pregadores da cruzada, algumas vêzes mesmo aos que assistiam à missa dos legados do Papa. Leão X imaginou concedê-la não sòmente aos que por suas esmolas proviam às despesas da guerra contra os turcos, mas também a todos os fiéis cuja piedosa liberalidade contribuisse para as despesas necessárias para se terminar a construção da Igreja de S. Pedro, começada por seu predecessor Júlio II. Embora essa destinação tivesse algo de útil, de nobre, de grande, de verdadeiramente católico, embora ela fôsse digna, de algum modo, de um século em que as artes lançavam magnífico brilho, muitos cristãos, principalmente na Alemanha, viram nisso a princípio, um abuso da autoridade pontifícia, e muitos diziam que, para construir a Igreja de S. Pedro, a côrte de Roma *demolia a Igreja de Jesus Cristo*.

Alberto, arcebispo de Mogúncia, encarregado de *nomear* os pregadores do jubileu e os distribuidores das indulgências pontifícias, *nomeou* para a Saxônia os irmãos pregadores dos Dominicanos, com exclusão dos irmãos Menores ou Agostinianos, que tinham às vêzes desempenhado essa espécie de

missão. Êstes mostraram-se invejosos com a preferência; como não se havia tomado nenhuma precaução, nem para se prevenirem os efeitos dessa rivalidade, nem para se deterem os abusos que se poderiam cometer, aconteceu que os agostinianos censuraram com sentimento, o proceder, os costumes, as opiniões dos dominicanos, e êstes, justificaram muito as queixas de seus adversários.

Lutero, religioso agostiniano, deu-se a conhecer nessas violentas questões e distinguiu-se pelo ardor de sua eloqüência; perseguiu com sua cólera os pregadores que haviam sido escolhidos para recolher os tributos dos fiéis e entre as sentenças que êle ditou da cátedra, a história nos conservou esta, que foi censurada por Leão X: *É um pecado resistir aos turcos, pois que a Providência serve-se dessa nação infiel para visitar as iniqüidades do seu povo.* Essa estranha máxima firmou-se entre os partidários de Lutero e quando o legado do Papa pediu na dieta de Ratisbona a cobrança dos dízimos destinados à cruzada, encontrou viva oposição. De tôdas as partes da Alemanha, elevaram-se murmurações e queixas. Comparou-se a côrte de Roma ao pastor infiel que tosquia as ovelhas confiadas aos seus cuidados; acusaram-na de despojar os povos crédulos, de arruinar as nações e os reis, de acumular sôbre os cristãos mais misérias do que lhes poderia causar a dominação dos turcos.

Há mais de um século, essa espécie de acusação surgia na Alemanha, tôdas as vêzes que se cobravam os dízimos para as cruzadas, ou que um tributo qualquer era impôsto aos cristãos pelo soberano Pontífice. Os reformadores aproveitaram-se dessas disposições do povo e dos espíritos, para espalhar idéias novas e tentar uma revolução na Igreja. Numa nação levada por seu gênio e seu caráter, as idéias especulativas, as novidades filosóficas e religiosas deviam encontrar, mais que em qualquer outra parte, ardorosos partidários e apóstolos entusiastas. Devemos acrescentar que a Alemanha era um dos países da cristandade, ao qual a côrte de Roma menos tinha poupado em sua onipotência e o espírito de oposição lá se tinha originado no meio das longas questões surgidas entre o sacerdócio e o Império. Uma vez quebrados os liames que uniam os espíritos e sacudido o jugo de uma autoridade consagrada pelos tempos, a oposição não conheceu mais limites; não havia mais medida para as opiniões: a Igreja foi atacada de todos os lados ao mesmo tempo e por mil seitas diferentes, tôdas contrárias à côrte de Roma, a maior parte, opostas também entre si mesmas. Rebentou então a revolução que devia separar para sempre, da comunhão romana, vários povos da cristandade.

Não temos que falar dos acontecimentos que se seguiram ao cisma de Lutero; mas é interessante ver-se que a origem da reforma se acha ligada, não

diretamente às cruzadas, mas ao abuso das indulgências promulgadas para as cruzadas.

Como todos os que começam revoluções, Lutero não sabia até onde podia chegar sua guerra contra a côrte de Roma; êle atacou primeiro alguns abusos da autoridade pontifícia e acabou por atacar a mesma autoridade. As opiniões que êle tinha exaltado com sua eloqüência, as paixões que êle tinha feito nascer entre seus discípulos arrastaram-no muito mais longe do que êle teria podido prever; os que tinham o maior interêsse em combater as doutrinas do reformador, não viram mais do que êle, o que aquelas doutrinas deviam trazer consigo mesmas. A Alemanha, tôda dividida, prêsa das dissensões e de todo gênero de desordem, não tinha autoridade alguma bastante forte, nem previdente para prevenir os efeitos de um cisma. Na côrte de Roma, ninguém tinha podido acreditar que um simples monge jamais pudesse abalar as colunas da Igreja; no meio da pompa e do brilho, das artes que êle protegia, distraído pelos cuidados de uma política ambiciosa, Leão X esqueceu talvez demais o progresso de Lutero. Êle fêz mal, principalmente em abandonar inteiramente a expedição contra os turcos, que tinha anunciado a todo o mundo cristão e que podia, pelo menos, nos primeiros momentos, oferecer uma distração útil aos espíritos dominados pelas idéias da reforma. O empreendimento de uma guerra santa, que êle tinha alimentado com tanto ardor no comêço de seu Pon-

tificado, e pelo qual os poetas lhe prometiam uma glória eterna, êsse empreendimento, quando êle morreu, não mais ocupava seu pensamento nem o de seus contemporâneos.

No entretanto, o sucessor de Selim acabava de se apoderar de Belgrado e ameaçava a ilha de Rodes. Essa ilha era a última colônia dos cristãos na Ásia. Enquanto os cavaleiros de S. João lhe foram os donos, o sultão dos turcos podia temer que se fizesse no Ocidente, uma grande expedição para a reconquista da Palestina e da Síria e mesmo para a conquista do Egito, que acabava de ser anexado ao império otomano.

O grão-mestre dos Hospitalários mandou pedir socorros à Europa cristã. Carlos V acabava de reunir sôbre sua cabeça a coroa imperial e a dos espanhóis. Ocupado em abater o poder da França e procurando levar o Papa Adriano VI a uma guerra contra o rei cristianíssimo, o imperador pouco se impressionou com o perigo que ameaçava os cavaleiros de Rodes. O soberano Pontífice não ousou socorrê-los e solicitar para êles o apoio da cristandade. Francisco I mostrou sentimentos mais generosos, mas, na situação em que se encontrava o reino, não pôde mandar os auxílios que tinha prometido. Os cavaleiros de Rodes ficaram reduzidos às próprias fôrças. A história conservou as dificuldades e os prodígios de valor e de heroísmo, pelos quais a

ordem dos Hospitalários lhes ilustrou a defesa. Depois de vários meses de combates, Rodes caiu em poder de Solimão. Era um espetáculo bem tocante, o grão-mestre Isle-Adam, o pai dos cavaleiros e de seus súditos, levando consigo os tristes restos da Ordem e o povo de Rodes, que o tinha querido seguir. Foi aportar nas costas de Nápoles, não longe dos lugares onde Virgílio faz desembarcar o piedoso Enéias, com os gloriosos restos de Tróia. Se o espírito das cruzadas se tivesse podido reanimar, que corações ter-se-iam conservado impassíveis, vendo aquêle venerável ancião, seguido por seus fiéis companheiros de infortúnio, procurando um asilo, implorando compaixão e solicitando como paga de seus serviços passados, um pedaço de terra onde êle e seus guerreiros pudessem ainda desfraldar o estandarte da religião e combater os infiéis.

Quando o grão-mestre se punha em marcha para Roma, Adriano VI declarava guerra ao rei da França: uma liga se havia formado entre o soberano Pontífice, o imperador, o rei da Inglaterra e o duque de Milão. Nesse estado de coisas, os cristãos do Oriente não podiam esperar socorro algum. Depois da morte de Adriano, o Papa Clemente VII mostrou-se mais favorável à Ordem dos Hospitalários. Êle acolheu o grão-mestre com demonstrações de bondade e de delicadeza paterna. Quando no Consistório, o chanceler da Ordem contou os feitos e os reveses dos cavaleiros, o soberano Pontífice e os

prelados de Roma derramaram lágrimas e prometeram fazer que tão nobres infortúnios, fôssem conhecidos de todos os reinos do mundo cristão. Infelizmente para a Ordem de S. João, as potências da Europa estavam mais que nunca divididas entre si mesmas. Francisco I foi feito prisioneiro na batalha de Pavia. O Papa que tinha querido retomar o título de conciliador, só conseguiu excitar contra si mesmo o ódio e a cólera de Carlos V. No meio dessas divisões esqueceram-se dos cavaleiros de Rodes e foi sòmente dez anos depois da conquista de Solimão, que êsses nobres guerreiros puderam conseguir do imperador o rochedo de Malta, onde êles se tornaram ainda o terror dos muçulmanos.

Enquanto a Europa era assim perturbada, o conquistador de Rodes e de Belgrado reaparecia, ameaçando as margens do Danúbio. Luís II procurou despertar o patriotismo dos húngaros e fêz reviver o antigo costume de expor em público um sabre ensangüentado, sinal da guerra e dos perigos da pátria. As exortações do monarca, as do clero, a aproximação do inimigo, não puderam acalmar as discórdias nascidas da anarquia feudal e das longas desgraças da Hungria. O monarca húngaro só pôde reunir vinte e dois mil homens, sob os estandartes da cruz.

Êsses vinte e dois mil cristãos, comandados por um prelado tinham que combater contra um exército

de cem mil otomanos; foi o exército húngaro que, segundo a ordem dos bispos, deu combate aos infiéis. O que há de estranho nas guerras santas, é que se pode quase sempre notar o ascendente do clero e a temeridade das emprêsas. A persuasão que tinham os eclesiásticos de que combatiam pela causa de Deus, sua ignorância em matéria de guerra, impediam-lhes de ver os perigos, não lhes permitiam duvidar da vitória e faziam-nos muitas vêzes descuidarem-se dos meios da prudência humana. Foi então, na confiança de um êxito milagroso que o arcebispo de Colocza, não hesitou em travar um combate decisivo em Mohacs. O clero que o acompanhava animou os combatentes com suas palavras e deu o exemplo da bravura. Mas o entusiasmo religioso e guerreiro não lhes conseguiu vencer o número: a maior parte dos prelados recebeu na refrega a palma do martírio; dezoito mil cristãos ficaram no campo de batalha. O mais lamentável e triste, de tudo, porém, foi que Luís II desapareceu e pereceu talvez na derrota geral, deixando seu reino entregue aos partidos e devastado pelos turcos.

A derrota dos húngaros levou o desespêro à alma de Clemente VII. O Pontífice escreveu a todos os soberanos da Europa; êle tinha feito o projeto de visitá-los em pessoa e de os convidar e mesmo induzir com seus rogos e suas lágrimas a defenderem a cristandade. As tocantes exortações do Papa e sua atitude suplicante não conseguiram

comover os príncipes; aqui vemos a rápida decadência do poder pontifício, há pouco ainda, formidável com os castigos da Igreja e cujas determinações eram consideradas como decretos do céu. Como o imperador perturbava a Itália com sua ambição e recusava associar-se aos desígnios do Pontífice, a côrte de Roma procurou pregar contra êle uma espécie de cruzada e o Papa se pôs à frente de uma liga que se chamou liga santa; mas essa união, meio religiosa e meio política dissipou-se por si mesma e Clemente não tardou em ser vítima de uma vã hostilidade. As tropas imperiais entraram em Roma como numa cidade inimiga. O imperador, que tomara o título de chefe temporal da Igreja, não receou dar à Europa o escândalo do cativeiro de um Pontífice. Embora a autoridade dos Papas não exercesse mais a mesma influência, embora se estivesse então muito longe do século de Inocêncio IV e de Gregório IX, que tinham aniquilado o imperador Frederico II, no entretanto as violências de Carlos V excitaram uma indignação geral. A Inglaterra e a França pegaram em armas. Tôda a Europa foi prêsa de perturbações. Uns queriam vingar os ultrajes feitos ao Vigário de Jesus Cristo, outros aproveitarem-se das desordens. Não se ocupavam mais em defender a cristandade contra a invasão dos otomanos.

No entretanto, Clemente VII, do fundo da prisão em que o imperador o mantinha, velava pela

defesa da Europa cristã; seus legados exortavam os húngaros a continuar a combater pelo seu Deus e por sua pátria. A ativa solicitude do Papa ia procurar inimigos para os turcos, até no Oriente, entre os infiéis. Acomat, que tinha sacudido no Egito o jugo da Porta, recebeu encorajamento da côrte de Roma. Um legado do Papa foi encarregado de lhe prometer o apoio dos cristãos do Ocidente. O soberano Pontífice mantinha contínuas relações em tôdas as fronteiras e em tôdas as províncias do império turco, para conhecer os desígnios e os preparativos dos sultãos de Constantinopla. Não é inútil dizer-se aqui que a maior parte dos predecessores de Clemente tinha pôsto, como êle, o maior cuidado em vigiar e observar os projetos dos infiéis. Assim os chefes da Igreja não se limitavam a excitar os cristãos a se defenderem em seu próprio território; mas, como sentinelas vigilantes, êles mantinham, sem cessar, os olhos prêsos aos inimigos da cristandade, para avisar a Europa dos perigos que a ameaçavam.

Quando o imperador quebrou os ferros de Clemente VII, o santo Pontífice esqueceu os ultrajes que tinha recebido, para só pensar no perigo do império germânico, que ia ser atacado pelos turcos. Nas dietas de Augsburgo e de Spira, o legado do Papa esforçou-se em nome da religião, para despertar o ardor dos povos da Alemanha, para sua própria defesa. Um embaixador do imperador uniu suas exortações às do legado apostólico: êle fêz um

apêlo ao antigo valor dos germanos e lembrou aos seus ouvintes o exemplo de seus antepassados, que jamais haviam permitido um domínio estrangeiro. Convidou os príncipes, os magistrados e os povos a combater por sua independência e por sua própria salvação. Ferdinando, rei da Boêmia e da Hungria, propôs aos príncipes e aos Estados do Império tomar medidas prontas e eficazes contra os turcos. Essas exortações e êsses conselhos obtiveram pouco resultado e encontraram forte oposição no espírito sempre mais ativo das doutrinas novas. Tôdas as cidades, tôdas as províncias preocupavam-se com as questões, agitadas pela reforma. Podia-se então comparar os povos da Alemanha, ameaçados pelos turcos, aos gregos do Baixo-Império, que a história nos apresenta entregues a vãs discussões, quando os bárbaros estavam às suas portas. Assim, como entre os gregos, havia entre os alemães uma multidão de homens que temia menos ver em suas cidades o turbante de Maomé do que a tiara do Pontífice de Roma: uns, levados por um espírito de fatalismo, que mal encontramos no Alcorão, sustentavam que Deus tinha julgado a Hungria e que a salvação dêsse reino não estava mais em poder dos homens; outros, (os milionários) anunciavam com alegria fanática a aproximação do juízo final, e, enquanto os pregadores da cruzada incitavam os alemães a defender a pátria, o orgulho de uma seita ímpia invocava e desejava dias de desolação universal.

Solimão acabava de entrar na Hungria à frente de um poderoso exército. Como êle não encontrava inimigos para combater, avançou até à Alemanha. A capital da Áustria, sitiada pelos turcos, só deveu sua salvação à inundação do Danúbio, à coragem de sua guarnição, e, se acreditarmos em alguns historiadores, à infidelidade do grão-vizir, conquistado pelo dinheiro dos cristãos. Ao sinal do perigo, o imperador mandou avançar suas tropas; mas, sempre preocupado com o pensamento de estender seu império na Itália, êle se deteve de repente nas planícies de Lintz e não pensou mais em perseguir os turcos, que se retiravam arrastando consigo trinta mil escravos. Ao mesmo tempo, uma frota espanhola, comandada por Dória, percorreu o mar do arquipélago, sem obter nenhuma vantagem, contra a marinha turca; essa expedição limitou-se à tomada de Corone e de Patras, que foram logo entregues aos otomanos.

As negociações e os conselhos paternos do Papa não conseguiram reanimar o entusiasmo para a guerra santa, não sòmente na Alemanha, mas mesmo entre os húngaros. Ferdinando, irmão de Carlos V, que o poder imperial tinha feito declarar rei da Hungria e o conde João Zapoli, palatino da Transilvânia, que, com a proteção dos turcos, reinava sôbre as ruínas de seu país, disputavam-se êsse infeliz reino, maltratado ao mesmo tempo, por seus inimigos e por seus aliados. Solimão, senhor de Bude, devastava tôdas as províncias e fazia grandes preparativos.

Convocaram-se várias dietas para se deliberar a respeito dos meios de se deter a invasão dos exércitos otomanos; e, o que nos mostra a infeliz disposição dos espíritos, naquela época, numa assembléia, reunida em Viena para a cruzada contra os turcos, só se tratou de reprimir a licença nos escritos e conter o rápido progresso da imprensa, cujo uso se espalhava por tôda parte e se acusava de ser auxiliar da reforma. As tropas mandadas à Hungria foram batidas e dispersadas por Solimão. Ferdinando não teve outro recurso, que pedir a paz aos turcos. Circunstância digna de nota: o Papa foi incluído no tratado; Solimão dava o título de pai ao Pontífice romano e o de irmão, ao rei da Hungria. Clemente VII, depois de tantas tentativas inúteis junto dos príncipes da cristandade, parecia só ter esperança na Providência, e exclamava com tristeza, aprovando o tratado de negociações pacíficas: — *Não nos resta mais que suplicar ao céu que vele, êle mesmo, pela salvação do mundo cristão.*

Ter-se-ia podido crer que as guerras santas tocavam seu fim, pois que o chefe da Igreja tinha deposto as armas e feito a paz com os infiéis. De resto, êsse tratado de paz, como os que o tinham precedido, podia ser considerado apenas como uma trégua, e a guerra não devia tardar em recomeçar, quando do lado dos cristãos ou do lado dos muçulmanos se tivesse a esperança de continuá-la com vantagem. Tal era a política do tempo e principalmente

a que dirigia em suas relações recíprocas as potências cristãs e as muçulmanas. Solimão tinha abandonado seus projetos sôbre a Alemanha e a Hungria, menos por respeito pelos tratados, do que, porque êle empregava suas fôrças numa guerra contra os persas. De outro lado, a cristandade deixava em paz os otomanos, porque estava prêsa pela discórdia e a maior parte dos príncipes cristãos, ocupados com seus próprios interêsses, só escutavam os conselhos de sua ambição.

A Europa tinha então três grandes monarcas, cujas fôrças reunidas teriam sido suficientes para abater o poderio dos turcos; mas êsses três príncipes se encontravam então incompatibilizados uns com os outros, pela política, bem como pelo caráter e gênio. O rei da Inglaterra, Henrique VII, que tinha refutado Lutero e que se havia ligado ao rei da França para libertar o Papa, prisioneiro, acabava de se separar da Igreja Romana. Ora aliado da França, ora aliado do imperador, ocupado em fazer triunfar o cisma do qual era o apóstolo e o chefe, êle não levava mais seus pensamentos para a guerra do Oriente. Francisco I tinha primeiro pretendido a coroa imperial, depois, o ducado de Milão e o reino de Nápoles: essas pretensões, que foram uma fonte de desgraças para êle e para a França, perturbaram seu reino e não lhe permitiram ocupar-se sèriamente da cruzada contra os turcos, cruzada que êle tinha feito pregar em seus Estados. O sentimento de ódio

e de inveja que o animava contra um rival feliz e poderoso inspirou-lhe duas vêzes o pensamento de fazer aliança com os infiéis; para grande escândalo da cristandade, viu-se uma frota otomana recebida no pôrto de Marselha e o estandarte da flor-de-lis misturado com a meia-lua nas muralhas de Nice. Carlos V, senhor de tôdas as Espanhas, chefe do império germânico, soberano dos Países-Baixos, possessor de vários impérios no novo mundo, ocupava-se muito mais em abaixar o monarca francês e de estabelecer seu domínio na Europa, do que em defender a cristandade. Durante a maior parte de seu reinado, êsse monarca dirigiu os partidários da reforma na Alemanha, por causa dos otomanos, e não perseguiu os mesmos, por causa dos seus inimigos, na república cristã. Contentou-se em proteger duas vêzes a capital da Áustria com a presença de seus exércitos; e, quando o Papa lhe rogou que defendesse a Hungria, êle preferiu levar a guerra às costas da África. As potências bárbaras acabavam de se organizar sob a proteção da Porta Otomana e começavam a se tornar temíveis no Mediterrâneo. Carlos, numa primeira expedição, apoderou-se de Túnis, fincou seus estandartes sôbre as ruínas de Cartago e libertou mais de vinte mil escravos, que foram anunciar suas vitórias por tôdas as partes do mundo cristão. Numa segunda expedição, êle tinha o projeto de destruir Algéria, onde se reuniam os piratas, flagelo das costas da Itália e da Espanha. Apesar das advertên-

cias dos homens mais experimentados, êle não receou embarcar na estação das chuvas e das tempestades. Mal tinha navegado pela costa da antiga Numídia, seu exército e sua frota desapareceram numa tempestade que agitou a terra e o mar. Depois de ter passado pelos maiores perigos de vida êle voltou quase sòzinho para a Europa, onde seus inimigos e principalmente o Papa, acusaram-no de ter deixado a Alemanha sem defesa e mesmo a Itália, ameaçadas, mais que nunca, por Solimão.

Ressoaram então, de novo, na Europa gritos de alarme. Entre os que exortavam os povos a combater contra os turcos, ouvia-se a voz de Martinho Lutero. Num livro intitulado *Orações contra o Turco,* o reformador condenava a indiferença dos povos e dos reis e aconselhava os cristãos a resistir aos muçulmanos, se êles não quisessem ser levados como escravos, como outrora havia acontecido com os filhos de Israel. Numa fórmula de oração que êle tinha composto, assim se exprimia: *"Ergue-te, Senhor, grande Deus, e santifica teu nome que teus inimigos ultrajam; fortalece teu reino que êles querem destruir e não permitas que sejamos calcados aos pés por aquêles que não querem que sejas nosso Deus."*

Muitas vêzes surgiram murmurações contra Lutero, que havia sido acusado de ter abalado e enfraquecido com sua doutrina a coragem dos alemães. Pouco tempo antes da época de que falamos,

êle já tinha publicado uma apologia na qual, sem negar a famosa proposição censurada pelo Papa, dava às suas palavras um outro sentido que não o que lhes dava a côrte de Roma. Tôdas suas explicações, que não são fáceis de se analisarem, reduziam-se à distinção que êle faz entre a autoridade civil e a autoridade eclesiástica. À primeira, diz o reformador, compete combater contra os turcos; o dever da segunda é esperar, submeter-se, rogar e gemer. Acrescentava que a guerra não era da competência dos bispos, mas, dos magistrados; que o imperador, nessa circunstância, devia ser considerado como o chefe da confederação germânica e não como protetor da Igreja, nem como o sustentáculo da fé cristã, título que só se podia dar a Jesus Cristo. Tôdas estas distinções tinham sem dúvida alguma coisa de razoável e a opinião de Lutero sôbre a autoridade civil, embora não a tivesse adotado senão para se opor ao poder pontifício, teria tido a aprovação dos espíritos esclarecidos, se êle não lhe tivesse misturado erros graves e se não tivesse pôsto a sustentá-la todo o ardor do seu orgulho irritado.

Não contente com essa apologia, que tinha por título *Dissertation sur la guerre contre les Turcs,* Lutero, dois anos depois do cêrco de Viena, publicou outra obra intitulada *Discours militaire,* no qual êle convidava também aos alemães a tomar as armas. Êsse segundo discurso começa, como o primeiro, com distinções e sutilezas teológicas, invetivas contra o

Papa e os bispos, predições sôbre o próximo fim do mundo e sôbre o poder dos turcos, que o autor encontra claramente anunciados em Daniel. Embora êle se esforce por provar, como em seu primeiro escrito, que a guerra contra os muçulmanos, não é uma guerra religiosa, mas um empreendimento absolutamente político, êle não promete menos a palma do martírio aos que morrerem com as armas na mão. Representa essa guerra como agradável à divindade e como o dever de um verdadeiro discípulo do Evangelho. "Teu braço e tua lança, diz êle ao soldado cristão, serão o braço e a lança de Deus. Imolando os turcos, não derramarás sangue inocente e o mundo considerar-te-á como o executor dos decretos da divina justiça, pois tu não farás que matar os que Deus mesmo já condenou." Podemos julgar como êsse gênero de pregação difere do dos oradores que pregaram a cruzada dos séculos precedentes. Na segunda parte de seu discurso, o chefe da reforma dirige-se às diversas classes da sociedade: à nobreza, que se perde no luxo e nos prazeres para a qual a hora dos combates chegou, finalmente; aos burgueses e aos negociantes, há tanto tempo entregues à usura e à cobiça; aos operários e aos camponeses, que êle acusa de enganar e de roubar o próximo. O tom do pregador é impregnado de excessiva dureza; êle fala como um homem que se insurge contra os males que estão para acontecer, porque êle os predisse e desprezaram-se seus avisos. Êle diz, com

uma espécie de satisfação, que, depois dos dias de alegria e de devassidão, depois do tempo das festas e dos prazeres, virá o tempo das lágrimas, das misérias e das apreensões. Termina com uma apóstrofe veemente contra todos os que ficarem surdos à sua voz e que o inimigo encontrar sem defesa: "Escutai agora o diabo, nos turcos, vós que não quereis escutar a Deus em Jesus Cristo! O turco incendiará vossas casas, roubará vossos animais e vossas messes; êle ultrajará, degolará, sob vossos mesmos olhos vossas mulheres e filhos; êle enforcará vossas crianças nos mesmos postes da cêrca que servem de defesa para vossa propriedade; êle vos imolará a vós mesmos, ou vos levará para a Turquia para vos expor no mercado como uma vil cavagaldura; êle vos dirá o que tendes perdido e o que deveríeis ter feito. Ao turco tocará submeter a nobreza soberba, tornar a burguesia, dócil, e castigar e subjugar o povo grosseiro."

Mais ou menos neste tempo, o célebre Erasmo publicou um escrito sôbre a questão, de se saber, se se devia fazer guerra aos turcos. Encontramos nesse escrito alguma coisa daquela filosofia sonhadora e triste que era o espírito da reforma. Mas Erasmo a ela se dá com menos violência e acrimônia, que Lutero. Êle atribui as desgraças que desolavam o mundo à corrupção dos costumes e dos espíritos e considera o progresso sempre crescente dos turcos como o último castigo que o céu reservava aos cristãos

degenerados. Depois de ter pintado com grandes traços a tirania dos bárbaros, daquele povo sem lei e sem Deus, Erasmo combate, ora aos que queriam que sempre se fizesse guerra aos turcos, ora aos que queriam que nunca ela se fizesse. Sem dúvida a Providência irritada mandava aos cristãos aquela nação cruel; mas, resistindo aos turcos não se desobedecia mais a Deus do que quando se invocava o socorro dos médicos, para curar as doenças que o céu nos manda. Erasmo quer, como Lutero que se prepare a guerra contra os turcos pela penitência; êle quer que os príncipes cristãos se reunam francamente contra o inimigo comum; êle não exclui o Papa de uma liga cristã, mas não pode tolerar pastôres da Igreja entre os combatentes. Um cardeal, *general de exército,* um bispo *capitão,* um padre *centurião,* dão-lhe a imagem de uma estátua feita de ouro e de argila, de um *centauro meio homem, meio cavalo.* O engenhoso escritor opõe aos prelados guerreiros o exemplo de Cristo que jamais fêz guerra, mas que trouxe ao gênero humano a filosofia celeste, instruiu os que seguiam o caminho do êrro, advertiu os incrédulos, consolou os aflitos, sustentou os fracos, conquistou por meio de benefícios os homens que dêle eram dignos, como os que não o eram. Muitos cristãos pensavam que, para se ter paz devia-se abandonar a Hungria aos otomanos. Erasmo perguntou a êsses políticos prudentes se lhes parecia justo que os fiéis recebessem seus príncipes e mesmo seus bispos,

das mãos dos turcos. Quando mesmo aquêles bárbaros dominassem a Hungria, julgariam talvez que sua ambição estaria satisfeita? Não! Êles não descansariam enquanto não tivessem pisado a cabeça dos príncipes e dos reis e todos os tronos do mundo cristão não se tivessem tornado poeira sob seus pés.

Êsse escrito, ou consideração de Erasmo, do qual damos aqui apenas uma pequena idéia, encerrava muitos raciocínios e sutilezas que seria impossível analisar com precisão. Semelhante obra era feita, além disso, mais para ser lida e apreciada entre os sábios do que para animar o entusiasmo ou a devoção dos fiéis. O espírito de seita e de controvérsia alterava cada dia mais o caráter e os sentimentos do povo; tornavam-se cada vez mais indiferentes aos perigos da cristandade e mesmo aos da pátria, principalmente na Alemanha, onde parecia mais fácil sustentar com brilho teses filosóficas, convocar dietas numerosas, do que fazer a guerra e reunir exércitos. Das questões religiosas que perturbavam o santuário tinham nascido as dissensões políticas que convulsionavam o Estado e a sociedade. No meio dos violentos debates que agitavam o império germânico, a Igreja e mesmo a autoridade civil proclamada por Lutero, perderam aquela unidade de ação sem a qual não se podia combater com vantagem um inimigo formidável. Tal era o estado dos espíritos, que os alemães se odiavam mais entre si mesmos do que os turcos e cada partido temia menos o triunfo

dos incrédulos do que o de seus adversários. Os luteranos hesitavam em tomar as armas, temendo sem cessar ter que repelir os ataques dos católicos; êstes estavam tomados de temor dos luteranos. Foi assim que a reforma, que tinha tido sua origem depois das cruzadas, acabou por extinguir aquêle entusiasmo religioso que armou tantas vêzes o Ocidente, primeiro, contra os sarracenos, e depois, contra os turcos.

O nome dos turcos foi ainda pronunciado nas dietas da Alemanha e no Concílio de Trento; mas não se tomou nenhuma medida para lhes fazer a guerra. Desde então, nada mais se passou na Hungria e no Oriente, que pudesse fixar a atenção do mundo cristão. O único fato sôbre o qual a Europa teve ainda voltada sua atenção foi a defesa de Malta, contra tôdas as fôrças de Solimão.

Essa proibição aumentou a reputação da ordem militar de S. João. O pôrto de Malta tornou-se o único abrigo dos navios cristãos, na vasta rota que leva às costas do Egito, da Síria e da Grécia. Os corsários de Túnis e de Alger, todos os piratas que infestavam o Mediterrâneo, estremeceram à vista do rochedo de Malta e das galeras que flutuavam, tendo no mastro o estandarte da cruz. Essa colônia militar, sempre armada contra os infiéis, sem cessar renovada pela nobreza belicosa da Europa, nos oferece até o fim do século XVIII uma imagem viva da antiga cavalaria e da época heróica das cruzadas.

Nós narramos a origem dessa ordem ilustre; nós a seguimos em seus dias de triunfo, em seus reveses mais gloriosos, ainda em suas vitórias. Não diremos por qual revolução ela caiu; por quais fatos perdeu aquela ilha que lhe havia sido dada como prêmio de sua bravura e que ela defendeu durante mais de duzentos anos, contra as fôrças otomanas e os bárbaros da África.

Enquanto os turcos fracassavam diante da ilha de Malta, Solimão continuava a guerra na Hungria. Êle morreu nas margens do Danúbio, no meio de suas vitórias, contra os cristãos. A Europa teria devido se rejubilar com sua morte, como outrora já se havia alegrado com a de Maomé II. No reinado de Solimão I, que foi o maior príncipe da dinastia otomana, não sòmente os turcos tinham invadido uma parte do império germânico, mas também a marinha, secundada pelo gênio de Barbarroxa e de Dragui, tomava tal incremento que devia alarmar tôdas as potências marítimas da Europa. Selim II que o substituiu, não tinha nem as qualidades, nem o gênio da maior parte de seus predecessores, mas seguia também seus projetos de conquista. Os otomanos, senhores das costas da Grécia, da Síria e da África, quiseram aumentar seu império acrescentando-lhe o reino de Chipre, que então os venezianos possuiam.

Depois de um cêrco de vários meses, o exército otomano apoderou-se das cidades de Famagousta e

de Nicósia. Os turcos enxovalharam suas vitórias com crueldades inauditas. Os mais bravos defensores da ilha de Chipre expiaram nos suplícios a glória de uma resistência obstinada e, podemos dizer que foram os carrascos que terminaram a guerra. Essa barbaria dos turcos excitou a indignação dos povos cristãos; as nações marítimas viram com espanto uma invasão que tendia a fechar ao comércio europeu o caminho do Oriente.

À aproximação do perigo, o Papa Pio V tinha exortado as potências cristãs a tomar as armas contra os otomanos. Uma confederação se tinha formado na qual entraram a república de Veneza, o rei da Espanha, Filipe II e o mesmo Papa, sempre pronto a dar às suas pregações a autoridade do exemplo. Uma frota numerosa armada para defender a ilha de Chipre chegou muito tarde aos mares do Oriente e serviu para reparar à vergonha dos exércitos cristãos. Essa frota, comandada por Dom João da Áustria, encontrou a dos otomanos no gôlfo de Lepanto. Nesse mar, Augusto e Antônio tinham também disputado o império romano. A batalha que se travou entre os cristãos e os turcos lembrava alguma coisa do espírito e do entusiasmo das cruzadas. Antes de começar o combate, João da Áustria mandou içar em seu barco o estandarte de S. Pedro, que tinha recebido do Papa e o exército saudou com gritos de alegria êsse sinal religioso da vitória. Os chefes dos cristãos percorriam as fileiras,

em barcos, exortando os soldados a combater pela causa de Jesus Cristo. Todos os guerreiros lançavam-se de joelhos, imploravam a proteção divina e erguiam-se cheios de confiança em sua bravura e nos milagres do céu.

Nenhuma batalha naval na antiguidade é comparável à de Lepanto, na qual os turcos combatiam pelo império do mundo e os cristãos, pela defesa da Europa. A coragem e a habilidade de Dom João e dos outros chefes, a intrepidez e o ardor dos soldados, a superioridade dos francos na manobra dos navios e na artilharia, deram à frota, uma vitória decisiva. Duzentos navios inimigos foram aprisionados, queimados ou afundados. Os restos da frota turca, anunciando a vitória dos cristãos, levaram a consternação a tôdas as costas da Grécia e à capital do império otomano.

Foi então que Selim, espantado, mandou construir uma fortaleza nos Dardanelos, que defende ainda hoje a entrada do canal de Constantinopla. No mesmo dia quando se travou a batalha, o teto do templo da Meca ruiu e os turcos julgaram ver nesse acidente um sinal da cólera celeste. O teto era de madeira, e, para que pudesse ser, diz Cantemir, um emblema mais sólido do império, o filho de Solimão mandou reconstruí-lo de tijolos.

Enquanto os turcos deploravam assim o primeiro revés de suas armas, tôda a cristandade sabia com

Batalha de Lepanto.

prazer da vitória de Lepanto. Os venezianos, que esperavam com terror o desenlace da batalha, celebraram o triunfo da frota cristã com festas extraordinárias. Para que nenhum sentimento de tristeza se viesse misturar à alegria universal, o senado libertou todos os prisioneiros, e proibiu a todos os súditos da república usar luto pelos parentes ou amigos mortos, combatendo contra os turcos. A batalha de Lepanto foi gravada em moedas; e, como os infiéis tinham sido derrotados no dia de Santa Justina, as autoridades determinaram que aquêle dia memorável seria, todos os anos comemorado com uma festa, por todo o povo de Veneza.

Em Toledo e em tôdas as igrejas da Espanha, o povo e o clero dirigia ao céu hinos de gratidão pela vitória que acabava de conceder ao valor dos soldados cristãos. Nenhum povo, nenhum príncipe da Europa ficou indiferente à derrota dos turcos; e, se acreditarmos num historiador, o rei da Inglaterra, Tiago I, celebrou num poema a gloriosa jornada de Lepanto.

Como o Papa tinha eficazmente concorrido para o feliz êxito das armas cristãs, foi em Roma que se manifestou a mais viva alegria. Marco Antônio Colona, que tinha comandado os navios do soberano Pontífice, foi recebido em triunfo e levado ao Capitólio, precedido por um grande número de prisioneiros de guerra. Suspenderam-se na Igreja de

Ara Coeli as insígnias tomadas aos turcos. Depois da missa solene Marco Antônio More proferiu diante de todo o povo reunido o panegírico do triunfador. Assim misturavam-se as cerimônias da antiga Roma e da nova, para se celebrarem o valor e os feitos dos defensores da cristandade. A Igreja mesma quis consagrar em seus fastos uma vitória obtida contra seus inimigos: Pio V instituiu uma festa em honra da SS. Virgem, por cuja intercessão julgava-se ter vencido os muçulmanos. Essa festa é celebrada a 7 de outubro, dia da batalha, sob a denominação de *Nossa Senhora das Vitórias*. O Papa decidiu ao mesmo tempo que se acrescentariam às ladainhas da Virgem estas palavras: *Refúgio dos cristãos, rogai por nós,* e que a 8 de outubro se celebraria o ofício dos mortos para o descanso das almas de todos os que tinham sido mortos na batalha. Seis meses depois, Gregório XIII instituiu ainda uma festa pública, do Rosário, que foi marcada para o primeiro domingo de outubro, em memória da vitória de Lepanto. Devemos notar aqui, que jamais os heróis das primeiras cruzadas obtiveram tão grandes honras; a Igreja não celebrara com tanta solenidade a conquista de Jerusalém e de Antioquia: mais se haviam temido os turcos, mais se admiravam os vencedores; as vitórias dos primeiros cruzados tinham libertado algumas cidades do Oriente; a de Lepanto, libertava a Europa.

Todos os fiéis se haviam então reunido, para juntos agradecerem ao Deus dos exércitos; mas logo aquela harmonia tôda cristã, aquêle sentimento comum do perigo, foi substituído por paixões rivais. A ambição, as desconfianças recíprocas, a diversidade dos interêsses, tudo o que tinha até então favorecido o progresso dos turcos, impediu os cristãos de se aproveitarem da vitória. Os venezianos queriam continuar a guerra, a fim de retomar a ilha de Chipre, mas Filipe II, temendo ver aumentar o poderio de Veneza renunciou à confederação. A república veneziana, abandonada por seus aliados, apressou-se em pedir a paz; ela a obteve, renunciando a tôdas as possessões que havia perdido, durante a guerra: estranho resultado da vitória, pelo qual os vencidos ditavam leis ao vencedor, e, que nos mostra a que teriam chegado as pretensões dos turcos, se a sorte tivesse favorecido às suas armas.

A guerra que terminou com a batalha de Lepanto foi a última em que se viu o estandarte da cruz animar os combatentes.

O espírito das guerras santas tinha nascido, primeiro, das opiniões públicas. Quando essas opiniões se enfraqueceram e as grandes potências se formaram, tudo o que se referia à paz ou à guerra concentrou-se no conselho dos monarcas. Não se fizeram mais projetos de expedições longínquas, nos Concílios; não se falou mais de empreendimentos guer-

reiros, nos púlpitos das igrejas e nas assembléias dos fiéis. Os Estados e os príncipes, chamados para decidir dos assuntos, mesmo quando êles faziam a guerra aos muçulmanos, obedeciam menos à influência das idéias religiosas, do que a interêsses puramente políticos. Então, não se contava mais com o entusiasmo da multidão e de nada valiam as paixões que tinham gerado as cruzadas.

A aliança de Francisco I com Solimão tinha sido a princípio um grande motivo de escândalo para tôda a cristandade. O rei da França se tinha justificado, acusando a ambição e a perfídia de Carlos V. Seu exemplo não tardou em ser seguido por Carlos V mesmo e por outros Estados cristãos. A política, desfazendo-se cada vez mais do que ela tinha de religioso, por fim fêz ver que a Porta Otomana, não era mais um inimigo que devia ser combatido, mas uma potência com que se deveria tratar, de algum modo, e até mesmo, da qual se poderia obter auxílio, sem se ultrajar a Deus e sem se prejudicar aos interêsses da Igreja.

Como não se armavam mais contra os infiéis, a não ser por ordem do sumo Pontífice, o espírito das cruzadas enfraquecia-se, forçosamente, à medida que a autoridade dos Papas declinava. Devemos acrescentar que o sistema político da Europa tomava seu desenvolvimento e os liames, e as relações que deviam firmar o equilíbrio da república cristã, ten-

diam, mais que nunca, a se enfraquecer. Todos os Estados tinham seu plano de defesa e de aumento, que seguiam com atividade constante; todos se ocupavam em atingir os degraus do poder e da fôrça, ao qual os chamavam sua posição e a sorte de suas armas. Daí aquelas ambições inquietas, aquelas desconfianças mútuas, aquêle espírito de rivalidade, sempre agitado, que não permitia aos soberanos levar sua atenção aos empreendimentos de guerras longínquas.

Enquanto a ambição e a necessidade de aumentar ou de defender suas possessões, retinham os príncipes em seus Estados, os povos se encontravam retidos em seus lares, pelas vantagens, ou melhor, pelas promessas de uma civilização nascente. No século décimo segundo, os francos, os normandos e outros bárbaros vindos do Norte, não tinham perdido completamente o caráter e os hábitos dos povos nômades, o que favoreceu o progresso daquele entusiasmo belicoso que tinha impelido os cruzados ao Oriente. No século dezesseis, o progresso das ciências e das artes, da indústria e da agricultura, as lembranças de cada cidade, de cada família, as tradições de cada povo, de cada região, os títulos, os privilégios, os direitos, que se haviam adquirido, a necessidade de se gozar dêles, a necessidade de os defender, a esperança de aumentá-los, tinham mudado o caráter dos francos, diminuído sua inclinação

para a vida errante e se tornavam outros tantos liames que os prendiam à pátria.

No século precedente, o gênio da navegação tinha descoberto a América e a passagem do cabo de Boa-Esperança. Os resultados dessa descoberta fizeram uma grande revolução no comércio, fixaram a atenção de todos os povos e deram aos espíritos, uma nova direção. Tôdas as especulações da indústria, há muito tempo fundadas nas cruzadas, dirigiram-se para a América e para as Índias Orientais. Grandes impérios, ricos climas ofereciam-se assim à ambição, à cobiça dos que procuravam a glória, a fortuna, nas aventuras; as maravilhas de um mundo novo fizeram esquecer as do Oriente.

Nessa época, tão memorável, notava-se na Europa uma emulação geral para o cultivo das artes e das letras. O século de Leão X tinha produzido obras-primas de todos os gêneros. A França, a Espanha e principalmente a Itália, faziam verter em benefício das inteligências, a invenção recente da imprensa. Por tôda a parte começaram a reviver os belos gênios da antiga Grécia e da antiga Roma. À medida que os espíritos se esclareciam, uma nova carreira se abria diante dêles. Um outro entusiasmo substituía o das emprêsas religiosas; os feitos dos tempos heróicos da nossa história inspiravam bem menos o desejo de os imitar, do que excitavam a admiração dos romancistas e dos poetas. Então a

musa da epopéia, cuja voz só celebra fatos longínquos, cantava os heróis das guerras santas; as cruzadas, que por êsse motivo levaram Tasso a adornar-lhe a narração com tôdas as riquezas de sua imaginação, as cruzadas, dizemos, não eram mais para a Europa que uma recordação poética.

Uma circunstância feliz, para a cristandade, foi que, ao mesmo tempo, em que as cruzadas, que tinham por objeto a defesa da Europa, chegavam ao seu fim, os turcos começavam também a perder algo do poderio militar, que êles tinham empregado contra os povos cristãos. Os otomanos, a princípio, como já dissemos, foram a única nação que teve um exército regular e permanente, sempre preparado, o que lhes dava uma grande superioridade sôbre os povos que queriam submeter às suas armas. No século dezesseis, a maior parte dos grandes Estados da Europa tinha também exércitos que podia sempre opor aos inimigos. A disciplina e a tática militar tinham feito rápidos progressos entre os povos da cristandade; a artilharia e a marinha aperfeiçoavam-se cada vez mais, no Ocidente, enquanto os turcos, em tudo o que se refere à arte da guerra e à da navegação, rejeitavam as lições da experiência e não se aproveitavam das luzes, espalhadas entre os inimigos e entre os vizinhos.

Devemos acrescentar que o espírito de superstição e de intolerância que os turcos levavam à guerra,

prejudicou muito à conservação e ao progresso das suas conquistas. Quando êles se apoderavam de uma província, ali queriam implantar suas leis e fazê-las reinar, bem como seus usos, costumes e cultos. Era-lhes pois necessário, mudar tudo, destruir tudo no país em que se estabeleciam: era preciso exterminar a população ou reduzi-la à impossibilidade de perturbar a dominação estrangeira; assim também pudemos notar que, muitas vêzes, senhores da Hungria, os turcos se retiravam, no entretanto, depois de cada campanha e jamais puderam, no meio de tôdas as suas vitórias, ali fundar uma colônia ou uma instituição permanente. A população otomana, que teria sido suficiente para ocupar e para servir às províncias do império grego, não era bastante para povoar e conservar regiões mais afastadas. Foi sobretudo isso, que salvou a Alemanha e a Itália da invasão dos turcos. Os otomanos teriam talvez conquistado o mundo, se lhe tivessem podido impor seus costumes ou fornecer-lhe habitantes.

Depois da batalha de Lepanto, embora êles tivessem conservado a ilha de Chipre e ditado leis à república de Veneza, os turcos não perderam a idéia de que eram invencíveis e de que o mundo devia ser submetido às suas armas. Notamos que, depois dessa época, a maior parte dos chefes dos exércitos e das frotas turcas foram mais tímidos e não confiaram tanto na vitória, diante do inimigo.

Os astrólogos que tinham até então visto em todos os fenômenos do céu, o aumento e a glória do império otomano, não viram mais, no reinado de Selim e nos seguintes, senão augúrios sinistros nas manifestações dos corpos celestes. Falamos também dos astrólogos, porque suas predições entravam muito na política dos turcos. E' provável que êsses pretensos adivinhos não se contentassem em observar os corpos celestes, mas êles observavam também os costumes e as opiniões do povo, a marcha dos acontecimentos e dos negócios. E' por isso que suas profecias foram tidas como justas e pertencem de algum modo à história.

No entretanto, o espírito de conquista que tinha por muito tempo animado a nação, subsistia ainda, e às vêzes, a fortuna reconduziu a vitória para as bandeiras dos otomanos. Pelo fim do século dezessete, os turcos levaram a guerra às margens do Danúbio e às fronteiras da Pérsia. Entre os guerreiros cristãos que correram em auxílio da Alemanha devemos notar o duque de Mercoeur, irmão do duque de Mogúncia; êle era seguido por uma multidão de soldados franceses que tinham combatido contra Henrique IV e que iam expiar os crimes da guerra civil, combatendo contra os infiéis. O duque de Mercoeur, ao qual o imperador Rodolfo II tinha dado o comando do exército imperial, obteve várias vantagens contra os otomanos.

Enquanto se combatia na Hungria, o rei da Pérsia havia mandado uma embaixada ao imperador da Alemanha e aos príncipes do Ocidente, para induzi-los a fazer uma aliança com êle, contra os turcos. Os embaixadores persas se haviam dirigido ao papa, a várias potências cristãs, rogando-lhes que declarassem guerra aos otomanos. Essa embaixada do rei da Pérsia e os feitos dos franceses do Danúbio causaram viva inquietação ao divan, que mandou um embaixador ao rei da França; o divan temia-o mais que a todos os outros príncipes cristãos. As cartas de apresentação do enviado turco traziam êste título: — *"Ao mais glorioso, magnânimo e maior senhor da fé de Jesus Cristo, pacificador dos litígios que surgem entre os príncipes cristãos, senhor de grandeza, majestade e riqueza, e glorioso guia dos maiores, Henrique IV, imperador da França."* — Em sua carta, o sultão dos turcos rogava ao monarca francês que negociasse uma trégua entre a Porta e a Alemanha, e que retirasse da Hungria o duque de Mercoeur, cujo valor e habilidade mantinham a vitória sob as bandeiras dos alemães.

Henrique IV interrogou o embaixador otomano, e perguntou-lhe porque os turcos temiam tanto o duque de Mercoeur. O embaixador respondeu que uma profecia espalhada entre os turcos, anunciava que a espada dos franceses os expulsaria da Europa e destruir-lhes-ia o império. Henrique IV não chamou o duque de Mercoeur: aquêle hábil

comandante continuou a vencer os otomanos, e havendo-se coberto de glória, contra os infiéis, foi atacado, ao voltar à França, por uma febre escarlatina, — *a qual* —, diz Mézerai, — *mandou-o triunfar no céu.*

Depois da morte de Rodolfo II, que tinha detido os exércitos dos turcos, vimos rebentar aquela guerra que desolou a Alemanha, durante trinta anos. Foi uma grande felicidade para a cristandade, que, nesse longo período de tempo, a Porta Otomana se encontrasse, ora ocupada com as guerras contra a Pérsia, ora perturbada por revoluções dos haréns, pelas rebeliões populares e revoltas dos paxás. O império germânico, a Dinamarca e a Suécia, os luteranos e os católicos, recrutaram mais exércitos e derramaram mais sangue nos combates, do que seria necessário para conquistar Bizâncio do domínio dos muçulmanos. Mas, no meio das paixões religiosas e políticas que dividiam e perturbavam o Ocidente, ninguém podia ter a idéia de atacar os turcos. O papa, solicitado pelo imperador Ferdinando II, publicou um jubileu para o feliz êxito das armas imperiais e pouco faltou que não se pregasse uma cruzada contra Gustavo Adolfo e seus aliados. Quando essa guerra de trinta anos ia terminar, por um tratado que foi como uma lei geral da Europa, o céu permitiu que os otomanos retomassem as hostilidades contra os povos cristãos. Êles atacaram, primeiro, a Dalmácia, província veneziana e a ilha de Cândia ou antiga

Creta, importante colônia de Veneza. Logo depois, um exército formidável entrou na Hungria e avançou contra as fronteiras da Morávia e da Áustria.

O papa Alexandre VII tratou de formar uma liga entre os príncipes e Estados da cristandade e dirigiu-se ao rei da Polônia, ao rei da Espanha e principalmente ao rei da França, para implorar os socorros dos mesmos contra os turcos.

Luís XIV, embora fôsse aliado da Porta, cedeu aos rogos do soberano Pontífice e fêz partir para Roma um embaixador encarregado de dizer à Sua Santidade, que êle estava pronto a entrar na Confederação dos príncipes cristãos. De um outro lado, os Estados do império germânico, que eram aliados da França, se reuniram em Francfort e comprometeram-se recolher dinheiro e tropas, prometendo unir seu esforços aos do monarca francês, para a defesa da cristandade.

Êsse generoso interêsse merecia sem dúvida a gratidão de Leopoldo; mas o imperador não pôde ver, sem inveja, os Estados germânicos, unirem-se ao monarca estrangeiro, antes que ao chefe do império; êle não tinha esquecido o proceder da França na guerra dos Trinta anos, e nas negociações que tinham precedido o Tratado Westfália. O zêlo que Luís XIV e seus aliados mostravam pela causa comum e que ia muito mais longe do que êles esperavam, só excitou desconfianças. Acreditaram que Leopoldo

comunicou seus temores à côrte de Roma, que tinha visto com maus olhos a aliança do rei cristianíssimo com os príncipes luteranos da Alemanha. Alexandre VII acolheu friamente as propostas do rei da França e disse ao seu embaixador que êle nada tinha a fazer; que o rei da Espanha tinha grandes questões com Portugal, que o rei da Polônia não estava em condições de entrar na liga, que — *o imperador não estava sendo molestado,* e finalmente, que era necessário conservar as coisas em estado de suspensão. Quando se soube em Roma da decisão unânime da dieta de Francfort, que se oferecia para recrutar vinte ou vinte e quatro mil homens para a causa da cristandade, a côrte pontifícia recebeu com indiferença e recusou mesmo publicar essa feliz notícia pela qual o papa em outro tempo, não teria deixado de ir dar solene ação de graças, na Igreja de S. Pedro ou mesmo na de S. João de Latrão. O rei da França não pôde dissimular sua surprêsa e numa carta escrita ao embaixador francês encontramos esta passagem notável: "De resto, é mais dever de Sua Santidade que nosso. Será suficiente a S. Majestade para sua satisfação e tranqüilidade de sua consciência, diante de Deus, o ter feito tôdas as tratativas para essa liga, que um rei, filho primogênito da Igreja e principal defensor da religião, podia fazer, no perigo iminente dos preconceitos que a cristandade pode temer."

Logo se soube que os turcos avançavam para o território da Morávia. Propuseram reiniciarem-se

as negociações; mas as preocupações da inveja não permitiram que disso êles se ocupassem sèriamente e tudo estava subordinado às notícias que se recebiam, da marcha do exército otomano. O tímido Leopoldo negociava ora com o divan, ora com o Papa, temendo a invasão dos turcos, mas não temendo menos dever sua salvação a aliados muito interessados em defendê-lo. Antes de falar das condições da liga que se ia formar, foi preciso examinarem os poderes dos embaixadores. O imperador, nas cartas de apresentação dadas ao seu ministro, tomava os títulos de duque da Borgonha, de Landgrave da Alsácia, e fiel às antigas pretensões da casa imperial, êle se apresentava como chefe temporal da Igreja, — *caput populi cristiani*. O rei da Espanha, que mostrava outrossim pouco ardor pela liga santa, tomava o título de rei da Navarra, e só falava do rei da França com estas palavras em que sobressaía o orgulho de Castela, — *otros reyes* — os outros reis. A república de Veneza, por sua vez, parecia ter tomado a deliberação de não falar de Luís XIV, nem do monarca espanhol, e não os designava, que por estas palavras: *elle due corone*. Entramos aqui nestes particulares, apenas para mostrar como se tratavam então os negócios em que estava em jôgo o interêsse do mundo cristão. Tantas e vãs dificuldades diziam bem que não se queria tomar nenhum partido. Pediram-se novos poderes, e, quando êsses foram recebidos em Roma, o papa

não os comunicou. Pouco tempo depois, um insulto feito ao embaixador da França fêz interromper-se tôda negociação. Tal o desfecho dêsse negócio, que ocupou várias potências cristãs durante quase dois anos e no qual seria bem difícil encontrar alguma coisa do espírito que presidia às antigas cruzadas.

No entretanto os turcos avançavam sempre. O imperador da Alemanha, assustado, tinha deixado sua capital. A aproximação do perigo fêz calarem-se as vãs pretensões. Não podendo obter a paz dos otomanos, Leopoldo consentiu em ser ajudado pelos príncipes cristãos. Luís XIV para acalmar o espírito inquieto do imperador, contentou-se em mandar à Hungria seis mil homens escolhidos, sob as ordens do conde de Coligni e do marquês de La Feuillade. O papa não quis ficar neutro nessa guerra que se ia fazer aos muçulmanos. Concedeu ao imperador um subsídio de setenta mil florins e a faculdade de recolher os dízimos, sôbre todos os bens eclesiásticos, nos Estados austríacos; forneceu algumas tropas recrutadas no Estado romano e para a manutenção dessa milícia empregou duzentos mil escudos que o cardeal Mazarino tinha legado em seu testamento para a guerra contra os turcos. Todos os auxílios reunidos, do papa, do rei da França e de outros Estados confederados, formaram um exército de trinta mil homens. Êsse exército, reunido ao do imperador, marchou, sob o comando de Montecucolli, e obteve uma vitória decisiva nas planícies de São Gotardo.

Os otomanos pediram suspensão de hostilidades; as paixões invejosas que tinham impedido a princípio que se levasse a guerra com ardor e entusiasmo, permitiram ao divan, concluir uma paz vantajosa.

Os otomanos livres assim de uma guerra formidável, puderam dirigir tôdas as suas fôrças contra a ilha e a cidade de Cândia, que Veneza, ajudada sòmente pelos navios do Papa e pela bravura de alguns cavaleiros de Malta, não podia mais defender. A França mandou uma frota e seis mil homens de tropas escolhidos em socorro de uma cidade cristã, sitiada pelos infiéis. Essas tropas eram comandadas pelo duque de Beaufort e pelo duque de Navailles. O aventureiro duque da La Feuillade foi enfrentar também os perigos daquela guerra comandando trezentos gentis-homens, que êle mantinha à sua custa. Entre os cavaleiros que o amor da religião e da glória levava então ao Oriente, a história se compraz em citar o conde de S. Paulo, o conde de Beauvau, o conde de Créqui e o marquês de Fénelon, cuja solicitude tinha educado o arcebispo de Cambrai e que seu século considerava como o modêlo dos valentes. Seu filho, que êle tinha levado consigo, foi ferido num ataque contra os turcos e morreu por causa dos ferimentos recebidos. A França, na mesma expedição, teve que lamentar uma outra esperança da pátria e da religião, o duque de Beaufort. Mascaron, que pronunciou a oração fúnebre dêsse novo macabeu assim descreve sua morte:

"Depois da fuga de todos os outros, cedendo ao número que não à fôrça, êle cai sôbre seus próprios troféus e morre da morte mais gloriosa que um herói cristão possa desejar, de espada na mão, contra os inimigos de seu Deus e de seu rei, à vista da África e da Ásia, e, mais que de tudo isso, à vista de Deus e de seus anjos."

Tanta bravura, tantos sacrifícios, não puderam salvar a cidade de Cândia que caiu em poder dos turcos depois de um cêrco de vinte e oito meses. Essa conquista restituiu à nação otomana seu fanático orgulho; desde então repetiram-se mais freqüentemente nas mesquitas os preceitos do Alcorão, que mandam conquistar os países infiéis. Uma grande parte na nobreza húngara, que não podia tolerar o domínio do imperador Leopoldo, pediu o auxílio das armas de Maomé IV, e rogou-lhe que mandasse um exército contra os alemães. Por fim, os janízaros pediram com grandes gritos que se levasse a guerra às margens do Danúbio e o ulema declarou que o tempo havia chegado de se submeterem às leis do islamismo, as regiões mais afastadas do Ocidente.

O soberano Pontífice, avisado dos novos perigos para a cristandade, pediu os socorros de todos os Estados católicos: êle se dirigiu principalmente a João Sobieski, cuja glória militar e principalmente as vitórias alcançadas contra os turcos tinham feito subir ao trono da Polônia. Logo um exército recru-

tado às pressas, no Vístula e no Dnieper, correu em defesa da Alemanha ameaçada; a capital do Império estava sitiada por trezentos mil muçulmanos. O Imperador e tôda a sua família, procurando um refúgio na cidade de Lintz, tinham escapado por milagre, à perseguição de alguns cavaleiros tártaros. A Alemanha só tinha por defesa um exército dominado pelo desânimo, o valor do duque da Lorena e o zêlo patriótico dos eleitores da Saxônia e da Baviera. A presença de Sobieski e dos poloneses mudou completamente a feição dos acontecimentos. À sua aproximação, os alemães sentiram reanimar-se-lhes a bravura e o desânimo passou ao exército dos turcos. Tôda a província da Áustria estava cheia de batalhões otomanos; cem mil tendas cobriam as margens do Danúbio; a do grão-vizir, segundo diz Sobieski, ocupava mais espaço que a cidade de Varsóvia ou de Leopoldo. O presunçoso ministro da Porta Otomana confiava em seu aparato guerreiro e punha sua esperança na inumerável multidão de seus soldados e foi isso, êsse aparato incômodo, essa multidão tão difícil de comandar e dirigir que deu a vitória aos cristãos. O exército de Sobieski, e do duque de Lorena, aos quais se haviam reunido as tropas de vários príncipes do Império, contavam apenas setenta e cinco mil combatentes. Os dois exércitos defrontaram-se a 13 de setembro de 1683. A vitória não ficou indecisa por muito tempo. "Deus seja bendito, escrevia o rei da Polônia, depois da

batalha, Deus deu a vitória à nossa nação; êle lhe deu um triunfo tal que os séculos passados jamais viram semelhante. Tôda a artilharia, todo o acampamento dos muçulmanos, riquezas infindas, caíram em nossas mãos; as vizinhanças de Viena, os campos dos arredores, estão cobertos de cadáveres do exército infiel e o resto fugiu no maior consternação." O padre de Aviano, mandado pelo papa, dizia ter visto uma pomba baixar sôbre o exército cristão durante a batalha; o rei da Polônia, mesmo, alguns dias antes, tinha visto no céu um fenômeno extraordinário. Mas, tôdas essas aparições celestes não impressionavam mais o espírito dos guerreiros cristãos e a derrota dos muçulmanos foi atribuída apenas a prodígios de bravura. No dia seguinte à vitória, o clero cantou o *Te Deum* nas igrejas de Veneza, que teriam sido transformadas em mesquitas se a chegada dos poloneses tivesse sido retardada de alguns dias. Mandaram o grande estandarte dos muçulmanos ao soberano Pontífice; e, fato glorioso para a França, o libertador da Alemanha julgou dever atribuir a Luís XIV, como rei cristianíssimo, sua — *relação de batalha ganha e da salvação da cristandade*. Os turcos foram perseguidos até à Hungria, onde os restos de seus exércitos não puderam defender as cidades e as províncias que tinham conquistado. As notícias espalhavam as vitórias dos cristãos e, de todos os países da Europa, vieram multidões de nobres guerreiros que anelavam combater contra os

turcos. Entre êsses guerreiros, que o zêlo da religião e da glória excitava, devemos citar o jovem duque de Berwick, que o infeliz Tiago II mandou duas vêzes para a defesa da Europa e da Igreja. Tôda essa cavalaria cristã foi um modêlo de heroísmo e lembrou as virtudes bélicas dos primeiros cruzados.

Enquanto os turcos eram atacados na Hungria pela elite dos soldados da Alemanha e de outros países da cristandade, os poloneses e os moscovitas levavam o terror às margens do Pruth e à Criméia. Veneza, que o Papa tinha exortado a tomar as armas contra os infiéis declarou guerra aos otomanos. Os navios do chefe da Igreja e a frota da república percorreram em triunfo os mares da Grécia e do Arquipélago. Viram flutuar o estandarte de S. Pedro e o de S. Marcos nas muralhas de Coron, de Navarin, de Patras, de Nápoles, da Rumânia, de Corinto, de Atenas, etc; os turcos perderam quase tôda a Moréia e várias ilhas; seus exércitos foram por tôda a parte vencidos e dispersados. Dois vizires, um grande número de paxás, pagaram com a vida as derrotas do islamismo. Maomé IV, acusado pelo povo, pelo exército e pelo ulema, foi afastado do trono, à notícia dêsses grandes desastres, que se atribuíam à cólera do céu e que levaram a desordem e a perturbação a todo o Império. Depois de dezesseis anos de combates infelizes e de revoluções no harém, os otomanos, embora fôssem favorecidos pela guerra que a França tinha declarado

ao império germânico, foram obrigados a pedir a paz, sem ter vencido seus inimigos, o que feria ao mesmo tempo o orgulho nacional e as máximas do Alcorão. O famoso tratado de Carlowitz enumera as perdas que a nação turca tinha sofrido e a incontestável superioridade dos Estados cristãos. A decadência da Turquia, como potência marítima, tinha começado na batalha de Lepanto; sua decadência como potência militar e conquistadora foi marcada pela derrota de Viena. Os gregos teriam podido então escapar ao jugo otomano; mas êle tinham conservado suas prevenções ou antipatias contra os latinos e Veneza nada fêz para que seu domínio parecesse mais suportável que o dos turcos. A história tem duas coisas para fazer notar nas negociações e no tratado de Carlowitz: a Hungria, que durante dois séculos tinha resistido a tôdas as fôrças do império otomano e cujo território era como as Termópilas da cristandade, enfraquecida, por fim, pelas discórdias civis, pelas guerras estrangeiras, ao mesmo tempo, alvo dos imperadores da Alemanha e dos sultões de Constantinopla, perdeu então sua independência e foi anexada às possessões da casa da Áustria. Entre os Estados e os príncipes que assinaram o tratado contam-se os Czares de Moscou, potência nova, que até então estivera desapercebida na luta dos cristãos contra os infiéis e que devia causar mais tarde males terríveis ao império otomano.

Nós falamos da origem e do desenvolvimento dos turcos; resta-nos agora falar das causas da sua decadência.

Os turcos haviam-se constituído, apenas, para combater povos bárbaros como êles, ou povos degenerados como os gregos. Quando encontraram nações, que não estavam corrompidas e que tinham ainda coragem e bravura, patriotismo e ardor, foram obrigados a se deter. Coisa digna de nota: jamais puderam vencer os povos da igreja latina; a única nação, separada da cristandade pelas conquistas dos turcos, foi a que se havia afastado por si mesma, por sua crença. Quando os otomanos nada mais puderam atacar, tôdas as paixões que os haviam impelido à conquista, só serviram para lhes abalar o império, destino ordinário dos povos conquistadores.

Uma das primeiras causas que enfraqueceram o poderio militar dos turcos, foram as guerras que êles faziam ao mesmo tempo contra a Europa cristã e contra a Pérsia. Os esforços que êles fizeram contra os persas afastaram-nos de suas expedições contra os cristãos; e suas expedições contra os cristãos prejudicaram os resultados das guerras da Ásia. Nessas duas espécies de guerras, êles tinham uma maneira de combater, tôda diferente. Depois de ter lutado algum tempo, contra os guerreiros do Oxo e do Cáucaso, êles encontravam dificuldades para fazer a guerra na Europa. Jamais puderam

triunfar sôbre os persas, nem sôbre as nações cristãs e ficaram, por fim, apertados entre dois inimigos igualmente interessados em sua ruína, igualmente animados pelas paixões religiosas.

Os turcos tinham trazido consigo, como todos os bárbaros vindos do norte da Ásia, o govêrno feudal. A primeira coisa a se fazer, para todos êsses povos nômades, que se estabeleciam nos países conquistados, era dividir as terras com certas condições de proteção e de obediência. Dessa partilha devia nascer o regime de feudalidade. A diferença que existia, no entretanto, entre os turcos e os outros bárbaros, que tinham conquistado o Ocidente, é que o despotismo invejoso dos sultões não permitiu jamais que os feudos se tornassem hereditários e que surgisse ao lado dêles uma aristocracia, como nas monarquias da cristandade. Assim se viu no império turco, de um lado a autoridade de um senhor absoluto, e de outro, uma democracia militar.

Compararam os turcos aos romanos. Os dois povos começaram do mesmo modo. Nada se assemelha mais aos companheiros de Rômulo do que os companheiros de Óthman; mas o que distingue na história as duas nações, é que a última ficou o que era na sua origem. Os romanos em suas conquistas não repeliam as luzes, nem os usos, nem mesmo os deuses dos países vencidos. Os turcos, ao contrário, nada

tomavam dos outros povos e punham todo seu orgulho em continuar bárbaros.

Dissemos há pouco, que a aristocracia hereditária jamais se havia podido estabelecer ao lado do despotismo: foi talvez uma das causas pelas quais a nação otomana continuou no estado de barbárie. Os que estudaram a formação das sociedades, sabem que, pela aristocracia formam-se os costumes e as maneiras de um povo, que pela classe intermediária, as luzes chegam e a civilização começa. A ausência de aristocracia nos governos orientais, não sòmente explica a fragilidade dêsses governos, mas serve também para nos explicar como o espírito humano, nessas espécies de govêrno não faz progressos. Sob o nível mortal de uma igualdade absoluta, sob um domínio invejoso de todo brilho que não vem dela, não pode haver aí nem emulação nem um modêlo a se seguir, nem amor da glória, condições sem as quais tôda sociedade está condenada a ficar na ignorância grosseira em que se encontrava em sua origem e a perder assim a maior parte de suas vantagens.

Pela indiferença dos turcos, por tôdas as ciências e artes, os trabalhos da indústria, da agricultura, da navegação, foram confiados a seus escravos, que eram seus inimigos. Como êles tinham horror a tudo o que havia de novo, a tudo o que êles não tinham trazido da Ásia, deviam recorrer aos estrangeiros para tudo o que se havia inventado ou aperfeiçoado

na Europa. Assim, as fontes da prosperidade e do poder, a fôrça de seus exércitos e de suas frotas, não estavam em suas mãos. Sabemos tudo o que os turcos perderam por se terem descuidado de conhecer e de seguir os progressos da tática militar dos europeus. Enquanto se tratava de reunir e de manter sob as bandeiras, uma multidão de soldados animados pelo fanatismo, a vantagem estêve do lado dos otomanos; mas essa vantagem desapareceu, quando a guerra pediu o concurso das ciências humanas e o gênio, com as descobertas, tornou-se temível auxiliar do valor.

Alguns escritores modernos, procurando por tôda parte aproximações, compararam os janízaros às coortes pretorianas; essa comparação nada tem de exato. Entre os romanos, o império era eletivo; os pretorianos dêle se apoderavam para pô-lo em leilão. Entre os turcos, o pensamento de escolher seu príncipe jamais se apresentou à mente do povo e dos exércitos. Os janízaros contentavam-se em perturbar o govêrno e em mantê-los em tal estado de desordem, que não permitisse que êles fôssem dispensados, e assim, pudessem continuar como seus senhores. Tôda sua oposição consistia em impedir uma melhoria qualquer na disciplina e nos usos militares. Os abusos e os preconceitos mais difíceis para se destruírem numa nação são os que se referem a um corpo ou a uma classe onde está a fôrça. O despotismo onipotente jamais venceu a oposição dos janízaros e dos

spahis; êsses corpos temíveis, que tinham tão eficazmente contribuído para as antigas conquistas, tornaram-se os maiores obstáculos para que novas se fizessem.

Os turcos, estabelecidos na Grécia, tinham mais respeito pelos costumes antigos, pelos antigos preconceitos do que amor pelo país em que habitavam. Senhores de Istambul, tinham seus olhares sem cessar voltados aos seus lugares de origem e pareciam ser apenas viajantes, conquistadores passageiros da Europa. Atrás dêles estavam os túmulos de seus antepassados, o berço de seu culto, todos os objetos de sua veneração; diante dêles, os povos que êles odiavam, religiões que êles queriam destruir, países que lhes pareciam amaldiçoados por Deus.

Em sua decadência, nada foi mais funesto aos turcos do que a lembrança de uma glória passada; nada lhes foi mais prejudicial do que êsse orgulho nacional que não estava mais em harmonia com sua fortuna, nem em proporção às suas fôrças. As ilusões de uma potência que não existia mais impedia-lhes prever os obstáculos que deviam encontrar em suas emprêsas e os perigos de que estavam ameaçados. Quando os otomanos faziam uma guerra infeliz ou um tratado desfavorável, jamais deixavam de se irritar contra seus chefes, os quais a vingança popular votava à morte ou ao exílio: enquanto êles imolavam assim vítimas à sua vaidade, seus reveses

tornavam-se tanto mais irreparáveis, quanto êles se obstinavam em desconhecer suas verdadeiras causas.

Tácito exprime em algum lugar a alegria que êle experimentava vendo os bárbaros, que se guerreavam entre si; experimenta-se às vêzes essa alegria, quando se vê o despotismo ameaçado por suas próprias instituições e atormentado pelos mesmos instrumentos de seu poder. A história não tem maiores lições, do que êsse espetáculo, em que nós vemos um poder, sem freios e sem piedade, distribuindo ao acaso, seus golpes e ferindo tudo o que o rodeia; uma família de déspotas da qual sòmente o nome causa terror e que se devora a si mesma. Sabendo que vítimas cada sultão, subindo ao trono, oferecia ao gênio sombrio do despotismo; mas o céu não permitiu que as leis mais sagradas da natureza fôssem sempre violadas impunemente e a dinastia otomana, em expiação de tantos crimes contra a família, caiu finalmente numa espécie de degradação. Os príncipes otomanos, educados na subserviência e no temor, perderam a energia e as faculdades necessárias para o govêrno de um grande império. Solimão II só aumentou o mal, decidindo por uma lei constitucional que nenhum dos filhos dos sultões pudesse comandar exércitos, nem governar províncias. Viram-se então sôbre o trono otomano, príncipes efeminados, homens tímidos ou insensatos.

Era suficiente que a vontade do príncipe fôsse corrompida, para que a corrupção se tornasse geral.

À medida que o caráter dos sultões degenerava, tudo degenerava em redor dêles. Um entorpecimento geral tinha substituído a ardorosa atividade da guerra e da vitória. À paixão das conquistas tinha sucedido a cobiça; à ambição, o egoísmo, todos os vícios que assinalam e terminam o declínio dos impérios. Quando os Estados surgem e caminham para a prosperidade, há uma emulação para lhes aumentar as fôrças; quando êles declinam, há também uma emulação para impeli-los à perda e aproveitar-se de sua ruína.

O império tinha sempre um numeroso exército; mas êsse exército em que a disciplina degenerava todos os dias, era temível sòmente na paz. Uma multidão de *Timariots,* ou possessores de feudos perpétuos, nada tendo para legar às suas famílias, passava pelas terras que lhes haviam sido dadas, como gafanhotos que, nos campos onde o vento os atirou, destróem até a raiz das plantas. Os paxás governavam as províncias como conquistadores. As riquezas do povo eram para êles, despojos que os vencedores distribuem no dia da vitória. Os que ajuntavam tesouros compravam a impunidade, os que tinham exércitos proclamavam a independência.

Os sultões de Constantinopla, embriagados em seus haréns, despertavam, às vêzes ao rumor das revoltas populares. As violências do povo e do exército eram a única justiça que podia atingir o

despotismo. Mas essa justiça mesma era uma calamidade a mais, e não fazia que precipitar a decadência geral. O que há de singular é que os turcos, quando se insurgiam contra um príncipe da dinastia otomana, conservavam uma profunda veneração por essa dinastia. Êles imolavam o tirano à sua vingança e mostravam-se prontos a se imolarem a si mesmos, pela tirania. Assim, a licença nos seus maiores excessos, respeitava sempre o despotismo, e o que devia pôr um fim à desordem, o despotismo por sua vez respeitava a licença.

A sociedade era constituída, entre os turcos, pela religião muçulmana, que se misturava, ora aos costumes da licença, ora aos da servidão: essa religião inspirava ao escravo uma submissão cega, que se parecia com a dedicação; ao príncipe, um respeito dos preconceitos que se parecia com a moderação e a justiça; a todo o povo, uma profunda aversão pelos estrangeiros, um ardor de vencer os inimigos, que se parecia com patriotismo. A lei do Alcorão, que mantinha nos corações o desprêzo de tudo o que ela não tinha previsto, podia, sem dúvida, ser considerada como uma instituição maravilhosa para conservar as coisas tais como estavam; mas êle se tornava um obstáculo invencível, quando chegou o tempo de se fazerem as mudanças salutares e de se escutarem as lições da experiência. Admirável, para fundar um Estado bárbaro, essa lei era impotente para proteger um império no seu declínio e para prevenir sua deca-

dência. Os turcos sempre cheios de um orgulho fanático, não se podiam, em sua humilhação e abaixamento, persuadir de que faltava alguma coisa ao seu poder, à sua legislação, à sua disciplina. Nada é mais notável na história do que essa soberba ignorância de um grande povo, no meio de uma revolução, que o impelia cada vez mais para a ruína. E essa revolução fazia-se entre os turcos, não por meio de idéias novas, mas por idéias antigas; não pelo amor à liberdade, mas por hábitos de escravidão, não finalmente, pelo desejo de mudanças mas por uma vã obstinação em nada mudar. Os turcos respeitavam a causa de sua ruína, porque ela se ligava à história dos tempos bárbaros e a religião muçulmana, repetindo-lhes sem cessar que *se deve obedecer ao destino, e o que está no fogo deve se resignar,* impedia-lhes deter os progressos do mal.

Poder-se-nos-á perguntar por que a cristandade não se aproveitou dessa decadência dos turcos, para os expulsar da Ásia. Vimos nesta história que os povos da Europa cristã jamais se puderam entender e se pôr de acôrdo para defender Constantinopla quando, atacada pelos otomanos, êles não se entenderam também para libertá-la, quando foi tomada. Devemos acrescentar que, menos se temiam os turcos, menos se faziam esforços para vencê-los. Êles não inspiravam, além disso, inveja alguma às nações que tinham relações comerciais com a cristandade. Em vão a sorte os havia colocado entre o Oriente e o Oci-

dente, em vão os tinha tornado senhores do Arquipélago, das costas da África, dos portos do mar Negro e do mar Vermelho: suas mais belas províncias estavam desertas, suas cidades ficaram abandonadas; tudo perecia nas mãos de um povo indolente e grosseiro. Pouparam-se os turcos porque êles não se aproveitaram de suas vantagens e eram, para nos servirmos de uma expressão de Montesquieu, de todos os homens, os mais próprios para possuir inùtilmente grandes impérios.

O que se teria podido fazer no século quinze e dezesseis apresentava mais tarde grandes dificuldades. As nações, quaisquer sejam elas, se assemelham aos rios ou às torrentes, que cada dia aumentam a profundidade de seu leito e dos quais não é fácil mudar o curso, uma vez traçado. Os turcos tinham deixado de ser temíveis como potência militar; mas, como nação, tinham ainda uma certa fôrça para resistir ao domínio estrangeiro. Se se tornasse difícil, impossível mesmo, às armas otomanas, conquistar uma só província, uma só cidade dos cristãos, era, ao mesmo tempo, difícil aos cristãos não vencer um exército, mas submeter uma população turca, defendida por seus preconceitos e pelo excesso de sua mesma barbárie.

Acrescentemos aqui uma última consideração. No tempo em que os turcos fundavam seu império na Europa, formava-se entre os povos do Ocidente uma

vasta associação, da qual o tempo estreitou os laços e que se chama ainda hoje, de república cristã; essa confederação, na qual se experimentava continuamente a necessidade de manter um equilíbrio entre as nações rivais, em que o acôrdo, pelo menos, de várias potências era necessário, para invadir ou derrubar um grande império, essa confederação, dizemos, tornou-se para os otomanos uma espécie de salvaguarda, um meio de salvação. Assim a potência otomana, à medida que se enfraquecia internamente, externamente tornava-se um como apoio, ou pelo menos, um motivo de segurança, não mais como outrora, nas eternas discórdias dos cristãos mas no temor que se tinha de perturbar a paz geral e de mudar a ordem estabelecida na Europa. Não se temiam mais as emprêsas da Meia-lua, mas, a ambição dos que podiam ter o pensamento de invadir seu território ou de se aproveitar de sua decadência.

Nossos leitores acharão talvez que nós nos detivemos por muito tempo sôbre o império otomano. Mas a origem dêsse império, seu progresso e seu declínio estão ligados a todos os fatos que tivemos que descrever: vários pontos do quadro que traçamos, serviram para dar a conhecer o espírito e o caráter das guerras contra os infiéis, e, sob êsse aspecto, nosso trabalho tem sua utilidade.

Na época da história a que chegamos, as paixões que tinham gerado os prodígios das cruza-

das, se haviam transformado em opiniões especulativas, que ocupavam menos a atenção dos reis e dos povos do que a dos escritores e dos eruditos. Assim, as guerras santas, com suas causas e seus efeitos, estavam fora das argumentações dos doutôres e dos filósofos. Lembramos a oposição de Lutero; e, embora êle tivesse negado ou se retratado de algum modo de sua primeira opinião sôbre a guerra contra os turcos, a maior parte de seus partidários continuava a mostrar uma grande aversão pelas cruzadas.

O ministro Jurieu vai muito mais longe que Lutero; êsse ardente apóstolo da reforma, longe de pensar que se deveria fazer guerra aos muçulmanos, não hesitava em considerar os turcos como os auxiliares dos protestantes, e dizia que os ferozes sectários de Maomé tinham sido mandados para *trabalhar com os reformados, na grande obra de Deus,* que era, a ruína do império papal. Depois de se levantar o último cêrco de Viena em 1683 e da revogação do edito de Nantes, o mesmo Jurieu, afligia-se com a desgraça dos reformados e com a derrota dos turcos, acrescentando ao mesmo tempo que *Deus não os havia abaixado, senão para reerguê-los juntos e fazê-los instrumentos de sua vingança contra os Papas.* Tal o excesso de cegueira a que pode levar o espírito de partido ou o espírito sectário, desgarrado pelo ódio, irritado pela persuasão.

No entretanto, outros escritores afamados por seu gênio e que também pertenciam à reforma, afirmavam que se deviam combater os infiéis; êles deploravam a indiferença da cristandade e as guerras, que todos os dias surgiam entre as nações cristãs, enquanto se deixava em paz um povo inimigo de todos os outros. O chanceler Bacon, em seu diálogo *de Bello sacro,* emprega tôda sua dialética, para provar que os turcos estão fora da lei das nações. Êle invoca, ora o direito natural, ora o direito das gentes e ora o direito divino, contra êsses bárbaros, aos quais recusa o nome de povo e afirma que se lhes deve fazer guerra como a piratas, a antropófagos, a animais ferozes. O ilustre chanceler cita como prova de sua opinião máximas de Aristóteles, máximas da Bíblia, exemplos tirados da história e mesmo da *Fábula.* Sua maneira de raciocinar ressente-se um pouco da política e da filosofia do século dezesseis e nós julgamos, devermo-nos dispensar de lembrar argumentos, muitos dos quais não seriam de natureza a persuadir os espíritos do século presente.

Preferimos desenvolver um pouco as idéias de Leibnitz, que, para fazer reviver o espírito das expedições longínquas, dirigiu-se à ambição dos príncipes e cujas vistas políticas receberam uma memorável aplicação nos tempos modernos. No momento em que Luís XIV se dispunha a levar suas armas aos Países-Baixos, o filósofo alemão mandou-lhe um

longo memorial, para induzi-lo a renovar a expedição de S. Luís ao Egito. A conquista dessa rica região, que Leibnitz chamava de *a Holanda do Oriente,* devia favorecer o triunfo e a propagação da fé; devia obter para o rei cristianíssimo a gloriosa fama de Alexandre e à monarquia francesa, os maiores meios de poder e de prosperidade. Depois da ocupação de Alexandria e do Cairo, a fortuna oferecia aos vencedores a feliz ocasião de reerguer o império do Oriente: o poder otomano, atacado pelos poloneses e pelos alemães, perturbado pelas dissensões intestinas, estava prestes a desabar; já a Moscóvia e a Pérsia preparavam-se para se aproveitar de sua queda; se a França se apresentasse, nada lhe seria mais fácil, para recolher a imensa herança de Constantino, para dominar sôbre todo o Mediterrâneo, estender seu império pelo mar Negro, pelo mar da Etiópia, pelo gôlfo pérsico, e apoderar-se do comércio das Índias. Tudo o que a glória e a grandeza dos impérios têm de mais brilhante, oferecia-se então à imaginação de Leibnitz; e êsse belo gênio, inflamado em seu próprio pensamento aliando à política, os preconceitos de seu século, considerava acima da conquista do Egito, *sòmente a descoberta da pedra filosofal.*

Depois de ter mostrado as vantagens da vasta emprêsa que propunha, Leibnitz empregava todos os meios que lhe deviam garantir o sucesso e faci-

litar-lhe a execução. É nessa parte de seu memorial que êle mostra tôda a exuberância de seu gênio, e, depois de se ter lido a relação da última guerra dos franceses no Egito, fica-se persuadido de que Bonaparte teve conhecimento do plano dirigido a Luís XIV.

As idéias de Leibnitz, desprezadas nos conselhos dos príncipes, não eram menos acolhidas entre os sábios e os homens piedosos que animavam as imagens sempre vivas das cruzadas e as preocupações de uma política especulativa. Tivemos sob nossos olhos um grande número de memórias, escritas nos séculos décimo quarto, décimo quinto e décimo sexto, para induzir as potências da cristandade a levar a guerra ao Oriente. S. Francisco de Sales, que vivia no tempo de Henrique IV exprime muitas vêzes em suas cartas o desejo de ver a terra santa libertada do jugo dos infiéis. Dando à coletânea de histórias que organizou, o nome de *Gesta Dei per Francos,* Bongars nos mostra todo seu entusiasmo pelas guerras empreendidas em nome da cruz. Na dedicatória a Luís XIII, não deixa de lhe lembrar o exemplo de seus antepassados, que foram ao Oriente, e de lhe prometer a glória de um herói e de um santo, se sua piedade o levar à libertação de Constantinopla e de Jerusalém. Mais tarde o célebre Ducange, publicando as memórias de Joinville, dirigia-se a Luís XIV e rogava-lhe em nome

da França e da religião, que cumprisse uma antiga profecia, de que a destruição do poder otomano estava reservada ao valor de um monarca francês. Essas lembranças de tempos remotos feriam vivamente a imaginação das gerações novas e, quando em sua Epístola ao rei, Boileau dizia:

Je t'attends dans deux aux bords del'Hellespont, não dirigia sòmente um louvor poético ao monarca, mas mostrava-se engenhoso intérprete de um grande número de seus contemporâneos.

Nada era então mais popular que as guerras no Oriente. Dezessete anos depois do tratado de Carlowitz, vemos ainda a cristandade interessar-se pelos acontecimentos de uma guerra contra os turcos. Veneza, que temia perder suas possessões na Moréia, implorou os socorros do Soberano Pontífice. Clemente XI mandou por tôda a parte seus embaixadores e breves apostólicos para induzir os povos e os reis a tomar as armas. As musas cristãs reuniram suas vozes à do Pontífice: a guerra declarada pelos otomanos à república de Veneza inspirou a cólera pindárica de J. B. Rousseau, exilado em Bruxellas, e os versos dêsse grande poeta, cheios de lembranças das guerras santas, recordaram aos príncipes da cristandade o exemplo de Godofredo, dispersando os infiéis nas planícies de Ascalon, o de Sobieski, vencedor dos otomanos nas muralhas de Viena. A Espanha, Portugal, Gênova, a Toscana, a ordem

de Malta armaram navios e a frota dos confederados, à qual o Papa uniu suas galeras, percorreu o arquipélago, com o pavilhão da Igreja.

Os Pontífices de Roma, depois da reforma de Lutero, distribuíam raramente as indulgências da cruzada; Clemente prodigalizou seus próprios tesouros, para uma guerra da qual êle teria de boa vontade, comprado o resultado feliz, com *a venda dos cálices e dos cibórios.* À sua voz, o exército imperial marchou contra os turcos, que avançavam para a Alemanha. Seis mil suíssos recrutados com os auxílios da côrte de Roma, um grande número de gentis-homens que se tinham comovido com o perigo que a igreja corria e pelas exortações do sumo Pontífice, reuniram-se ao exército dos alemães. Fizeram-se preces em tôdas as igrejas para o triunfo dos guerreiros cristãos, que combatiam na Hungria e no Peloponeso. Quando o príncipe Eugênio derrotou os turcos em Peterwaradin e ante as muralhas de Belgrado, que foi restituída aos cristãos, o papa, à frente do sagrado colégio, dirigiu-se à igreja de Santa Maria Maior para dar graças ao Deus dos exércitos, e as bandeiras arrebatadas aos infiéis foram depositadas sôbre o altar da Virgem de quem se havia implorado o auxílio. Circunstância notável, enquanto a igreja de Roma celebrava os feitos e os triunfos dos exércitos cristãos, em Constantinopla, o corpo de ulemás condenava aquela guerra que lhes parecia tanto mais

injusta quanto infeliz e o mufti amaldiçoava os que a tinham provocado. Os otomanos pondo sua esperança na paz, renunciaram então a todo projeto de conquista, e, satisfeitos por terem recuperado algumas cidades no Peloponeso, só pensaram então em defender seu império, ameaçado por sua vez, pelos alemães e pelos russos. Não havendo mais apreensões para a cristandade, a igreja não continuou a pregar a Cruzada contra os turcos e as guerras do Oriente não tiveram mais móvel que a ambição dos soberanos e as recordações da antiga Grécia.

No entretanto Jerusalém, em nome da qual se haviam empreendido tantas expedições longínquas, não fôra totalmente esquecida no Ocidente. Enquanto se ocupavam em deter a invasão dos turcos, peregrinos, levando o bordão e a sacola, não cessavam de visitar a Terra Santa. Entre os homens piedosos que depois do século décimo quinto se haviam dirigido às margens do Jordão e às ruínas de Sião, está o célebre Inácio de Loiola. Êle visitou duas vêzes a Palestina, e, como São Jerônimo, lá teria terminado seus dias, se os padres latinos não o tivessem obrigado a voltar à Europa, onde êle fundou, ao seu regresso, a Sociedade de Jesus. Como antes das Cruzadas, viram-se então príncipes misturarem-se com a multidão dos cristãos e ir a Jerusalém. Frederico III, antes de subir ao trono imperial, tinha ido em peregrinação à Terra Santa. Resta-nos uma relação das viagens

que fizeram sucessivamente à cidade santa, um príncipe de Radziwil, um duque da Baviera, um duque da Áustria e três eleitores da Saxônia, entre os quais está o que foi protetor de Lutero.

A maior parte dos soberanos da cristandade, a exemplo de Carlos Magno, punham sua glória, não mais em libertar, mas em proteger a cidade de Jesus Cristo contra as violências dos muçulmanos. As capitulações de Francisco I, renovadas pela maior parte de seus sucessores, encerram várias disposições que tendem a garantir a paz dos cristãos e o livre exercício da religião cristã no Oriente. Sob o reinado de Henrique IV, Deshayes, embaixador da França em Constantinopla, foi visitar os fiéis de Jerusalém e lhes levou as consolações e os auxílios de uma caridade tôda real. O conde de Noitel, que representava Luís XIV perante o sultão dos turcos, dirigiu-se também à Terra Santa e Jerusalém recebeu em triunfo o enviado do poderoso monarca, cujo prestígio e fama iam proteger os cristãos até além dos mares. Depois do tratado de Passarowitz, a Porta mandou uma embaixada solene a Luís XV. Essa embaixada estava encarregada de apresentar ao rei cristianíssimo um decreto do Grão-Senhor, que concedia aos católicos de Jerusalém a inteira posse do Santo Sepulcro e a liberdade de reparar suas igrejas. Os príncipes da cristandade enviavam todos os anos seus tributos à cidade santa, e, nas cerimônias solenes, a

Igreja da Ressurreição apresentava os tesouros dos reis do Ocidente. Os peregrinos não eram mais recebidos em Jerusalém pelos cavaleiros de S. João, mas pelos guardas do Santo Sepulcro que pertenciam à regra de S. Francisco de Assis. Conservando os costumes hospitaleiros dos tempos passados, o Superior lavava os pés dos viajantes e lhes dava todos os auxílios necessários para sua peregrinação. Por uma espécie de milagre sem cessar renovado, os monumentos sagrados da religião cristã por muito tempo defendidos pelos exércitos da Europa, tendo por defesa apenas lembranças religiosas, conservavam-se no meio dos bárbaros sectários do islamismo. A segurança que reinava na cidade de Jerusalém fêz que se pensasse menos em sua libertação. O que havia suscitado o espírito das Cruzadas no século onze, fôra principalmente a perseguição contra os peregrinos e o estado miserável em que gemiam os cristãos do Oriente. Quando êles deixaram de ser perseguidos e tiveram menos misérias a tolerar, narrações lamuriosas não despertaram mais, nem a piedade, nem a indignação dos povos do Ocidente e a cristandade contentou-se de dirigir a Deus, preces, pela conservação da paz nos lugares que êle tinha santificado com seus milagres. Havia então um espírito de resignação que substituía o entusiasmo dos cruzados; a cidade de David e de Godofredo confundia-se no pensamento dos cristãos com a Jerusalém celeste, e, como os oradores sagrados diziam que *era preciso passar pelo céu*

para se chegar ao território de Sião não se devia mais dirigir-se à bravura dos guerreiros, mas à devoção e à caridade dos fiéis.

Nas considerações gerais que se poderão ler no final desta obra, veremos qual a influência das Cruzadas na civilização do Ocidente; nossos leitores podem ver desde já os resultados dessas guerras longínquas, para o Oriente e para a Terra Santa.

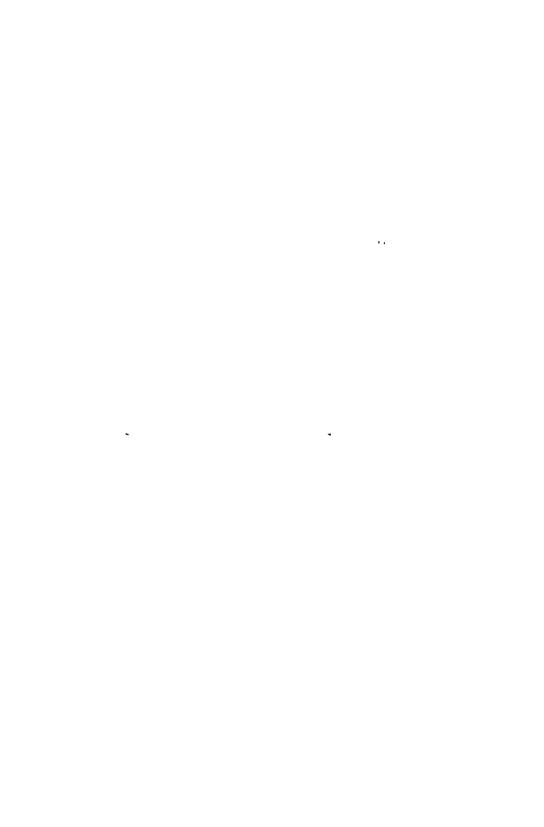
LIVRO VIGÉSIMO PRIMEIRO

O trabalho que me impus e que me ocupou contìnuamente, durante tantos anos, tornou-se para mim, devo confessá-lo, um hábito, à vida, à qual eu tenho dificuldade de renunciar. Deixando as cruzadas, com as quais vivi e os velhos cronistas que me serviram de guia, parece-me que algo de triste se mistura ao fim do meu trabalho, e eu me separo de objetos de uma antiga amizade. Comecei a conhecê-los desde minha juventude; eu os segui em minha idade madura e há pouco, não me viram de cabelos brancos seguí-los ainda pela estrada de Jerusalém? Que me perdoem então voltar a êles com uma predileção obstinada de que seria talvez mais fácil justificar-me de que me corrigir. Eu temo sempre, além disso, ter-me esquecido de algo de essencial, alguma verdade boa de se dizer. Nas minhas longas excursões, em meus estudos prolongados, por tanto tempo, eu ouso dizer que absolutamente não perdi meu tempo; eu fiz como os velhos peregrinos que, apesar da proibição dos papas, olhávam à direita e à esquerda e narravam ao seu regresso muitas coisas interessantes que eram ouvidas com prazer. Estudando as guerras santas, tudo eu fiz para ter um conhecimento profundo dos costumes, dos hábitos e do espírito da Idade Média; por que

não direi aos meus leitores tudo o que eu lá pude aprender? Não se pode ter uma idéia justa da Idade Média sem se conhecerem a fundo as Cruzadas, do mesmo modo que não se pode conhecer completamente as Cruzadas, sem ter uma idéia profunda da Idade Média. Os nossos contemporâneos que se persuadem de que alguns pedaços das crônicas são suficientes para a história de uma grande época, não deixarão de se escandalizar e de sentir pena de mim; para mim, porém, não intento desprezar o tempo e as luzes que êle dá; eu penso, que em tôdas as coisas êle pode nos ajudar a bem fazer e eu sigo pacientemente suas lições. Num século em que nada fica por muito tempo no mesmo lugar, em que tudo se improvisa, mesmo os impérios, em que nada causa admiração, a não ser o que dura, eu desejo se possa dizer um dia de mim que eu fiquei trinta anos com a mesma idéia. Eis tôda a glória que eu espero.

A diversidade dos objetos e das questões que eu tenho de tratar, fizeram-me adotar uma forma nova em meu trabalho: eu dividirei meus dois últimos livros em capítulos: o penúltimo livro é um quadro geral das cruzadas; no último, eu mostrarei o que as cruzadas produziram de bem e de mal entre as gerações contemporâneas e na posteridade.

CAPÍTULO PRIMEIRO

ESPÍRITO DAS CRUZADAS

Falamos muitas vêzes dêsse entusiasmo religioso e guerreiro, dessa devoção belicosa que abalou o Ocidente. Falaremos aqui dos sentimentos que animavam a cristandade na presença das guerras santas. Não se tratava de combater pelos reinos da terra, mas pelo reino do céu; as cruzadas não eram mais assunto dos homens, mas do mesmo Deus. Não se devia, segundo isso, julgá-las como os outros fatos humanos. O que nos deve parecer assustador, num século em que estamos, é a opinião que então se tinha dessas guerras longínquas e a persuasão em que se estava de que a glória divina ali se encontrava interessada; também nossos bons antepassados, quando as expedições do Oriente enganavam sua piedosa intenção, não ousavam consultar sua frágil razão e não podiam compreender os triunfos dos muçulmanos. Lembremos o desespêro daquela multidão de peregrinos que se iam reunir na Síria aos companheiros de Godofredo e que souberam de caminho, que todo o exército cristão ia perecer ante as muralhas de Antioquia. A queda do mundo teria lançado menos perturbação e desordem em seu espírito. Dificilmente acreditamos nas crônicas do tempo, quando elas nos apresentam uma

multidão de piedosos cavaleiros, clérigos e Bispos, suspendendo por vários dias as cerimônias religiosas e não ousando rezar nem interrogar o Deus dos cristãos, que êles acusavam de ter abandonado sua própria causa.

Quando se soube na Europa das desgraças da segunda cruzada, a França desconsolada, dirigiu-se a S. Bernardo, que tinha pregado a guerra santa. Numa apologia dirigida à Santa Sé, o abade de Claraval exprime com um ardor eloqüente a surprêsa e a dor que lhe causavam os reveses dos cristãos. Parecia-lhe que Deus tinha julgado os homens, antes do tempo, e que êle se tinha arrependido, como na primeira idade do mundo, de sua própria obra. Por que, dizia êle, o Senhor irritado não havia perdoado ao seu povo? Por que não poupara a glória do seu nome? As nações infiéis que tinham visto os filhos da Igreja dispersos por terras desconhecidas, ceifados pela espada ou pela fome, diziam entre si mesmos: *Onde então está o seu Deus?* A paixão com a qual o apóstolo da cruzada acreditava na santidade do ministério que tinha cumprido, fazia-o perguntar à justiça divina se ela tinha desprezado os jejuns, se desconhecia suas humilhações e rogos. O eloqüente cenobita admirava-se de que Deus não fizesse milagres para confundir os ímpios; e, deixando de responder aos que se recusavam a crer na verdade de sua missão, êle dizia ao soberano Pon-

tífice: "Respondei por mim, respondei pos vós e pelo mesmo Deus".

Encontramos os mesmos sentimentos em vários escritores da Idade Média que falaram das cruzadas e que devemos considerar como intérpretes fiéis de seus contemporâneos. Embora êles não exprimam com a mesma energia e a mesma coragem de convicção que o abade de Claraval, seu testemunho não merece menos ser referido. O autor dos *Gestes de Louis VII*, depois de ter descrito a derrota dos exércitos cristãos na Ásia Menor, declara que os juízos de Deus não devem jamais ser censurados, "mas que, no entretanto, parece extraordinário à frágil razão dos homens, que os franceses, nação piedosa e submissa à lei divina, tenha sido vencida por aquêles que odeiam a lei de Cristo." A morte de Frederico Barbarroxa e a ruína inteira de um exército florescente, partido das margens do Reno e do Danúbio, lançaram tôda a Alemanha em grande consternação. As crônicas do tempo que narram os desastres do exército imperial dizem que as almas cristãs não ousavam indagar da vontade do céu; "pois essa vontade terrível era como um abismo diante do qual o espírito do homem ficava confuso e perturbado". Um historiador alemão que acompanhava o imperador, teme que seu desespêro pareça acusar as obras de Deus e se apressa em exprimir sua resignação com esta piedosa reflexão: Transportemo-nos ao julga-

mento daquele ao qual ninguém ousou dizer: *Por que fizestes isso?*

De tôdas as calamidades das cruzadas, a que causou na Europa mais surprêsa e pesar, foi sem dúvida o cativeiro de Luís IX, no Egito. Segundo a narração dos historiadores do tempo, um grande número de cruzados abandonou a religião de Jesus Cristo para abraçar a religião triunfante de Maomé. Na França, na Alemanha, principalmente na Itália, a fé de muitos ficou abalada. O mesmo Papa não ousava levantar o véu impenetrável que parecia furtar a bondade divina aos olhares dos fiéis; e, nas suas cartas dirigidas ao clero da França, ao monarca escravizado, não pode conceber que Deus tenha mandado tantos males aos que combatiam pela sua causa. "Senhor Jesus, (são palavras de Inocêncio) que me seja permitido perguntar-vos, com temor, porque vós castisgastes o mais cristão dos príncipes e seu piedoso exército, que, animados de santo ardor, passaram os mares, desafiando todos os perigos para defender vosso nome." O chefe da igreja temia que a fé dos filhos de Deus perecesse pelo escândalo e que o mundo acusasse de severidade os decretos do supremo Juiz.

Essas queixas misteriosas, êsses sentimentos que temos dificuldade em explicar e que nos lembram às vêzes a fatalidade dos antigos, com seus males inevitáveis, reproduziam-se em tôdas as expedições

infelizes. Nós as encontramos nas crônicas que falaram das últimas cruzadas e da destruição do Império cristão na Síria. Várias crônicas do fim do século treze, anunciando que a Europa não tem mais cidades nem colônias no Oriente, deploram com pesar essa calamidade inaudita e admiram-se de não encontrar a misericórdia de Deus, de acôrdo com sua justiça. "Que glória estaria reservada à fé cristã, diz um dêsses historiadores, se os muçulmanos tivessem sido vencidos na Síria! Eu falo assim, acrescenta êle, segundo meu juízo, que é muito humano, pois os de Deus são incompreensíveis, e êle sòmente sabe porque permite que essas coisas aconteçam."

Todavia, como não se podiam persuadir, de que Deus tivesse verdadeiramente abandonado a causa das guerras santas, lançaram a culpa da desgraça dessas expedições, sôbre os crimes e a corrupção dos cruzados. Se Deus permitia que exércitos cristãos perecessem numa guerra empreendida em seu nome, era, diziam, para castigar filhos perversos; os desastres dos soldados da cruz, não deviam ser atribuídos à injustiça do senhor, que castiga, mas às iniqüidades do povo, que tinha pecado. Quando recordavam, os pregadores das Cruzadas, as promessas que êles tinham feito em nome do céu e que não haviam sido cumpridas, êles se contentavam em invocar o exemplo dos filhos de Israel, que tinham perecido no deserto. "Saindo do Egito, diziam, Moisés prometeu

aos hebreus uma terra melhor; mas êles blasfemaram contra Deus e contra Moisés seu servidor; caíram em tôda espécie de pecado: o deserto tornou-se o sepulcro dêsse povo indócil e Deus não foi por isso julgado infiel às suas promessas."

Devemos fazer notar aqui, que o desejo de justificar as Cruzadas inspirou muitas vêzes aos cronistas, quadros satíricos dos quais a história imparcial não poderia adotar o exagêro. Para confundir os incrédulos e para mostrar tôda a verdade dos juízos de Deus, êles se julgavam obrigados a escurecer seus quadros e apresentar os soldados da cruz com tintas, as mais odiosas. O que mais nos deve admirar, é que, os cruzados, quando sofriam êsses reveses, acusavam-se recìprocamente de ter merecido, por seu proceder, todos os males que os afligiam. A carestia, as doenças, as desgraças da guerra, despertaram em suas almas o remorso dos culpados e as austeridades da penitência misturavam-se sempre com o sentimento de suas misérias; quando, por fim, a vitória alegrava novamente as bandeiras dos cruzados e a sorte se mostrava mais favorável, os guerreiros cristãos persuadiam-se de que se haviam tornado melhores e agradeciam ao céu tê-los feito dignos de sua misericórdia e de seus benefícios.

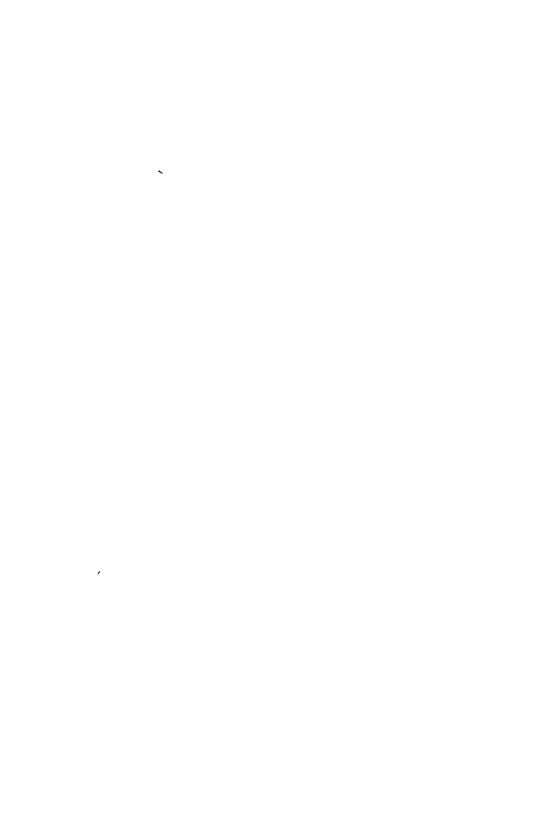
Numa cruzada infeliz, não se acusavam sòmente aos peregrinos, mas também aos cristãos que haviam ficado no Ocidente. Segundo uma opinião do tem-

po, Deus tinha confiado sua herança à virtude e à devoção de todos os fiéis, e o universo cristão respondia por êsse depósito sagrado. Quando se soube na Europa que Jerusalém tinha caído em poder de Saladino, os fiéis correram de tôdas as partes às igrejas, para se acusar de seus pecados e a cristandade só pensou em expiar pelo jejum e pela oração a licença e a corrupção dos costumes, que tinham causado a ruína de Sião e o último triunfo dos ímpios.

Depois de ter explicado as desgraças das Cruzadas, pela justiça e mesmo pela cólera de Deus, elas ainda se explicam pela misericórdia divina. Podemos ler na história, que os pregadores da guerra santa apresentavam-na sempre como um meio de converter os pecadores e de experimentar a virtude dos justos. Deus não tinha necessidade, segundo êles, do socorro dos homens, para conquistar a herança de Jesus Cristo mas abria-lhes o caminho da salvação e lhes oferecia uma ocasião de resgatar seus pecados. Nada é mais estranho hoje, do que os raciocínios, com que se esforçavam então, por fazer ver as vantagens de uma guerra, que tinha despovoado regiões da Europa, mas cujo resultado verdadeiro, aos olhos da fé popular, era povoar a moradia dos anjos e multiplicar infinitamente o número dos mártires e dos eleitos de Deus. Para conhecer nesse ponto a opinião dos povos do Ocidente, basta escutar os pregadores mais ardentes das Cruzadas. Devemos saber,

diziam êles, que Deus não odeia aos que castiga e que êle tem sempre a vara pronta para punir o filho que ama; sua divina bondade feria para curar, abaixava, para erguer, e, quando êle mandava dias de cólera, os dias de sua misericórdia não estavam longe. Se o céu perseguia com penas temporais a ingratidão de seus filhos, não era talvez para salvá-los dos suplícios que não têm fim? A voz dos Pontífices misturava-se à dos pregadores, para dizer aos cristãos que o pesar e as lágrimas eram armas invencíveis contra as potências infernais e que todos os guerreiros, mortos na Cruzada, semelhantes ao ouro experimentado três vêzes e purificado sete vêzes pelo fogo, tinham encontrado graça diante do Soberano Juiz. Como os homens, dizia um dêsses Pontífices, como os homens que moram cá na terra, em casas de barro, poderiam evitar as impurezas e as nódoas? Se êles passavam pelo fogo das tribulações, como se poderiam achar bastante puros, diante daquele que descobre sombras e manchas sôbre a fronte das estrêlas?

Em tempos ordinários, os homens se iluminam com a adversidade e raramente perseveram no que não lhes dá bom resultado. Mas, segundo a opinião que se tinha das Cruzadas, as lições da infelicidade estavam perdidas e nada podia enfraquecer ou desanimar a piedosa cegueira e a credulidade obstinada dos guerreiros da cruz. Considerava-se então a guerra santa como uma guerra espiritual, e, para nos servir-

mos de uma expressão de um velho cronista, *como um trabalho, que era como fogo do purgatório diante da morte.* Comparava-se a sorte de uma Cruzada à da virtude infeliz, que não é julgada, nem recompensada, senão na outra vida. Essa disposição dos espíritos manteve por muito tempo o entusiasmo dos povos do Ocidente e prolongou a duração das guerras santas.

CAPÍTULO II

HUMILDADE CRISTÃ E FRATERNIDADE DOS GUERREIROS DA CRUZ

O que mais nos enche de admiração na história da Idade Média é vermos a humildade cristã unir-se ao heroísmo da cavalaria e associar-se de algum modo a tudo o que o valor guerreiro tem de mais brilhante e de mais glorioso. Os cruzados nos oferecem freqüentemente êsse espetáculo e disso citaremos alguns exemplos.

O historiador Tancredo nos diz que seu herói foi por muito tempo mantido na inatividade, pela oposição que encontrava entre as máximas do mundo e as do Evangelho. Nada, porém, pôde conter seu ardor bélico, quando a religião falou e proclamou a guerra santa. Devemos crer, no entretanto, que o ilustre cavaleiro conservou alguma coisa de seus primeiros escrúpulos e o cristianismo inspirou-lhe o espírito de humildade que êle levava aos combates. Essa simplicidade de coração que êle soube aliar aos hábitos dos campos, o juramento que êle fêz seu escudeiro prestar de conservar silêncio, sôbre uma vitória, podem ser considerados como um prodígio na história mesma dos guerreiros cristãos.

Embora as Cruzadas não nos apresentem muitas vêzes o fenômeno de uma abnegação tão estranha,

nós devemos dizer, no entretanto, que a modéstia evangélica foi um dos caracteres distintivos dessas guerras religiosas. Temos apenas que ler as relações cheias de simplicidade que os príncipes e os cavaleiros da cruz dirigiam ao papa, depois das vitórias da primeira Cruzada. "Nós desejamos, escreviam êles, que saibais como a misericórdia de Deus tem sido grande para conosco, e como, pelo socorro do Onipotente, vencedores dos sarracenos, escapamos aos maiores perigos". Anselmo de Ribemont, um dos mais ilustres companheiros de Godofredo, escrevia a Manassés, arcebispo de Reims, e, lembrando-lhe o triunfo dos exércitos cristãos, "nós o devemos, mais às nossas orações, dizia-lhe êle, que aos nossos próprios méritos." O abade Guibert, observador assaz esclarecido dos costumes de seu tempo, diz, em sua história, que os soldados cristãos se enfraqueciam, quando seu coração se inflava com a vitória, mas, que, voltando à humildade cristã, êles se apresentavam como invencíveis guerreiros. Numa bula dirigida aos fiéis para exortá-los a tomar a cruz, o Papa Celestino IV apresentava a humildade como o único meio de triunfar sôbre os muçulmanos. Na Cruzada em que os latinos se apoderaram de Constantinopla, nada é mais estranho do que verem-se os guerreiros do Ocidente abaixarem-se sob a mão do papa e desculparem-se humildemente da maior vitória que jamais os cruzados obtiveram. Olivério Escolástico, que descreveu o cêrco de Damietta, fala-nos dos

guerreiros de Pisa, que quiseram atacar uma muralha da cidade e faz a êsse respeito uma consideração onde se espelha o espírito das guerras santas. "Os pisanos, diz êle, embora cheios de bravura, não eram dos que deviam realizar a salvação de Israel, pois êles tinham por objetivo conquistar uma grande fama."

Nossas antigas crônicas não julgam poder melhor honrar a memória de Godofredo, do que comparando-o a um leão, no campo de batalha, a um cenobita nas ações ordinárias de sua vida. Sua recusa em usar uma coroa, na cidade de Jesus Cristo, seria suficiente para nos dar uma idéia justa do gênero de heroísmo que animava o chefe dos cruzados. Aquela humildade cristã enchia de admiração os Orientais e lhes dava uma alta idéia dos guerreiros da cruz. Guilherme de Tiro nos conta de uma maneira comovente a entrevista dos embaixadores da Samaria, com o duque de Lorena, que sitiava a cidade de Arsur. O novo senhor de Jerusalém recebeu os emires sem exibir nenhum aparato e modestamente sentado sôbre um saco de palha. Os chefes das tribos árabes perguntaram, porque tão grande príncipe, *que, vindo do Ocidente, tinha abalado tôda a Ásia, e cujos braços tinham conquistado um poderoso reino, apresentava-se assim, sem séquito e sem pompa, sentado por terra, não tendo nem um tapête, nem vestes de sêda.* Godofredo respondeu que a terra podia bem servir-lhes de assento, pois que ela

devia ser a sua morada, depois da morte. Os samaritanos não puderam ver, sem admiração, tanta humildade unida a tanta glória e se retiraram dizendo: "Êsse homem é verdadeiramente aquêle que deve conquistar o Oriente e governar as nações." Êsse contraste de grandeza e de modéstia sempre foi um motivo de admiração entre os homens e a história não pode oferecer espetáculos mais imponentes que o do supremo poder, proclamando êle mesmo, o nada das grandezas humanas.

Os historiadores das Cruzadas nos oferecem apenas um fato de orgulho e de inveja; nós o encontramos sòmente pelo fim das guerras contra os infiéis. Huniada e o monge Capistrano disputavam perante o papa a honra da vitória de Belgrado. O olvido de sua própria fama era sem dúvida o maior sacrifício que um cavaleiro podia oferecer a Deus, e foi uma coisa feliz nas guerras santas, êsse espírito de humildade, que não abandonou os guerreiros da cruz. Êles se dividiram muitas vêzes para a partilha dos despojos, para a posse das cidades e das províncias; não podemos saber até onde teria chegado o furor da discórdia, se êles também se tivessem dividido pela glória. O caráter tão violento e tão impetuoso de Ricardo não é mesmo estranho a êsse heroísmo modesto e piedoso, que notamos nas guerras santas. Restam-nos duas cartas que o rei da Inglaterra escreveu, uma ao Arcebispo de Ruão, e outra, ao abade

de Claraval, e nas quais êle conta a célebre vitória que obteve contra Saladino, na planície de Arsur. O herói vitorioso recomenda-se humildemente às orações dos fiéis e não fala de si mesmo senão para dizer, que foi ferido por uma flecha, *quadam pilo.* Para apreciar êsse exemplo de humildade cristã, é necessário transportarmo-nos ao tempo das Cruzadas. Num século em que todo poder vinha da espada, onde a cólera e o orgulho teriam podido levar os guerreiros a todos os excessos, que havia de mais tranqüilizador para a humanidade que ver a fôrça, que se continha e se abaixava daquela maneira? Um dos historiadores modernos da Grã-Bretanha, compara Ricardo ao ardoroso Aquiles, e essa comparação não deixa de ser verdadeira. Nós lastimamos sòmente que o escritor inglês não disse que o cristianismo devia estabelecer diferenças, nos caracteres que êle comparava. Sabemos que a humildade, como o Evangelho no-la ensina, não era a virtude dos heróis da antiguidade: as epopéias nas quais êles são celebrados, no-los mostram sempre cheios de ostentação; nós os vemos, sem cessar, insultar seus inimigos, gabando seus próprios feitos e o piedoso Enéias mesmo, exclama, mais de uma vez, no campo de batalha, que sua fama subiu até os astros. Êsse sentimento brutal da fôrça, êsse orgulho da espada, dizem das paixões de um século bárbaro e, para saber qual devia ser a superioridade da civilização moderna sôbre a antiguidade pagã, bastaria talvez comparar os heróis da

Ilíada e da Eneida, com os heróis celebrados por Tasso e por nossos simples cronistas.

Uma outra virtude distintiva dos cruzados, é o sentimento da fraternidade. Êsse sentimento, que lhes mostrava irmãos, nos cristãos do Oriente, devia apertar todos os laços que os uniam entre si; devia aumentar, principalmente na presença dos infiéis, no meio das misérias e dos perigos de uma guerra longínqua. "Nós, que fomos batizados em Jesus Cristo, dizia o Bispo Ademar, a seus companheiros antes de combater contra os turcos, nós somos todos filhos de Deus, nós somos todos irmãos; que um afeto recíproco una todos aquêles que um laço espiritual prende."

Os oradores das guerras santas pregavam contìnuamente a fraternidade evangélica; os reis e os príncipes davam êles mesmos exemplo disso. Ricardo mostrou muitas vêzes, na Cruzada de que foi chefe, essa generosa magnanimidade, aquela caridade heróica que faz desafiar tôdas as calamidades para socorrer a fraqueza que periga. Um dia, quando êle corria em socorro do conde de Leicester, e procuravam detê-lo: "Não! Eu não seria digno de ser rei, exclamou, se eu não soubesse desprezar a morte para defender àqueles que me seguiram na guerra!" Poderíamos lembrar aqui muitas outras circunstâncias, em que Ricardo expôs sua vida para salvar a dos soldados cristãos; e êsses rasgos de generosidade fazem esquecer os atos de babárie, que mancharam sua glória.

Um príncipe que levou às Cruzadas mais piedade e caridade cristãs que Ricardo, dedicou-se com menos brilho, mas com mais virtude, à salvação dos cruzados, que o tinham seguido ao Oriente. Referimo-nos à resposta admirável de Luís IX, aos que o exortavam a embarcar no Nilo, enquanto os guerreiros, esgotados de cansaço e desesperados, voltavam por terra a Damietta. Quando êsse príncipe expirava na cinza, em Túnis, a sorte de seus companheiros de armas ocupava ainda seu pensamento. *Quem reconduzirá à França êsse povo que eu trouxe para cá?* Estas, as últimas palavras do santo monarca.

Tôdas as vêzes que os cruzados deixavam a Europa, os chefes prometiam-lhes fazê-los voltar ao seu país, e velar pela sua segurança e tranqüilidade, durante a peregrinação. Ai! daqueles que não mantinham a promessa, pois eram acusados diante de Deus e dos homens de faltar à palavra e à caridade. Um de nossos velhos cronistas, narrando a história das Cruzadas, admira a magnanimidade dos grandes da terra, que se imolavam, por seus soldados e seus servidores; mas êle não se mostra surpreendido, quando lembramos que Jesus Cristo, Senhor e Salvador do mundo, havia disso, dado o exemplo.

Nenhuma lei castigava a deserção dos cruzados, mas a opinião geral dos cristãos condenava-a como uma ação infame. Vimos com que violência todo o Ocidente se ergueu contra Estêvão, conde de Blois

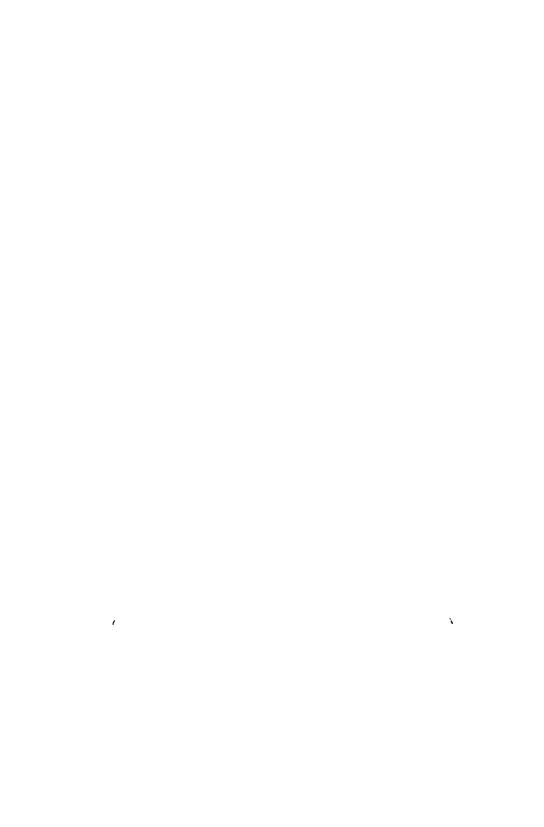
desertor da primeira Cruzada. Lembrando, que êsse príncipe caiu sob os golpes dos infiéis, em sua segunda peregrinação, Guilherme de Tiro acrescenta que Deus fêz brilhar para com êle sua misericórdia, porque a palma do martírio, sòmente, podia apagar a vergonha de que êle se havia coberto. Para conhecermos a êste respeito os sentimentos dos contemporâneos, devemos ouvir o abade Guibert censurando o eremita Pedro, por ter, no meio dos horrores da carestia, abandonado os Cruzados: "Sabe nutrir-te da erva dos rebanhos, disse-lhe o severo historiador. Quando tu discursavas perante os povos, não os chamavas a banquetes; sabe conformar-te com o que disseste e dá o exemplo aos teus irmãos em Jesus Cristo." A história contemporânea hesita em nomear os cavaleiros que abandonavam as bandeiras dos peregrinos, pois *êsses cavaleiros traidores eram riscados do livro da vida.*

Se os chefes das Cruzadas mostraram-se dedicados à salvação de seus soldados, êstes, não tinham menos dedicação para com seus chefes. Todo grupo de cruzados apresentava a imagem de uma verdadeira família; tem-se prazer em ver os cronistas do tempo empregar a expressão latina *família,* para designar a casa militar de um príncipe ou de um cavaleiro da cruz. Quando Godofredo de Bouillon, depois de ter subjugado um urso, que perseguia um pobre peregrino, voltou ao meio dos cruzados, ferido e co-

berto de sangue, todos ficaram mais aflitos do que se tivessem sido vencidos pelos muçulmanos. Nas guerras ordinárias, o soldado toma apenas uma pequena parte nos interêsses da causa que defende; mas, numa guerra que tinha por único objetivo o triunfo de uma crença, todos os que combatiam, tinham os mesmos temores, as mesmas esperanças, devemos dizer, a mesma ambição. Essa comunhão de interêsses e de sentimentos dava muita fôrça aos exércitos da cruz e unia no campo de batalha, não sòmente os soldados e os chefes, mas também nações opostas, entre si, pelos costumes, pelo caráter e pela língua. "Se um bretão, um alemão ou outro qualquer, queria falar-me, diz um historiador que estêve na primeira Cruzada, eu não sabia responder; mas, embora divididos pela diferença da língua, nós parecíamos um único povo, por nosso amor a Deus e pela caridade para com o próximo". No cêrco de Nicéia, no de Antioquia, tudo era comum, entre os inúmeros soldados da cruz, vindos de todos os países do Ocidente. Os cronistas da Alemanha comprazem-se em descrever o espírito de paz e de caridade que reinava no exército de Frederico Barbarroxa, atravessando as províncias do império grego. Sem dúvida os exércitos cristãos não apresentaram sempre êsse espetáculo edificante: as discórdias surgiram também e muitas no exército dos cruzados. Mas o sentimento da fraternidade subsistia também no fundo dos corações. Para apreciarmos os caracteres dos cruzados, basta lembrar os

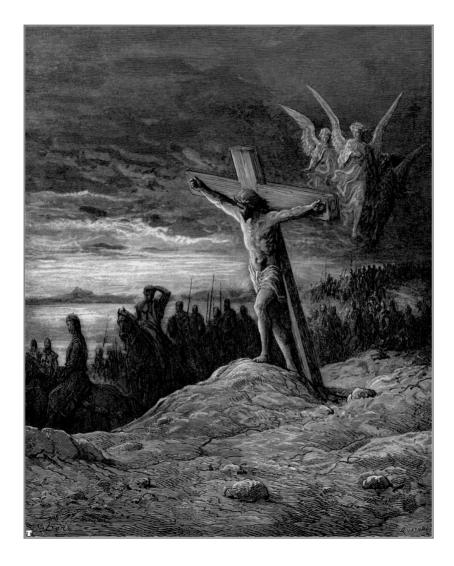
discursos dos prelados e dos clérigos encarregados de os endereçar às virtudes evangélicas e a facilidade que encontravam os santos oradores, para se fazerem ouvir, quando falavam do perdão das injúrias.

Que se teria tornado o infeliz povo de peregrinos, se não tivesse sido auxiliado por sentimentos generosos? Aqui devemos admirar a providência, que sempre dá remédio ao mal, e das misérias do homem, tira as virtudes necessárias, para suportá-los. Podemos ver o que os sentimentos fraternais têm de mais simples e mais tocante numa carta dirigida aos fiéis do Ocidente, pelos peregrinos de Jerusalém. Êstes recomendavam aos cristãos da Europa, os cruzados que voltavam à pátria: "Nós vos rogamos, diziam êles, e vos suplicamos, por Jesus Cristo Nosso Senhor, que sempre estêve conosco, e que nos salvou de tôdas as nossas tribulações, que vos mostreis gratos para com vossos irmãos que voltam para junto de vós, que lhes façais bem e lhes pagueis o que lhes deveis, a fim de vos tornardes agradáveis a Deus." Lamentamos que a história não tenha falado mais longamente dos últimos momentos que os guerreiros da primeira Cruzada passaram juntos em Jerusalém e das tristezas crucientes que acompanharam, certamente, a sua separação. Os que partiam recomendavam-se à recordação e às orações dos seus companheiros de armas, defensores do S. Sepulcro, e êstes, lhes respondiam, com as lágrimas nos olhos:

"Nunca vos esqueçais de vossos irmãos que ficam no exílio!" Êstes sentimentos recíprocos dos cruzados não diziam de antemão dos laços de fraternidade, das relações de família que deviam unir durante dois séculos os povos da Europa e as colônias cristãs do Oriente?

CAPÍTULO III

SUPERSTIÇÃO E MAGIA NAS CRUZADAS — CREDULIDADE DOS CRUZADOS.

Muitas vêzes falamos em nossa história, das visões e dos milagres que inflamavam ao mesmo tempo a devoção e a bravura dos cruzados. Sua credulidade era excessiva, sem dúvida, mas devemos confessar que nada tinha de vulgar. Um terremoto, uma aurora boreal, um cometa de cabeleira, um eclipse da lua ou do sol, eram aos seus olhos, avisos ou sinais, pelos quais Deus lhes manifestava sua vontade. Nos perigos da guerra, muitas vêzes, êles julgavam ver os santos e os anjos descer do céu e se misturar às fileiras para combater os inimigos de Jesus Cristo. Os peregrinos estavam persuadidos, como dissemos, de que o poder divino devia sem cessar intervir pela causa que êles defendiam ou que julgavam defender e essa persuasão basta para nos mostrar o que havia de nobre e de elevado em sua superstição.

Depois que lemos com atenção a história das Cruzadas, admiramo-nos, de que a magia ocupe um lugar tão grande na *Jerusalém libertada*. Vamos lembrar aqui todos os fatos que podem ter dado a Tasso a idéia de empregar êsse gênero de maravilhoso. A maior parte dos cronistas e mesmo dos romancistas do século doze, está de acôrdo, em nos falar

As aparições.

da mãe de Kerbogath, sultão de Mossul. Essa princesa, nos dizem êles, que tinha vivido mais de um século, gabava-se de conhecer o futuro; ela veio dizer ao filho, das desgraças que o ameaçavam, se êle combatesse contra os cruzados. Êste perguntou-lhe de como ela sabia que êle ia ser vencido e que devia morrer naquele ano: "Eu contemplei, respondeu ela, o curso dos astros, eu interroguei as entranhas dos animais e pratiquei sortilégios." Como ela insistisse em sua predição: "Minha mãe, replicou o feroz Kerbogath, não me fale mais assim, pois os francos não são deuses e eu os quero combater." O sinal de uma batalha foi dado e a princesa muçulmana foi esconder seu desespêro profético nas muralhas de Alepo. Vários historiadores narram outro fato da mesma época. Durante o cêrco de Jerusalém, duas mulheres apareceram nas muralhas da cidade e com sinais misteriosos queriam destruir o efeito terrível de uma máquina dos cristãos. "Quando elas começaram sua profana conjuração, diz uma crônica, uma enorme pedra lançada pela máquina, derrubou-as por terra e suas almas foram mandadas para o inferno de onde tinham saído." O último exemplo que a história nos oferece refere-se aos dias que precederam a batalha de Tiberíades. Uma escrava síria, montada sôbre uma burra, foi surpreendida invocando contra o exército cristão os poderes do sortilégio e dos malefícios. Interrogada, não dissimulou seu projeto

criminoso: lançaram-na na fogueira de onde ela saiu sem ser atingida pelas chamas; acabaram de matá-la a golpes de machado. Eis os únicos exemplos de magia, que nos foram relatados pelos historiadores das Cruzadas. Deixamos aos nossos leitores o cuidado de julgar se o cantor de Godofredo passou além dos limites da veracidade, no quadro, tão poético, aliás, que faz dos encantos de Ismênia e das belezas de Armida.

Lemos em Odon de Deuil que os cruzados alemães, tendo visto em Nicópolis um homem que lidava com serpentes, tomaram-no por um mágico e o fizeram em pedaços, o que prova, pelos menos, que os soldados da cruz não respeitavam a magia nem os que a praticavam. Gilon, autor de um poema histórico sôbre a primeira Cruzada, nos diz que no cêrco de Nicéia os cruzados fizeram uma procissão em redor da cidade, atirando água benta sôbre as muralhas. Os muçulmanos julgaram que êles queriam se apoderar da praça pela magia e deram um ataque, para deter os efeitos do sortilégio. O poema acrescenta que os cristãos ficaram muito irritados com aquela opinião dos infiéis e que vingaram no sangue de seus inimigos o ultraje que êles julgavam tivesse sido feito à sua religião e aos seus divinos mistérios.

Não devemos, no entretanto, concluir pelo que acabamos de dizer, que a magia era então desconhecida na Europa. Basta-nos provar que ela não

seguiu os cristãos nas guerras santas e sob os estandartes da cruz. Todos sabem que no tempo das Cruzadas, o Ocidente estava sujeito a tôda espécie de grosseiras superstições. Enquanto o céu, aos olhos da multidão dos cruzados, crédula, prodigalizava seus milagres, o inferno tinha também seus prodígios, e, segundo as crendices populares, o demônio presidia à arte tenebrosa dos encantamentos e dos sortilégios. Não havia dia, lugar, onde o sinistro mensageiro do inferno, seguido por seu prestígio enganador não aparecesse, ora para seduzir a fraqueza humana, ou para disputar a alma de um moribundo ao anjo da salvação, ora para revelar aos homens segredos vergonhosos ou para favorecer os empreendimentos dos maus. Os anais da Idade Média não têm um só capítulo onde as tentativas do espírito das trevas não se encontrem unidas aos acontecimentos políticos e religiosos. No entretanto, a história contemporânea jamais fala da aparição do demônio entre os peregrinos de Jerusalém. Um único cronista, o abade Guibert, narra que na época da primeira Cruzada, um cavaleiro da Picardia, tinha feito um pacto com o diabo, para vingar a morte de seu irmão morto em combate; depois de ter obtido o que desejava, aquêle cavaleiro não se pôde livrar da presença do espírito infernal, senão tomando a cruz da santa peregrinação. A mesma crônica acrescenta que o nobre Picardo se pôs a caminho com outros cruzados, e que durante tôda a viagem o diabo não se apresentou; mas, de-

pois da libertação de Jerusalém, o peregrino voltou para sua casa, viu imediatamente aparecer *aquêle que sempre dá sòmente conselhos criminosos.* Citamos êsse fato singular, porque mostra o único gênero de superstição dos peregrinos da Terra Santa. Nada nos deve encher mais de admiração, hoje, do que essa ausência de demônios numa multidão, como a das Cruzadas. Vemos na história, que os soldados da cruz tinham outras preocupações e outros pensamentos. Sua imaginação assistia espetáculos bem mais imponentes, e, se nos fôr permitido falar assim, parece-nos que o diabo era de dimensão demasiado pequena, para figurar naquele imenso teatro e nas cenas gigantescas das guerras de além-mar.

Nós falamos, começando êste capítulo, dos grandes fenômenos da natureza, das aparições celestes que, no curso de sua peregrinação, atraíam a atenção e duplicavam o entusiasmo dos cruzados. Quando êles chegaram à Síria, contemplaram o espetáculo maravilhoso, impressionante, dos lugares que deviam conquistar! Que prestígio da magia poderia produzir o mesmo efeito nos corações religiosos, como a vista do vale de Josafat, do monte Sião e das rochas do Calvário? Os hinos que seus sacerdotes cantavam lembravam contìnuamente aos cruzados o objetivo de sua santa expedição. Quando se lhes repetiam as palavras dos profetas dirigidas aos eleitos de Deus, nos mesmos lugares onde tinham sido inspi-

radas, não havia um só peregrino que não aplicasse a si mesmo o sentido das divinas profecias e que não se persuadisse de que o Eterno caminhava diante dêles para realizar as promessas da Escritura. É nessa crença e não nas idéias de uma superstição acanhada e vulgar, que devemos procurar o caráter e o móvel das Cruzadas.

As crônicas árabes contam menos aparições sobrenaturais que as crônicas do Ocidente. Todavia, os muçulmanos tinham também poderes celestes, que vinham em seu auxílio nos perigos da guerra. O historiador Kemal-Eddin, narrando a derrota de Roger, príncipe de Antioquia, fala de um anjo vestido de verde que pôs em fuga o exército dos francos e fêz prisioneiro um de seus chefes. Boha-Eddin narra que uma legião descida do céu entrou durante a noite na cidade de Tolemaida, sitiada por Filipe Augusto e Ricardo Coração-de-Leão. Lemos no mesmo historiador que depois do massacre dos prisioneiros muçulmanos ordenado por Ricardo, na planície de São João de Acre, os mártires do islamismo mostraram aos companheiros que iam visitá-los, as feridas gloriosas que tinham recebido e falavam das alegrias que os esperavam nos jardins do paraíso. No cêrco de Margat, o exército do sultão viu aparecerem quatro arcanjos, que os muçulmanos costumam implorar nos perigos e cuja falange celeste lhes animava a coragem.

Nossas crônicas latinas invocam às vêzes o testemunho dos prisioneiros muçulmanos, quando êles contam a aparição dos santos e dos habitantes do céu; mas é evidente que os cativos, entregues à mercê dos cristãos queriam aliciar a credulidade dos vencedores. Assim depois da batalha de Doriléia, os turcos que estavam em poder dos francos, diziam ter visto a milícia celeste combater com os soldados da cruz. No cêrco de Damietta, os infiéis, prisioneiros na tôrre do Nilo, pediram para ver os homens vestidos de branco e de vermelho, que haviam combatido contra êles, com uma coragem sobrenatural e com armas desconhecidas. Os muçulmanos julgavam que a milícia do céu se havia reunido aos soldados cristãos, e êsse pensamento os enchia de alegria. O traidor Firous, que entregou Antioquia aos cruzados, procurando obter a confiança de Bohémond, perguntou-lhe um dia, onde estava acampada aquela tropa milagrosa que viam freqüentemente combater com os francos. Se acreditarmos no monge Roberto, o príncipe de Tarento, ficou embaraçado com estas perguntas e mandou Firous ao seu capelão, que lhe explicou como os santos e os anjos desciam do céu para socorrer os soldados de Jesus Cristo. Todavia, alguns de nossos cronistas, censuram os muçulmanos por sua incredulidade. Poucos dias antes da batalha de Antioquia, uma chama celeste, caiu no acampamento dos turcos; os cristãos consideraram-na um sinal milagroso, do poder divino que se declarava em seu

favor. "Se os pagãos, diz o abade Guibert, a êste respeito, tivessem tido a menor inteligência das coisas da terra e das coisas do céu, teriam compreendido que Deus lhes mostrava sua cólera." Um outro cronista, Roberto, Le Moine, que estava no cêrco de Antioquia, acrescenta que um grande número de muçulmanos ficaram verdadeiramente impressionados com o sinistro presságio, mas que havia entre êles *uma multidão de insensatos que se obstinavam em não ver o milagre.* Assim os cruzados acreditavam em todos os prodígios e sua superstição singela admirava-se de uma só coisa, isto é, de que não se compartilhasse de suas ilusões e de que se não deixassem persuadir, com êle.

De resto, a credulidade dos peregrinos tornou-os às vêzes mais fáceis de serem governados e guiados; ajudou os chefes a manter a disciplina e serviu para erguer a coragem abatida, dos soldados. Depois que os cruzados perderam o Bispo de Puy, que os guiava como outro Moisés, sua devoção supersticiosa julgava muitas vêzes, vê-lo no meio dos perigos. As crônicas referem que êle apareceu no cêrco de Marah, no cêrco de Archas, e, que no último ataque a Jerusalém, a sombra do Pontífice incitava do alto das muralhas a bravura dos guerreiros da cruz. Para se ter uma idéia dos prodígios que a credulidade apaixonada dos peregrinos podia gerar, temos sòmente que lembrar a situação desastrosa dos cruzados,

encerrados em Antioquia; êles se persuadiram de que as potências do céu viriam em seu auxílio; uma lança descoberta milagrosamente pareceu-lhes uma arma invencível que Deus mesmo lhes mandava para dispersar seus inimigos; fortalecidos com essa crença, êles triunfaram por fim sôbre a carestia, o desespêro e a multidão inumerável dos muçulmanos. Que a sorte da guerra coloque na mesma posição um exército composto de soldados mais esclarecidos e menos crédulos; êles serão dominados pela impossibilidade de se salvarem, acreditarão na necessidade de morrer e perecerão miseràvelmente. Esta consideração não nos deve fazer perdoar aos soldados da cruz sua excessiva credulidade?

CAPÍTULO IV

BARBÁRIE DOS FRANCOS NAS CRUZADAS — COSTUMES E MORAL DOS CRISTÃOS.

Qualquer que seja o objetivo e o espírito de uma guerra, é raramente no meio dos acampamentos e numa multidão em armas, que os homens se tornam melhores e que a moral vê triunfar suas máximas eternas. Os cruzados estavam tão persuadidos de que a guerra santa lhes podia ocupar o lugar de tôdas as virtudes, que êles se entregavam freqüentemente aos maiores excessos, com o pensamento de que Deus lhes devia perdoar tudo ou tudo permitir-lhes. Vimos várias vêzes bandos de peregrinos devastar os países que atravessavam, e, carregados de despojos, continuar seu caminho, repetindo o provérbio de Salomão: *O bem do pecador está reservado ao homem justo.* Apegados exclusivamente às práticas mais minuciosas da devoção, êles as punham muito acima da moral evangélica. Também Alberto d'Aix, falando de alguns cruzados que se entregavam ao roubo na Hungria, acusa-os, sem pesar, de ter levado os bois e os carneiros dos habitantes, mas o que não lhes perdoa de nenhum modo, é ter comido a carne daqueles animais, nos dias que a Igreja consagra à abstinência. Nessa guerra de extermínio, a história muitas vêzes teve que deplorar o olvido do direito das gentes, o desprêzo das leis da justiça e da fé jurada. Os

cronistas contemporâneos falam-nos de Firous, que entregou Antioquia aos cristãos, chamando sua traição de *traição corajosa* e a êle mesmo, de *valente traidor*. O ódio que animava os cruzados contra os muçulmanos, unido ao sentimento dos males que êles tinham suportado, ensangüentou muitas vêzes seus triunfos. Êles esqueciam, de tal modo, a moral do Salvador dos homens, que o sangue de seus inimigos lhes parecia uma oferta agradável a Deus; no meio das cenas de matança, julgavam-se a salvo de tôda censura, chamando os muçulmanos de *cães imundos;* e quando a espada ceifava a população desarmada das cidades muçulmanas, êles repetiam com alegria, *Assim foram purificados os lares dos infiéis.*

Os gregos, que tinham visto tão freqüentemente os cruzados atravessar seu território e que tanto haviam sofrido com sua violência, não os pouparam em suas crônicas. "Que de males, diziam êles, nos causaram êsses latinos, com seu colar de bronze, seu supercílio elevado, sua barba raspada, seu espírito soberbo, seu caráter desumano, suas narinas, que respiram a cólera, sua palavra breve e animada!" Os gregos julgavam assim os latinos, com severidade, não sòmente porque êles tinham sido alvo de seus excessos, mas, ainda, porque êles se julgavam muito acima dêles por sua inteligência. Os turcos, que não acreditavam em sua própria superioridade, não julgavam nem o proceder nem o caráter dos peregrinos do Ocidente: como todos os bárbaros, êles desprezavam

sòmente a fraqueza, que podiam oprimir, e só apreciavam a fôrça que podia vencer. Não experimentavam outro sentimento que o ódio aos cristãos, temor do perigo ou orgulho da vitória.

Quando, na primeira Cruzada, os muçulmanos, vencidos e dispersados pelos francos, não tinham mais, segundo a expressão oriental, outro asilo que o *ventre dos abutres e o dorso de seus camelos,* êles deploravam assim sua derrota: "Que povo poderá resistir a uma nação tão obstinada e tão cruel, que não desistiu de suas conquistas, nem pela carestia, nem pela espada, nem pela presença da morte e que se alimenta de carne humana?"

O que pode desculpar a barbárie dos cruzados, é que muitas vêzes ela estava unida a qualidades sociais que prometem uma era melhor; às cenas mais revoltantes, misturam-se sem cessar quadros, nos quais a imaginação gosta de se deter. Se os cruzados se mostravam bárbaros para com seus inimigos, foram muitas vêzes admiráveis em suas relações entre si mesmos e a história contemporânea se compraz em nos recordar o espírito da justiça, a caridade evangélica, os nobres sentimentos que animavam os peregrinos sob as bandeiras da cruz. Se um dos cruzados, diz Foulcher de Chartres, perdia alguma coisa, o que a tinha encontrado, levava-a consigo, durante vários dias, até que pudesse restituí-la de sua espontânea vontade, como convém a homens que empreenderam uma santa

peregrinação. "É assim que se apresentavam os exércitos da cruz nos cercos de Nicéia, de Antioquia e de Jerusalém. A terceira Cruzada oferece muitas vêzes o mesmo espetáculo; o cronista Ansberg, que acompanhava Frederico I, assim fala dos cruzados alemães: "Podemos dizer assaz, de que maneira admirável, reinavam nesse exército, a paz e a boa-fé. Se alguém, o que acontecia freqüentemente, perdia uma bôlsa, por acaso ou por negligência, uma bôlsa porém, cheia de ouro ou de moedas de prata, aquêle que a encontrava, mostrava-a por tôda a parte, procurando-lhe o dono e a restituía logo, sem que o número de moedas ou o pêso do dinheiro tivesse diminuído." Êsse respeito pela propriedade, essa probidade escrupulosa que dirigiam a multidão confusa e miserável dos peregrinos, deviam suscitar muitas vêzes grande surprêsa em nossas sociedades modernas. Fizemos notar que nas mais tristes carestias, os cruzados, vivendo de raízes e de ervas do campo, não invejavam os que tinham víveres, e sempre permaneceram calmos e submissos às leis, ante a vista de provisões ajuntadas pela avareza. Havia cambistas de moeda que seguiam o exército: Odon de Deuil, que seguiu Luís VII, à Ásia, nos diz que as mesas dos cambistas foram saqueadas, diante das muralhas de Constantinopla; mas não vemos, que essa desordem se tenha renovado nas outras expedições. Não encontramos nas crônicas o menor indício de uma

revolta motivada pelo excesso de miséria e isso foi um dos prodígios da guerra santa.

Os cruzados, também não se souberam preservar bastante da devassidão e dos vícios gerados pelo clima do Oriente. Sabemos que nem todos os que tomavam a cruz, iam a Jerusalém, para fazer penitência e santificar sua vida. Um grande número de cenobitas, apesar das proibições do Papa, tinha desertado do claustro e as virtudes da solidão não os seguia sempre, em sua peregrinação ao oriente. Lembremos o exemplo daquele monge, que, durante o cêrco de Antioquia, foi surpreendido com uma religiosa, marcado com o ferro em brasa, e levado por todo o acampamento, como castigo de seu crime. Alberto d'Aix, fala-nos de uma religiosa de Trèves que era acusada de ter tido —, *comércio abominável e infame com um turco,* e que, depois de ter vindo ao acampamento dos cristãos, voltou para junto dos infiéis, levada por sua vergonhosa paixão.

Os monges tinham tomado o caminho de Jerusalém para se libertar da disciplina e muitos leigos alistavam-se também sob as bandeiras da cruz, com o único fim de se furtarem aos deveres e à uniformidade da vida doméstica. Desde os primeiros tempos das guerras santas os doutôres da Igreja condenavam o marido que partia para o Oriente sem o consentimento de sua espôsa, ou a espôsa, sem o consentimento do marido. Mas não se tardou em afrouxar

essa moral severa e a Santa-Sé mesma, no temor de ver diminuírem os peregrinos, deixou tôda liberdade aos esposos, que tomavam a cruz. Assim os costumes da família não foram mais defendidos contra as deserções de uma longa ausência e os perigos de uma viagem prolongada.

A presença de mulheres nas cruzadas foi uma das causas da corrupção que muitas vêzes dominou entre os soldados cristãos. Gauthier Vinisauf considera as mulheres, nessa expedição, como a fonte de todos os crimes, — *fontes delictorum*. Lemos numa carta escrita pelo irmão Luís Marcilli, a uma senhorita chamada *Domicilla,* que o diabo jamais havia ouvido pregar uma coisa que lhe causasse tanto prazer como uma cruzada; "pois na peregrinação da cruz, uma multidão de nobres senhoras se iriam tornar meretrizes e milhares de donzelas iriam perder a inocência." As crônicas atribuem quase sempre as desgraças dos cruzados à justiça de Deus, que tinha sido ofendido e irritado pela licença dos costumes. Várias vêzes os Bispos proibiram a peregrinação às mulheres de suas dioceses, por causa dos pecados que se cometiam a caminho do Oriente. Um romance em verso do século treze, nos diz que o cavaleiro de Coucy determinou-se a tomar a cruz porque a bela Gabriela de Vergy ia também à Palestina. "Quando estiverdes no Oriente, dizia o escudeiro Golbert a seu senhor, vereis vòssa senhora mais fàcilmente do que no condado de Fayel."

Acrescentaremos, que a corrupção não vinha sempre das mulheres que seguiam os exércitos. Nas incursões dos cruzados as mulheres dos inimigos tornavam-se uma parte dos despojos; os vencedores as conservavam consigo ou as vendiam como escravas. Se acreditarmos nos autores árabes, trezentas mulheres compradas nas ilhas vizinhas desembarcaram no acampamento de Toleimada. Devemos crer que Luís IX não deixava em sua frota, mulheres de má vida; mas lembremos que Guilherme da Espada-Longa (Longue-Épée) tinha atacado num castelo perto de Alexandria um grande número de mulheres muçulmanas que êle levou em triunfo ao exército dos cristãos e foi sem dúvida, com essa espécie de prêsa, que se encheram os lugares de prostituição estabelecidos, segundo Joinville, a um tiro de pedra da tenda do rei.

No entretanto, o exército da cruz nos oferece muitas vêzes um modêlo de costumes cristãos. Naquela multidão de peregrinos, onde o crime e a virtude eram geralmente recebidos, deviam-se encontrar grandes contrastes. Faremos notar, além disso, que os cruzados, como todos os homens que as paixões vivas animam, passavam fàcilmente de um excesso a outro. Nada caracteriza melhor o espírito móbil do povo e dos cruzados, do que essas transições repentinas e freqüentes, da piedade para o olvido da moral e do excesso do vício para a virtude mais austera. Vimos os peregrinos no cêrco de Antioquia entregues

a tôda espécie de desordem; mas as grandes calamidades, um terremoto, um fenômeno visto no céu, a pregação do clero, a ameaça da religião e das leis, tocavam de repente os corações e a multidão, mais dissoluta, tornava-se um povo submisso e religioso. O Bispo de Acre narra que depois da tomada de Damietta os soldados da cruz se entregaram às mais vergonhosas ações, à mais grosseira embriaguez; feriam-se mùtuamente, *e perturbavam com muita maldade os interêsses de Jesus Cristo,* tinham sòmente, desprêzo pelos castigos da Igreja e as sentenças de excomunhão não lhes inspiravam nenhum temor. Algum tempo depois, sem que se soubesse qual a causa de tão grande mudança, êsses cristãos, entregues a tôda sorte de pecados, confessaram-se e tornaram-se homens novos e diferentes. Tiago de Vitri, testemunha ocular, ficou tão edificado com essa conversão, que via no exército do Senhor, *um convento de monges,* expressão que diz ao mesmo tempo o espírito do historiador e o dos cruzados.

Tôdas as nações conservavam, nas Cruzadas, seus costumes e usos. Raul de Caen descreve detalhada e longamente os costumes dos Provençais, ou melhor, dos cruzados que seguiam o Conde de Tolosa. Tinham o olhar altivo, o ar majestoso, um andar cheio de vivacidade; diferiam apenas dos franceses *como a galinha difere do marreco.* O historiador de Tancredo no-los apresenta ocupados sem

cessar, em preparar seus asnos, mais prontos em procurar alimento do que em tomar as armas, revolvendo continuamente a terra com pontas de ferro, para tirar raízes e sementes, vendendo cão por lebre, asno por cabrito, fazendo morrer os cavalos dos outros para se apoderarem, da carne dos mesmos e dos seus despojos. Êsse quadro sem dúvida é muito exagerado; encontramos menos ironia e mais verdade no de um cronista de Tours, o qual narra e descreve os diferentes povos que compunham o exército de João de Brienne. "Os romanos, diz o autor, não deixavam de exibir seu orgulho; os espanhóis e os gascões, de fazer ouvir sua linguagem facêta e os alemães de mostrar sua obstinação; mas a milícia dos franceses, notável por sua modéstia, seus costumes e suas armas, conservava-se, com o rei de Jerusalém, os Templários e os Hospitalários, longe do barulho e dos clamores."

Tiago de Vitri pinta com côres vivas o caráter e os costumes dos alemães, dos franceses e dos italianos, que combatiam sob o estandarte da cruz ou que se haviam estabelecido na terra santa. Os italianos eram graves, circunspectos, sóbrios nas refeições, educados em suas palavras e maneiras, firmes e obstinados em seus objetivos, submetendo-se dificilmente aos outros, defendendo sua liberdade sôbre tôdas as coisas, fortemente apegados às suas instituições. Os alemães, os franceses e os bretões tinham menos gra-

vidade, mais ardor; eram mais inclinados aos prazeres da mesa, mais pródigos, menos prudentes, prontos à ação, devotos, caridosos, cheios de bravura, tão temíveis por sua cavalaria como os italianos por suas fôrças marítimas. O mesmo autor nos traça os costumes de todos os povos da Síria e principalmente dos habitantes de Jerusalém durante as cruzadas. Êsses quadros se parecem muito com a sátira, para que a história imparcial possa repeti-los em suas narrações. Se acreditarmos nos cronistas contemporâneos, o povo de Deus que morava na Palestina mostrou a princípio a simplicidade e a inocência dos habitantes do Éden; mas logo os costumes se corromperam e o inferno se apressou em *preparar alojamentos para todos os vícios*. As determinações do Concílio do Naplusa, reunido sob o reinado de Balduino III, revelam crimes que a história não ousa citar. A corrupção e a desordem cresceram ainda mais pela chegada de uma multidão de homens perversos que as leis do Ocidente tinham condenado a uma peregrinação, ou melhor, a um exílio perpétuo na terra santa.

O quadro que acabamos de apresentar encerra apenas idéias gerais e pode parecer incompleto aos nossos leitores; mas nós devemos fazer notar que nos capítulos seguintes voltaremos ao mesmo assunto e todo êste livro é consagrado a retratar a fisionomia das cruzadas.

CAPÍTULO V

A MULTIDÃO QUE SEGUIA OS CRUZADOS

As cruzadas, principalmente a primeira, nos apresentam o espetáculo de um povo que passa de um país a outro. Enganar-nos-íamos se julgássemos que o maior número de peregrinos levava armas e combatia sob a bandeira do Cristo. Havia, seguindo os soldados da cruz, uma multidão, como em tôdas as grandes cidades. Eram operários, eram homens desocupados, negociantes, pobres e ricos, clérigos, monges, mulheres, e até crianças de peito. As Escrituras, que nos apresentaram as misérias, as paixões, os vícios, as virtudes do povo judeu caminhando através do deserto, nos deram de antemão uma história fiel do povo das cruzadas, que também era chamado de povo de Deus.

Um historiador do século décimo segundo nos apresenta essa multidão de que falamos, pondo estas palavras na bôca das mulheres dos enfermos e dos velhos, que partiam para o Oriente: "Vós combatereis contra os infiéis, diziam aos guerreiros, e nós, nós sofreremos pela causa de Jesus Cristo." É certo que jamais dever algum foi mais bem desempenhado de ambas as partes; jamais a bravura e a resignação foram levadas mais além, do que numa guerra, que

justamente se pode chamar de guerra de heróis e de mártires.

Enquanto os guerreiros da cruz combatiam ou se preparavam para o combate, a multidão dos peregrinos, fazia procissões, assistia às pregações do clero. Durante a terrível batalha travada contra o sultão de Mossoul, nós a vemos, nas muralhas de Antioquia erguendo as mãos para o céu, cantando os cânticos da vitória, implorando a assistência do Deus dos exércitos. Tôdas as vêzes que no cêrco de Damietta dava-se um assalto à cidade, uma multidão inumerável de cristãos se reunia nas margens do Nilo, levando a cruz de Jesus Cristo e repetindo as orações guerreiras dos bispos. Ora de lágrimas nos olhos e com a voz sufocada pelo temor, êles se prostravam em silêncio na terra nua, ora, entregavam-se à alegria e celebravam com aclamações o triunfo dos combatentes. No intervalo das batalhas, via-se a multidão dos cruzados vagar pelas planícies e montanhas, procurando víveres e enfrentando as emboscadas dos muçulmanos. Tudo o que êles viam, tudo o que êles ouviam em países desconhecidos, dispunha os peregrinos ao entusiasmo; a carestia, as doenças, o cansaço, lançavam-nos muitas vêzes no desespêro e o desespêro aumentava sempre a extrema exaltação dos espíritos. Daí os prodígios sem número que se narravam todos os dias nos acampamentos e em que fàcilmente acreditava uma multidão ociosa, ignorante e apaixonada. A maior parte dos cronistas que referem fatos das

primeiras Cruzadas, podem ser considerados como os intérpretes fiéis dessa multidão, pois que em sua qualidade de monges e eclesiásticos, êles não combatiam e ficavam no meio dos peregrinos, sem armas. Raul de Caen, escritor leigo e cavaleiro, exprime melhor o caráter particular dos guerreiros da cruz; também é êle menos pródigo em visões e fatos milagrosos, do que Raimundo d'Agiles, o monge Roberto e o capelão de Balduino.

Teríamos um documento muito precioso para essa época, se tivéssemos a história ou o diário de uma única família que partiu do Ocidente para Jerusalém. Nêle poderíamos ver, em tôda a sua veracidade, as esperanças, as tristezas, as alegrias, tôdas as impressões diversas do povo da guerra santa. Mas, nessa multidão inumerável, quão poucos sabiam escrever! E os clérigos que escreviam, limitavam-se a lembrar os grandes fatos da guerra, sem entrar em particulares que teriam hoje tanto interêsse para nós. Por isso as crônicas contemporâneas não se dignam nem mesmo nos dizer por que reveses uma prodigiosa multidão de peregrinos desapareceu na Ásia Menor e uma delas, nos diz que no Ocidente não se recebiam mais notícias da Rumânia do que do reino dos mortos. Os nomes dêsses numerosos peregrinos, a lembrança de suas misérias, e até os rastos de seus pés tudo tinha perecido; e a história, longe de conhecer hoje os destinos de tantas famílias extintas miseràvelmente, pode muito mal saber se um dos mais ilustres chefes da

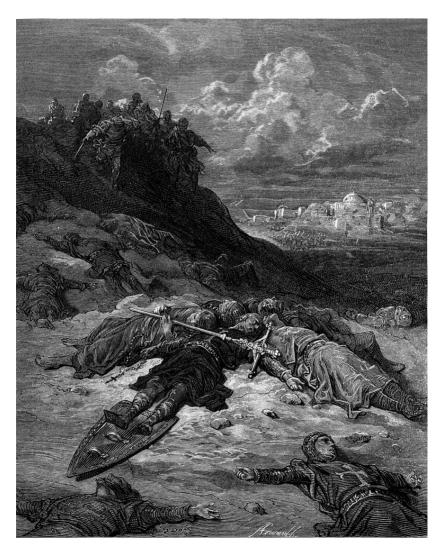
terceira Cruzada, um dos maiores imperadores da Alemanha, foi sepultado em Antioquia, em Tarso ou na cidade de Tiro.

A multidão de que falamos devia ser mais infeliz do que os outros cruzados, pois ela não podia se defender nos perigos, e aproveitava-se mui raramente da vitória. "Tende piedade dos pobres clérigos, e dos frágeis peregrinos, dizia o Bispo Ademar, aos guerreiros da cruz: êles não podem, como vós, combater e conseguir as coisas necessárias para a vida; mas, enquanto enfrentais as fadigas e os perigos da guerra, êles rogam a Deus que vos perdôe tantos pecados que cometeis todos os dias."

Orderico Vital, nos refere uma proclamação pela qual os chefes, depois das vitórias de Antioquia, anunciavam a intenção de ir em socorro dêsse povo miserável. "Nós daremos, diziam êles, um sôldo a cada um; os doentes e os inválidos serão tratados às custas do tesouro do exército." Raimundo d'Agiles nos diz que no cêrco de Archas reservou-se a décima parte dos despojos e uma parte dêsse décimo foi distribuída aos sacerdotes e aos bispos que diziam a missa para os peregrinos e a outra parte para os pobres do clero e do povo.

No excesso das calamidades que desolavam os cruzados, vimos alguns esquecerem-se de sua fé para ir buscar socorro entre os muçulmanos; mas a maior parte oferecia suas tribulações a Jesus Cristo e conti-

nuava fiel à causa infeliz da cruz. "Quando se tivesse a voz dos anjos, diz-nos uma testemunha ocular, não poderíamos contar todos os males que os peregrinos sofreram pacientemente e sem fazer ouvir um único lamento." O mesmo autor que acompanhava os cruzados alemães, comandados por Frederico I, diz-nos que vários dentre êles, consumidos pela fome, pelo cansaço e pelas doenças, não tendo mais que um fio de vida, e não podendo seguir o exército, rezaram o Símbolo dos Apóstolos, em voz alta e lançando-se por terra, deitados em forma de cruz, com os braços abertos, esperaram a morte, em nome do Senhor. "Embora nós não estivéssemos longe dêles, acrescenta o historiador, os inimigos que nos seguiam cortaram-lhes a cabeça e fizeram dêles verdadeiros mártires de Jesus Cristo". Tal a multidão de cruzados, que parecia ter deixado o Ocidente sòmente para procurar a palma do martírio, enquanto os príncipes e os barões que os conduziam eram levados pela ambição de conquistar a Ásia.

No entretanto, os que não participavam da vitória e que dela não se aproveitavam, muitas vêzes, mostravam-se, mais cheios de orgulho, que os mesmos guerreiros. "Que nossos irmãos do Ocidente (citamos uma carta dos prelados do exército cristão,) saibam que nós somos senhores de Antioquia e de quarenta grandes cidades. Alguns dos nossos não existem mais, mas, se perdemos um punhado de ho-

Os cruzados alemães, atirando-se em terra, formando cruz aguardam a morte.

mens, o inimigo perdeu um exército; onde deixamos alguns soldados, êle deixou príncipes; finalmente, se abandonamos um acampamento, os turcos abandonaram um reino." Segundo o tom desta carta, vemos que a simplicidade e a humildade cristãs que distinguem os cavaleiros da cruz, nem sempre eram as virtudes dos eclesiásticos e dos peregrinos que seguiam o exército. Devemos acrescentar que êsse povo, que celebrava tão vivamente a honra das armas cristãs, jamais perdia de vista o objeto da santa peregrinação; e, enquanto os príncipes e os reis se esqueciam dos juramentos da Cruzada, nas ricas províncias que percorriam, mais de uma vez os clamores de uma piedosa revolta os reconduzia ao pensamento de libertar Jerusalém.

Não temos necessidade de dizer, que essa multidão, que não combatia e que vivia quase sempre apreensiva, devia mostrar-se menos generosa para com os inimigos vencidos e nós não hesitamos em culpá-la em grande parte, pelas cenas sangrentas que mancharam por vêzes o triunfo dos guerreiros cristãos. Não nos esquecemos daquela tropa de vagabundos, à qual os cruzados, que sitiavam Antioquia deram um chefe, denominado *rei truão;* nessa tropa miserável, havia às vêzes condes e barões, pois a extrema miséria confundia os grandes com os pequenos e muitos nobres guerreiros segundo a expressão do tempo, tornavam-se *cavaleiros sem haveres* ou *pobres de Jesus*

Cristo. E essa multidão confusa levou muitas vêzes a desordem ao exército, ao qual seguia. Um cronista que tinha assistido a uma derrota dos cruzados deplora a miséria dessa multidão desarmada e exclama com pesar: "Prouvera ao céu que o papa, que proibiu aos príncipes levar consigo cães e pássaros, que deu leis sôbre os hábitos do exército e as armas dos cavaleiros, prouvera a Deus que êle se tivesse ocupado também do pobre povo que partiu para Jerusalém, que não tivesse permitido aos fracos tomarem a cruz, que tivesse dado aos fortes uma espada em vez de uma sacola, um arco, em vez de um bastão." Odon de Deuil acrescenta que êsses peregrinos, sem armas, impediam os guerreiros cristãos de combater e eram uma prêsa fácil aos bárbaros. Também, mais seu número diminuia, mais os exércitos da cruz tornavam-se temíveis. A história tem menos a deplorar desordens, que causavam uma multidão inútil, quando os cruzados se dirigiram por mar para o Oriente.

CAPÍTULO VI

DIVERTIMENTOS DOS CRUZADOS.

Virgílio detém-se em seu quinto livro para descrever os jogos e as solenidades que lembravam os troianos, errantes pelos mares, as lembranças tocantes da pátria. Assim, a história nos representa os cruzados conservando em seu piedoso exílio, os costumes, os hábitos, as tristezas, as alegrias e mesmo os divertimentos do lar doméstico. As crônicas nos dizem que os barões e os cavaleiros do Ocidente eram seguidos à Ásia pelo luxo e pelos prazeres dos castelos. Lembramos que seus cães e seus falcões morreram de sêde e de calor na Frígia ardente; e essa perda, no meio das desgraças da guerra santa, não era o que menos afligia os nobres peregrinos. As relações contemporâneas são tão fiéis em descrever os combates às bêstas ferozes como as batalhas contra os muçulmanos. Ora, é Godofredo que mata um urso terrível no bosque da Cilícia; ora, Ricardo Coração de Leão que nas montanhas da Judéia sustenta um combate contra um javali mais feroz que o de Calydon. As gazelas e os veados do Carmèlo, de Silo do Líbano, foram muitas vêzes surpreendidos em seus retiros pelo rumor das armas e caíram aos golpes dos guerreiros, vindos da França, da Alemanha, ou da Noruega. Nem a fadiga da peregrina-

ção, nem os perigos da guerra, podiam afastar os cavaleiros e os príncipes de sua paixão favorita. Vimos que o rei da Inglaterra estêve a ponto de ser atacado pela multidão de infiéis, quando êle caçava com vários cruzados na floresta de Arsur ou de Siquém. Um autor alemão, Mucio, diz que Frederico Barbarroxa quis conhecer as feras da Armênia, e que, em se cansando de persegui-las, através das montanhas da Selêucia, êle foi banhar-se no rio Selef, onde encontrou a morte. Uma crônica refere que, antes do combate onde morreu, Rogério príncipe de Antioquia, percorreu as planícies e as montanhas vizinhas de Apaméia, caçando pássaros, com seus falcões e atacando quadrúpedes com seus cães.

A caça não era o único divertimento dos cruzados; a paixão do jôgo não exercia menor atrativo para os cavaleiros da Cruzada. Essa paixão era comum aos francos e aos muçulmanos. Sabemos que ospríncipes de Mossoul jogavam xadrez, quando os cruzados saíram de Antioquia para lhes dar combate, quando seu exército foi destruído. As crônicas do tempo nos dizem que depois da tomada de Antioquia pelos cristãos, só encontraram cicuta, cuminho, jogos de dados e outros jogos de azar na praça. Para vermos até que ponto os cruzados levaram muitas vêzes sua paixão pelo jôgo, será suficiente lermos os decretos públicos das diferentes Cruzadas. "Ninguém em todo o exército, diz uma dessas determi-

nações, citada por Brompton, poderá jogar dinheiro em nenhuma espécie de jôgo, exceto os cavaleiros e os clérigos, que só poderão perder vinte soldos em todo o dia e em tôda a noite." Os eclesiásticos e os cavaleiros que perdiam mais de vinte soldos por dia, deviam pagar uma multa. Sòmente os reis podiam jogar à vontade. Os simples cruzados que eram surpreendidos jogando, eram despojados de suas vestes, surrados com varas no meio do exército, durante três dias. Se os culpados pertenciam ao serviço marítimo, eram por três vêzes atirados ao mar, do alto do mastro.

Lembramos, que depois da conquista de Constantinopla, os simples cavaleiros jogavam nos dados, as províncias e as cidades do império grego. Os companheiros de São Luís, durante sua permanência em Damietta, jogavam até seus cavalos e armas. Não havia miséria que o jôgo não fizesse os cruzados esquecerem. Depois do cativeiro do rei da França, no Egito e enquanto os restos do exército cristão voltavam por mar a Tolemaida, o conde de Anjou e o conde de Poitiers jogavam dados no navio do rei. Joinville que estava presente, nos diz que Luís IX, cheio de cólera, derrubou a mesa do jôgo, tomou os dados e atirou tudo ao mar.

Entre os divertimentos dos soldados da cruz, quando marchavam para a conquista da Ásia, não poderemos esquecer as festas tumultuosas e por vêzes mesmo imoderadas da vitória. Quando se apo-

deraram da capital da Síria, os cruzados, se acreditarmos na história contemporânea, passaram três dias e três noites em banquetes e danças com as mulheres dos muçulmanos.

Sabemos que depois da tomada de Tolemaida os peregrinos, com dificuldade, resolveram seguir Ricardo, que avançava para Joppé, porque a cidade conquistada tinha vinho, em abundância e também muitas e lindas mulheres. Quando Ricardo aprisionou uma caravana que vinha do Cairo, celebraram essa rica conquista com fogos de alegria, hinos e numerosos banquetes, onde a carne branca do camelo, parecia deliciosa aos soldados da cruz. Ao mesmo tempo, os cruzados franceses não deixaram a cidade de Tiro e entregaram-se aos prazeres da paz, coroando-se de flôres, exibindo em público, colares dourados, mantos presos por broches de prata e passando as noites na alegria rumorosa das tavernas.

Os torneios, embora tivessem sido proibidos várias vêzes pelos papas, deviam, de maneira especial, ocupar as horas vagas dos guerreiros da cruz. Vimos, no meio das misérias do cêrco de Antioquia, os cavaleiros e os barões dar aos embaixadores do Cairo o espetáculo de sua habilidade e de sua fôrça em justas e corridas cavalheirescas. Faziam-nos voltear, sofreando, seus cavalos rápidos e fogosos; simulavam combates, correndo com suas lanças, uns contra os outros. Seu exercício favorito era a *quintaine*: colo-

cava-se sôbre postes bem fincados no chão, um manequim coberto da armadura e das vestes de um guerreiro: sua mão direita estendida sustentava o escudo, a esquerda, uma espada ou um bastão. Os cavaleiros, em uma corrida rápida, deviam ferir o manequim no peito; se o golpe era dado à direita ou a esquerda, a imagem do guerreiro, voltando-se sôbre si mesma, atingia com o escudo ou com a espada, o cavaleiro inábil, que recebia vaias da multidão.

Para os peregrinos, que jamais tinham deixado seu país, tudo devia ser motivo de curiosidade e de admiração. A história do tempo conservou-nos as expressões de espanto ou de alegria com que êles contemplavam a cidade de Bizâncio e as ricas cidades do Oriente. Se êles ofereceram, por vêzes, às nações estrangeiras o espetáculo de seus jogos e festas, compartilharam também dos prazeres e dos divertimentos dos Orientais. Quando o rei da Noruega, Sigurd, voltou da Terra Santa, o imperador de Constantinopla fêz representar, diante dêle, os jogos que os gregos chamavam de *padrémicos* e nos quais os guerreiros do Norte viram os deuses e os heróis de Homero misturando-se em confusão no campo de batalha. Fogos semelhantes aos do trovão caíam do alto dos céus, explodiam com fragor, na arena dos combatentes, enquanto se ouvia ao longe o som harmonioso de liras e de cítaras. O historiador que descreve êsses jogos heróicos acrescenta que guerreiros sustentados por uma divindade tutelar defendiam na luta

a glória da nação grega e que a multidão que assistia a êsse espetáculo, nêle via os destinos futuros do império.

As crônicas árabes falam-nos de certas mulheres muçulmanas que eram instruídas para dançar e apresentar-se em exibições, na côrte dos sultões e dos emires: a história nos diz que êsse gênero de espetáculo não encontrou sòmente indiferença entre os cruzados. Ricardo de Cornualha, irmão de Henrique III, levou para a Inglaterra várias dessas mulheres muçulmanas, das quais se admiravam a beleza e a elegância, e que, sem perder o equilíbrio, acompanhando-se com o som dos tímbalos, dançavam sôbre bolas de aço com a rapidez do vento.

Na terceira Cruzada, em que os francos e os muçulmanos ficaram por muito tempo em contacto, os guerreiros cristãos exibiram muitas vêzes diante do inimigo a pompa e as solenidades das festas militares da Europa. Os muçulmanos e Saladino mesmo, tomaram parte naqueles jogos da cavalaria cristã; um sobrinho do sultão foi feito cavaleiro por Ricardo na presença mesma do exército dos cruzados, que acampavam perto de Ascalon. Nos dias consagrados à glória da cavalaria, podiam-se ver ao mesmo tempo as cerimônias e os exercícios bélicos do Oriente e do Ocidente.

Se acreditarmos numa passagem do historiador Brampton, os companheiros de Ricardo nem sempre

se entregavam a exercícios tão nobres como o torneio. Vários senhores inglêses e franceses tinham vindo de Messina, para se entregarem aos jogos de costume, e, voltando à cidade, encontraram o carro de um camponês que levava ao mercado canas e caniços. Os mais nobres dos cavaleiros, então, da França e da Inglaterra apoderaram-se dêsse carro do camponês. Os caniços que êles lá encontraram, usaram-nos como lanças, com os quais atacaram uns aos outros e perseguindo-se pelas ruas e praças públicas; assim tudo o que se parecia com um combate agradava a guerreiros, vindos de tão longe, para mostrar o seu valor. Nesse combate que teve tôda a cidade de Messina por testemunha, a princípio lutava-se por brincadeira, mas depois entregaram-se com vigor à conquista da vitória. O rei da Inglaterra teve a vergonha de ser vencido por Guilherme de Larres; e tal foi o despeito de Ricardo Coração de Leão, que o rei da França e todos os barões franceses solicitaram-no em vão que perdoasse àquele que o tinha desarmado, num combate singular, grosseira e miserável imagem da guerra.

Na Cruzada de Frederico II, a história nos fala de divertimentos mais graves, mais dignos dos reis e dos príncipes. O sultão do Egito e o imperador da Alemanha, ambos cultores da poesia, ambos ávidos do saber, empregavam suas horas de lazer e seu tempo em estudar os costumes e o caráter dos povos; e, enquanto a guerra ameaçava rebentar em tôrno dêles,

Tréguas.

êles se informavam, em suas mensagens pacíficas, das leis, da indústria, das produções da Ásia e da Europa. Lemos nos historiadores árabes que êsses dois príncipes, mandavam, cada qual, por sua vez, problemas de geometria, para serem resolvidos, como no tempo de Salomão os reis do Oriente mandavam uns aos outros, enigmas ou alegorias, de que deviam procurar o sentido e a moral.

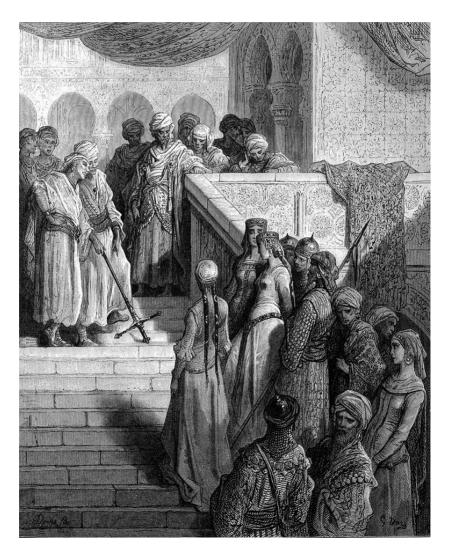
Trovadores e menestréis misturavam-se por vêzes com a multidão que partia para a Cruzada. As crônicas nos dizem que na primeira guerra santa fizeram-se canções sôbre o capelão do duque da Normandia e sôbre suas duas sobrinhas que êle havia levado ao Oriente. Guilherme, duque de Poitou, celebrou suas deploráveis aventuras na Ásia, em versos inspirados pelo gênio do seu jovial saber. Depois da tomada de Tolemaida, Ricardo havia composto versos satíricos contra o duque de Borgonha; êste, que também se gabava de ser poeta, respondeu com uma canção em que a Rainha Berengária e as princesas que acompanhavam Ricardo, não foram poupadas. Não temos necessidade de dizer que jamais se perdeu o hábito de cantar, nas Cruzadas, em que se encontravam os franceses. O rei da Navarra, que tinha também pregado em versos a expedição de que era chefe, foi seguido à Palestina por um grande número de cavaleiros, trovadores como êle. Algumas das canções que êles compuseram na Cruzada, chegaram até nós. Em geral tôdas têm um senti-

mento de tristeza e de melancolia, que prova que êsses cânticos eram feitos menos para divertir, do que para consolar os peregrinos. Vários companheiros de Thibaut, que haviam caído nas mãos dos muçulmanos, na batalha de Gaza, cantavam, nas prisões do Cairo, a França, *êsse doce país que tanto êles amavam*. Assim a lembrança poética da pátria ajudava-os a suportar suas desgraças e alegrava seu cativeiro, entre os infiéis.

CAPÍTULO VII

AS MULHERES NAS CRUZADAS

Quando os povos se ergueram todos, para ir à Cruzada e à guerra santa, as mulheres seguiram-nos em grande número ao Oriente. É bem difícil, no entretanto, acompanhá-las nessa longínqua peregrinação, pois a maior parte do tempo a história se limita a dizer que elas partiram sob as bandeiras da cruz; os cronistas falam delas, sòmente em circunstâncias extraordinárias, ou então quando descrevem a corrupção que reinava entre os peregrinos.

A primeira vez que encontramos mulheres no campo de batalha, foi em Doriléia, onde as espôsas e as filhas dos cavaleiros e dos barões, temendo cair nas mãos do inimigo, cobriram-se com suas jóias e diamantes, vestiram-se com seus mais belos trajes, com intenção de atrair e de mitigar o coração dos bárbaros. O historiador que nos refere êsse fato, acrescenta, que depois que o perigo passou, as mulheres atiraram-se à luta, levando víveres, água, armas, sem dúvida, para fazer esquecer aquêle momento de fraqueza e para expiar o êrro que tinham cometido, de se adornar para os turcos. O trecho que acabamos de citar oferece grande contraste com o heróico pudor daquelas religiosas de Santa Clara, que, depois da

As prisioneiras.

tomada e da ruína de Tolemaida, feriram-se no rosto, ensangüentando-o, e assim se apresentaram à espada do vencedor.

Não falaremos aqui de Florina, filha do duque da Borgonha, que morreu com Suénon, na estrada de Antioquia, nem de Margarida de Hainaut que percorreu o Oriente procurando o espôso, que morrera vítima dos turcos, nem da princesa Ida, que desapareceu no tumulto de uma batalha e que terminou seus dias nos haréns do califa de Bagdad. Depois da sexta Cruzada, a rainha da Hungria, espôsa de Bela, entregando-se ao serviço de Jesus Cristo, ficou na Terra Santa. A mulher de Thierri, conde de Flandres, tendo seguido seu marido ao Oriente, lá quis morrer e navegou para Betânia.

Quando depois da tomada de Jerusalém, Guilherme de Poitou partiu para o Oriente, foi seguido por um grande número de mulheres e de moças. Alberto d'Aix nos diz que as nobres damas da França, da Alemanha e da Itália, que tinham tomado a cruz pereceram miseràvelmente na Ásia Menor, abandonadas por seus cavaleiros e nas mãos dos turcos, cuja cabeleira horrível, cuja barba espêssa e vestes bizarras tornavam semelhantes a demônios. Um historiador grego que fala da passagem de Luís VII e do imperador Conrado por Constantinopla nos diz que sob as bandeiras da cruz havia um batalhão de mulheres, cobertas de armas, que tinham um coman-

dante de seu sexo, da qual se admirava a brilhante indumentária e que era chamada de a *mulher de pernas de ouro.*

Três grandes rainhas dirigiram-se ao Oriente, durante as Cruzadas; Leonor de Guienne, Margarida de França e Berengária da Navarra. Dissemos que a côrte de Ricardo, onde se encontrava a rainha Berengária e a filha de Isaac, foi objeto de algumas canções satíricas, que se repetiam no exército cristão. Lembramos que Margarida lançou-se de joelhos diante de seu escudeiro e rogou-lhe que lhe cortasse a cabeça, se ela estivesse em perigo de cair nas mãos dos muçulmanos. Leonor não teve tanto mêdo dos turcos. Sabemos quais foram as conseqüências de seu proceder, para ela mesma e para a França; depois de se ter separado em sua juventude de um marido que ela tinha acompanhado a Jerusalém, nós a vemos numa idade mais avançada, chorar a sorte de um filho, atacado e aprisionado quando voltava da Terra Santa. Se essa princesa, como espôsa de Luís VII deixou lembranças pouco favoráveis à sua glória, por outro lado, como são tocantes as cartas em que a ternura de uma mãe, pedia à Santa Sé a liberdade de Ricardo Coração de Leão!

Quando os cruzados se puseram ao mar, navegando para a Terra Santa, um número excepcional de mulheres, grande mesmo, os seguiu, sob as bandeiras da cruz. Na expedição de Ricardo e de

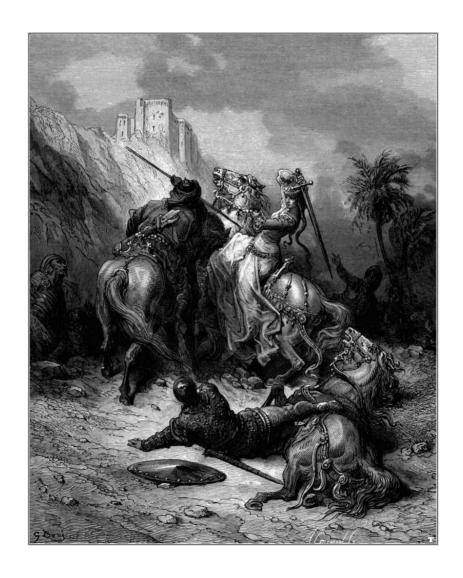
Filipe Augusto, não foi permitido receber nos navios, outras mulheres, que as lavadeiras e ainda deviam elas estar a salvo de qualquer suspeita. No entretanto, os autores árabes nos dizem que muitas vêzes entre os mortos foram encontradas várias mulheres que tinham combatido com os cruzados e traziam armaduras e vestes de guerreiros do Ocidente. Uma mulher cujo nome a história não nos conservou, distinguiu-se nesta Cruzada por um ato de heroísmo que merece ser lembrado. Os cruzados estavam ocupados em encher um fôsso de Tolemaida. A heroína cristã, que se encontrava no meio da multidão dos que atiravam terra, pedras, madeira, foi ferida por um dardo; mortalmente atingida, chamou seu marido e rogou-lhe que, depois que ela tivesse morrido a lançasse também naquele fôsso para que ela ainda pudesse se associar, depois da morte, aos trabalhos e às vitórias dos cristãos. Num poema latino de que nos restam alguns fragmentos, um monge de Froidmont, conta as aventuras guerreiras de sua irmã Margarida, que estava em Jerusalém sitiada por Saladino. Essa amazona da cruz colocou-se entre os combatentes, armada de uma funda, com a fronte coberta por um vaso de bronze, em forma de capacete. Tendo escapado à espada dos infiéis, à prisão dos muçulmanos, sòzinha e abandonada, conservando apenas o Saltério, a jovem Margarida atravessou, no meio dos maiores perigos, a Síria e a Ásia Menor e voltou à Europa, onde ela se recolheu a um claustro, perto de Lion.

Se as mulheres não puderam se apresentar que raramente nos combates, elas animaram muitas vêzes o valor dos guerreiros, com suas palavras. No número das que fizeram admirar seu caráter nas Cruzadas, devemos principalmente lembrar o nome de Adela, condêssa de Blois, que não pôde suportar a vergonha de seu marido, desertor da guerra santa. Ela obrigou-o a voltar ao Oriente, pois preferia vê-lo morto, do que suspeito de ter faltado à honra da cavalaria.

Não nos podemos dispensar de falar aqui da Cruzada na qual as mulheres deram sòzinhas o sinal e o exemplo. Trinta anos depois da morte de Luís IX, a Santa Sé exortou os povos do Ocidente a tomar as armas contra os infiéis. Suas exortações apostólicas foram ouvidas sòmente por algumas damas genovesas, que fizeram o juramento de libertar a Terra Santa. A côrte de Roma, aplaudindo seu zêlo, tinha sem dúvida a esperança de excitar a emulação da cavalaria cristã. Mas os cavaleiros não pensavam mais na libertação de Jerusalém. As damas de Gênova ficaram sòzinhas na liça e a Cruzada não se pôde realizar. Restam-nos hoje para atestar o devotamento das amazonas cristãs, as bulas de Bonifácio VIII e o testemunho de um viajante, que viu no século passado, os capacetes e os escudos preparados para essa expedição singular.

Sem dúvida, as mulheres se distinguiram nas Cruzadas, pelas virtudes que lhes são próprias.

Quantas vêzes nessas longas peregrinações não se ocuparam elas dos doentes e dos feridos, aliviando a miséria dos peregrinos, consolando a todos os que sofriam? Mas as virtudes simples e modestas não prenderam os olhares da história contemporânea e não podemos hoje prestar uma homenagem perfeita às heroínas da cidade. Se a ambição e o amor da glória determinaram a muitos cavaleiros a tomar a cruz, devemos pensar que a paixão do amor levou também muitas mulheres a expedições às quais a nobreza guerreira se inscrevia e os sentimentos que a beleza inspira uniram-se por vêzes aos sentimentos graves e austeros da guerra santa. Os trovadores contemporâneos da terceira Cruzada nos deixaram a tocante lembrança de Raul de Coucy e da infeliz espôsa do senhor de Fayel. O cantor de Godofredo celebrou em seus versos o amor de Suénon e da filha do duque da Borgonha. Nossas velhas crônicas, é verdade, citam poucos exemplos semelhantes, e suas narrações sòmente de vez em quando nos oferecem aventuras romanescas. A história dessa época, escrita por clérigos ou monges ocupados em nos apresentar a devoção e a bravura dos peregrinos, deixou aos romancistas e aos poetas o cuidado de descrever as paixões e os amôres profanos dos cavaleiros da cruz.

Visto que, estamos falando das mulheres nas guerras santas, seja-nos permitido dizer uma palavra sôbre as mulheres do Oriente e da maneira de como

A heroína.

Tasso no-las apresenta na sua *Jerusalém libertada*. Já falamos da mãe de Kerbogah, que lia o futuro nos astros e procurava dissuadir seu filho da guerra contra os cristãos. Há antigas predições dessa princesa muçulmana à pomposa ficção de Armida. De todos os cronistas do Ocidente, Orderico Vital é o único que nos apresenta as mulheres do Oriente, tomando parte na guerra. A história da Normandia nos fala da filha de Solimão, um dos emires da Ásia Menor, que mantinha Bohémond prisioneiro. Melas, assim êle chama à princesa muçulmana, interessava-se vivamente pela sorte do príncipe de Antioquia e de seus companheiros de infortúnio, que ela visitava todos os dias na prisão. Ela induziu êsses valorosos prisioneiros a combater os inimigos de seu pai, mas êste, embora tivesse sido ajudado eficazmente, não perdoava à filha o interêsse que ela demonstrava pelos soldados cristãos e a qualificação de *péssima meretriz*, que lhe deu, em sua cólera, nos dá a conhecer o gênero de suspeita que lhe inspirava o proceder de Melas. Nada há em tudo isso que se assemelhe à altiva Clorinda, nem aos amôres de Tancredo. O mesmo historiador, narrando o cativeiro de Balduino, rei de Jerusalém, fala-nos de três mulheres do emir Balac, as quais estavam numa fortaleza, onde se defendiam os guerreiros cristãos. Uma dessas mulheres, Fátima, que se interessava pelos soldados de Cristo e que já tinha receio de ser restituída ao marido,

aconselhou Balduino e seus companheiros a se defenderem até o fim, fazendo-lhes temer as canções satíricas dos soldados, lembrando-lhes os *prodígios e a duração do cêrco de Tróia.* Nada encontramos neste trecho que a história deva adotar e de que a musa épica se possa enriquecer. Orderico faz menção de uma terceira mulher muçulmana: a filha do governador de Antioquia, que caiu nas mãos dos cruzados, depois da tomada daquela cidade. Quando a restituíram à família, ela se pôs a chorar; e, como lhe perguntassem o motivo da sua tristeza, ela respondeu: *Não poderei mais comer da excelente carne de porco!* Esta, a princesa que Tasso transformou na personagem tão brilhante e tão poética de Hermínia.

O espírito e os costumes do islamismo não permitiam às mulheres comparecer ao teatro dos acontecimentos políticos. Durante tôda a duração das Cruzadas, nós não vemos uma única mulher muçulmana cujo nome se encontre unido aos assuntos do tempo. A espôsa favorita de Negmeddin, subiu, por suas intrigas, ao trono dos sultões do Cairo. Todo o povo dos crentes ficou escandalizado com semelhante inovação e o califa de Bagdad perguntou aos emires do Egito, se aquêle vasto país não tinha mais homens para governá-lo. Censura-se com razão a Tasso, não ter estudado bastante os costumes dos muçulmanos; e, se se tratasse de traduzir seu poema

em língua oriental, é provável que essa língua não teria expressões para torná-lo fiel em muitos dos seus trechos e dos seus quadros. Espero que a alma de Tasso há de me perdoar esta observação crítica e como eu, todos sentir-lhe-ão a verdade. O gôsto, ou melhor, essa razão suprema que preside às obras-primas da arte, abandona por vêzes os acontecimentos humanos à fantasia dos poetas, mas ela impõe à poesia, como à história, o dever de serem exatos na descrição dos carateres e dos costumes.

CAPÍTULO VIII

LEGISLAÇÃO DOS CRUZADOS

Já falamos, em nossa história, das *Assembléias de Jerusalém;* sabemos que êsse precioso monumento da legislação da Idade Média, inspirou a Luís IX o pensamento de dar leis a seu reino e a história se compraz em notar que a civilização começou assim para a Europa, nos mesmos lugares de onde a fé cristã nos tinha vindo. Não falaremos mais aqui das leis que governavam a Terra Santa, mas das determinações estabelecidas para os cruzados, durante as expedições do Oriente. Não é fácil seguir-se a legislação diária de um povo ou de um exército que caminhava através de regiões longínquas, expôsto a mil reveses, a tôda sorte de acidentes imprevistos, cuja posição devia variar contìnuamente e apresentar todos os dias um aspecto diferente. Aproveitaremos, todavia, documentos que encontramos exparsos nas crônicas contemporâneas, para dar a conhecer regras, decretos, determinações ou leis que os peregrinos de Jerusalém receberam da necessidade e das circunstâncias muito mais ainda que da providência de seus chefes.

Odon de Deuil nos diz que tudo se fêz para se organizarem essas determinações para a segunda Cruzada, mas que elas ficaram sem execução. De-

clara por isso que delas não falará. Alberto d'Aix narra que no cêrco de Antioquia os chefes do exército, persuadidos de que os males que suportavam eram causados pelos pecados dos peregrinos, fizeram leis para a repressão das desordens e o castigo dos culpados. Castigava-se severamente àquele que vendia com pêso falso ou falsa medida; que enganava no trôco e no câmbio das moedas ou num negócio qualquer, *a seus irmãos em Jesus Cristo.* Punia-se porém, com mais rigor àquele que cometia um furto ou se manchava com a fornicação ou o adultério.

Na terceira Cruzada, o rei da França e o rei da Inglaterra decretaram penas rigorosas contra as desordens e os crimes dos peregrinos, alistados sob suas bandeiras. Um homem acusado de roubo, se culpado, era deixado à margem do mar, de cabeça raspada, besuntado de piche e coberto de penas. O assassino, ligado ao cadáver da vítima, era atirado às ondas ou enterrado vivo. Essa legislação que parece, de resto, ter sido feita para as viagens por mar, bastaria para mostrar um século e uma nação bárbaras. Quando se sabe da violência e da suscetibilidade dos francos, pode-se julgar que freqüentes querelas deviam surgir entre os cruzados. Por isso sem dúvida, fizeram-se leis tão severas, para a reparação das ofensas: o que dava uma bofetada, era mergulhado três vêzes no mar; o que ofendia a um companheiro, pagava tantas onças em dinheiro, quantos ultrajes ou ofensas havia proferido.

Frederico I, partindo para a Ásia, publicou *em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo,* leis penais para manter a ordem em seu exército. Cortava-se a mão direita de um cruzado que havia batido ou ferido a um outro. Como era importante, para se prover aos peregrinos, inspirar confiança nos que forneciam os víveres ou os vendiam, aquêle que faltava à palavra num mercado ou quebrava um contrato pela violência, era condenado a sofrer a pena capital. As leis feitas para a milícia da cruz, eram proclamadas solenemente; todos os cruzados juravam sôbre o evangelho observá-las e velar pela sua execução.

Fizemos muitas indagações para saber se nos exércitos cristãos podiam-se descobrir traços de uma autoridade judiciária permanente, de uma espécie de tribunal estabelecido para julgar os processos, para reprimir e castigar os crimes e os delitos dos peregrinos.

Em certas ocasiões, formava-se um conselho encarregado de reprimir os crimes contra a ordem pública. Frederico escolheu sessenta comissários entre os mais sábios do exército. Os historiadores falam da severidade com que êsses comissários pronunciavam suas sentenças. No cêrco de Antioquia, escolheram-se juízes no clero e entre os barões; êsse temível tribunal que os cruzados consideravam como o órgão do céu irritado, condenava os culpados a serem presos a correntes, batidos com varas, marca-

dos com ferro em brasa. Enquanto Damietta estava sitiada pelo exército de João de Brienne, o marechal do legado e doze conselheiros obrigaram-se, por juramento, a castigar todos os malfeitores. Deviam dirigir de tempos em tempos aos cruzados salutares exortações. Segundo as palavras do bispo de Acre, não se poupavam nem aos ladrões, nem aos homicidas, nem às mulheres de má vida, nem aos que mantinham ou freqüentavam tabernas.

Devemos crer que independentemente das leis gerais proclamadas pelos chefes de uma cruzada, todo povo trazia ao Oriente seus usos e costumes, que serviam de lei para se manter a subordinação e fazer-se justiça a todos os peregrinos. Todavia, só nos restam vestígios esparsos de tôdas as diversas legislações. Os cruzados não tinham, o mais das vêzes, outras leis que os preceitos do Evangelho; êles só tinham que temer, em seus excessos, o tribunal da penitência e as ameaças da Igreja. Quando se experimentavam ou se temiam grandes desgraças, quando se viam no céu sinais manifestos da cólera do Onipotente, os pastôres da cruzada tinham o cuidado de dizer, e a multidão estava persuadida disso, como êles, que Deus se preparava para castigar os crimes dos peregrinos. Assim a justiça divina era muitas vêzes sòmente a única justiça que os cruzados reconheciam e, segundo opiniões do tempo, os males que os soldados da cruz tinham que sofrer, a carestia, as doenças, o frio do inverno, o calor abrasador do verão e do clima, os

perigos e as calamidades da guerra, eram os castigos ou suplícios que o juiz e árbitro supremo infligia aos que violavam suas leis.

Vemos, pelo que acabamos de dizer, que os legisladores das cruzadas tinham sobretudo como objeto, reprimir a corrupção dos costumes. O luxo e as despesas da primeira expedição tinham despertado o pensamento de estabelecer leis suntuárias. Estatutos redigidos pelos barões e pelos prelados da França e da Inglaterra, reformaram, para a terceira cruzada, o luxo da mesa e dos vestuários. Vários éditos dos príncipes e dos chefes da cruzada proibiam forros de sêda, de *petit-gris,* de zibelina, de escarlate, e as vestes muito ricas. Foi também proibido por determinação que a história nos conservou, fazerem-se servir mais de duas iguarias e levar mulheres para a santa peregrinação. Vários concílios, vários papas proibiram aos cruzados cuidar de seus adornos, levar cães de caça e falcões e tudo o que pudesse enfraquecer a alma dos guerreiros. Os juramentos absurdos, os jogos, os torneios, foram também proibidos durante as cruzadas. Tôdas estas leis suntuárias, eram mais ou menos observadas segundo as circunstâncias. A carestia e todo gênero de misérias que acompanhavam ordinàriamente os exércitos cristãos, secundaram demasiadamente, às vêzes, a legislação que reformava o luxo dos cruzados; mas as leis eram esquecidas no tempo da prosperidade e da vitória. O exemplo de Balduino, Conde de Edessa, que tinha adotado

os usos da Ásia, o do chanceler Conrado, cuja mesa era servida em baixelas de ouro, provam-nos que a simplicidade do Evangelho era a virtude principalmente nos dias infelizes e, que os soldados de Jesus Cristo, no meio de suas conquistas longínquas, nem sempre desprezaram a magnificência dos orientais.

Os cruzados, que tinham vendido suas terras e seus móveis para poderem partir para o Oriente, não deviam ter, em fato de prosperidade, muitos motivos de contestação. Só lhes restavam suas armas, seus cavalos, sua equipagem de guerra e nos dias da vitória, a sua parte dos despojos. Todavia, os interêsses dos peregrinos eram também regulados nas cruzadas pelas leis civis, das quais algumas chegaram até nós. Os que morriam na peregrinação podiam dispor de sua armadura, de suas equipagens, de seus cavalos, e se eram clérigos, de suas capelas e de seus livros. Uma outra determinação dizia que o dinheiro encontrado com um cruzado depois de sua morte, seria dividido em três partes: a primeira pertencia de direito à Terra Santa, a segunda aos pobres e a terceira aos que tinham servido ao falecido. Quanto aos bens que os cruzados tinham adquirido durante a guerra, podiam legar sòmente a metade dêles. A outra metade ficava reservada para o serviço dos santos lugares.

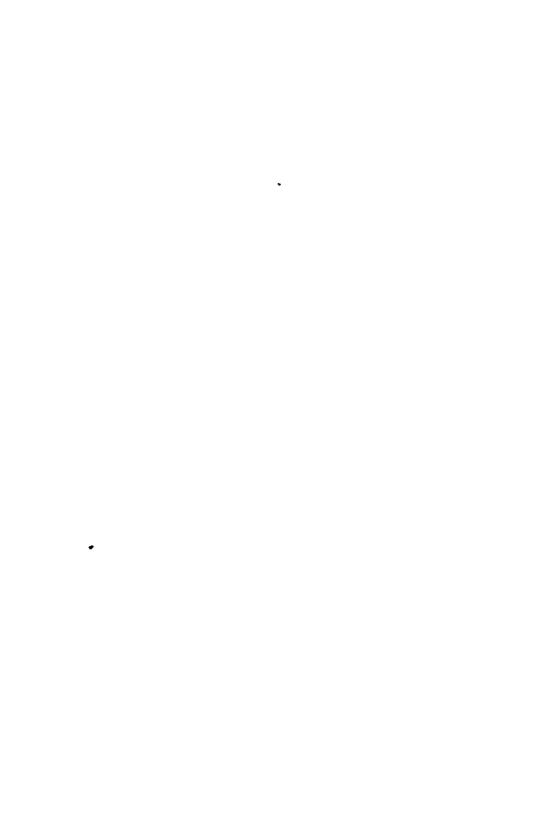
A mais importante de tôdas as leis que se fizeram durante a primeira cruzada, foi sem dúvida a convenção pela qual se davam terras, uma casa, uma ci-

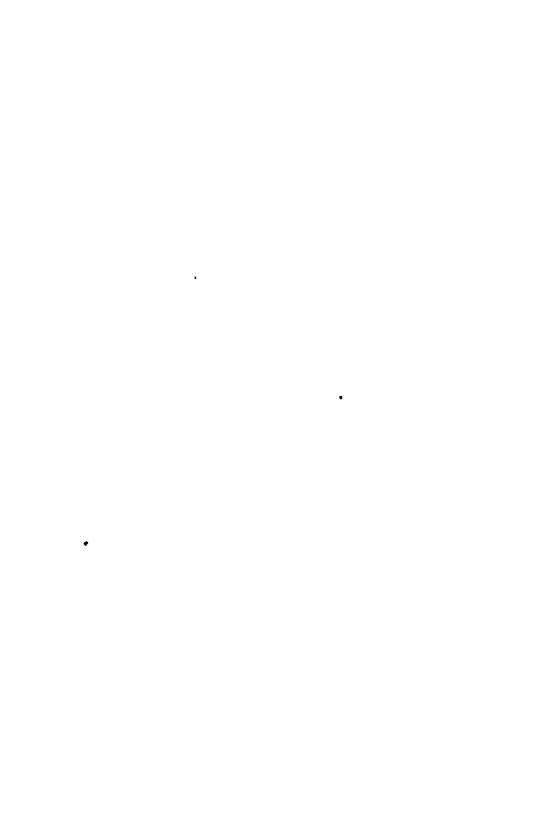
dade mesmo, a quem por primeiro lá chantasse um estandarte. Foi assim, que depois da tomada de Jerusalém, Tancredo ficou senhor da mesquita de Omar e de tôdas as riquezas que ela continha. "Eu entrei por primeiro no Templo, exclamava êle, dirigindo-se aos chefes da cruzada, por primeiro eu arrombei as portas. Precipitei-me por primeiro a um lugar para onde ninguém ousava seguir-me." Tancredo não usou de outras razões para defender seus direitos e o conselho dos chefes reconheceu a justiça de sua causa. Essa lei fundada na famosa máxima do *primo occupanti* o primeiro que ocupar, não era fácil de se executar no meio de uma multidão de conquistadores; também surgiram muitas questões sôbre a posse das cidades conquistadas pelos cruzados na Síria e na Ásia Menor. A lei que se havia feito podia bastar para os simples cruzados e nos casos ordinários; ela era insuficiente porém, quando invocava contra a fôrça vitoriosa.

Foi preciso fazerem-se muitas outras leis, para a partilha dos despojos, ponto essencial, numa guerra, onde todos eram miseráveis, onde todos viviam dos produtos da vitória. Nenhuma injustiça era mais vivamente sentida do que a que privava os cruzados da parte que lhes competia nos despojos do inimigo. Antes que o exército de João de Brienne e do legado Pelage entrasse em Damietta, proclamaram uma lei que proibia tirar alguma coisa dos despojos, sob pena

de ter a mão direita cortada e de perder todos os direitos à distribuição geral. Na tomada de Constantinopla, os que tinham guardado para si o que haviam encontrado na cidade, deviam sofrer a pena de morte. Devemos acrescentar que o castigo de excomunhão era então o complemento e a sanção indispensável de tôdas as leis militares e de tôdas as leis civis.

Não terminaremos êste capítulo sem falar dos privilégios dos cruzados, que podemos considerar como fazendo parte da legislação das guerras santas. Entre êsses privilégios, devemos notar o que colocava os peregrinos de Jerusalém sob a jurisdição eclesiástica, em tôdas as causas, onde não era questão, de vida ou de amputação de um membro; não esqueceremos, do mesmo modo, da faculdade que tinham os cruzados de alienar seus feudos, mesmo sem o consentimento de seus senhores e de suas famílias, faculdade que contribuiu muito para alterar o princípio do govêrno feudal. Entre as vantagens concedidas aos que tomavam a cruz, e de que êles se deviam aproveitar assaz, de um lado, estava a isenção do impôsto plebeu; de outro, a dispensa de pagar as dívidas. O privilégio que consistia em não cumprir as promessas, foi concedido, sem restrição, na primeira e mesmo na segunda cruzada. Devemos julgar da desordem que espalhou na sociedade, a suspensão de tôdas as leis que protegiam a execução dos contratos. Os abusos chegaram tão longe, que se voltaram contra os mesmos cruzados, aos quais se recusou emprestar di-

nheiro e que por isso, foram obrigados a renunciar a tal privilégio. A contar da terceira expedição, a legislação das cruzadas concernente às dívidas dos peregrinos começou a se modificar. O devedor cruzado não podia ser perseguido, mas era obrigado a dar garantias, a fornecer uma caução, ou indicar terras como pagamento do que devia. O senhor ou príncipe na jurisdição do qual se encontravam os contraentes, devia, nesse caso, proteger o fraco contra o forte, a justiça contra a iniqüidade; e todos os que se recusavam amparar as leis, incorriam nas condenações da Igreja.

CAPÍTULO IX

SÔBRE A REUNIÃO DOS EXÉRCITOS CRISTÃOS E SÔBRE OS MEIOS DE SE OBTER DINHEIRO NAS CRUZADAS.

A primeira cruzada apresenta o espetáculo de um grande movimento entre as nações, movimento que nenhuma potência humana tinha preparado e que os velhos historiadores não podem explicar senão no-lo apresentando como uma inspiração de Deus. Nela, a princípio, não encontramos ordem alguma, nenhuma direção, nenhum chefe preponderante; mas a opinião era tão forte e tão poderosa que era suficiente para tudo e tinha mesmo o lugar de leis. Essa opinião era, de algum modo, como uma providência, que velava pela conservação da ordem pública, presidia aos preparativos da guerra e a levava ao desfecho.

Na segunda cruzada, a pregação do abade de Claraval e as queixas dos cristãos do Oriente excitaram um vivo entusiasmo entre os fiéis; mas êsse entusiasmo teve algo mais do que na primeira expedição. Os conselhos de S. Bernardo e sua recusa de conduzir à Ásia os guerreiros da cruz, foram uma verdadeira homenagem prestada à autoridade da experiência como à autoridade dos príncipes. Os cruzados da Alemanha e da França reuniram-se sem perturbações e sem desordens, sob o estandarte de Luís VII e do Imperador Conrado. Falando dos embaixadores que Luís, o Jovem, mandou ao imperador de

Constantinopla, Odon de Deuil diz que êle ignora os nomes dêsses embaixadores, porque êles não foram escritos no livro da rota. Vemos assim que existia na segunda cruzada um registro, ou como então se chamava, um *rôle* sôbre o qual estavam escritos os nomes de todos os cruzados, ou pelo menos dos que levavam armas. Na terceira cruzada, os grandes deram o exemplo de seu devotamento à causa de Jesus Cristo e de todos os lados a multidão dos peregrinos se apresentou para partir. A Europa parecia esperar os chefes para se precipitar sôbre o Oriente e os príncipes desde aquêle instante, puseram-se em condições de comandar os exércitos da cruz. A proibição feita na Alemanha de se receberem no exército cristão os peregrinos que não tivessem consigo o valor de três marcos de prata, prova, por um lado, que se tomavam precauções, e por outro, que se reconhecia a autoridade, à qual os peregrinos deviam obedecer. Na França e na Inglaterra, os servos, os lavradores, os burgueses da cidade, não podiam tomar a cruz sem a permissão de seus senhores. Todos os cruzados que não obtinham essa permissão, eram condenados a pagar o dízimo saladino, como os que ficavam no Ocidente, prova evidente de que os caminhos da peregrinação não se achavam abertos para todos, como na primeira guerra santa e que o grande movimento das cruzadas começava a se regularizar por meio de leis e de usos estabelecidos. Mais tarde o cardeal de Courçon que pregou a guerra sagrada, na França,

quis fazer decretos em nome da cruz, e êsse proder do legado foi considerado como uma verdadeira usurpação dos direitos do príncipe. Resta-nos a êsse respeito uma correspondência entre a Santa Sé e Filipe Augusto, que nos apresenta o Rei da França suspendendo a partida dos cruzados e o papa, obrigado a recorrer à oração, para que a cruzada não sofresse nem obstáculo, nem atraso. A história contemporânea acrescenta que as pregações do legado romano causaram poucos frutos para a guerra santa e que, dando a cruz a todos os que se apresentavam, descontentava-se aos cavaleiros e aos barões, o que acabou por demonstrar que as cruzadas dependiam cada vez mais da autoridade dos grandes e das monarcas.

Sabemos que a maior parte dos cruzados alemães partiu com Frederico Barbarroxa, que, quando Frederico expirou, o exército vitorioso que êle conduzia, dispersou-se e desapareceu com seu ilustre chefe. O imperador Henrique IV apresentou-se como chefe da quarta cruzada, tomando o compromisso de dar a cada cruzado três onças de ouro e víveres por um ano; quando êsse príncipe morreu na Apulha, todos os peregrinos que êle tinha enviado ao Oriente apressaram-se em voltar à Europa, apesar dos esforços que fêz a Santa Sé, para conservá-lo sob as bandeiras da cruz.

Encontramos numa crônica da Itália um estado de soldados que deviam fornecer todos os prelados da região de Nápoles para a cruzada de Fre-

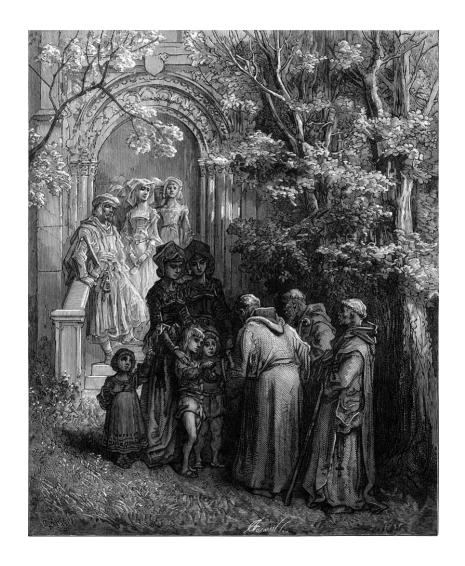
derico II. Numa crônica de Bremen, diz-se que o papa, de acôrdo com o Imperador da Alemanha, mandou que os duques, os arcebispos, os bispos, os condes e os barões fornecessem um certo número de guerreiros para socorrer a Terra Santa. A cidade de Bremen forneceu seu contingente, que foi levado à Ásia por dois cônsules e recebeu do imperador, armaduras particulares pelos serviços prestados durante o cêrco e a tomada de Sidon. Depois da conquista de Damietta no tempo de João de Briene, a cidade de Harlen obteve também alguns privilégios do chefe do império como prêmio dos feitos, pelos quais seus cidadãos se haviam distinguido no Egito.

Devemos concluir dos fatos que acabam de ser referidos, que se haviam aplicado às guerras santas, os usos do sistema feudal. Do mesmo modo que, nos tempos primitivos, a religião cristã para suas cerimônias e suas práticas, tinha adotado alguns costumes do paganismo, assim o espírito religioso dos cruzados, se havia misturado com as instituições e os usos das sociedades contemporâneas. Nas pregações das guerras santas, os cruzados eram muitas vêzes designados como vassalos do Filho de Deus. Um trovador do século doze fala de Jerusalém como de feudo de Jesus Cristo. O Papa Inocêncio III compara os que não correm em socorro da Terra Santa, a vassalos infiéis, que recusam ao seu rei ou a seu senhor prisioneiro, o socorro de seus braços, de seus tesouros e de suas armas. Quando um barão ou um cavaleiro

tomava a cruz, parecia-lhe entrar para o serviço de Deus e se estabelecia entre o céu e êle uma reciprocidade de obediência e de proteção. Isso explica as queixas tão estranhas que os cruzados dirigiam às vêzes ao céu, inspirados pelo desespêro: "Ó Deus, Todo-Poderoso! exclamava um dêles, nos dias de calamidade, se tu abandonas dêsse modo os que te servem, que cristãos desejarão continuar em teu serviço?" Uma crônica nos refere que os cruzados mortos sob os muros de Antioquia, quando compareceram diante do trono do Eterno, com a estola branca e a coroa do martírio, dirigiram-lhe estas palavras: *"Por que não vingaste nosso sangue que correu hoje por ti?"* Não era assim, que no regime feudal, um vassalo, se teria queixado de seu senhor, que o tivesse abandonado? Uma outra crônica, falando dos socorros milagrosos que o céu mandava aos cruzados, não deixa de acrescentar que êsses socorros, lhes eram bem devidos pelo zêlo em defender a causa de Cristo e pela constância no serviço de Deus. Assim as tradições e os usos da Europa acompanhavam à Ásia os que iam combater pela herança de Jesus Cristo ou pelo reino do céu; seguiam-se aos reis e aos príncipes, como aos grandes vassalos do Deus dos exércitos e tal era a fôrça dos hábitos trazidos do Ocidente que o govêrno feudal se estabelecia, por si mesmo, em todos os países conquistados pelas armas dos cruzados. Depois que êles experimentaram reveses, e os senhores perceberam que os cruzados devoravam suas rendas

e seu poder, recusaram-se ir à Palestina, temendo arruinar-se. Luís IX foi obrigado a dar sôldo aos cavaleiros e aos barões para induzi-los a partir com êle para além-mar.

Apresentamos os exércitos cristãos reunidos sob as bandeiras dos príncipes e dos reis; vamos agora aos meios com que se havia de se prover à sua manutenção. Na primeira cruzada, como já dissemos, nada havia se regulado a êsse respeito: os chefes vendiam ou alugavam suas terras, cada qual tomava o dinheiro de onde podia, roubaram e saquearam os judeus, despojaram os cristãos e principalmente os gregos; quando os despojos vieram a faltar, sofreram pacienternente a carestia e todos os males que traz consigo uma guerra longínqua. Uma crônica nos diz que no Concílio de Clermont, o papa tinha dito aos fiéis: "Se não tendes dinheiro, a misericórdia divina vo-lo fornecerá." Todos sabem que essa promessa do Soberano Pontífice estêve longe de se realizar e a história nos diz como a isso se supriu.

A providência veio por fim do excesso de calamidades. Desde a segunda cruzada, estabeleceu-se o uso de cobrar tributos destinados à manutenção dos exércitos cristãos. Não pudemos saber com certeza que meios se empregaram na Alemanha para se fazer frente às despesas do exército de Conrado; mas no reino da França queixas surgiram de todos os lados

O dinheiro das Cruzadas.

e principalmente do clero, que era despojado; e, quando as desgraças chegaram, não se deixou de ver nelas a causa e a ruína do povo e das igrejas.

Os estatutos dos barões da França e da Inglaterra, para a cobrança dos dízimos saladinos, dizia que o clero e todos os leigos, militares e outros, pagariam a décima parte de seus rendimentos e de suas possessões mobiliárias. A instituição dos dízimos, cujo texto foi conservado, promete as bênçãos do céu *ao cristão que pagar o que deve, devotamente e sem coação;* era um apêlo à caridade e à consciência dos fiéis; todavia, estabeleceram-se na França, comissários para a cobrança do tributo, e, se acreditarmos nos historiadores inglêses, as determinações de Henrique II e de Ricardo, condenavam à prisão os que se recusavam a pagar as somas que lhes eram pedidas, em nome de Jesus Cristo. Como o clero não foi menos poupado, êle queixou-se com grande pesar. Acusavam-se os príncipes cruzados de ter decidido uma guerra não em favor da Igreja, mas contra a Igreja, de ter entregue de antemão ao furor dos turcos a vinha do Senhor. Para se fazer uma idéia do descontentamento dos eclesiásticos, devemos ler principalmente os discursos veementes de Pedro de Blois. "Por que deveriam os que combatiam pela Igreja arruinar a mesma Igreja? Seu dever, ao contrário, era enriquecer com despojos do inimigo, com os tesouros da vitória. Os príncipes do século pensavam então, que o Cristo, que era a soberana justiça, consi-

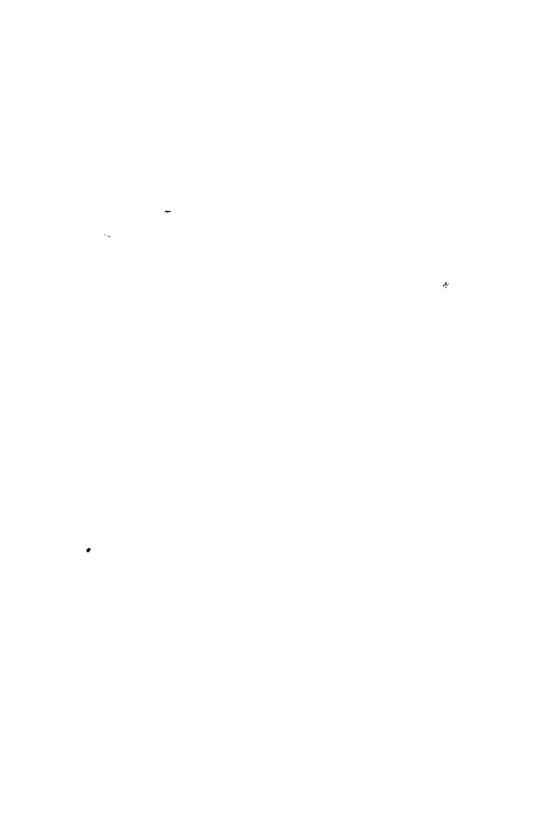
derava com vistas favoráveis uma taxa injusta e sacrílega? Se a opinião dos cristãos condenava às chamas do inferno os que não davam seus bens aos pobres, a que suplício dever-se-iam condenar os que tiravam os bens dos pobres da Igreja?" Estas as queixas do clero; mas tôdas elas não impediram que os *dízimos saladinos*, aprovados pelo chefe da Igreja, não fôssem cobrados em todo o Ocidente.

Mais tarde, Inocêncio III publicou uma circular dirigida a todos os fiéis, aos Bispos, aos abades, priores, a todos os capítulos, a tôdas as cidades e aldeias, rogando-lhes que fornecessem, segundo suas posses, um certo número de guerreiros e tudo o que era preciso para os manter, durante três anos. Tôdas as vêzes que se pregava uma nova cruzada, os papas, os concílios e os reis se ocupavam em procurar um impôsto e regularizar os subsídios da guerra. Ora, impunham ao clero uma vigésima parte de suas rendas, ora uma quadragésima ou mesmo centésima parte. Às vêzes sòmente o clero era obrigado a isso; outras vêzes, impunham-no a todos os fiéis. Essa espécie de tributo era cobrado com mais rigor, que todos os outros. Duas vêzes, no reinado de S. Luís, o clero da França dirigiu suas reclamações ao papa, que repeliu seus rogos e ameaçou mesmo, aos bispos de excomunhão.

Os irmãos pregadores e os irmãos menores que Gregório IX tinha mandado à Inglaterra para cobrar o

impôsto da cruzada, esgotaram de tal modo o reino, diz Mateus Páris, que *muitos habitantes foram obrigados a deixar o país e a pedir esmola.* Tudo nos diz que a Alemanha não foi menos poupada que as outras regiões de que acabamos de falar. Também a resistência do clero da Alemanha foi levada algumas vêzes à violência, como vimos no concílio de Visburgo, onde o sobrinho do legado romano foi morto e onde êle mesmo correu os maiores perigos de vida.

Nada prova melhor a disposição dos espíritos ou o descontentamento e a desconfiança dos fiéis, do que as precauções públicas que se tomavam, no décimo terceiro século, para se cobrarem os dízimos das guerras santas. Como a consciência dos povos se tinha revoltado contra aquêle gênero de impôsto, é provável que êle não se pagasse com exatidão e seus produtos tornaram-se insuficientes. Também se foi obrigado a recorrer a outros meios. Impuseram aos judeus, ora a décima parte, ora a vigésima, de seus bens. Várias vêzes exigiram dêles somas enormes. Imploraram a caridade dos cristãos, também, e cofres foram colocados nas igrejas para receber os tributos voluntários da piedade. Empregaram para as despesas da guerra santa legados piedosos cujo destino não estava determinado, como as rendas dos benefícios vacantes e dos benefícios não sujeitos à residência. Pelo comêço do século treze, os papas dispensavam os cruzados, em troca de dinheiro, da

obrigação de cumprir seu voto; um grande *número* dos que tinham tomado a cruz obtinham assim a permissão de ficar em sua casa e a cruzada continuava com os tesouros dos ricos peregrinos que desertavam das bandeiras de Jesus Cristo. Resta-nos do Papa Honório II uma carta na qual êsse Pontífice, *para instrução da posteridade,* nos apresenta o quadro exato das somas imensas que êle tinha mandado ao cêrco de Damietta e que eram o produto do resgate dos votos e da cobrança do vigésimo. Nós não falaremos aqui da distribuição das indulgências de que os cruzados pouco se aproveitaram e que teve conseqüências tão infelizes para a Igreja Romana.

CAPÍTULO X

SÔBRE A PROVISÃO E A MANUTENÇÃO DOS EXÉRCITOS CRISTÃOS NAS CRUZADAS

É ainda um ponto, sôbre o qual a história nos fornece poucas noções exatas e positivas. Todos êsses guerreiros francos, que não ficavam mais de vinte ou quarenta dias sob as bandeiras dos exércitos feudais, não conheciam há pouco, os meios de se proverem para guerras longínquas, que duravam muitas vêzes vários anos. Todo chefe tinha sem dúvida o pensamento de se prover, pelo caminho, mas todos ignoravam as dificuldades das viagens, as distâncias que êles tinham a percorrer, e essa ignorância mesma, mantinha muito freqüentemente os cruzados numa tranqüilidade e segurança infeliz. As tropas mais disciplinadas, mal podiam chegar a Constantinopla, sem experimentar os horrores da fome.

Depois do cêrco de Nicéia, em que os gregos tinham provisto a tôdas as suas necessidades, os cruzados, atravessando a Frígia, incendiada, não tinham outros recursos que as espigas das messes que êles encontravam nos campos e que debulhavam nas mãos. Foi bem pior, nos exércitos que vieram depois da tomada de Jerusalém. Tendo atravessado tôda a Ásia Menor, êles levaram víveres para alguns dias,

esperando chegar sem obstáculo a Khorassan ou à terra prometida. A carestia e as doenças entregaram logo tôda essa multidão à espada dos turcos.

Quando os peregrinos se aproximavam das costas do mar, os navios lhes traziam provisões; mas êsses socorros não chegavam sempre a tempo, e, quando chegavam, os peregrinos que não tinham dinheiro, não sofriam menos a carestia. Os habitantes dos países que os cruzados atravessavam fugiam à sua aproximação, levando tudo o que tinham, de sorte que os cristãos avançavam em regiões desertas e estéreis, não tendo mesmo a esperança de que a vitória viesse em seu auxílio e lhes entregasse os despojos de um acampamento ou de uma cidade conquistada.

Não se tratava sòmente de obter víveres, mas de os transportar. Parece que nas longas marchas, cada cruzado levava suas provisões. Ansberg nos diz que um peregrino, atravessando a Ásia Menor seguindo o exército, não tinha mais que um pão e que êle matou com uma flechada um muçulmano, que tinha nove, o que o alimentou por dez dias. Desde a primeira expedição, empregaram carros, aos quais foram obrigados a renunciar, nos caminhos difíceis. Frederico I mandou construir uma grande quantidade dêles, não sòmente para os víveres e as bagagens, mas também para os feridos e enfermos: tudo foi abandonado quando êles atravessaram o

estreito do Bósforo. Como, com efeito, carros atrelados a cavalos ou bois ferrados teriam podido avançar através de rochedos e precipícios, montes escarpados, onde, segundo a expressão de uma crônica, os senhores e os prelados do exército, ajudando-se com pés e mãos, caminhavam à maneira dos quadrúpedes?

Os historiadores nos falam dos negócios que Frederico fêz com o Rei da Hungria para o fornecimento de bois e de carneiros. Numa cidade húngara, dois edifícios estavam cheios de farinha e de aveia para uso dos pobres cruzados. Comissários indicavam ao exército cristão os lugares onde se deviam prover de frutas das árvores, de legumes das hortas e de madeira para o fogo. Em Felipópolis, não sòmente se distribuíram alojamentos, mas também terras, vinhas dos habitantes, de sorte que os peregrinos fizeram as colheitas e as vindimas e puderam prover-se como em seu próprio país.

Aconteceu freqüentemente aos cruzados alimentarem-se de seus próprios cavalos, quando lhes vinham a faltar os víveres ou, êsses mesmos animais não podiam viver por falta de forragem. Na viagem de Balduíno, Conde de Edessa, a Jerusalém, os peregrinos, diz um cronista, tendo percebido que os cavalos, levados pela fome, não podiam mais andar, decidiram-se comê-los, *a fim de que fôssem úteis para alguma coisa.* Essa determinação extrema era

sem dúvida a mais dolorosa para os cavaleiros, que não podiam combater a pé e que nós vimos, às vêzes, na luta, obrigados a montar em burros ou em bois. A história nos diz que no dia que precedeu a grande batalha contra Kerbogath, havia tão poucos cavalos no exército cristão e sentia-se tanta falta dêles, que o Bispo de Puy ordenou por uma segunda proclamação solene, que todo cavaleiro que ainda possuía seu cavalo, dividisse sua provisão de trigo, que lhe restava, com seu fiel companheiro de fadigas e de perigos. Em tão longo trajeto, os cruzados não podiam conservar seus animais de carga. "Teríeis rido, diz Foulcher de Chartres, ou melhor, teríeis chorado de compaixão, se tivésseis visto pobres peregrinos colocando suas bagagens sôbre cabras, porcos e cães; o dorso dêsses animais era sobrecarregado com fardos que êles jamais tinham transportado." Nas estradas mais difíceis, os cruzados vendiam por baixo preço ou atiravam aos precipícios as vestes e bagagens que lhes embaraçavam a marcha. Também êles esperavam tudo da vitória: a vitória parecia encarregada de lhes fornecer alimento, vestes e armas. Nós sabemos que êles iam pela Ásia Menor e pela Síria cobertos de andrajos, vivendo, dia a dia, do que conseguiam obter, sem tendas, nem abrigo contra o frio, a chuva ou o calor. Nos dias da vitória, tomavam parte nos banquetes preparados por seus inimigos; apoderavam-se dos dardos e das armas dos muçulmanos; revestiam-se de suas roupas, com o

turbante ou boné de sêda dos orientais; trajavam-se com o que encontravam no campo de batalha ou nas cidades conquistadas; podemos fazer uma idéia do espetáculo singular e bizarro que ofereciam assim os exércitos da cruz. Vimos também por vêzes nos combates, os peregrinos cairem sob os golpes de seus próprios companheiros ou de seus irmãos, que os não reconheciam. Devemos acrescentar que os cruzados raramente cortavam a barba, seu rosto estava sempre coberto de poeira, queimado pelo sol, magros pela fome e que os tornava mesmo irreconhecíveis. Para evitar tão funestos enganos, o Bispo de Puy tinha ordenado aos soldados que o seguiam que raspassem a barba e trouxessem sôbre o peito uma cruz de metal, e repetissem em voz alta, na refrega, as palavras: *Kyrie eléison,* (Senhor, tem piedade de nós).

As misérias dos cruzados vinham-lhes quase sempre de sua imprevidência. Chegando às margens do Oronte, êles encontraram um monte de trigo e de víveres de tôda espécie. Nessa abundância, desprezaram as partes menos esquisitas dos bois e dos cordeiros; Foulcher de Chartres nos diz que, um mês depois de sua chegada, êles comiam os brotos das favas, que começavam a aparecer à flor da terra, cardos espinhentos que nem podiam temperar; devoravam cães e ratos; os mais miseráveis nutriam-se da pele dêsses animais, e, o que é horrível de se

dizer, acrescenta nosso cronista, os ratos mortos e os grãos que êles encontravam no estêrco, pareciam-lhes iguarias deliciosas. Nas longas marchas e mesmo nos cercos, não se estava sempre prevenido contra a falta de água e de lenha. Muitas vêzes os cruzados, levados pela sêde, foram obrigados a beber urina, sangue dos cavalos ou a mastigar raízes, estrume dos cavalos, torrões de terra úmida; outras vêzes, quando não se tinha nem madeira, nem caniços, nem ervas sêcas, para cozinhar a carne dos cavalos e dos animais de carga, faziam fogo com as selas, as tendas, arcos e dardos e até mesmo com as próprias vestes.

Quando a carestia afligia os cruzados, êles não tinham muitas vêzes outro recurso, que devastar uma província; os peregrinos a pé eram encarregados de percorrer os campos para ajuntar provisões. Guilherme de Tiro, falando de uma expedição contra o Príncipe de Damasco, diz que essa expedição fracassou porque a infantaria cristã, que devia abastecer o exército, foi atacada e dispersada pelos infiéis. Os cruzados nem sempre poupavam aos cristãos e principalmente aos gregos, em suas excursões guerreiras. Os peregrinos consideravam a Jesus Cristo como o *supremo abastecedor* dos exércitos da cruz e os despojos dos muçulmanos, às vêzes mesmo, dos cristãos, eram recebidos no acampamento dos cruzados como benefícios do céu. Temos uma carta

A sëde.

de Inocêncio III, que prova que o mesmo chefe da Igreja não tinha muito escrúpulo a respeito dos meios de se abastecerem de víveres, quando êstes vinham a faltar. "Sois dedicados, dizia êle aos chefes da quinta Cruzada, sois devotados ao serviço de Jesus Cristo, a quem tudo na terra e a mesma terra pertence. Se vos recusarem as provisões necessárias, não pareceria injusto, que as apanhásseis por tôda a parte onde puderdes encontrá-las, *sempre com o temor de Deus, com intenção de restituir e sem fazer violência a ninguém.*" No conselho que dava aos peregrinos, o Pontífice apresentava o exemplo de Gedeão, que, tendo pedido inùtilmente pão para o povo, que êle guiava, devastou as terras dos inimigos e triturou uma parte dos habitantes com as ervas dos campos e as sarças do deserto. Não temos necessidade de dizer que os cruzados eram naturalmente levados a seguir os conselhos do Papa e que êles não os esperavam, para procurar os víveres que lhes eram necessários.

Devemos crer, que a cobiça ou a necessidade de se enriquecer veio às vêzes em socorro dos peregrinos em sua miséria, e a previdência dos seus esforços supriu muitas vêzes à dos reis e príncipes. As crônicas contemporâneas, quando descrevem uma carestia ou uma penúria geral, jamais deixam de deplorar a falta excessiva de víveres, o que prova que havia, no exército, negociantes, que vendiam as provisões. Encontramos, numa crônica inglêsa, um decreto pu-

blicado por Ricardo, sôbre a venda do vinho, do pão e da carne ao exército cristão. Depois de muitas indagações, pudemos saber que meios se empregavam para se preparar o trigo e reduzi-lo a farinha; os documentos que nos restam limitam-se a nos dizer que os cruzados, atravessando a Ásia Menor e junto das muralhas de Antioquia, tinham moinhos de braço. A história acrescenta que se empregavam para fazer rodar êsses moinhos, as mulheres muçulmanas que a sorte da guerra tinha feito cair nas mãos dos cristãos. Gauthier Vinisauf diz que no cêrco de Tolemaida, os alemães construíram uma máquina para moer o trigo. Essa máquina, que apresentava o aspecto de uma fortaleza, era movida por cavalos; as mós rodavam com tão grande rumor que os muçulmanos tomaram aquela construção nova, por uma máquina de guerra e ficaram tomados de terror.

Depois que deixaram o caminho, por terra, e tomaram o do mar, tornou-se menos difícil abastecer o exército cristão. No entretanto, a carestia desolava ainda a multidão dos cruzados tôdas as vêzes que êles se detinham para o cêrco de uma cidade ou para oferecer resistência inesperada a um ataque do inimigo. Durante o cêrco de Acre, os cristãos experimentaram uma fome tão cruel, que vários cavaleiros levados pelo desespêro, roubaram, pùblicamente, pão dos negociantes. Uma crônica diz que Luís IX tinha feito levar, para a ilha de Chipre, víveres sufi-

cientes para alimentar vinte mil homens durante seis anos; mas, quando o exército francês saiu de Damietta, nada mais restava de tanta provisão; e entre os flagelos que oprimiram os cruzados nas margens do Thanis, não foi a carestia que mais os fêz sofrer. A única Cruzada em que os gritos da fome não se uniram ao barulho dos combates e aos hinos da vitória, foi a de Constantinopla. Os venezianos se haviam comprometido a abastecer por um ano o exército dos cruzados; o tratado foi executado fielmente e os víveres não faltaram.

Sanuto deu particulares os mais minuciosos, sôbre o abastecimento das frotas que transportavam os peregrinos ao Oriente. Êle calcula as despesas que dava o abastecimento de víveres, para dez, cem, mil e cem mil soldados da cruz. Êle indica as provisões de que se deviam abastecer; diz a que preço era preciso comprar os víveres e como distribuí-los. Assim a sábia previdência dava úteis conselhos; mas êsses conselhos raramente foram seguidos; a carestia fazia quase sempre grandes devastações entre os cruzados. Morreram peregrinos de fome, mais do que pela espada. Também nossos piedosos cronistas procuravam persuadir-se de que os que morriam de fome também eram mártires e deviam ser admitidos no céu *para se nutrirem do pão dos anjos*. Quando vemos os meios de que usavam para empreender e continuar expedições longínquas, como as

do Oriente, e que comparamos aos recursos usados hoje em dia para a guerra mais ordinária, avaliamos bem mais tôda a coragem e resignação nas gerações que fizeram as Cruzadas. Devemos acrescentar que a maior parte dos peregrinos suportava tanto mais fàcilmente a carestia, quanto êles tinham muitas vêzes sofrido êsse flagelo em seu próprio país. Homens que se nutriam de tudo o que encontravam, mesmo da carne dos muçulmanos, podiam resistir melhor que muitos outros às terríveis provações de uma Cruzada e mereciam bem que seu inimigos os chamassem de *uma nação de ferro*.

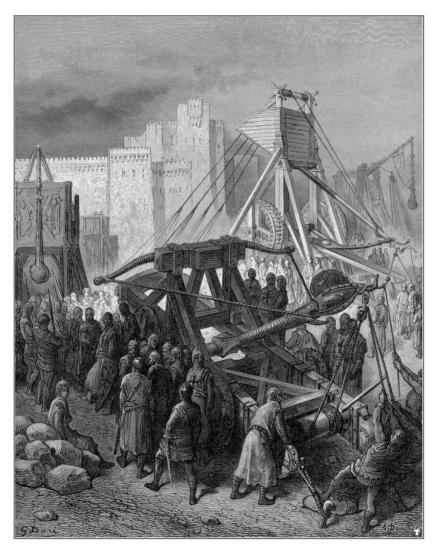
CAPÍTULO XI

AS ARMAS DOS CRUZADOS E SUA MANEIRA DE COMBATER.

Para conhecermos as armas dos cruzados, bastaria conhecermos as de que se serviam os guerreiros da Idade Média. Não se devia estar armado, de uma maneira uniforme, nessas guerras em que combatiam juntas vinte nações diferentes. Contentar-nos-emos de falar das armas mais geralmente usadas. As armas ofensivas eram a lança de freixo ou de álamo, terminada por um ferro aguçado, ornada o mais das vêzes com uma bandeirola; a espada longa e larga, cortando de um só lado; várias espécies de flechas ou de dardos; o machado e a maça. Entre as armas defensivas havia escudos de forma oval ou quadrada, a couraça ou colete de malha, tecido de fios de aço, o capacete ou elmo, tendo uma cimeira ou um esporão, a cota de armas, o casaco de couro ou de pano forrado de lã; a couraça ou chapa de aço ou de ferro. Não lemos, em nenhum lugar, que os cruzados, principalmente na primeiras expedições, se cobrissem de armaduras pesadas, como os guerreiros do século quinze. Essa armadura teria sido demasiado incômoda, por pesada, para se percorrerem países desconhecidos, para se atravessarem rios, montanhas, e levar a guerra a lugares afastados.

A lança dos cruzados fêz grandes devastações na primeira expedição, quando essa arma não era empregada pelos muçulmanos. A espada dos guerreiros francos devia dar golpes terríveis, a julgarmos pelos feitos vigorosos de Godofredo de Bouillon, do Imperador Conrado, de Roberto da Normandia e de vários outros cavaleiros da cruz. Seus escudos e suas couraças, forradas de lã, eram suficientes para resistir ou amortecer o choque das flechas dos inimigos; uma expressão familiar aos cronistas, mostrando-nos os cruzados no campo de batalha com o corpo eriçado de dardos, é dizer-nos que êles se pareciam com porcos-espinho. Um historiador inglês compara Ricardo, saindo da luta, com as vestes crivadas de flechas, com um novêlo coberto de agulhas. Os peregrinos da Europa, com seu escudo de madeira, de couro ou de aço, sua couraça negra, seu capacete de ferro ou de bronze, sua túnica de sarja de Reims, seus cavalos recobertos de malhas, apresentavam ao Oriente um espetáculo novo. Os muçulmanos que, no cêrco de Tolemaida, os viam do alto do Karouba, saindo em massa de seu acampamento, julgavam ver, segundo a expressão dos cronistas árabes, serpentes de escamas e inúmeras formigas, correndo, estender-se pelas vastas planícies. Raul de Caen, falando da batalha de Doriléia, nos apresenta os cruzados brandindo suas lanças, tirando a espada, cobrindo o peito com os escudos chanfrados.

O sultão de Nicéia, se acreditarmos nos cronistas contemporâneos, dizia aos árabes, que lhe censuravam a fuga: "As lanças dos francos brilham como astros radiosos; suas couraças e seus escudos lançam chamas semelhantes às da aurora, na primavera, e o rumor de suas armas é mais temível do que o do raio."

As máquinas de guerra empregadas nas Cruzadas eram as mesmas dos romanos. Havia o *aríete,* grande viga de madeira armada com uma ponta de ferro, que batia contra as muralhas, movido por cabos e correntes; o *músculo,* que punha os trabalhadores a salvo de perigo e os defendia, com coberta de couro ou de tijolos, das pedras e do ferro; *o pluteus ou vinha,* coberto de uma pele de boi ou de camelo, sob o qual se colocavam soldados encarregados de proteger os que iam ao assalto; as *catapultas,* as *balistas ou bestas,* de onde partiam enormes dardos e que lançavam pedaços de pedra e às vêzes, cadáveres de homens e de animais. Finalmente, as tôrres rolantes de vários andares, cujos vértices alcançavam as muralhas contra as quais eram colocadas e de que os inimigos não se podiam defender, senão, incendiando-as. Nos cercos de Jerusalém, de Tolemaida e de Damietta, os cavaleiros da cruz inventaram ou aperfeiçoaram uma multidão de máquinas que levaram o terror às hostes muçulmanas. A história contemporânea não esqueceu a tôrre rolante de Go-

Máquinas de guerra dos Cruzados.

dofredo de Bouillon, que mereceu ser mencionada pelo cavaleiro Folard, e aquela máquina flutuante, obra de um humilde padre de Colônia, com o auxílio da qual os cristãos se apoderaram da tôrre construída no meio do Nilo.

Na primeira guerra santa, empregaram a arbalesta, de que Ana Comeno nos deixou uma descrição. Renunciaram a ela nas Cruzadas seguintes, porque o Concílio de Latrão a tinha proibido como arma muito homicida. Essa proibição, que foi renovada pelos papas e por vários Concílios, merece fixar a atenção da história. Notamos que os cruzados nada tiraram dos muçulmanos, ou quase nada, para a arte da guerra. Aquêle fogo grego, que dava tanto mêdo a Joinville e a seus companheiros de armas, não lhes inspirou nem mesmo o pensamento de imitá-lo e de fazer uso dêle contra os inimigos.

Uma observação que se pode fazer em honra dos guerreiros de todos os tempos, é que a verdadeira bravura jamais procurou as armas que multiplicam a morte nos campos de batalha. Eis porque os cavaleiros cristãos se submeteram fàcilmente aos decretos da Igreja que lhes proibiam o uso da arbalesta. As armas mortíferas tiram com efeito ao valor pessoal uma grande parte de seu ascendente e de sua glória. Não seria injusto pensarmos, que os meios mais ativos de destruir a espécie humana nos combates, foram revelados aos homens pelo gênio do mêdo. A histó-

ria se compraz em repetir nessa ocasião que o uso do fogo grego começou entre um povo que tinha perdido a fama militar e que mais tarde a pólvora, em vez de ser uma invenção dos acampamentos, foi descoberta na solidão pacífica de um claustro.

Em cada um dos exércitos cristãos havia arautos de armas que proclamavam as ordens dos chefes e publicavam os avisos, pelos quais se punham de posse das cidades e das províncias. No centro do exército esvoaçava o estandarte da Cruzada, levado por um conde ou um cavaleiro; era a auriflama de S. Dionísio, ou o estandarte de S. Pedro ou então uma bandeira benta pelo Papa. Tôda tropa ou batalhão tinha sua bandeira particular, em redor da qual se reuniam os cruzados do mesmo país e que falavam a mesma língua. Viam-se sôbre êsse estandarte as armas e as côres distintivas dos senhores, que levavam os seus vassalos à Cruzada. Em várias guerras santas, os cruzados tinham uma bandeira que as crônicas latinas chamam de *standart* e que os italianos chamavam de *carrochio*. O estandarte era uma haste forte, encimada por uma bandeira que esvoaçava, colocada sôbre quatro rodas. Tinha-se o costume de confiá-lo à guarda de uma tropa de elite, principalmente nos combates nas planícies; era ao pé dessa bandeira que se levavam os doentes, os feridos e às vêzes os guerreiros mortos, dos quais se queria honrar a memória.

As crônicas do tempo estão cheias de discursos pronunciados nos combates. "Colocai uma alma intrépida no perigo, dizia Ricardo aos soldados da cruz; alinhados em batalha, diante de Joppé, os inimigos ocupam todos os caminhos: tentar a fuga é correr para a morte. Recebei com gratidão a coroa do martírio, mas vinguemos de antemão nossa morte e demos graças a Deus pelo favor que nos concede de morrer por êle." Uma testemunha ocular diz que Ricardo depois de ter feito esta exortação, acrescenta que *cortaria a cabeça* daquele que saísse das fileiras. Era assim que os chefes dos cruzados falavam aos peregrinos; nós julgamos, no entretanto, que êles não pronunciaram todos os discursos que são referidos pelos cronistas, mas o que podemos dizer, é que êles marchavam sempre à frente de seus batalhões e a tropa que comandavam era principalmente encorajada por seu exemplo.

Os exércitos cristãos tinham uma música guerreira que dava o sinal dos combates. Os instrumentos mais usados eram: a trompa de bronze, a corneta de madeira, de ferro, de ouro ou de prata, os sistros, as harpas, os tímbalos ou *nacaires* e os tambores, imitados dos sarracenos. Um historiador da primeira Cruzada diz que, na multidão dos cruzados que partiam para o Oriente, o ar retinia com uma melodia guerreira. Enquanto os cruzados avançavam para Ascalon, diz o monge Roberto, o ar ressoava com

os clarins, sistros e trombetas, animando os soldados da cruz, repetido por ecos longínquos, levando o espanto e o terror aos acampamentos inimigos. Lemos em Alberto d'Aix que depois de uma expedição à beira-mar, os guerreiros cristãos, voltando a Jerusalém e atravessando as montanhas da Judéia, fizeram ressoar o sinal da vitória com as cornetas, os clarins e os tambores; os animais selvagens, espantados com o barulho, fugiram de todos os lados e as aves do céu, detidas em seu vôo, caíam de espanto, no meio dos batalhões cristãos. Marino Sanuto em seu projeto das Cruzadas apresentado ao Papa, pedia que houvesse nos exércitos destinados a combater contra os infiéis, flautas, trompas, sanfonas e clarins, a fim de que uma harmonia, ora suave, ora guerreira, pudesse por sua vez, encantar os peregrinos, inflamar sua coragem e levar o espanto às fileiras inimigas.

Tôdas as nações da Europa tinham adotado gritos de guerra nos combates. O dos primeiros cruzados, o que ressoou no Concílio de Clermont, era *Deus o quer! Deus o quer!* Acrescentaram depois o grito de *Dieu aide!* ou *Dieu aix!* (Deus ajude) que está citado em quase tôdas as crônicas do tempo. Além dêsse grito geral, cada nação tinha o seu, como tinha sua bandeira ou seu estandarte. Raul de Caen diz que na batalha de Doriléia o Duque Roberto caiu sôbre os muçulmanos, gritando: *A mim, Normandia!* Os provençais, segundo Raimundo d'Agi-

les, repetiam o nome de *Tolosa* em sua marcha através da Macedônia. O grito de guerra mudava em tôdas as expedições ao Oriente. Ricardo Coração-de-Leão, na batalha de Arsur, gritava: *Deus ajude seu sepulcro!* Os cruzados vencedores em Constantinopla, avançavam contra os gregos gritando *Flandres e Montferrato.* Foi aos gritos de *Montjoie Saint-Denis* que os companheiros de S. Luís IX aportaram às costas do Egito. No último assalto contra Damietta, sitiada por João de Brienne, os guerreiros cristãos que chegaram por primeiro às muralhas, puseram-se a gritar *Kyrie eléison* e o exército respondia: *Gloria in excelsis Deo.* O grito dos reis de Jerusalém era: *A Cristo vitorioso! Ao reino de Cristo!* Vimos na história que os nomes de S. Jorge, de S. Demétrio e de S. Mercúrio, foram muitas vêzes invocados nas batalhas. Os gritos militares mais caros aos peregrinos, exilados de sua pátria, eram sem dúvida os nomes das províncias ou dos reinos que êles tinham deixado pela causa de Jesus Cristo. As palavras *França, Áustria, Inglaterra, Alemanha,* animaram mais de uma vez o valor dos francos, nas planícies da Ásia e serviram para reunir os soldados da cruz nas bordas do Oronte, do Nilo e do Jordão.

ÍNDICE DE GRAVURAS

ÍNDICE

LIVRO DÉCIMO NONO (Continuação)

LIVRO VIGÉSIMO

Cruzada contra os turcos — 1453-1590

LIVRO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Composto e Impresso
nas oficinas gráficas da
EDITÔRA DAS AMÉRICAS
S. Paulo ✯ 1956